



TCE RJ

TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Secretaria-Geral de Planejamento



**ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS
DOS MUNICÍPIOS DO
ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

2009

BELFORD ROXO

Conselho Deliberativo

Presidente

José Maurício de Lima Nolasco

Vice-presidente

Jonas Lopes de Carvalho Junior

Conselheiros

Aluisio Gama de Souza

José Gomes Graciosa

Marco Antonio Barbosa de Alencar

José Leite Nader

Julio Lambertson Rabello

Ministério Público Especial

Horacio Machado Medeiros

Secretário-Geral de Controle Externo

Ricardo Ewerton Britto Santos

Secretária-Geral de Planejamento

Maria Alice dos Santos

Secretário-Geral de Administração

Emerson Maia do Carmo

Secretária-Geral das Sessões

Leila Santos Dias

Procurador-Geral

Giuseppe Bonelli

Chefe de Gabinete da Presidência

Adriana Lopes de Castro

Diretora-Geral da Escola de Contas e Gestão

Paula Alexandra Nazareth

Coordenador-Geral de Comunicação Social, Imprensa e Editoração

Mauro Silveira

Tribunal de Contas do Estado do RJ - <http://www.tce.rj.gov.br>
Praça da República 70, Centro - Rio de Janeiro - RJ CEP 20211-351
Tel : (21)3231-5200



BELFORD ROXO

APRESENTAÇÃO

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro – TCE-RJ, dando seguimento à série, apresenta a nona edição dos “Estudos Socioeconômicos dos Municípios Fluminenses”, abrangendo o período de 2003 a 2008.

Esse trabalho de pesquisa foi iniciado em 2001 e prossegue apresentando a evolução de uma série de indicadores que retratam diversos anos consecutivos, trazendo um conjunto de conhecimentos capaz de servir tanto como fundamento para a elaboração de políticas públicas efetivas, no âmbito de cada cidade ou região, quanto de base para consulta pelos diversos interessados na realidade e no desenvolvimento dos municípios fluminenses.

Todas as edições estão disponíveis no sítio do TCE-RJ, o que propicia acesso a doze anos de informação sobre dados demográficos e geográficos, meio ambiente, educação, saúde, trabalho e renda, gestão, economia e finanças municipais, além dos temas especiais abordados a cada ano.

Esta edição revisa aspectos históricos e demográficos. Da gestão municipal, são enfocados a evolução dos quadros funcionais e o progresso do governo eletrônico. Nos indicadores sociais, é dada ênfase aos desempenhos comparativos dos exames nacionais e internacionais. O mercado de trabalho é analisado em um horizonte de dez anos, com a apresentação detalhada do perfil das admissões e dos desligamentos do emprego formal.

O capítulo sobre economia aborda sua evolução no Estado do Rio de Janeiro e é complementado, nesta edição revisada no início de 2010, com o desempenho divulgado recentemente do PIB dos municípios. As finanças municipais são analisadas à luz de uma série de indicadores no último capítulo e comparadas em documento especial.

Como propulsor de desenvolvimento econômico, o setor do Turismo é objeto de capítulo especial. A Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016 propiciam oportunidade única ao Estado de multiplicar e consolidar seus destinos turísticos, condicionando de forma adequada o ordenamento dos territórios dos municípios para que se obtenha melhor qualidade estética, funcional e, sobretudo, social da paisagem local.

Nos dias atuais, a Internet ostenta colocação destacada entre as ferramentas de *marketing* da indústria do Turismo. O potencial turístico de um município na *web* deve ser oferecido de maneira eficiente, com informações confiáveis e atualizadas. Com base em metodologia da Organização Mundial de Turismo, faz-se uma análise e a consequente avaliação dos conteúdos dos sítios oficiais de cada município, assim como um comparativo de seu desempenho ante os demais de sua região turística e da situação interregional.

SECRETARIA-GERAL DE PLANEJAMENTO

Janeiro de 2010

SUMÁRIO

I – HISTÓRICO	6
II – CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO.....	7
Aspectos demográficos.....	8
Gestão municipal	11
Governo eletrônico	13
III – INDICADORES SOCIAIS	20
Educação.....	20
Resultados de comparativos e exames internacionais e nacionais	23
<i>Education For All – EFA Global Monitoring Report</i>	23
<i>Pisa – Programme for International Student Assessment</i>	24
Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb.....	26
Prova Brasil	30
Exame Nacional do Ensino Médio - Enem.....	33
Considerações finais sobre a avaliação do ensino básico no Brasil e no RJ.....	35
Educação no Estado do Rio de Janeiro.....	35
Educação no município.....	37
Saúde	47
Atenção básica da saúde.....	48
Pacto pela saúde	53
Centrais de regulação: diagnóstico e nova regionalização em perspectiva.....	54
Caracterização da Região Metropolitana I.....	59
Capacidade instalada	60
Situação da gestão da saúde	61
Saúde no município	65
Mercado de trabalho	67
Estabelecimentos e suas características	71
Emprego formal por faixa de escolaridade	72
Emprego formal por faixa de rendimentos	73
Renda versus gênero, raça, idade, escolaridade, posição e setor econômico	74
Mercado de trabalho no município.....	76
IV – INDICADORES ECONÔMICOS.....	77
Situação da economia do Estado do Rio de Janeiro	77
Produção industrial	77
Comparações inter-regionais.....	79
Indústria extrativa.....	81

BELFORD ROXO

Indústria de transformação	82
Sondagem conjuntural da indústria de transformação.....	83
Comércio varejista	84
Comparações setoriais	85
Comparações regionais	86
Petróleo e gás natural.....	88
Comércio exterior	91
Balança comercial.....	91
Exportações	93
Importações	95
Principais investimentos para os próximos anos no Estado	97
Produto Interno Bruto – PIB do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil de 1995 a 2008	101
PIB regional e dos municípios de 2002 a 2007.....	105
V – O TURISMO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	115
Alguns números sobre turismo no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro	116
Políticas públicas para o setor de turismo no Brasil	117
Políticas públicas para o setor de turismo no Estado do Rio de Janeiro	120
Os investimentos federais e estaduais em benefício do turismo	123
Políticas públicas municipais para o setor de turismo.....	124
Competitividade no turismo	126
A tecnologia da informação como veículo de estímulo ao turismo regional e local	128
VI – INDICADORES FINANCEIROS	135
1. Indicador de equilíbrio orçamentário em 2008:.....	139
2. Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa em 2008:.....	139
3. Indicador de autonomia financeira em 2008:	140
4. Indicador do esforço tributário próprio em 2008:	141
5. Indicador da dependência de transferências de recursos em 2008:.....	143
6. Indicador da carga tributária <i>per capita</i> em 2008:.....	145
7. Indicador do custeio <i>per capita</i> em 2008:	146
8. Indicador dos investimentos <i>per capita</i> em 2008:.....	146
9. Indicador do grau de investimento em 2008:	147
10. Indicador da liquidez corrente em 2008:	148
VII – CONCLUSÃO.....	149
GLOSSÁRIO DE SIGLAS.....	151
BIBLIOGRAFIA.....	154

I – HISTÓRICO ¹

Belford Roxo, antigo "Engenho do Brejo", era pertencente à cidade do Rio de Janeiro até 15 de janeiro de 1833, quando passou a fazer parte do município de Iguaçu, atual Nova Iguaçu.

Habitadas anteriormente pelos índios Jacutingas, as terras hoje pertencentes ao município de Belford Roxo foram assinaladas pela primeira vez no mapa elaborado por João Teixeira Albernaz II, em 1566, entre os rios "Merith, Simpuiy e Agoassu".

Com o descobrimento do Brasil e a posterior implantação de sistema de capitanias hereditárias, essas terras couberam a Martim Afonso, o donatário de São Vicente. Como o estabelecimento da sede da capitania ficou ao sul, as costas setentrionais foram abandonadas à cobiça dos franceses aliados aos índios Tamoios.

Somente a partir de meados do século XVIII é que se registram como seus primeiros e efetivos colonizadores o capitão Apolinário Maciel e seu irmão padre Antônio Maciel, os quais ali se fixaram. Cortado pelo Rio Sarapuí e, como quase toda a Baixada Fluminense, cercado por pântanos e brejais, possuía em sua margem um porto para escoamento da produção de açúcar, arroz, feijão, milho e aguardente, cujo engenho fazia parte da Freguesia de Santo Antônio de Jacutinga.

O povoado sempre refletiu prosperidade, somente pela metade do século XIX começou seu período de decadência. A construção da Estrada de Ferro Rio do Ouro, inaugurada em 20 de janeiro de 1883, provocou o surgimento de povoações, vilas e cidades às suas margens, enquanto, paradoxalmente, localidades mais antigas desapareciam rapidamente.

Após uma sucessão de proprietários, a Fazenda do Brejo, que pertenceu ao Barão de Jacutinga e ao Visconde de Barbacena, foi o núcleo inicial de uma pequena vila que, depois de se chamar de Ipueras e Calhamaço Brejo, passa a ter a denominação atual em homenagem ao engenheiro maranhense Raimundo Teixeira Belford Roxo, colaborador de Paulo de Frontin na solução dos problemas de abastecimento de água da capital no final do século XIX.

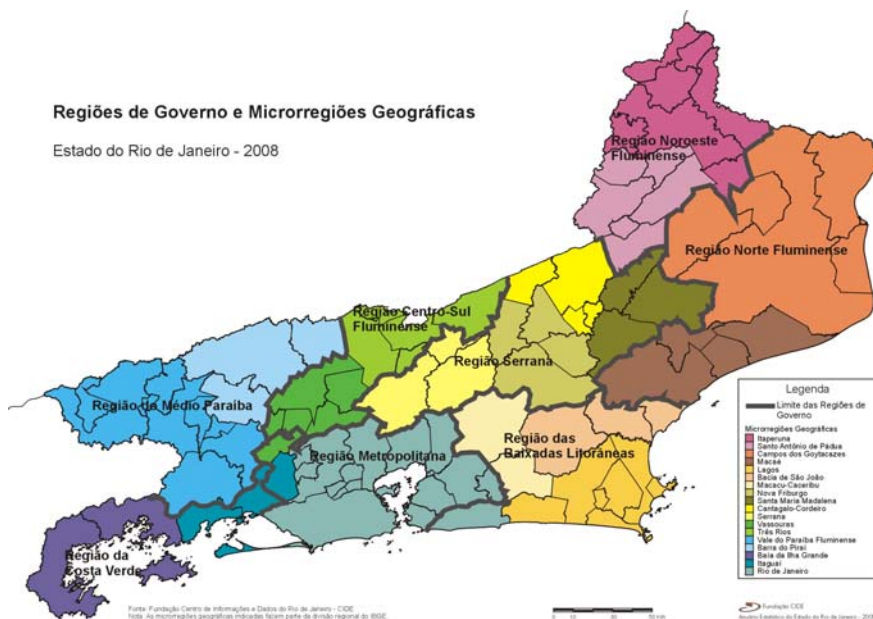
Belford Roxo emancipou-se pela Lei Estadual n.º 1640, de 03 de abril de 1990, com instalação em 01 de janeiro de 1993.

¹ - Fontes: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros – Volume XXII – IBGE, 1959; Abreu, A. "Municípios e Topônimos Fluminenses – Histórico e Memória". Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1994; e sítio www.belfordroxo.rj.gov.br.

BELFORD ROXO

II – CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Belford Roxo pertence à Região Metropolitana, que também abrange os municípios de Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, São João de Meriti, Seropédica e Tanguá.



O município tem uma área total² de 79,0 quilômetros quadrados, correspondentes a 1,7% da área da Região Metropolitana. Os limites municipais, no sentido horário, são: Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João de Meriti e Mesquita.

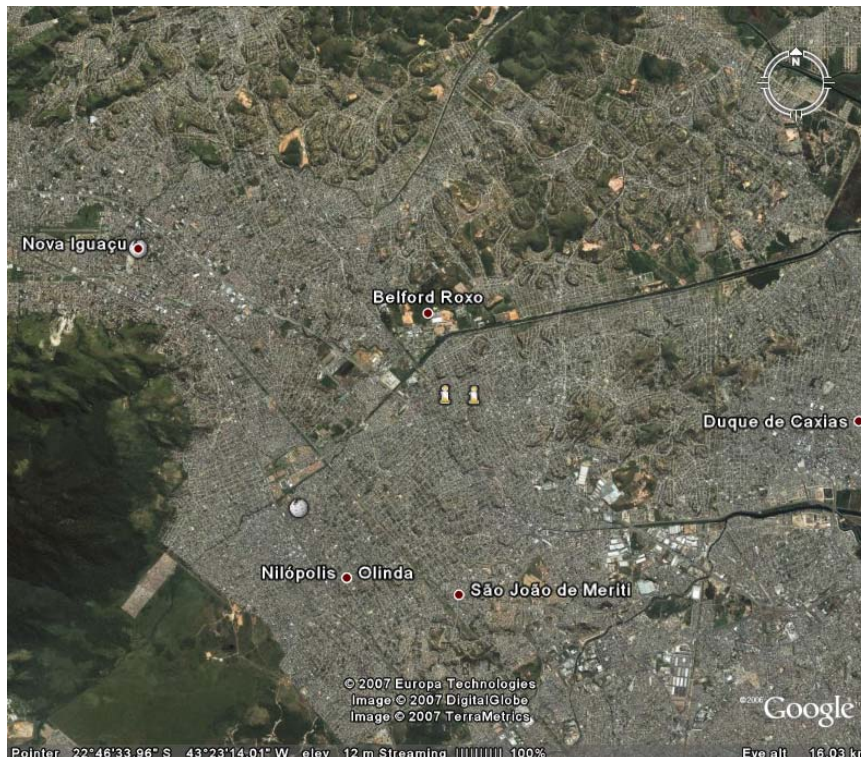
Belford Roxo está integrado ao sistema viário e ferroviário da capital do Estado, dada sua vizinhança à cidade do Rio de Janeiro.

As imagens a seguir apresentam o mapa do município e uma perspectiva de satélite capturada do programa *Google Earth* em janeiro de 2007.

² - IBGE/CIDE - 2002



Fonte: DER-RJ (2006)



Belford Roxo, São João de Meriti e Nilópolis, conurbados com Nova Iguaçu e Mesquita a oeste, Duque de Caxias a leste e a capital a sul, em foto a 16km de altitude, numa clara identificação da dimensão da Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Aspectos demográficos

De acordo com o Censo, em 2000, Belford Roxo tinha uma população de 434.474 habitantes, correspondente a 4,1% do contingente da Região Metropolitana, com uma proporção de 94,7 homens para cada 100 mulheres. A densidade demográfica era de 5.722 habitantes por km², contra 2.380 habitantes por km² de sua região.

BELFORD ROXO

A distribuição da população no Estado estimada para 2008 dá-se conforme o gráfico a seguir:

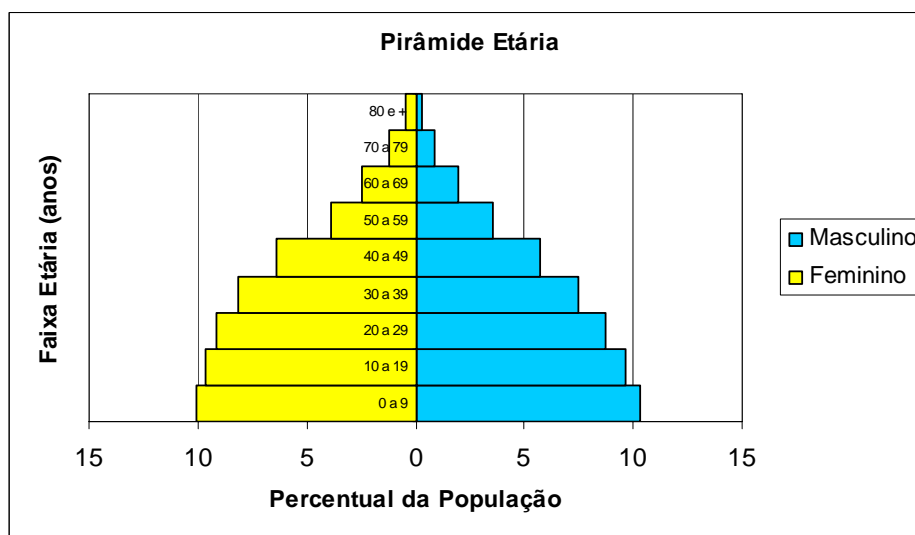
Gráfico 1: Distribuição da população – Regiões Administrativas - 2008



A população estimada de Belford Roxo em 2008 ³ é de 495.694 pessoas. O município tem um contingente de 293.346 eleitores ⁴, correspondente a 59% do total da população.

A distribuição da população em 2007 ⁵, ano em que o IBGE fez a contagem da população, apresenta o seguinte quadro:

Gráfico 2: Pirâmide etária – Estado do Rio de Janeiro - 2007



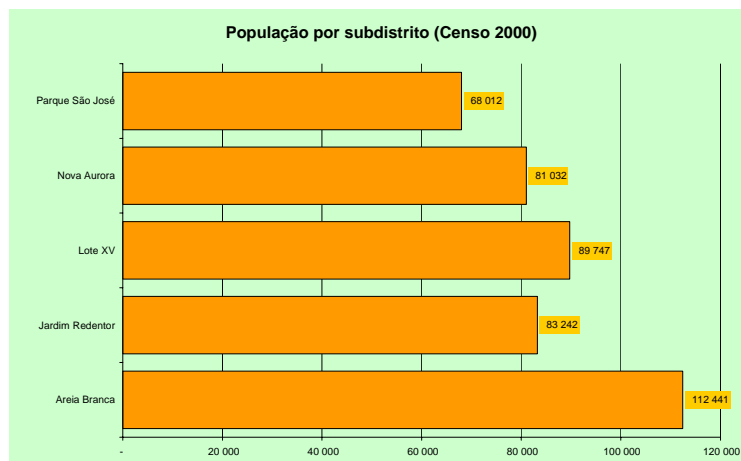
³ - Fonte: Estimativa IBGE

⁴ - TSE - Dados de abril 2008

⁵ - Em 2007, foi realizada pelo IBGE a contagem da população nos municípios com até 170 mil habitantes. A pesquisa visou a fornecer dados atualizados para a distribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), de forma a reduzir os efeitos das distorções nas estimativas municipais provocadas pelo afastamento da data do último recenseamento de 2000. Os municípios que não participaram da contagem têm as estimativas da população residente para a mesma data de referência da pesquisa, 1º de abril de 2007.

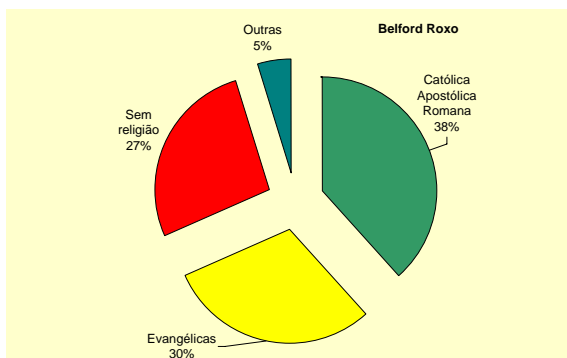
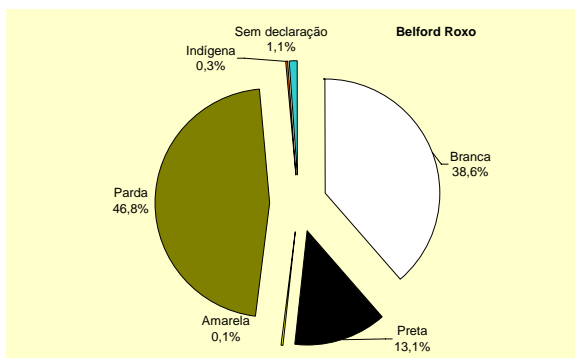
A população local, de acordo com o Censo 2000, distribuía-se no território municipal conforme gráfico a seguir:

Gráfico 3: Distribuição local da população - 2000



Apresentam-se, a seguir, as distribuições de cor ou raça da população do município, assim como por religião, também de acordo com o Censo 2000:

Gráficos 4 e 5: Distribuição de cor e religião - 2000



Percebe-se a predominância de pessoas que se declararam afrodescendentes, representando 59,9% da população, contra 38,6% de brancos, e que a proporção de católicos, 38%, era superior à soma dos praticantes de outras religiões.

Segundo o levantamento, o município possuía 139.444 domicílios⁶, com uma taxa de ocupação de 88%. Dos 17.392 domicílios não ocupados, 6% eram de uso ocasional.

Belford Roxo possui 3 agências de correios⁷, 7 agências bancárias⁸ e 4 estabelecimentos hoteleiros⁹. Quanto aos equipamentos culturais¹⁰, o município dispõe de 1 cinema, 1 museu e 1 biblioteca pública.

⁶ - IBGE - Censo 2000

⁷ - ECT - 2007

⁸ - BACEN - 2007

⁹ - MTE-RAIS - 2006

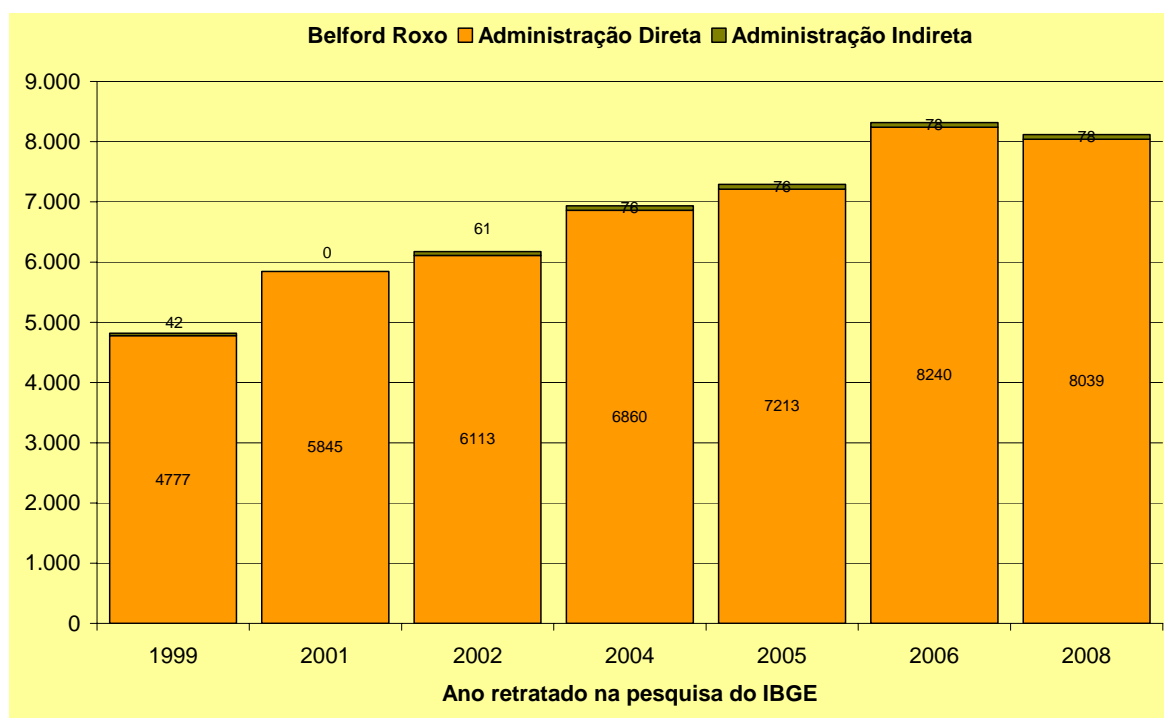
BELFORD ROXO

Gestão municipal

A Pesquisa de Informações Básicas Municipais, conhecida como PIBM ou Munic, é apurada pelo IBGE na totalidade dos municípios do País desde a primeira edição, referente a dados de 1999. Trata-se de pesquisa institucional e de registros administrativos da gestão pública municipal, e se insere entre as demais pesquisas sociais e estudos empíricos dedicados à escala municipal.

A pesquisa apurou diversas questões em 1999, 2001, 2002, 2004, 2005, 2006 e 2008. A última PIBM, publicada no final de 2008, apresentou análises referentes a recursos humanos, legislação e instrumentos de planejamento municipal, habitação, transporte e meio ambiente. De acordo com a mesma, o quadro de pessoal de Belford Roxo apresentou a seguinte evolução:

Gráfico 6: Evolução do número de funcionários do município – 1999-2008



O vínculo empregatício dos servidores e funcionários, subdividido entre administração direta e administração indireta, apresentou o seguinte comportamento:

¹⁰ - IBGE - Perfil dos Municípios Brasileiros - Cultura 2006

Gráfico 7: Total de funcionários da Administração Direta por vínculo empregatício – 1999-2008

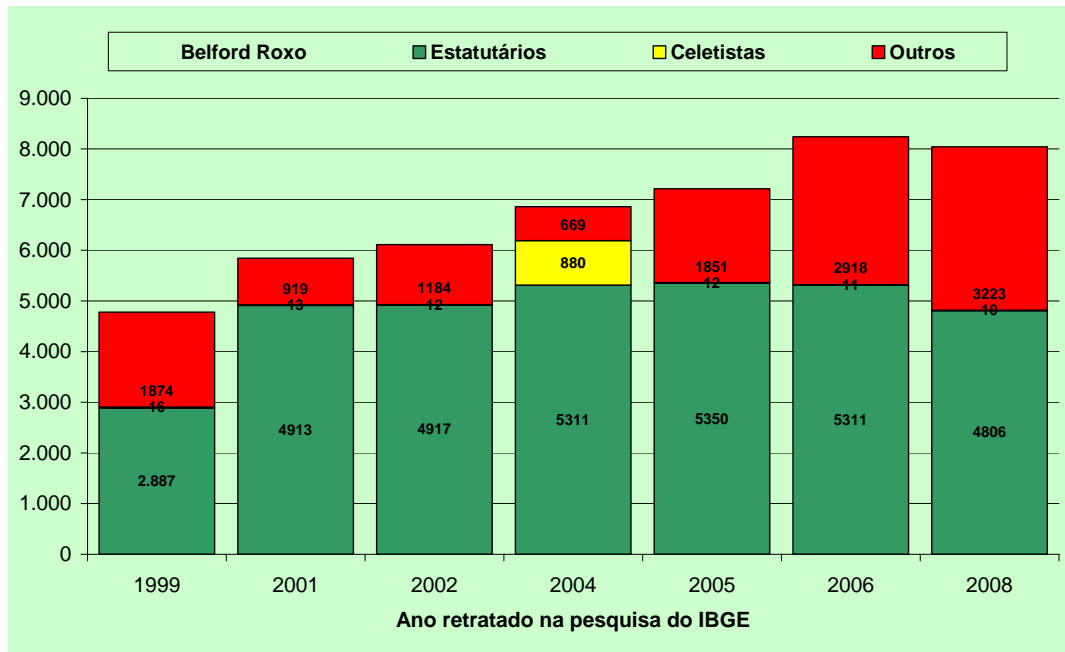
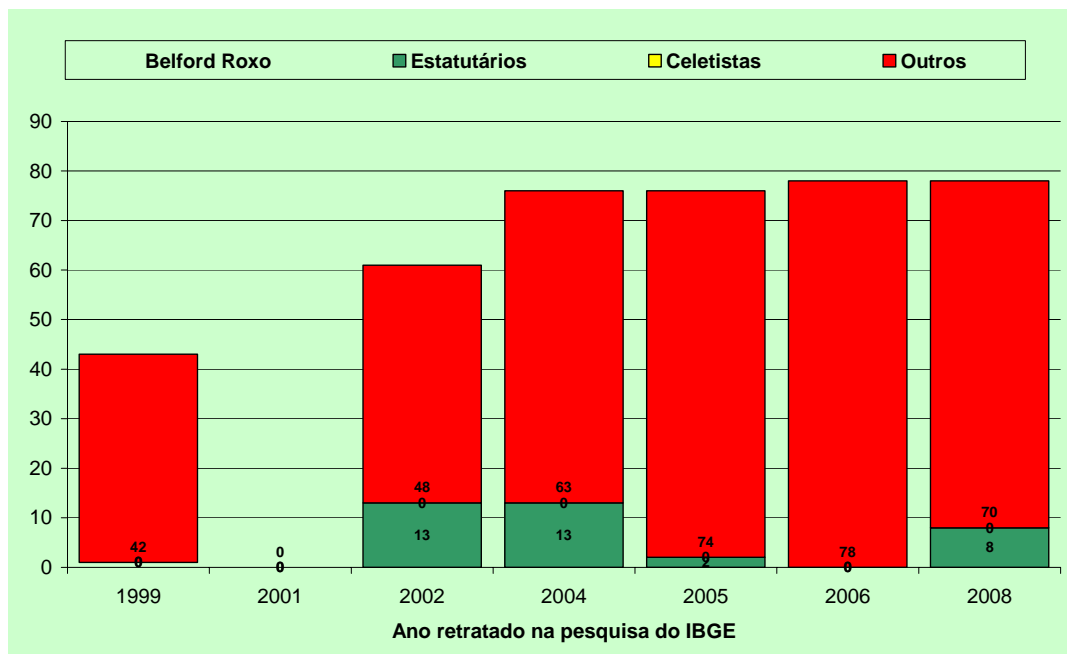


Gráfico 8: Total de funcionários da Administração Indireta por vínculo empregatício – 1999-2008



A pesquisa do IBGE possui suas imperfeições, uma vez que diversos municípios tiveram fortes oscilações de um ano para o outro, sem que se apresentasse justificativa para isso.

A mesma tampouco identificou funcionários da Administração Indireta no município em estudo no ano de 2001.

BELFORD ROXO

O número de 16,38 funcionários por mil habitantes em 2008 representa um crescimento de 44% desse rateio em relação a 1999. A população, nesses dez anos, cresceu 17%, enquanto o número de servidores e funcionários teve uma variação de 68%.

Levantamento realizado ¹¹ revelou que, em 2007, o município possuía os seguintes órgãos na Administração Direta: Prefeitura Municipal; Câmara Municipal; Fundo Municipal de Assistência Social; Conselho Municipal de Saúde; Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, e Fundo Municipal de Saúde. A Administração Indireta somava as seguintes entidades: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais; Fundação de Desenvolvimento Social, e Fundação Educacional Cultural.

Governo eletrônico

O uso de tecnologias de informação e comunicação na administração pública possibilita simplificar e otimizar os processos administrativos e eliminar formalidades e exigências burocráticas que oneram o cidadão e os próprios cofres públicos.

Para garantir o acesso a serviços e informações, o desenvolvimento do governo eletrônico passa por três estágios diferentes. O primeiro deles consiste na criação de sítios para difusão de informações sobre os mais diversos órgãos e departamentos dos vários níveis de governo. Eventualmente, esses sítios são caracterizados como portal oficial **informativo**.

Num segundo estágio, os sítios passam também a receber informações e dados por parte dos cidadãos, empresas e outros órgãos. O usuário pode, por exemplo, utilizar a Internet para declarar seu imposto de renda, informar uma mudança de endereço, fazer reclamações e sugestões a diversas repartições ou, ainda, efetuar o cadastro *on line* de sua empresa. Nesse âmbito, o sítio governamental passa a ter uma finalidade maior do que a meramente informativa, tornando-se **interativo**.

Na terceira etapa de implantação do *e-government*, as transações se tornam mais complexas e o sítio assume um caráter **transacional**. Nesse estágio, são possíveis trocas de valores que podem ser quantificáveis, como pagamentos de contas e impostos, matrículas na rede pública ou em educação a distância, marcação de consultas médicas, compra de materiais etc. Em outras palavras, além da troca de informações, interações ocorrem e serviços anteriormente prestados por um conjunto de funcionários passam a ser realizados diretamente pela Internet.

Este tópico tem por objetivo analisar e avaliar o conteúdo dos sítios oficiais por meio de pesquisa realizada entre outubro e novembro de 2009. Para efeito dos resultados da mesma, não foram considerados os sítios que não existiam, se encontravam em construção ou manutenção, com mensagem de erro ou pedido de senha de acesso, além da capital ¹².

¹¹ Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos do TCE-RJ.

¹² Os sítios de Cardoso Moreira, Engenheiro Paulo de Frontin, Guapimirim, Itaperuna e Queimados se encontravam em manutenção; Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Itaiva, Itaocara, Magé e São Fidélis, em construção. O sítio de Quatis solicitou senha de acesso; o de Paracambi deu mensagem de erro; o de Seropédica não abriu; os sítios de Cambuci, Carmo, Bom Jardim e São João de Meriti não foram localizados, e o de Vassouras deu erro na página.

Os principais problemas encontrados foram sítios com navegação deficiente, *links* inativos ou com mensagem de erro, ícones inoperantes¹³ e dificuldade em localizar informações ou serviços. Alguns desses, apesar de constarem na página, não estão disponíveis, e um grande número de informações permanece defasado.

De acordo com o levantamento realizado, dos 91 sítios municipais alvos, 72 possuem presença ativa na Internet, ou seja, 79% das prefeituras do Estado. Inicialmente, é apresentado o desempenho do conjunto do Estado e das diversas regiões administrativas para, em seguida, se fazer um comparativo do município ante os demais de sua região.

Para classificação das categorias, denominadas Estágios Informativo, Interativo e Transacional, foram considerados bons os desempenhos dos sítios que obtiveram aproveitamento superior a 70% dos quesitos; regular, na faixa descendente até 50%; sofrível, até 30%; e insuficiente, quando abaixo desse último. O sítio de cada Prefeitura foi avaliado de acordo com o quantitativo de temas disponíveis e esse, transformado em porcentagem sobre o total.

No Estágio Informativo, foram definidos 19 temas autoexplicativos. Todas as prefeituras analisadas apresentaram sítios informativos, mas seu conjunto somente atingiu 49% de aproveitamento no total de serviços elencados para a categoria, imputando uma classificação sofrível ao grupo.

Com desempenhos regulares, entretanto, a região Norte Fluminense obteve 59% de aproveitamento, seguida da região do Médio Paraíba, com 54%, e da Metropolitana, com 50%. Já a região da Costa Verde atendeu apenas 47% dos quesitos; a Centro-Sul Fluminense, 46%; a Serrana, 45%; as Baixadas Litorâneas, 44% e a região Noroeste Fluminense, apenas 42%.

Tabela 1: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Informativo – Regiões - 2009

Região Administrativa	Centro-Sul Fluminense	Costa Verde	Baixas Litorâneas	Médio Paraíba	Metropolitana	Noroeste Fluminense	Norte Fluminense	Serrana	Totais
Quantidade de sítios pesquisados / total de municípios da região	8/10	4/4	11/13	11/12	10/16	9/13	7/9	12/14	72/91
História do Município	100%	75%	91%	91%	90%	78%	71%	100%	90%
Geografia	75%	75%	82%	82%	90%	89%	86%	83%	85%
Economia	13%	25%	9%	36%	30%	33%	57%	33%	29%
Finanças Públicas	88%	25%	27%	82%	40%	78%	71%	83%	65%
Cultura e Entretenimento	75%	75%	64%	82%	60%	56%	86%	58%	69%
Saúde	38%	50%	18%	45%	30%	22%	43%	25%	32%
Educação	63%	50%	27%	73%	50%	56%	57%	33%	51%
Meio Ambiente	13%	25%	9%	18%	30%	0%	43%	8%	17%
Infraestrutura	0%	25%	0%	64%	20%	33%	14%	17%	24%
Tributação	25%	100%	73%	64%	70%	11%	43%	42%	53%
Legislação	75%	75%	91%	64%	90%	89%	86%	83%	83%
Notícias	88%	75%	100%	91%	100%	78%	100%	75%	90%
Turismo	88%	75%	73%	91%	40%	67%	71%	67%	72%
Estrutura Administrativa	88%	75%	100%	91%	100%	89%	100%	83%	93%
Investimentos	13%	0%	9%	9%	20%	0%	14%	17%	11%
Políticas Públicas	25%	25%	27%	27%	30%	0%	14%	25%	22%
Trabalho e emprego	0%	25%	0%	9%	20%	0%	43%	0%	10%
Trânsito	0%	0%	0%	0%	10%	0%	14%	8%	4%
Plano Diretor	13%	25%	27%	9%	30%	22%	100%	17%	28%
Totais	46%	47%	44%	54%	50%	42%	59%	45%	49%

¹³ É possível que muitas das falhas detectadas venham sendo solucionadas pelos sítios municipais avaliados e que esta pesquisa apresente situações distintas daquela do Capítulo V – O TURISMO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.

BELFORD ROXO

Nessa comparação por regiões do Estado, verificou-se que não houve melhora da qualidade técnica das páginas municipais em relação ao ano anterior.

Os assuntos informativos continuam predominando, mesmo com sua baixa performance, e não ocorreu evolução na oferta de serviços interativos. Como se verá a seguir, o conjunto obteve apenas 17% de aproveitamento nessa categoria, com desempenho abaixo do esperado.

No Estágio Interativo, foram definidos 18 temas, também autoexplicativos. Com performance insuficiente em todas as regiões, menos uma, o desafio está posto para que se obtenha algum formulário ou se realize um cadastro simples. A exceção foi o serviço de ouvidoria que, como nas pesquisas anteriores, continua sendo o único que aparece com frequência expressiva em 90% dos sítios pesquisados. Outros serviços com maior destaque são os relacionados a impostos e editais de licitação. O serviço de saúde não obteve pontuação em região alguma e os serviços de habitação, iluminação pública e vigilância sanitária são oferecidos em apenas 3 regiões, com índice de aproveitamento geral de 1%.

Nenhuma região atendeu a todos os quesitos. A região da Costa Verde obteve melhor desempenho, com 33% de aproveitamento, seguida da região do Médio Paraíba, com 22%. As regiões das Baixadas Litorâneas e Metropolitana obtiveram 19% cada; a Norte Fluminense, 18%; a Serrana atingiu 13%; a Centro-Sul Fluminense, 11% e, por último, a região Noroeste Fluminense obteve apenas 8% de aproveitamento.

Tabela 2: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Interativo – Regiões - 2009

Região Administrativa	Centro-Sul Fluminense	Costa Verde	Baixas Litorâneas	Médio Paraíba	Metropolitana	Noroeste Fluminense	Norte Fluminense	Serrana	Totais
Quantidade de sítios pesquisados / total de municípios da região	8/10	4/4	11/13	11/12	10/16	9/13	7/9	12/14	72/91
IPTU	0%	75%	36%	36%	30%	0%	43%	8%	25%
ISS	0%	75%	55%	36%	50%	0%	29%	17%	31%
ITBI	0%	25%	0%	9%	20%	0%	14%	8%	8%
Simples	0%	0%	0%	9%	20%	0%	0%	8%	6%
Processos	13%	50%	27%	36%	20%	0%	0%	8%	18%
Saúde	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
Educação	0%	25%	0%	0%	10%	0%	0%	0%	3%
Habitação	0%	0%	0%	0%	10%	0%	0%	0%	1%
Iluminação Pública	0%	25%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	1%
Água e Esgoto	0%	25%	0%	9%	10%	0%	0%	0%	4%
Transportes	0%	50%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	3%
Obras e Meio Ambiente	0%	25%	0%	9%	10%	0%	14%	0%	6%
Vigilância sanitária	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	8%	1%
Concursos	25%	25%	55%	27%	10%	22%	43%	25%	29%
Licitações	38%	50%	55%	64%	30%	33%	43%	25%	42%
Cadastro de fornecedores	25%	25%	9%	36%	20%	11%	29%	25%	22%
Balcão de empregos	13%	25%	9%	27%	10%	0%	14%	8%	13%
Ouvidoria	88%	100%	91%	91%	90%	78%	100%	92%	90%
Totais	11%	33%	19%	22%	19%	8%	18%	13%	17%

Dos 72 municípios analisados, os únicos com aproveitamento superior a 70%, de todos os 37 quesitos das categorias Informativo e Interativo – que os classificaria como bons, foram Angra do Reis, com 84%, e Petrópolis, com 76%. Sete municípios obtiveram desempenho regular; 35 não atingiram 50%, ficando com a classificação sofrível, e 28 podem ser denominados insuficientes.

Nas páginas que se seguem, é feita uma análise intrarregional ¹⁴.

A Região Metropolitana ficou na terceira colocação no total de atendimento aos quesitos listados dos sítios municipais no Estágio Informativo e, no Interativo, também em terceiro, empatada com a Região das Baixadas Litorâneas. Não foram analisados os sítios de Guapimirim, Magé, Paracambi, Queimados, Rio de Janeiro, Seropédica e São João de Meriti, pelos motivos já citados.

Quanto ao Estágio Informativo, Nova Iguaçu e São Gonçalo, empatados com desempenho regular, atingiram a 1ª colocação com 68% de aproveitamento; Duque de Caxias também obteve desempenho regular, com 58%; na 3ª colocação ficaram os municípios de Mesquita e Niterói, com 53% cada; Japeri e Nilópolis, ambos em 4º lugar e na faixa sofrível, atingiram 47%; Itaboraí, na 5ª posição, atingiu 42%. Belford Roxo, com 37%, ficou em penúltimo lugar e, na última colocação, ficou Tanguá com insuficientes 26%. Todos os quesitos receberam pontuação.

Tabela 3: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Informativo – Região Metropolitana - 2009

Municípios	Belford Roxo	Duque de Caxias	Guapimirim	Itaboraí	Japeri	Magé	Mesquita	Nilópolis	Niterói	Nova Iguaçu	Paracambi	Queimados	São Gonçalo	São João de Meriti	Seropédica	Tanguá	Região Metropolitana	
Data da última consulta da pesquisa ao sítio oficial	14/10/09	19/10/09	19/10/09	20/10/09	20/10/09	21/10/09	22/10/09	29/10/09	29/10/09	3/11/09	4/11/09	19/11/09	24/11/09	24/11/09	25/11/09	26/11/09		
História do Município	sim	sim	sítio em manutenção	sim	sim	sítio em construção	sim	sim	sim	sim	mensagem de erro	sítio em manutenção	sim	sítio não encontrado	não abre		90%	
Geografia	sim	sim		sim	sim		sim	sim	sim	sim			sim				sim	90%
Economia	sim	sim		sim	sim		sim	sim	sim	sim			sim				sim	30%
Finanças Públicas				sim	sim		sim	sim	sim	sim			sim				sim	40%
Cultura e Entretenimento				sim	sim		sim	sim	sim	sim			sim				sim	60%
Saúde		sim		sim	sim		sim	sim	sim	sim			sim				sim	30%
Educação		sim		sim	sim		sim	sim	sim	sim			sim				sim	50%
Meio Ambiente	sim	sim		sim	sim		sim	sim	sim	sim			sim				sim	30%
Infraestrutura				sim	sim		sim	sim	sim	sim			sim				sim	20%
Tributação		sim		sim	sim		sim	sim	sim	sim			sim				sim	70%
Legislação		sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	90%							
Notícias	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	100%							
Turismo			sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	40%							
Estrutura Administrativa	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	100%							
Investimentos	sim		sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	sim	20%							
Políticas Públicas									sim	sim	30%							
Trabalho e emprego		sim					sim				20%							
Trânsito								sim			10%							
Plano Diretor							sim		sim		30%							
Totais	37%	58%	0%	42%	47%	0%	53%	47%	53%	68%	0%	0%	68%	0%	0%	26%	50%	

Quanto ao Estágio Interativo, Niterói, com desempenho regular, foi o melhor colocado, com 50% de aproveitamento; São Gonçalo, com 33% e desempenho sofrível, ficou com a 2ª colocação. Todos os demais municípios da região obtiveram desempenho insuficiente: Duque de Caxias e Mesquita obtiveram 28%, empatados, e, Itaboraí, Nova Iguaçu e Tanguá, também empatados, atingiram apenas 11% cada. Belford Roxo, Japeri e Nilópolis, oferecem, nesta categoria, apenas o serviço de ouvidoria, e nenhum município pontuou nos seguintes serviços: saúde, iluminação pública, transportes e vigilância sanitária.

¹⁴ Devido aos numerosos empates entre os 72 municípios, na avaliação geral, o último lugar ficou sendo a 23ª posição.



BELFORD ROXO

Tabela 4: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Interativo – Região Metropolitana - 2009

Municípios	Belford Roxo	Duque de Caxias	Guapimirim	Itaboraí	Japeri	Magé	Mesquita	Nilópolis	Niterói	Nova Iguaçu	Paracambi	Queimados	São Gonçalo	São João de Meriti	Seropédica	Tanguá	Região Metropolitana					
Data da última consulta da pesquisa ao sítio oficial	14/10/09	19/10/09	19/10/09	20/10/09	20/10/09	21/10/09	22/10/09	29/10/09	29/10/09	3/11/09	4/11/09	19/11/09	24/11/09	24/11/09	25/11/09	26/11/09						
IPTU		sim	sítio em manutenção			sítio em construção			sim		mensagem de erro		sim	sítio não encontrado	não abre		30%					
ISS		sim		sim					sim	sim						sim						50%
ITBI		sim								sim												20%
Simplex									sim	sim												20%
Processos										sim							sim					20%
Saude																						0%
Educação									sim													10%
Habitação												sim										10%
Iluminação Pública																						0%
Água e Esgoto																					sim	10%
Transportes																	0%					
Obras e Meio Ambiente																sim	10%					
Vigilância sanitária																	0%					
Concursos							sim										10%					
Licitações							sim		sim				sim				30%					
Cadastro de fornecedores									sim				sim				20%					
Balcão de empregos		sim															10%					
Ouvidoria	sim	sim		sim	sim		sim	sim	sim	sim			sim				90%					
Totais	6%	28%	0%	11%	6%	0%	28%	6%	50%	11%	0%	0%	33%	0%	0%	11%	19%					

No conjunto da região, os municípios de Niterói e São Gonçalo se destacaram perante os demais, com 51% de aproveitamento global cada, nas categorias de informação e interação com o usuário, ficando na 7ª colocação no ranking geral de todos os municípios analisados; Duque de Caxias ficou em 2º lugar na região, com 43% de aproveitamento global, ficando em 9º no ranking geral; Mesquita e Nova Iguaçu, em 3º lugar na região, com 41% de aproveitamento global, atingiram a 10ª posição no ranking do Estado; Itaboraí, Japeri e Nilópolis atingiram a 4ª posição regional, os três com desempenho de 27% no total global e a 15ª posição no ranking geral; o 5º lugar regional ficou com a Prefeitura de Belford Roxo, que obteve 22% no total global e ficou na 17ª posição no ranking; Tanguá atingiu a última colocação regional, ficando na 18ª posição geral, com 19% de aproveitamento global.

Os 19 tópicos definidos na pesquisa; referentes a serviços informativos, obtiveram pontuação e, dos 18 tópicos referentes a serviços interativos, 4 não são ofertados na região. No município de Tanguá, várias páginas não abrem quando clicadas e, em Mesquita, algumas páginas contêm mensagem de erro.

Para o Estágio Transacional, a pesquisa testou se os sítios municipais possibilitam a realização de sete tipos de transações diferentes. De todos os municípios analisados, somente dezenove apresentaram algum tipo de serviço transacional, e apenas o conjunto de localidades da região Noroeste Fluminense não ofereceu esse serviço.

A pesquisa atual revela um pequeno avanço nesse estágio em algumas prefeituras, mas demonstra, todavia, o despreparo da maioria dos sítios municipais em disponibilizar qualquer tipo de transação via web.

Tabela 5: Rendimento dos sítios municipais – Estágio Transacional - 2009

Municípios	Regiões	Impressão de documentos fiscais	Consulta prévia <i>online</i> - alvará provisório	Licitação e pregão	Alvará	Nota fiscal eletrônica	Educação - matrícula <i>online</i>	Emissão de certidão negativa de débito	Totais
Angra dos Reis	Costa Verde		sim	sim	sim	sim		sim	71%
Barra do Piraí	Médio Paraíba			sim					14%
Barra Mansa	Médio Paraíba		sim	sim	sim	sim		sim	71%
Cabo Frio	Baixadas Litorâneas					sim			14%
Campos dos Goytacazes	Norte Fluminense					sim			14%
Itaboraí	Metropolitana					sim			14%
Itaguaí	Costa Verde					sim			14%
Japeri	Metropolitana							sim	14%
Macaé	Norte Fluminense					sim			14%
Mangaratiba	Costa Verde							sim	14%
Mesquita	Metropolitana							sim	14%
Paraíba do Sul	Centro-Sul Fluminense			sim					14%
Paraty	Costa Verde							sim	14%
Petrópolis	Serrana	sim	sim	sim	sim			sim	71%
Resende	Médio Paraíba		sim		sim	sim		sim	57%
Rio Bonito	Baixadas Litorâneas					sim			14%
São Gonçalo	Metropolitana			sim					14%
Teresópolis	Serrana						sim		14%
Volta Redonda	Médio Paraíba					sim		sim	29%
Totais		5%	21%	32%	21%	53%	5%	47%	26%

Dos 19 municípios que disponibilizam esse tipo de serviço, a nota fiscal eletrônica foi o mais oferecido ao cidadão, estando disponível em 10 dos sítios analisados, enquanto a emissão de certidão negativa de débito foi disponibilizada em 9 deles. Licitação e pregão foram o 3º serviço mais oferecido, tendo presença em 6 sítios. Consulta prévia e alvará foram encontrados em 4 sítios. Impressão de documentos fiscais estava disponível somente no município de Petrópolis e matrícula *on line*, em Teresópolis (no sítio oficial de Petrópolis, a página da pré-matrícula não abriu).

Angra dos Reis, Barra Mansa e Petrópolis obtiveram melhor desempenho, com 71% de aproveitamento no total de serviços oferecidos. A prefeitura de Resende, com 57% de aproveitamento, ficou em 2º lugar, seguida de Volta Redonda, com 29%. Todos os demais municípios analisados da categoria oferecem apenas um dos serviços



BELFORD ROXO

elencados, tendo obtido 14% de aproveitamento nesse estágio mais avançado de governo eletrônico.

O principal objetivo do governo eletrônico é promover o acesso à informação e à prestação de serviços públicos através de *websites* oficiais. Essa pesquisa tem por finalidade acompanhar o grau de participação das prefeituras do Estado do Rio de Janeiro nesse processo de desburocratização eletrônica. A FIRJAN começou esse mapeamento a partir do ano de 2002, quando havia apenas 42 municípios fluminenses na *web*. O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, ciente da importância desse novo modelo de gestão pública, vem acompanhando, desde 2006, a construção e o desenvolvimento desses sítios e divulgando suas pesquisas nos Estudos Socioeconômicos publicados desde então. Naquele ano de 2006, o número de sítios oficiais subiu para 67, não havendo grande evolução na oferta dos serviços e informações em relação aos anos anteriores pesquisados pela FIRJAN. Já no estudo realizado em 2007, 100% das prefeituras do Estado possuíam sítios oficiais, mas muitos deles eram ainda bastante deficientes, e alguns não estavam operacionais.

Foi verificado que, em 2008, alguns municípios não foram avaliados por estarem inabilitados, além de não ter havido melhora significativa na usabilidade dos sítios. No estudo realizado esse ano, foi observado que um número considerável de sítios municipais ficou fora do ar durante meses, não podendo ser avaliado e dificultando o resultado da pesquisa e o acompanhamento da evolução do *e-gov*. Pode-se concluir, portanto, que a grande maioria das prefeituras continua investindo pouco no aprimoramento da qualidade dos serviços prestados, dificultando assim o processo de desburocratização.

III – INDICADORES SOCIAIS

Este capítulo aborda três diferentes temas: educação, saúde e mercado de trabalho.

Educação

Diante da quase universalização do acesso à etapa obrigatória de escolarização, [...] parece que o grande desafio do atual momento histórico, no que diz respeito ao direito à educação, é fazer com que ele seja, além de garantido e efetivado por meio de medidas de universalização do acesso e da permanência, uma experiência enriquecedora do ponto de vista humano, político e social, e que consubstancie, de fato, um projeto de emancipação e inserção social. Portanto, que o direito à educação tenha como pressuposto um ensino básico de qualidade para todos e que não (re)produza mecanismos de diferenciação e de exclusão social.

Oliveira e Araújo (2005)

Em todo o país, grande parcela dos alunos de diferentes níveis educacionais apresenta deficiências em disciplinas críticas. A baixa absorção dos conteúdos curriculares prejudica a inclusão desses indivíduos na sociedade moderna. O sistema educacional brasileiro nem sempre é capaz de desenvolver habilidades cognitivas de importância essencial para o cotidiano e evidencia debilidades no fomento à formação de valores que capacitem os cidadãos para uma participação social ativa.

A Escola não é apenas uma instituição para transmissão de conhecimento; é, acima de tudo, um lugar onde as crianças podem adquirir habilidades sociais e autoconfiança, onde aprendem sobre seu país, sua cultura e o mundo onde vivem e onde ganham as ferramentas de que precisam para expandir seus horizontes. A educação formal pública é a cota de responsabilidade do Estado num esforço social mais amplo para a formação de indivíduos capazes de assumir uma postura crítica e criativa frente ao mundo.

O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE é um passo importante rumo à construção de uma resposta institucional amparada nesse conceito de educação. O Ministério da Educação – MEC, em abril de 2007, colocou à disposição dos estados, do Distrito Federal e dos municípios instrumentos eficazes de implementação de políticas de melhoria da qualidade da educação, sobretudo da educação básica pública, e de sua avaliação.



O Plano de Metas *Compromisso Todos pela Educação*, instituído pelo Decreto 6.094, de 24 de abril de 2007, é um programa estratégico do PDE e traz um novo regime de colaboração, buscando harmonizar a atuação dos entes federados sem ferir-lhes a autonomia. Envolve primordialmente a decisão política, a ação técnica e o atendimento da demanda educacional, visando à melhoria dos indicadores educacionais. Trata-se de um compromisso fundado em 28 diretrizes que compartilha competências para a

BELFORD ROXO

execução de programas de manutenção e desenvolvimento da educação básica. Seu objetivo é fazer com que a qualidade da educação, gradativamente, alcance novos patamares em 2022, ano em que o Brasil comemora o bicentenário da Independência.

A partir da adesão ao Plano de Metas, os estados e municípios elaboram seus respectivos Planos de Ações Articuladas – PAR, que mostram indicadores do setor e propõem metas e ações para o ensino no município. Com o objetivo de apoiar os entes que aderirem ao compromisso, foram criadas ações que reorganizam a distribuição de recursos voluntários do Ministério da Educação e mobilizam os entes federados a assumir, em conjunto com a União, a responsabilidade pelo avanço dos resultados educacionais.

Os critérios, parâmetros e procedimentos para a operacionalização da assistência financeira suplementar e voluntária aos municípios prioritários, no âmbito do Plano de Metas do PDE, foram estabelecidos pela Resolução nº 46, de 31/10/2008, que altera a Resolução CD/FNDE nº 29, de 20 de julho de 2007.

O diagnóstico da situação educacional local está estruturado em quatro grandes dimensões: gestão educacional; formação de professores e dos profissionais de serviço e apoio escolar; práticas pedagógicas e avaliação; infraestrutura física e recursos pedagógicos. Cada dimensão é composta por áreas de atuação, e cada área apresenta indicadores específicos que, analisados, orientam a formulação de um plano adequado às demandas locais. O cumprimento das metas é acompanhado e, posteriormente, serve para a correção de rumos do PAR.

Para tal diagnóstico e planejamento, consultores de todo o país na área de educação vêm sendo contratados, por meio de edital da UNESCO, para sua elaboração, em conjunto com dirigentes estaduais e/ou municipais de educação. Além disso, o profissional contratado prestará assistência técnica na implementação do plano e na checagem das metodologias utilizadas para monitoramento e aferição de resultados.

Com objetivos passíveis de acompanhamento público e controle social, o MEC disponibiliza, para consulta pública, os relatórios elaborados pelos estados e municípios que aderiram ao Plano de Metas. No sítio do MEC ¹⁵, estão disponibilizadas informações sobre o estágio do Plano de Ações Articuladas de cada município do país, o escopo do Termo de Cooperação Técnica que porventura já estiver assinado entre as partes, discriminando em detalhe os objetivos para cada uma das dimensões citadas, recursos envolvidos, indicadores demográficos e educacionais etc.

No âmbito do Estado do Rio de Janeiro, o poder executivo, em seu Plano Plurianual 2008-2011 – PPA, que vigora sob a forma da Lei nº5181, de 02 de janeiro de 2008, apresenta uma agenda prioritária, com ênfase no desenvolvimento do capital humano. Seus objetivos incluem:

- Aumentar a eficiência do fluxo escolar em todo ensino básico, incluindo a redução das taxas de evasão escolar, repetência e defasagem idade-série, e aumento da taxa de aprovação;

¹⁵ Para maiores informações, consulte <http://simec.mec.gov.br/cte/relatoriopublico/principal.php>.

- Ampliar a conclusão do Ensino Médio na juventude por meio da flexibilização curricular; reorganização da oferta de infraestrutura específica; desenvolvimento de modelos pedagógicos atrativos ao jovem e integração à qualificação profissional;
- Ampliar o tempo diário de permanência em aula e reduzir a exposição de crianças e jovens às condições de vulnerabilidade social;
- Promover a formação de técnicos de nível médio em parceria com instituições de ensino e pesquisa, em consonância com as vocações produtivas regionais;
- Aumentar a qualificação e motivação dos professores do ensino básico e fortalecer e valorizar a carreira docente;
- Modernizar as escolas e recuperar a rede física do sistema de ensino;
- Melhorar o desempenho das escolas por meio da adoção de novos métodos de gestão, incluindo a formação de gestores escolares e a capacitação gerencial dos diretores.

Um outro tema prioritário refere-se à promoção da cultura e integração social pelo esporte, que tem como alguns de seus objetivos valorizar e incorporar a cultura, história e aspectos locais fluminenses no cotidiano do sistema educacional; incentivar as manifestações contemporâneas da cultura, buscando a renovação dos elementos culturais locais e a sua integração às influências nacionais e globais, com enfoque principal na juventude, e estabelecer parcerias com prefeituras e entidades esportivas para expansão das áreas destinadas ao esporte e lazer em regiões de vulnerabilidade social.

O Governo estadual, no bojo do PPA, tem três programas: Universalização do Ensino Médio na Rede Pública Estadual, Ensino Fundamental de Qualidade e o Programa Estadual de Gestão Escolar, cuja intenção, entre outras, é formar gestores escolares que exerçam um papel de liderança que transcenda os limites da escola e se projete na comunidade. Por isso, os aspectos administrativos são apenas uma das dimensões consideradas no processo de qualificação dos gestores. Além dessas questões, a formação aborda a dimensão pedagógica, na qual está inserido o projeto político-pedagógico da Escola, com todas as suas implicações e desdobramentos, com ênfase na análise dos indicadores educacionais, a dimensão legislativa e a dimensão comunitária, na qual o contexto social, econômico, geográfico e cultural em que a escola se insere é destacado como elemento importante no planejamento das atividades da escola.

Paralelamente, na vertente da tecnologia da informação, o estado vem implementando o Conexão Educação, sistema de gestão educacional integrada da rede de ensino do estado, visando à integração e gestão de todos os seus componentes, e à transformação dos procedimentos relacionados à educação em processos eficientes, ágeis, seguros e econômicos. Outras iniciativas de modernização e suporte para o corpo docente estão na distribuição de *notebooks* e na disponibilização da revista eletrônica Educação Pública em <http://www.educacaopublica.rj.gov.br>. As oficinas desse portal da educação são gratuitas, de acesso imediato, realizadas a distância e pretendem estimular a prática pedagógica com ideias, projetos e experiências para a sala de aula. São diversas as áreas de aplicação: Arte, Biologia, Cidadania, Educação em Ciências, Física, Geografia, Geologia, História, Informática, Língua Portuguesa, Matemática e Química. Outro portal de apoio é o <http://www.conexaoprofessor.rj.gov.br>, por meio da qual se acessa, dentre outros produtos e serviços interativos para professores, outra revista

BELFORD ROXO

eletrônica: Educação em Linha. Para os alunos, aproximando-se da era dos blogs e das redes sociais na Internet, o estado disponibiliza o sítio <http://www.conexaoaluno.rj.gov.br>.

Entre os especialistas, é consenso que a educação infantil favorece enormemente a capacidade de aprender, porque é na primeira infância que, associadas à afetividade, as estruturas cognitivas se formam, conferindo ao sujeito uma marca definitiva no que concerne à sua capacidade de operar no campo simbólico. Tal predisposição pode ser desperdiçada se a criança não encontrar professores qualificados e valorizados, dispostos a exercer com eficiência a sua função.

A criação do Fundeb, em 2007, também pode ser vista como um mecanismo que, possivelmente, criará um incentivo adicional para que ocorra uma expansão da oferta de educação infantil. Deve-se ter em mente que o mecanismo de distribuição de recursos é vinculado ao número de matrículas presenciais e que a contribuição para o Fundo também continua sendo compulsória, o que acaba por criar um incentivo adicional para que os prefeitos e secretários municipais de educação ampliem a cobertura desta modalidade de ensino. Somado a isto, o PDE traz como uma de suas ações o programa Pró-infância, cujo propósito é suprir a carência dos municípios em termos de instalações para a educação infantil. O governo federal pretende investir, entre os anos de 2007 e 2010, cerca de R\$ 800 milhões para que os municípios e o Distrito Federal ampliem e aperfeiçoem as instalações direcionadas à educação infantil.

Uma política pública da envergadura desse PDE é chave para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos brasileiros. Por outro lado, a direção dessa política pode ser influenciada pela participação efetiva da população. Além do mais, tal procedimento estimula um sistema de ensino em que todas as crianças e adolescentes tenham acesso à escola, não desperdicem tempo com repetências, não abandonem a escola precocemente, reduzindo a expressiva evasão existente, e, ao final de tudo, aprendam.

Resultados de comparativos e exames internacionais e nacionais

A divulgação de estatísticas internacionais é apresentada antes dos resultados nacionais para se obter uma perspectiva da situação do país em relação ao resto do mundo. Posteriormente, são focados os indicadores do Estado e do próprio município em estudo.

Education For All – EFA Global Monitoring Report

No Fórum de Educação Mundial de 2000, realizado em Dakar, no Senegal, 164 países se comprometeram a tomar seis medidas para melhorar o ensino em suas escolas até 2015: garantir o acesso aos cuidados e à educação para a primeira infância; garantir a educação primária (Ensino Fundamental) universal; criar oportunidades aprimoradas de aprendizado para jovens e adultos; gerar um aumento de 50% em taxas de alfabetização de adultos; promover a igualdade de gênero, e melhorar todos os aspectos da qualidade da educação. Esse compromisso foi ratificado quando da Declaração das Nações Unidas de 2002, que definiu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, abordados na edição de 2005 desses Estudos Socioeconômicos.

No Relatório de Monitoramento Global de 2009, feito pela Unesco¹⁶ com base em dados de 2006, gerados pelos próprios países, o Brasil aparece na 80ª colocação no Índice de Desenvolvimento do “Educação para Todos” (*Education For All*). Esse índice se baseia em indicadores de quatro das seis medidas citadas, que podem ser mais facilmente mensuradas: educação primária universal, alfabetização de adultos, qualidade (utilizando como indicador a taxa de permanência dos alunos até a 5ª série) e paridade de gênero. Na primeira dessas metas, o Brasil está no 59º lugar no *ranking* global, na segunda, está no 76º e, na paridade de gênero, na 82ª colocação. No índice que mede a qualidade do ensino, o Brasil está em 99º lugar. Todos os demais países sulamericanos estão à sua frente no índice geral.

Pisa – Programme for International Student Assessment

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE, é outra instituição intergovernamental, que agrupa 30 países dentre os mais industrializados, cujo programa de educação vem buscando melhorar os indicadores internacionais de desempenho educacional. Para tanto, decidiu investir diretamente na melhoria das medidas de resultados, organizando pesquisas internacionalmente comparáveis e enfocando especialmente medidas de habilidades e competências necessárias à vida moderna. Uma de suas iniciativas é o *Programme for International Student Assessment* – Pisa: uma avaliação internacional padronizada para estudantes de 15 anos de idade que vem sendo realizada a cada três anos, com a participação de 43 países em 2000, 41 em 2003 e 57 em 2006. Para a quarta avaliação de 2009, 67 países estão inscritos. Os testes são realizados em 4.500 a 10.000 estudantes em cada país e medem o desempenho dos alunos nas áreas de Leitura, Matemática e Ciências, enfatizadas, respectivamente, nos exames ocorridos nos anos citados.

O Brasil, mesmo não sendo membro da OCDE, participou de todos os exames do Pisa sob a coordenação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Os desempenhos alcançados pelo país foram sofríveis, pois ficou em 39º lugar na edição de 2000, disputou o último lugar com a Tunísia em 2003, mas progrediu para a 52ª posição em 2006.

Os resultados do Pisa, todavia, podem inferir muitas outras análises, além do mero *ranking* geral ou específico para as disciplinas citadas: estão os adolescentes preparados para o desafio do futuro? Que habilidades possuem que facilitarão sua capacidade de adaptação às rápidas mudanças sociais? A avaliação do Pisa enfoca a habilidade do jovem em aplicar seu conhecimento e habilidades em problemas e situações da vida real. Em tais situações, estão os estudantes aptos para analisar, raciocinar e comunicar suas ideias efetivamente? Quão bem fazem uso dos avanços tecnológicos? Eles têm capacidade e estão equipados com estratégias para continuar a aprender pelo resto de suas vidas? Algumas das maneiras de organização das escolas e do aprendizado são mais efetivas que outras? Que influência tem a qualidade dos recursos da escola nos resultados do aluno? Quais estruturas e práticas educacionais maximizam as oportunidades dos estudantes oriundos de condições desfavoráveis? Quão equitativo é o provimento da educação para estudantes de todas as condições sociais?

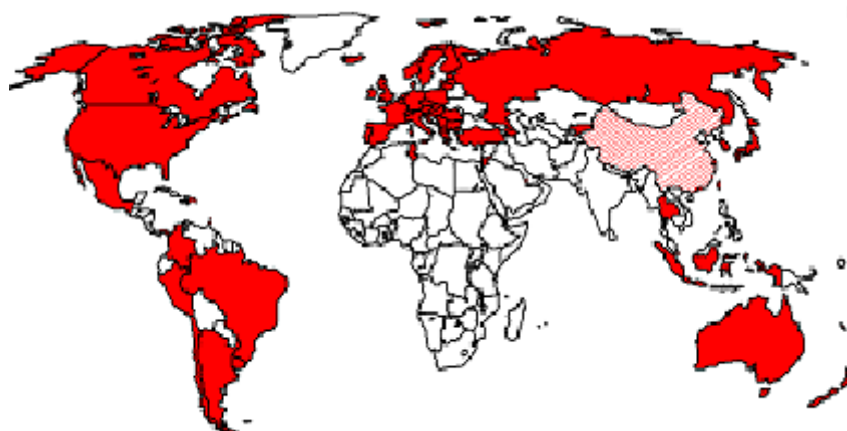
¹⁶ Para mais informações, consulte <http://www.unesco.org/en/efareport>. Acesso em 08.05.2009.

BELFORD ROXO

Cada país elabora suas análises com base nos resultados que obteve no Pisa, existindo somente um Relatório Nacional sobre o Pisa, referente ao exame de 2000¹⁷. Esse aponta que 80% dos alunos brasileiros de 15 anos que participaram, por conta do atraso escolar, ainda não haviam atingido o nível de escolaridade onde os conteúdos testados, ou a maior parte deles, estariam sendo ensinados, puxando o resultado para o fim da fila. Os demais países não tiveram tamanha distorção idade-série e apresentaram alunos que já cursavam o Ensino Médio, enquanto boa parte dos brasileiros estava no curso fundamental.

Para 2009¹⁸, cerca de 56 mil alunos de 990 escolas públicas e privadas, farão o teste em 587 municípios. A amostra, todavia, foi subdividida em dois grupos: o primeiro, com 30 mil estudantes, tem o perfil recomendado pelo Pisa (15 anos e 4 meses a 16 anos e 4 meses de idade, independentemente da série que estejam cursando); os demais 26 mil têm a mesma idade e necessariamente estão na 1ª série do Ensino Médio, estágio de aprendizagem esperado para a idade. O Inep quer avaliar o impacto do atraso escolar, pois expressiva parte dos estudantes dessa série está acima da idade prevista (47,5% no país e 57,6% no RJ em 2006). Sua intenção é comparar os desempenhos dos dois grupos. Os resultados estarão disponíveis a partir de 2010. Abaixo, segue o mapa dos participantes da avaliação Pisa 2009.

Gráfico 9: Participantes do Pisa em 2009



Nota: Da China participam apenas Xangai, Macau e Hong Kong.

Castro (2001) afirma que nossas escolas insistem no ensino superficial, quilométrico, sem atenção para o detalhe e o uso cuidadoso da linguagem. Alerta que a escola não está ensinando seus alunos a ler um texto escrito e a tirar dele as conclusões e reflexões logicamente permitidas. O modo como os alunos leem textos e deles extraem informações básicas para uma reflexão posterior deixa muito a desejar. Nos testes, a maioria parece tentar resolver a questão sem apoio do texto, baseados nas suas opiniões. De acordo com o autor, as escolas brasileiras estão longe de promover nos alunos a competência exigida pelas sociedades letradas para o verdadeiro exercício da cidadania. Das diversas atividades e conteúdos que a escola faz ou tenta fazer, o Pisa está nos

¹⁷ Disponível em <http://www.pisa.oecd.org>. Acessos em 25.07.2006 e 27.04.2009.

¹⁸ In WEBER, Demétrio. Na série B da educação. O Globo, Rio de Janeiro, 18 de maio de 2009, p.3.

mostrando que ela se esquece da mais essencial: dar ao aluno o domínio da linguagem. Se fosse necessário gerar um slogan para todas as escolas de todos os níveis, esse seria: "Só há uma prioridade na escola brasileira: ensinar a ler e entender o que está escrito".

Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb

O Saeb foi a primeira iniciativa, em escala nacional, para se conhecer o sistema educacional brasileiro em profundidade. Ele começou a ser desenvolvido no final dos anos 80 e foi aplicado pela primeira vez em 1990.

Em 1995, o Saeb passou por uma reestruturação metodológica que possibilitou a comparação dos desempenhos ao longo dos anos. Desde a sua primeira avaliação, fornece dados sobre a qualidade dos sistemas educacionais do Brasil como um todo, das regiões geográficas e das unidades federadas (estados e Distrito Federal).

O Saeb é feito a cada dois anos e avalia uma amostra representativa dos alunos regularmente matriculados nas 4ª e 8ª séries (quinto e nono anos: ao término dos anos iniciais e dos anos finais, como estruturado a partir de 2004) do Ensino Fundamental e 3º ano do Ensino Médio, de escolas públicas e privadas, localizadas em área urbana ou rural. Nos testes, os estudantes respondem a questões de Língua Portuguesa, com foco em leitura, e Matemática, com ênfase na resolução de problemas.

Seus resultados não seguem a lógica das provas clássicas que avaliam conteúdos: as avaliações não vão de zero a dez e não têm relação direta com a quantidade de questões acertadas. Suas médias são apresentadas em uma escala de desempenho. A escala descreve as competências e as habilidades que os alunos são capazes de demonstrar. A escala de proficiência é única para as séries avaliadas, em cada disciplina. Ela apresenta os resultados de desempenho dos estudantes de cada uma dessas séries, em uma mesma métrica ¹⁹.

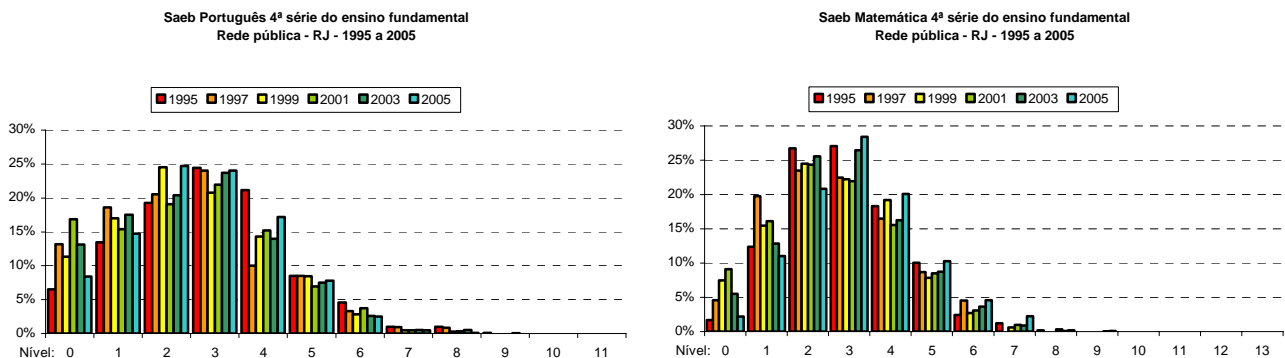
Pelos procedimentos estatísticos que utiliza, o Saeb produz informações sobre Estados, e não sobre escolas ou alunos individuais. Mesmo assim, os dados impressionam quando comparados os resultados dos diversos anos já disponibilizados pelo MEC (1995 a 2005 – não havia informação de 2007 quando da elaboração deste estudo). Foram estabelecidos onze níveis para Língua Portuguesa e treze para Matemática, que poderiam representar uma aproximação das competências que devem ser adquiridas no período de tempo que toma toda a educação básica: quanto mais alto o nível, mais competências foram assimiladas naquela fase de estudos.

Os gráficos a seguir ilustram os resultados da rede pública no Estado do Rio de Janeiro. Na 4ª série, pode-se observar que a distribuição das frequências se faz de forma assimétrica à esquerda. Em Português, a assimetria ainda é maior que em Matemática, sempre para os níveis mais baixos.

¹⁹ Para mais informações sobre as escalas e competências, consulte <http://provabrasil.inep.gov.br/>.

BELFORD ROXO

Gráficos 10 e 11: Percentual de estudantes da 4ª série do Ensino Fundamental por nível obtido no Saeb – 1995 a 2005



Estudo do INEP, intitulado “Qualidade da educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da quarta série do Ensino Fundamental”, com base nos resultados do Saeb de 2001, aponta que o processo ensino-aprendizagem das crianças brasileiras se concretiza de forma muito precária. Apenas 5% podem ser considerados leitores competentes. Eles demonstram habilidades de leitura compatíveis com a série e dominam alguns recursos linguísticos. Dos alunos que completam a 4ª série do Ensino Fundamental, 22% não desenvolveram habilidades de leitura compatíveis com esse nível de escolaridade e 37% aprimoraram algumas competências, mas ainda apresentam desempenho bem abaixo do esperado. Somados estes dois grupos, 59% dos alunos matriculados não foram alfabetizados adequadamente: não são redatores competentes e leem de forma truncada e dissociada. Em nosso estado, esse total chegou a alcançar 47% dos estudantes da 4ª série.

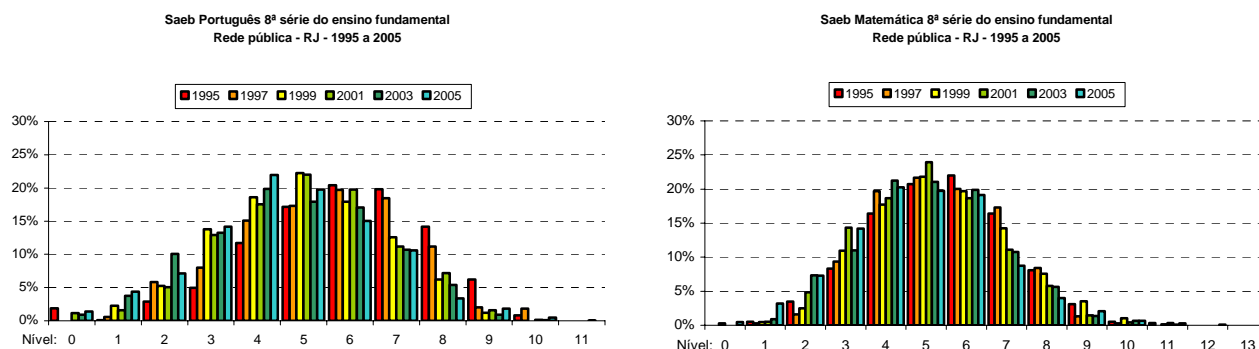
Quanto a Matemática, em 2001, apenas 7% interpretam e sabem resolver problemas de forma competente, apresentando as competências compatíveis com a série cursada. Outros 52% são classificados em situação crítica, apresentando um nível de aprendizado bem abaixo do exigido. Demonstram, por exemplo, dificuldades em lidar com a localização espaço-temporal (frente/direita/esquerda), distância (longe/perto) e divisão com números de três algarismos por outro de um dígito. Outros 41%, classificados no nível intermediário, desenvolveram algumas habilidades de interpretação de problemas, mas de forma incompatível com o esperado para a quarta série. Em suma, 93% dos alunos foram considerados em uma situação crítica ou intermediária. No Rio de Janeiro, o estágio crítico somava 42% e o intermediário, 49% ao final do antigo curso primário, num total de 91%.

O quadro não se alterou significativamente nos anos seguintes, apesar de ter havido melhoras. As crianças e os jovens que, ao final de quatro anos de escolarização, se encontram nos dois mais baixos estágios de medição do desempenho estão em situação de risco educacional. São fortes candidatos a constantes abandonos, à reprovação ou à evasão definitiva dos bancos escolares. Mesmo que parte deles consiga completar oito anos de escolaridade, isso pouco irá representar em termos de oportunidades sociais, seja de ingresso no mercado de trabalho, seja de participação consciente na política e na cultura nacionais, pois lhes foi ofertada uma inclusão sem qualidade de aprendizado.

Com relação à 8ª série, os dados de 2001, que pouco se alteraram nas avaliações dos anos seguintes, indicam que há apenas 3% dos alunos no nível classificado como adequado em Matemática e 10%, em leitura. Há expressiva dificuldade em Matemática (58% dos estudantes no Brasil e 53% no Rio estão na situação considerada crítica na compreensão da matéria). Esses alunos não conseguem transpor o que é solicitado no enunciado de uma questão para uma linguagem matemática. Em Língua Portuguesa, 25% dos alunos estão no estágio crítico e 65%, no nível intermediário: desenvolveram algumas habilidades de leitura de textos simples e informativos, mas ainda não suficientes para esse patamar de escolarização. Os percentuais do nosso estado são, respectivamente, 17% e 68%. O Inep constatou uma estabilidade de tendência nos resultados de 2003, em relação aos de 2001.

Na avaliação do desempenho dos alunos da 8ª série, supostamente, as curvas observadas deveriam se deslocar pelo menos quatro níveis acima daqueles observados na 4ª série. Verifica-se, nos histogramas a seguir, um deslocamento pouco maior que dois níveis e observa-se que a distribuição começa a tornar-se achatada, demonstrando grande variância nos resultados, com dispersão expressiva entre a média e os extremos, principalmente em Língua Portuguesa.

Gráficos 12 e 13: Percentual de estudantes da 8ª série do Ensino Fundamental por nível obtido no Saeb – 1995 a 2005



A evasão escolar começa a se intensificar ao redor dos 14 anos, idade em que idealmente se estaria concluindo o Ensino Fundamental, e termina por criar toda uma geração de jovens que não conseguem obter o diploma de Ensino Fundamental - cada vez mais solicitado pelo mercado de trabalho – e não têm as competências mínimas de leitura, escrita e uso culto da língua, e carecendo ainda de qualificação mínima em raciocínio lógico ou quantitativo.

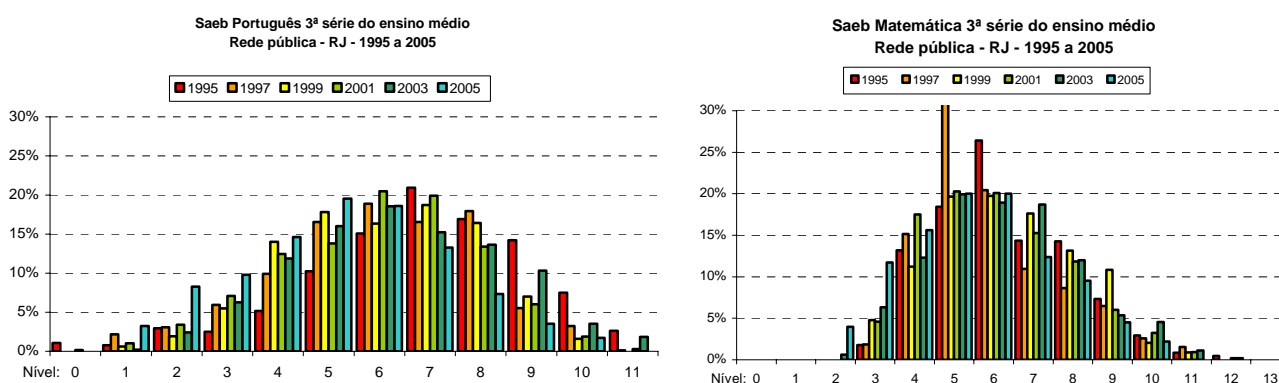
Aqueles que prosseguem na formação educacional básica trilham o Ensino Médio. O Inep também analisou o desempenho do Saeb 2001: em Matemática, 67% dos alunos do último ano estão no nível crítico ou muito crítico. É o mais alto percentual das três etapas avaliadas. Eles são capazes de fazer uso de algumas propriedades e características de figuras geométricas planas e resolução de funções logarítmicas e exponenciais; entretanto, estão abaixo do exigido para essa terceira série. Apenas 6% estão no estágio adequado. Esses estudantes reconhecem e utilizam elementos de geometria analítica, equações polinomiais e desenvolvem operações com números complexos.

BELFORD ROXO

Em Língua Portuguesa, 42% dos estudantes se localizam nos patamares crítico ou muito crítico. Eles leem apenas textos narrativos e informativos simples. No estágio adequado, estão 5% dos alunos, que demonstram habilidades de leitura compatíveis com a série cursada, são capazes de ler textos argumentativos mais complexos e dominam recursos linguísticos ou discursivos utilizados na construção de gêneros literários.

Os gráficos que se seguem demonstram forte achatamento da curva normal de Língua Portuguesa e assimetria à esquerda em Matemática, com crescimento da frequência nos menores níveis no ano de 2005.

Gráficos 14 e 15: Percentual de estudantes da 3ª série do Ensino Médio por nível obtido no Saeb – 1995 a 2005



Ao repassar os três estágios analisados pelo Saeb ilustrados nesses histogramas, conclui-se que, na última série do Ensino Fundamental, mal são incorporadas as competências esperadas na quarta série e, na terceira série do Ensino Médio, aquelas do final do Ensino Fundamental. A distância da 4ª série do Ensino Fundamental diante do mínimo satisfatório é menor do que na 8ª série e, nesta, por sua vez, existe uma distância menor do que no Ensino Médio. Como a escala é única para todas as séries no mesmo componente curricular, a análise comparativa entre as séries evidencia nitidamente que os déficits de aprendizagem dos estudantes acumulam-se ao longo do fluxo escolar.

Algumas características, evidenciadas dentro e fora do espaço escolar, também diferenciam os alunos com desempenho adequado e os que estão numa situação muito crítica. De acordo com o estudo do Inep sobre o desempenho do Saeb de 2001, no grupo de estudantes da 4ª série com desempenho classificado como adequado, apenas 16% estão com idade acima à apropriada para a série que cursam e 65% de seus professores já concluíram o curso superior. Por outro lado, a maioria dos docentes dos alunos com desempenho muito crítico têm, no máximo, oito anos de escolaridade e a taxa de distorção idade-série entre esses estudantes é de 58%. Quanto à escolaridade da família, entre os alunos que não desenvolveram habilidades mínimas de leitura para a quarta série, 21% das mães nunca estudaram e 34% chegaram, no máximo, ao nível primário de escolarização. Nesse grupo, 29% dos alunos declararam trabalhar. Entre os estudantes com desempenho adequado, 19% de suas mães têm o Ensino Médio, e 30% concluíram o Ensino Superior. Desses alunos, 4% disseram que trabalham.

Entretanto, expõe Parandekar *et al.* (2008) que não são todas as crianças de famílias pobres que obtêm um baixo desempenho nas provas, pois, seja pela maior

atenção dada pelos pais, seja pelo próprio esforço ou pelo apoio do Estado, muitas delas alcançam bons resultados. Uma função fundamental da educação é a de reverter o círculo vicioso de pobreza e, para isso, o sistema educacional deve contribuir para que as crianças possam sair do eventual entorno social desfavorável de seu nascimento e desenvolver habilidades e destrezas que lhes possibilitem uma vida melhor do que a de seus pais.

Como afirma Shwartzman (2004), os problemas centrais da educação básica brasileira são a má qualidade do ensino, a iniquidade que persiste no acesso à educação de melhor qualidade, o atendimento a jovens e adultos que não conseguem completar sua educação e a questão da relevância e pertinência dos conteúdos da educação para a vida das pessoas. De uma certa maneira, está em curso uma inovação no sentido das providências que o autor apontou como fundamentais para dirimir os entraves existentes: autonomia e responsabilidade gerencial; fortalecimento dos vínculos entre escola e sociedade; melhor recrutamento e formação adequada de professores; políticas de promoção automática, ciclos, aceleração da aprendizagem, educação de jovens e adultos; uso pedagógico dos instrumentos de avaliação; fortalecimento intelectual e apoio técnico para o setor de educação.

Algumas políticas compensatórias já vêm trazendo resultados com a implantação de uma nova série para os entrantes, mas se fazem necessários recursos materiais e humanos nas escolas para lidar melhor com os alunos com maiores dificuldades de adaptação e aprendizagem, numa política orientada diretamente aos estudantes e suas famílias. Os principais atores da comunidade da educação – pais, alunos, mestres e gestores – devem ter liberdade para se posicionarem de forma proativa no processo de ensino/aprendizado. Em consequência, políticas governamentais bem elaboradas em nível nacional, estadual e local podem incentivar o uso dessa liberdade na direção de uma sociedade mais qualificada, no que tange à sua educação.

Prova Brasil

A Prova Brasil foi criada em 2005, a partir da necessidade de se tornar a avaliação mais detalhada, em complemento àquela feita pelo Saeb. A Prova Brasil é censitária. Por essa razão, expande o alcance dos resultados, porque oferece dados não apenas para o Brasil e unidades da Federação, mas também para cada município e escola participante. Ela avalia todos os estudantes da rede pública urbana de ensino de 4ª e 8ª séries do Ensino Fundamental.

Uma vez que a metodologia das duas avaliações é a mesma, elas são operacionalizadas em conjunto desde 2007. Como são complementares, uma não implicará à extinção da outra e, pela metodologia utilizada, nenhum aluno será submetido às duas avaliações. Ambas foram realizadas em todo o país, na última vez, em novembro de 2007. As próximas estão previstas para o final de outubro de 2009.

Adicionalmente à Prova Brasil, os alunos matriculados no segundo ano de escolarização vêm fazendo, desde 2008, a Provinha Brasil, instituída por meio da Portaria Normativa nº 10, de 26 de abril de 2007. A avaliação é uma iniciativa do MEC que visa a oferecer às redes públicas de ensino um instrumento de diagnóstico do nível de alfabetização das crianças com idade entre seis e oito anos de idade. O Inep disponibiliza,

BELFORD ROXO

anualmente, duas versões da Provinha Brasil: a primeira deve ser aplicada no início do ano e a segunda, no término do ano letivo, caracterizando, assim, o ciclo da prova. Essa avaliação tem o intuito de oferecer aos gestores públicos e aos professores de suas redes informações sobre o nível de alfabetização dos alunos, ainda no início do processo de aprendizagem, permitindo, assim, intervenções com vistas à correção de possíveis insuficiências apresentadas nas áreas de leitura e escrita. A adesão das redes à Provinha Brasil é voluntária, e a forma de operacionalização e a utilização de seus resultados é de responsabilidade dos gestores das secretarias. Não está prevista a utilização de seus resultados para a composição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

Como já foi mencionado, há longa data o MEC implementou sistemas de avaliação de desempenho educacional. Em 2007, apresentou o primeiro IDEB relativo a 2005. O IDEB é um indicador sintético de qualidade educacional que combina dois indicadores usualmente utilizados para monitorar nosso sistema de ensino: o primeiro verifica o desempenho em exames padronizados com rendimento escolar (taxa média de aprovação dos estudantes na etapa de ensino), e o segundo é a pontuação no exame padronizado (Prova Brasil) ajustada pelo tempo médio, em anos, para a conclusão de uma série naquela etapa de ensino. A proficiência média é padronizada para o IDEB estar entre zero e dez.

Para o conjunto do país, a proposta do Plano de Metas da Educação é que os resultados do IDEB passem, de 2005 até 2021, de 3,8 para 6,0 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; de 3,5 para 5,5 nos Anos Finais do Ensino Fundamental, e de 3,4 para 5,2 no Ensino Médio. As metas abrangem cada dependência administrativa, com desafios para todas as redes de ensino. Como o IDEB utiliza um indicador de rendimento para o qual são necessários dados de dois anos sequenciais, ele sempre estará defasado por esse mesmo intervalo de tempo.

No caso do Estado do Rio de Janeiro, o IDEB da rede estadual, entre 2005 e 2021, deve passar de 3,8 para 6,0 nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e de 2,9 para 4,9, nos Anos Finais. Os resultados do IDEB 2005 serviram como referência para as metas futuras, já havendo a segunda avaliação de 2007, na qual a rede do Estado teve um IDEB observado de 3,8 para os Anos Iniciais e o mesmo de 2,9 para os Anos Finais.

De acordo com o Inep, em seu Boletim de Estudos Educacionais, o quadro geral do Estado do Rio de Janeiro é o seguinte:

Tabela 6: Notas médias e variação do IDEB – RJ – 2005 e 2007

IDEB global RJ	Anos Iniciais			Anos Finais		
	2005	2007	Variação	2005	2007	Variação
	4,3	4,4	3,5%	3,6	3,8	4,4%

A taxa de variação (crescimento ou redução) do IDEB pode ser decomposta em três fatores: a taxa de variação da nota de Português, a taxa de variação na nota de Matemática e a taxa de variação da aprovação. Entre 2005 e 2007, o Estado do Rio de Janeiro teve uma variação positiva para os Anos Iniciais para a qual contribuíram a Matemática, com cerca de 40% do aumento, e a taxa média de aprovação dos estudantes na etapa de ensino, com os 60% restantes. Não houve qualquer participação de Língua

Portuguesa no incremento. A variação dos Anos Finais, por seu turno, teve contribuições de 30% da Matemática, 10% da Língua Portuguesa e, novamente, os 60% restantes em decorrência da taxa de aprovação. Esta é a variável explicativa preponderante da evolução verificada para ambos os segmentos do Ensino Fundamental.

Tal análise não foi feita para a rede estadual, que teve desempenho inferior às médias globais do RJ:

Tabela 7: Notas médias e variação do IDEB – rede estadual RJ – 2005 e 2007

IDEB global da rede estadual RJ	Anos Iniciais			Anos Finais		
	2005	2007	Variação	2005	2007	Variação
	3,7	3,8	2,7%	2,9	2,9	0,0%

Há um longo caminho a trilhar na melhoria do ensino público fluminense. Para o primeiro segmento do Ensino Fundamental, os objetivos não foram atingidos pela rede municipal em 21 municípios e pela rede estadual, em 33. Para o segundo segmento, 33 e 77, respectivamente. Os municípios prioritários do PDE são aqueles que tiveram um baixo IDEB em 2005 e 2007. Em 2009, 1.822 cidades têm prioridade de atendimento. No estado, elas são em número de 31²⁰, lembrando que cada uma tem suas metas próprias para o conjunto de cada rede pública e para cada escola individualmente.

Belford Roxo apresentou o seguinte quadro no desenvolvimento do Ensino Fundamental, por rede de ensino, nos últimos resultados disponíveis:

Tabela 8: Notas médias e variação do IDEB – rede municipal local – 2005 e 2007

Rede municipal	IDEB 2005	Ranking 2005	IDEB 2007	Ranking 2007	Meta IDEB 2007	Atingiu meta de 2007?
Anos Iniciais	3,5	68º entre 88 avaliados	3,6	84º entre 91 avaliados	3,5	Sim
Anos Finais	2,7	69º entre 73 avaliados	2,7	80º entre 83 avaliados	2,7	Sim

Tabela 9: Notas médias e variação do IDEB – rede estadual local – 2005 e 2007

Rede estadual	IDEB 2005	Ranking 2005	IDEB 2007	Ranking 2007	Meta IDEB 2007	Atingiu meta de 2007?
Anos Iniciais	3,4	57º entre 71 avaliados	3,2	74º entre 77 avaliados	3,4	Não
Anos Finais	3,2	60º entre 90 avaliados	2,8	67º entre 90 avaliados	3,3	Não

Para conhecer o resultado de cada escola individualmente, inclusive quais são as metas individuais ou da rede pública a que pertence para os próximos anos, deve-se acessar o sítio <http://ideb.inep.gov.br/Site/>.

²⁰ Areal, Arraial do Cabo, Belford Roxo, Campos dos Goytacazes, Cantagalo, Carapebus, Cardoso Moreira, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Italva, Itatiaia, Japeri, Macuco, Magé, Natividade, Nilópolis, Paracambi, Paty do Alferes, Porto Real, Quissamã, Rio das Flores, Saquarema, Seropédica, Silva Jardim, São Francisco de Itabapoana, São Gonçalo, São João da Barra, Tanguá e Vassouras.

BELFORD ROXO**Exame Nacional do Ensino Médio - Enem**

O Enem, por sua vez, é aplicado anualmente, desde 1998, aos alunos concluintes e aos egressos do Ensino Médio. Em 2007, foram registrados recordes de inscritos (3.568.592) e participantes (2.738.610). Sobre o exame em 2008, o Inep enalteceu o número de escolas participantes. Das 26.665 escolas de Ensino Médio Regular que constam do Censo Escolar, 24.253 tiveram alunos concluintes participando do Exame em 2008. Esse alto índice de participação no Enem, apesar de seu caráter voluntário, faz dele um importante instrumento de diagnóstico do sistema educacional. Vinte mil escolas obtiveram conceito, ou seja, tiveram mais de nove alunos participantes.

Dirigido aos pesquisadores e estudiosos da educação, o Inep (2006) elaborou uma análise não exaustiva dos resultados do Enem de 2005, cruzando-os com algumas informações coletadas pelo questionário socioeconômico respondido pelos inscritos e participantes. Interessava dar relevo a alguns pontos que permitissem compreender melhor o desempenho dos estudantes, contextualizando tais resultados e evitando a homogeneização sugerida pelo *ranking* de escolas.

Ao comparar o desempenho de alunos por situação socioeconômica, raça e cor, gênero, escolaridade dos pais, regiões de origem, local onde vivem, escolas que frequentaram, entre tantos outros fatores, aquele relatório relativiza a importância dos ranqueamentos e propõe uma discussão em outros patamares.

O estudo derruba algumas crenças consolidadas, sobretudo a de que estudar em escolas privadas aproxima o estudante do sucesso nas etapas seguintes de sua formação. Ao contrário do que se afirma recorrentemente, o desempenho dos alunos das escolas privadas nem sempre supera largamente o das escolas públicas. Se é inquestionável que as boas escolas privadas oferecem ensino de bom nível, um número expressivo está muito longe do padrão suposto pelos pais quando escolhem pagar para que seus filhos tenham assegurada uma educação de qualidade.

Outra dessas crenças é a de que escola pública é sempre sinônimo de educação ruim. Ao contrário, os alunos das escolas públicas federais mostraram, não raras vezes, desempenho superior ao dos matriculados na maioria das escolas privadas, o que torna ainda mais incômoda a situação das unidades estaduais de Ensino Médio. Conclui que a qualidade do ensino básico medida pelos resultados do Enem está longe de atender a padrões mínimos: as desigualdades de oportunidades educacionais são gritantes e manifestam-se em quatro dimensões que se combinam e se reforçam mutuamente: gênero; raça; classe social e localização (urbano/rural).

O Inep comparou o desempenho no Enem 2008 de estudantes nas redes públicas e privadas ²¹. De um lado, foram calculadas as médias de todos os alunos de escolas particulares que participaram do exame; do outro, foi selecionado o mesmo número de notas mais altas do total dos estudantes de escolas públicas. Os alunos da rede privada tiveram desempenho ligeiramente maior: 63,04 contra 62,53. No teste objetivo, os estudantes das particulares saíram-se melhor (60,73 a 54,01); na redação, ocorreu o inverso (71,05 versus 65,35 a favor das públicas).

²¹ In WEBER, Demétrio. Rede estadual no fim da fila da educação. O Globo, Rio de Janeiro, 29 de abril de 2009, p.3.

No Estado do Rio de Janeiro, constam 2.073 estabelecimentos de Ensino Médio, dos quais 1.940 participaram do Enem e 1.516 obtiveram conceito no ano de 2008.

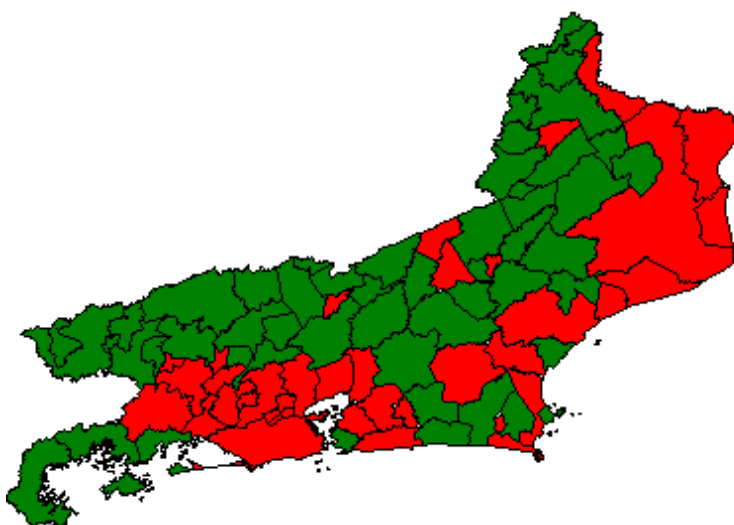
Os resultados aqui apresentados referem-se à média geral do Ensino Médio regular de 2008, com correção estatística. O país obteve conceito 49,45; a Região Sudeste (SP, MG, ES e RJ juntos) alcançou 51,21; as escolas fluminenses, 51,14. No estado, a rede municipal pontuou 51,39 e a rede privada, 60,61.

As escolas das redes estaduais detêm o maior quantitativo de alunos participantes tanto no país quanto no estado. Enquanto no Brasil essa rede obteve conceito 46,78 e na Região Sudeste, 48,03, os estabelecimentos fluminenses sob a responsabilidade do governo estadual tiveram grau 46,68. Entretanto, em termos de médias dos 92 municípios, 53 deles tiveram média superior às da rede estadual do país. Da rede privada, 67 municípios participaram (os demais não dispõem de escola particular), 55 pontuaram e apenas 14 deles tiveram grau maior que o da média brasileira dessa rede.

A figura a seguir ilustra a distribuição dos conceitos do Enem 2008 no espaço geográfico fluminense, estando em vermelho aqueles municípios cujas escolas estaduais obtiveram média inferior àquela da rede estadual em nível nacional. Em verde, as cidades com notas médias superiores ao restante do país.

O quadro mais preocupante está concentrado na Região Metropolitana, onde a média foi 45,53, e apenas Niterói obteve grau acima da média nacional. A Região Norte Fluminense e as Baixadas Litorâneas também apresentaram conceitos baixos na maioria de seus municípios. Nas regiões mais pobres do estado, como a Noroeste, a Serrana e a Centro-Sul, a maioria das cidades obteve conceitos mais elevados, acompanhando outras mais desenvolvidas, como a do Médio Paraíba e da Costa Verde.

Gráfico 16: Comparação das médias obtidas em cada município frente à média nacional das escolas de redes estaduais – Enem 2008



Belford Roxo teve nota global 44,95 no Exame Nacional do Ensino Médio de 2008, 85º lugar no estado. A rede pública estadual obteve 44,70 de média, na 83ª posição nessa esfera administrativa, enquanto a rede particular pontuou 50,88, 50º posto no conjunto das particulares.

Para conhecer o resultado de cada escola individualmente, deve-se acessar o sítio <http://www.enem.inep.gov.br/>.

Ainda que a participação das escolas seja maciça, o Inep alerta para a grande variabilidade de participação de uma escola para outra. Para minimizar os efeitos da não obrigatoriedade, toma-se o cuidado de divulgar médias de desempenho apenas das escolas que tiveram ao menos 10 alunos concluintes presentes no exame. O Instituto também utiliza método de correção estatística que simula a nota média do

BELFORD ROXO

estabelecimento caso todos os alunos matriculados nas séries finais do Ensino Médio tivessem realizado a prova. Ainda assim, a tendência é a de que escolas com baixo percentual de participantes, em relação ao total de concluintes matriculados, apresentem resultados mais instáveis.

Considerações finais sobre a avaliação do ensino básico no Brasil e no RJ

Apesar de o IDEB compreender tanto o Ensino Fundamental quanto o Médio, o MEC pouco divulga os resultados sobre esse último, nem o segmenta por escola. Divulga tão somente que os valores do IDEB global do RJ foram de 3,3 em 2005 e 3,2 em 2007, com variação negativa de 2,5%, e, ainda, que foi obtido pela rede estadual fluminense um índice 2,8 tanto em 2005 quanto em 2007, e que a meta para 2021 é alcançar um IDEB 4,6. Nacionalmente, as metas do IDEB das redes estaduais do Ensino Médio são 3,1 em 2007, meta essa superada, e 4,9 em 2021.

Os resultados do Saeb, como já foi citado, são apenas censitários. A transparência ora existente com o acesso pela Internet dos resultados de cada escola na Prova Brasil, no Enem, e também no IDEB do Ensino Fundamental no portal do Inep/MEC, permite que a população-alvo – pais e alunos do estabelecimento de ensino, cobre explicações de seus diretores e responsáveis pela pasta da educação no município sobre os motivos que possam levar instituições equivalentes a terem desempenhos tão díspares e exijam providências para melhorá-los.

Educação no Estado do Rio de Janeiro

Em um breve resumo sobre a situação da estrutura educacional no Estado do Rio de Janeiro, com referência ao ano de 2008 ²², verifica-se que:

Com relação ao quantitativo de escolas:

- Para o Ensino Infantil, há 2.861 estabelecimentos de creche e a rede pública é responsável por 41% deles. A pré-escola soma 5.981 estabelecimentos, sendo que a rede pública responde por cerca de 54%;
- o Ensino Fundamental é disponibilizado em 7.581 escolas, das quais 65% são públicas;
- o Ensino Médio é encontrado em 1.980 escolas, sendo que cerca de 56% pertencem à rede pública;

No que diz respeito ao corpo docente:

- Em 2008, o Estado dispunha de 204 mil professores ²³, 69,7% da rede pública, perfazendo um contingente de 140 mil pessoas. Um total de 7.726 professores lecionavam na creche e 20.205, na pré-escola. Outros 125.035 lecionavam no Ensino Fundamental, e 51.245 profissionais davam aulas no Ensino Médio.

Quanto à evolução das matrículas iniciais:

²² Fonte: Inep/MEC.

²³ O mesmo docente pode atuar em mais de um nível/modalidade de ensino e em mais de um estabelecimento.

O Estado do Rio de Janeiro teve 2,387 milhões de estudantes matriculados no Ensino Fundamental. No último ano, houve recuperação de exatas 80 mil matrículas em relação a 2007. Segue o processo de redução da participação da rede estadual, com significativo avanço da rede particular nesse nível educacional.

Tabela 10: Distribuição de matrículas por rede no Ensino Fundamental – 2003 a 2008

Dependência Administrativa	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Federal	0,4%	0,4%	0,4%	0,4%	0,5%	0,4%
Estadual	24,2%	23,3%	21,9%	21,3%	21,0%	19,4%
Municipal	56,1%	57,2%	58,5%	59,7%	61,8%	59,2%
Particular	19,2%	19,1%	19,2%	18,6%	16,7%	21,0%
Nº total de alunos do Ensino Fundamental	2.470.264	2.474.150	2.479.105	2.425.991	2.307.714	2.387.714

O ano de 2008 apresentou recuperação no total de alunos matriculados no Ensino Médio em nosso Estado, após redução. Nos últimos seis anos, todavia, foi expressiva a queda de 14% no total das matrículas, sendo que a rede pública perdeu cerca de 78 mil alunos e a rede particular, 29 mil.

Tabela 11: Distribuição de matrículas por rede no Ensino Médio – 2003 a 2008

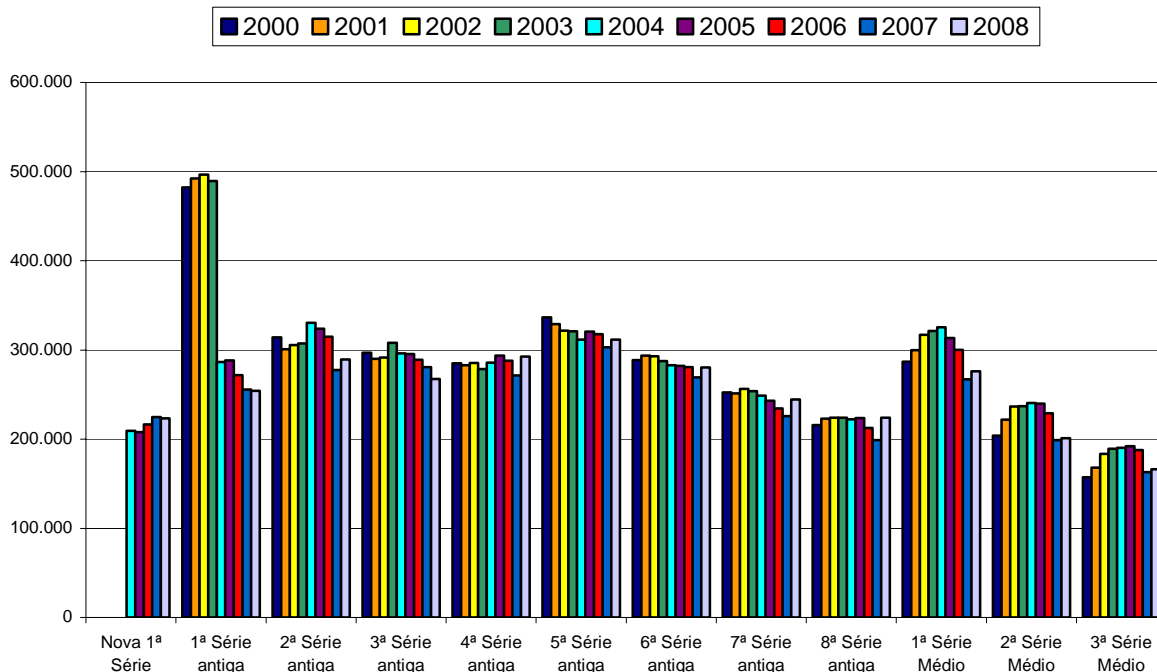
Dependência Administrativa	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Federal	1,6%	1,7%	1,6%	1,7%	1,9%	2,0%
Estadual	78,6%	79,8%	79,8%	80,9%	83,2%	79,9%
Municipal	1,7%	1,5%	1,4%	1,4%	1,6%	1,5%
Particular	18,1%	17,0%	17,2%	16,0%	13,3%	16,6%
Nº total de alunos do Ensino Médio	763.817	770.658	759.825	731.754	642.769	656.228

O gráfico a seguir indica claramente os picos de repetência ocorridos nas antigas 1ª e 5ª séries do Ensino Fundamental, bem como da 1ª série do Ensino Médio. Em anos mais recentes, a concentração migrou da 1ª para a 2ª série do Ensino Fundamental, que apresentou maior número de matrículas a partir de 2005, também por conta da adoção parcial do Sistema de Ciclos de Aprendizagem, mais conhecido como Progressão Continuada, ou de modelo híbrido de Sistemas Seriado e de Ciclos, tanto na rede estadual quanto na rede de muitos municípios.

A evasão escolar também é ilustrada com a redução continuada que se observa, de um ano para o outro, nas demais séries. Basta observar o quantitativo da 2ª série de um determinado ano e acompanhar a redução do número de matrículas que se segue a cada ano seguinte na série imediatamente superior. A recuperação ocorrida em 2008 no quantitativo de matrículas na maioria das séries pode apontar tanto uma redução da evasão quanto um aumento da repetência. Tal análise somente poderá ser realizada quando da divulgação dos índices de rendimento e de transição alcançados, ainda não disponíveis.

BELFORD ROXO

Gráfico 17: Total das matrículas nos Ensinos Fundamental e Médio – 2000 a 2008



A Educação Infantil disponibilizou cerca de 470 mil matrículas. Cursam a rede pública 54% do total de 135.205 alunos de creche e 64% dos 335.145 estudantes de pré-escola. Na educação de jovens e adultos (EJA), o número de matrículas foi de 272.061 no Ensino Fundamental, 97,6% na rede pública, e 179.127 no Ensino Médio, 89,8% na rede pública. Do total do EJA, a rede estadual responde por 71,5% das matrículas e a municipal, 22,9%.

Educação no município

O número total de matrículas nos ensinos infantil, fundamental e médio de Belford Roxo, em 2007, foi de 106.123 alunos, tendo passado para 106.586 em 2008, apresentando ligeiro aumento (0,4%) no número de estudantes.

Em um maior nível de detalhamento, apresentamos o quadro dos estabelecimentos de **Ensino Infantil**, que engloba creche e pré-escola.

A tabela a seguir apresenta a evolução do número de creches, professores e matrículas iniciais, além do rateio de alunos por professor. A rede municipal responde por 58% das matrículas na creche em 2008.

Tabela 12: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Creche – Total – 2003 a 2008

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no Estado
03	15	63	528	8,4	11,4
04	17	50	677	13,5	18,7
05	19	71	826	11,6	16,4
06	19	69	839	12,2	15,8
07	26	72	968	13,4	19,6
08	31	97	1.213	12,5	17,5

O número de unidades escolares teve alteração significativa. O quantitativo de professores aumentou no período proporcionalmente menos que o número de matrículas, cuja evolução foi de 130% entre 2003 a 2008. Observa-se aumento nos índices do rateio alunos/professor no município.

Com relação à **Pré-escola**, a rede municipal é responsável por 35% das matrículas em 2008, e o quadro que se apresenta é o seguinte:

Tabela 13: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Pré-escola – Total – 2003 a 2008

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no Estado
03	80	228	4.253	18,7	17,0
04	86	280	5.447	19,5	17,0
05	84	262	5.067	19,3	16,8
06	89	261	5.247	20,1	16,7
07	82	186	4.051	21,8	18,0
08	81	199	3.683	18,5	16,6

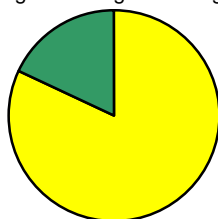
Houve redução no número de unidades escolares. O corpo docente diminuiu proporcionalmente menos que o número de matrículas, cuja variação foi de -13% no período, propiciando redução nos índices do rateio aluno/professor no município.

Os gráficos seguintes ilustram a qualificação dos professores da rede municipal do Ensino Infantil:

Gráfico 18: Formação dos professores – Creche e Pré-escola – Rede municipal – 2008

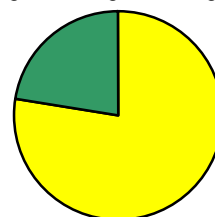
Creche - Rede municipal

■ 1º grau ■ 2º grau ■ 3º grau



Pré-escola - Rede municipal

■ 1º grau ■ 2º grau ■ 3º grau



BELFORD ROXO

Belford Roxo apresenta o panorama abaixo para o **Ensino Fundamental**:

Tabela 14: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Fundamental – Total – 2003 a 2008

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores ²⁴	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no Estado
03	172	3.208	77.302	24,1	18,5
04	174	3.622	78.956	21,8	18,1
05	166	3.921	86.199	22,0	17,8
06	167	3.890	83.947	21,6	17,6
07	149	3.084	81.842	26,5	21,3
08	166	3.570	83.701	23,4	19,1

O número de unidades escolares teve alteração. Houve aumento no número de alunos do Ensino Fundamental (8%), tendo havido maior incremento no quadro de docentes, com melhora do rateio de alunos por professor.

Especificamente em relação à rede estadual, que teve 29% dos alunos matriculados de 2008, o quadro que se apresenta é o seguinte:

Tabela 15: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Fundamental – Rede estadual – 2003 a 2008

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor da rede estadual no Estado
03	47	1.129	30.507	27,0	19,1
04	45	1.378	29.285	21,3	18,0
05	46	1.383	28.339	20,5	16,9
06	45	1.416	27.700	19,6	16,3
07	45	893	25.303	28,3	20,2
08	45	1.121	24.142	21,5	16,9

O quantitativo de unidades sofreu variação, tendo ocorrido, no período, redução no número de alunos na rede estadual do Ensino Fundamental (-21%), acompanhado por menor diminuição no quadro de docentes, com melhora do rateio de alunos por professor.

Já na rede municipal de Belford Roxo, com 54% do volume de matrículas em 2008, os dados seguem na tabela:

²⁴ O mesmo docente de Ensino Fundamental pode atuar da Série inicial à 4ª série e da 5ª à 9ª série.

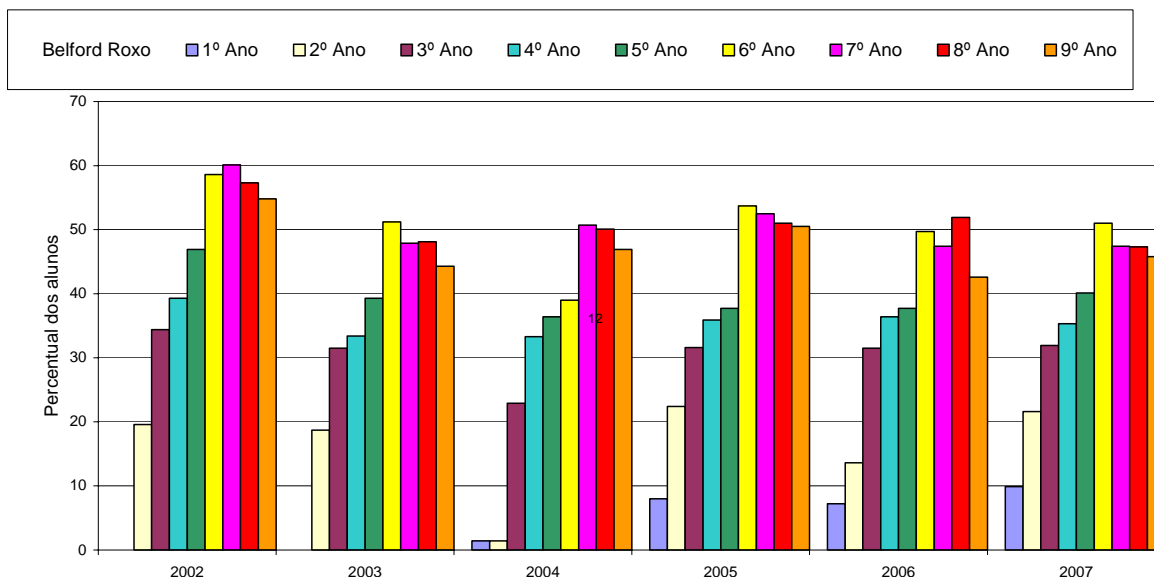
Tabela 16: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Fundamental – Rede municipal – 2003 a 2008

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor da rede municipal no Estado
03	46	1.240	33.783	27,2	21,2
04	46	1.341	35.599	26,5	21,0
05	48	1.752	45.395	25,9	21,0
06	48	1.696	43.016	25,4	20,5
07	48	1.672	45.274	27,1	24,2
08	48	1.703	45.615	26,8	23,3

O número de unidades aumentou. Houve, no período, aumento de 35% no número de alunos na rede municipal do Ensino Fundamental, com maior incremento no quadro de docentes, propiciando melhora do rateio de alunos por professor.

O indicador de distorção de série por idade ²⁵ foi implementado desde 1999 e permite verificar o percentual de estudantes com idade acima do adequado para a série em estudo. Os gráficos a seguir apresentam o nível médio de distorção por série entre 2002 e 2007 e este indicador por rede escolar do município no ano 2007, lembrando que a nova seriação do Ensino Fundamental começou a ser adotada e medida a partir de 2004:

Gráfico 19: Evolução da taxa de distorção série-idade - Ensino Fundamental – Total – 2002 a 2007

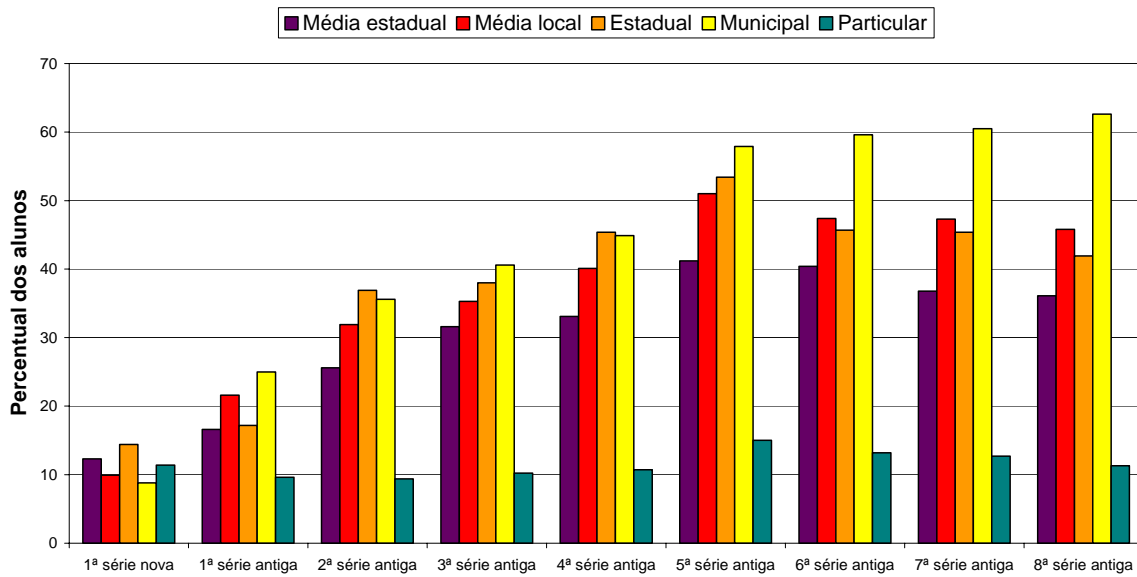


Pode-se observar uma tendência decrescente do serial de distorção série-idade com o passar dos anos. Este indicador, entretanto, permanece em patamares extremamente elevados.

²⁵ Taxas de rendimento, de transição e de distorção série-idade demandam dois anos consecutivos para apuração. Daí os de 2007 serem os últimos dados disponíveis.

BELFORD ROXO

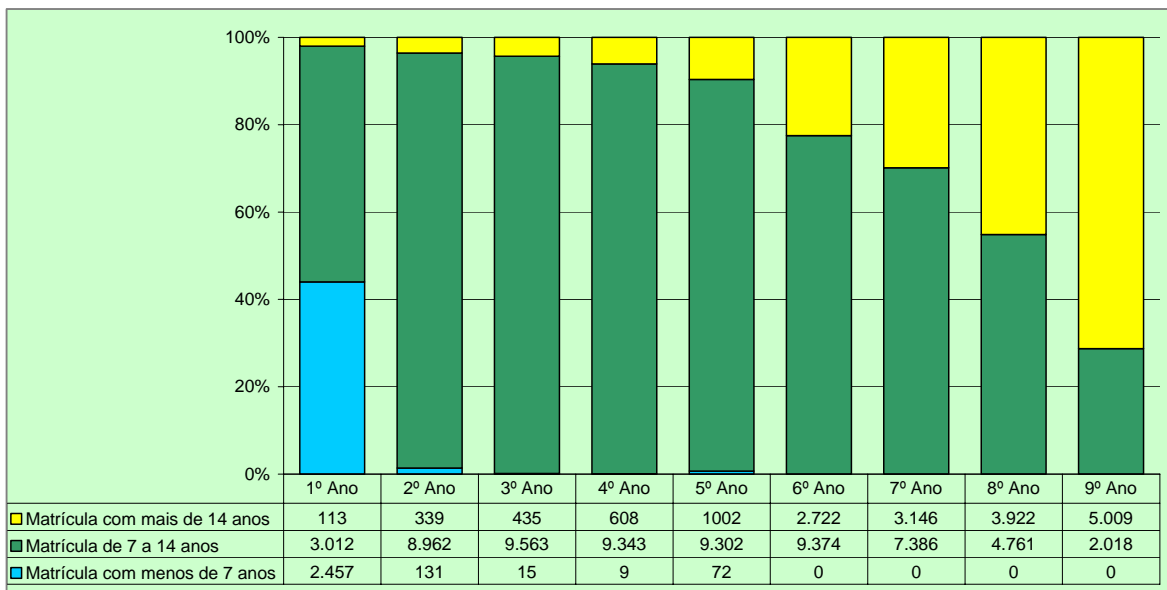
Gráfico 20: Taxa de distorção série-idade no Ensino Fundamental – Redes – 2007



A rede privada tem taxas inferiores às das redes públicas, sendo a municipal aquela que apresenta maiores taxas no sequencial das séries, com exceção da 1ª e da 3ª.

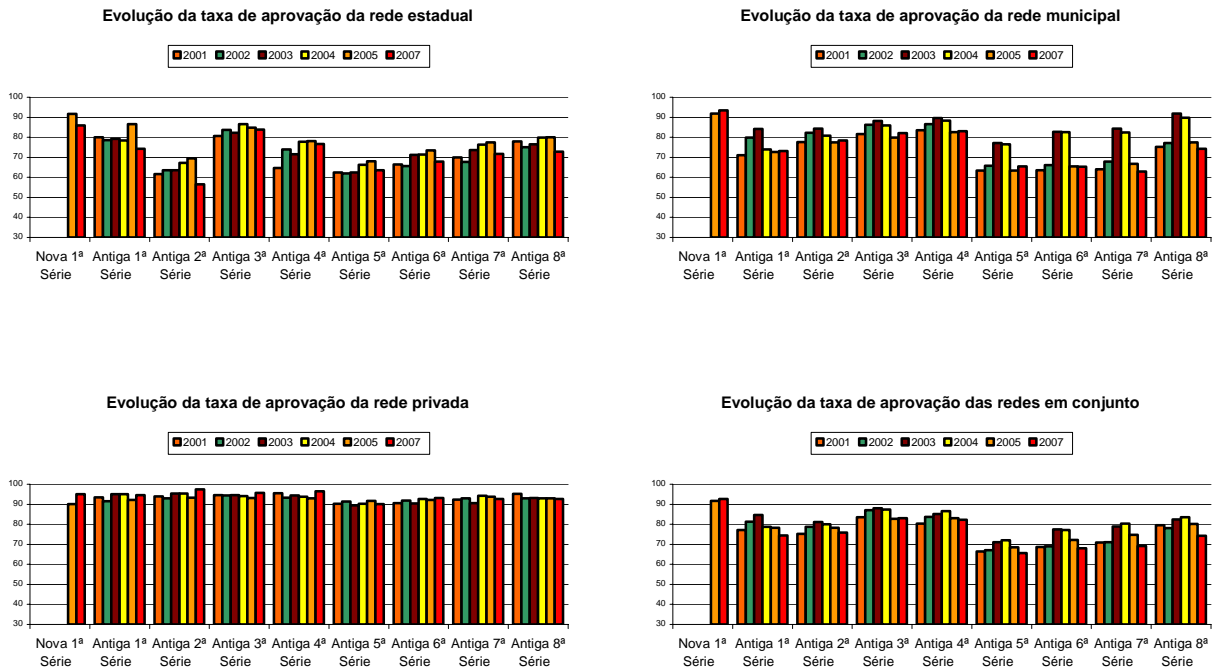
A decorrência principal da distorção série-idade é um elevado número de alunos matriculados que têm acima de 14 anos já a partir da 5ª série antiga (atual 6º ano), como ilustra o gráfico a seguir, referente a 2008:

Gráfico 21: Faixa de idade por série – Ensino Fundamental – Total – 2008



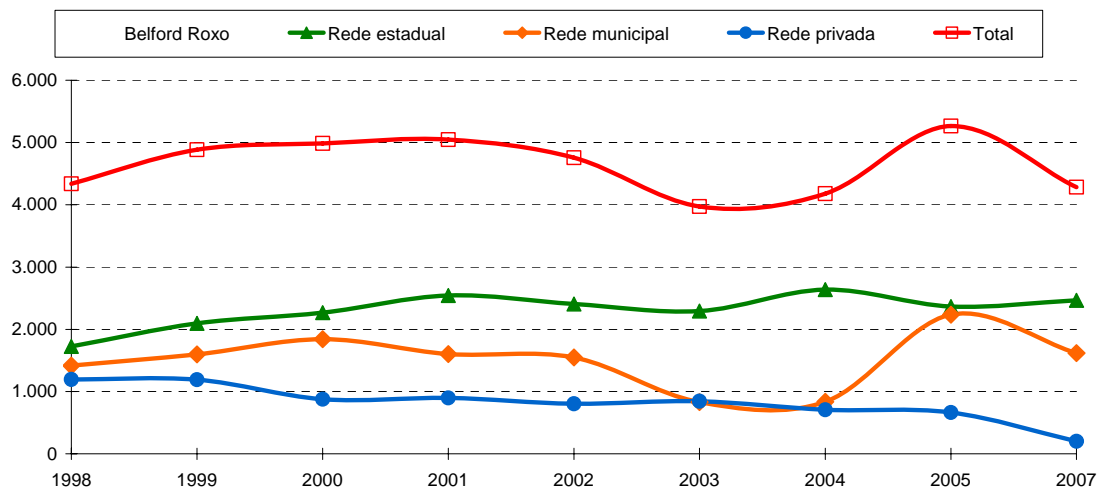
Os indicadores de aprovação por rede de ensino, entre 2001 e 2007, apresentados nos gráficos a seguir, são ilustrativos do baixo rendimento da rede pública e da hegemonia de aprovação na rede particular.

Gráfico 22: Taxa de aprovação no Ensino Fundamental – Redes e total – 2001 a 2007



O gráfico seguinte apresenta o número de alunos que concluíram o curso fundamental em Belford Roxo. De um total de 4.335 em 1998 para 4.283 formandos em 2007, houve variação de -1% no período.

Gráfico 23: Concluintes do Ensino Fundamental – Redes e total – 1998 a 2007



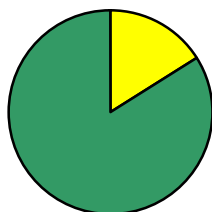
BELFORD ROXO

Os gráficos a seguir mostram a formação dos professores das redes públicas no ano de 2008. No caso dos professores do Ensino Fundamental, observa-se predominância de professores com formação superior na rede estadual, o mesmo ocorrendo no quadro de professores municipais, com diferente distribuição. Em princípio, todos os professores deveriam ter 3º grau.

Gráfico 24: Formação dos professores – Ensino Fundamental – Rede pública – 2008

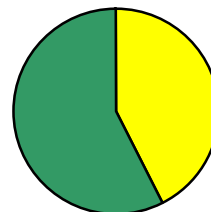
Rede estadual - Ensino Fundamental

■ 1º grau ■ 2º grau ■ 3º grau



Rede municipal - Ensino Fundamental

■ 1º grau ■ 2º grau ■ 3º grau



Com relação ao **Ensino Médio**, Belford Roxo apresenta o panorama abaixo:

Tabela 17: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Médio – Total – 2003 a 2008

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor no Estado
03	45	762	18.675	24,5	16,4
04	47	1.192	18.874	15,8	15,1
05	43	1.276	19.307	15,1	13,3
06	42	1.317	19.921	15,1	13,2
07	42	903	19.262	21,3	15,8
08	41	1.045	17.989	17,2	12,8

A redução no número de matrículas foi acompanhada por incremento no quadro de docentes, propiciando melhora do rateio de alunos por professor.

A rede municipal de Belford Roxo não oferece matrículas no Ensino Médio. Especificamente da rede estadual, com 95% do volume de matrículas em 2008, o quadro que se apresenta é o seguinte:

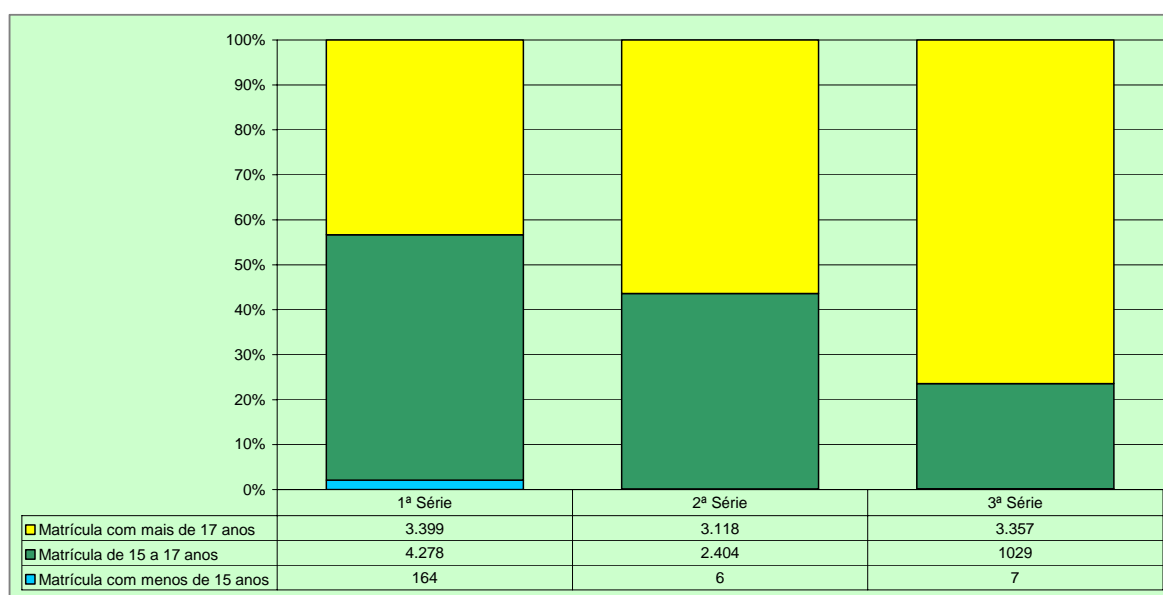
Tabela 18: Unidades escolares, professores, matrículas e indicadores – Ensino Médio – Rede estadual – 2003 a 2008

Ano	Nº de Unidades	Nº de professores	Nº de matrículas	Rateio alunos/ professor no município	Rateio alunos/ professor da rede estadual no Estado
03	34	609	16.992	27,9	19,9
04	34	1.007	17.270	17,1	17,9
05	34	1.146	17.980	15,7	15,2
06	34	1.222	18.683	15,3	15,1
07	33	807	18.176	22,5	18,6
08	33	939	17.037	18,1	15,1

Observa-se, no período, aumento no número de alunos do Ensino Médio em escolas do Estado, acompanhado por maior incremento no quadro de docentes, com melhora do rateio de alunos por professor, superior ao observado no Estado.

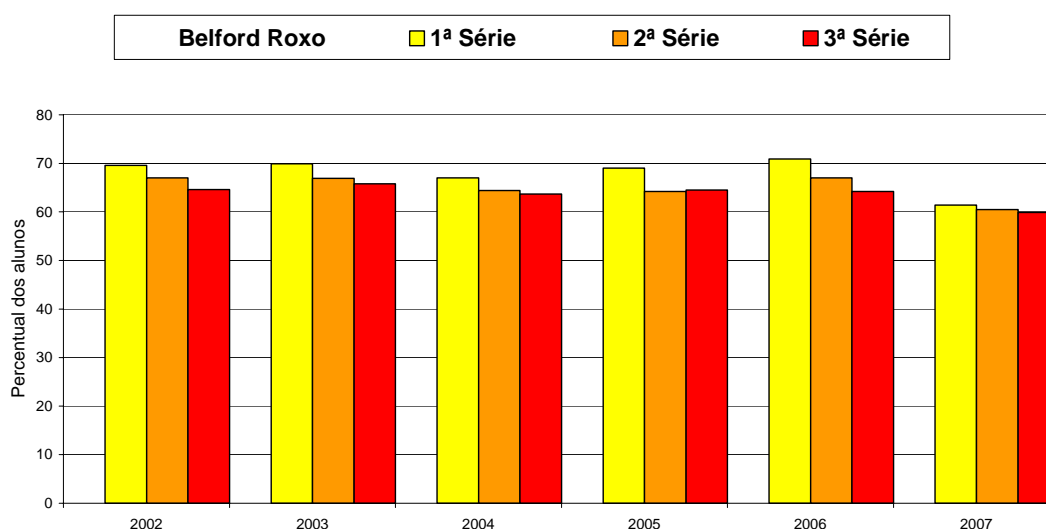
Novamente, a decorrência da distorção série-idade é um elevado número de alunos matriculados que têm acima de 17 anos, como ilustra o gráfico a seguir:

Gráfico 25: Faixa de idade por série – Ensino Médio – Total – 2008



Os gráficos a seguir apresentam o nível médio de distorção por série entre 2002 e 2007 e a comparação de cada rede escolar do município no ano de 2007:

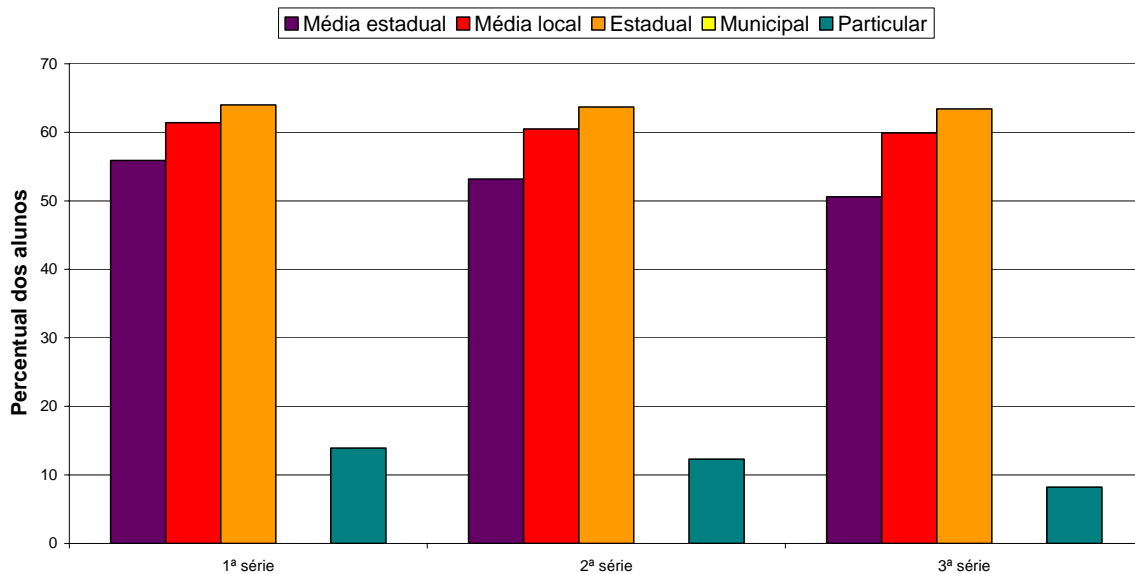
Gráfico 26: Taxa de distorção série-idade – Ensino Médio – Total – 2002-2007



BELFORD ROXO

No caso do Ensino Médio, as taxas não apresentaram diminuição ou alteração significativa entre 2002 e 2007.

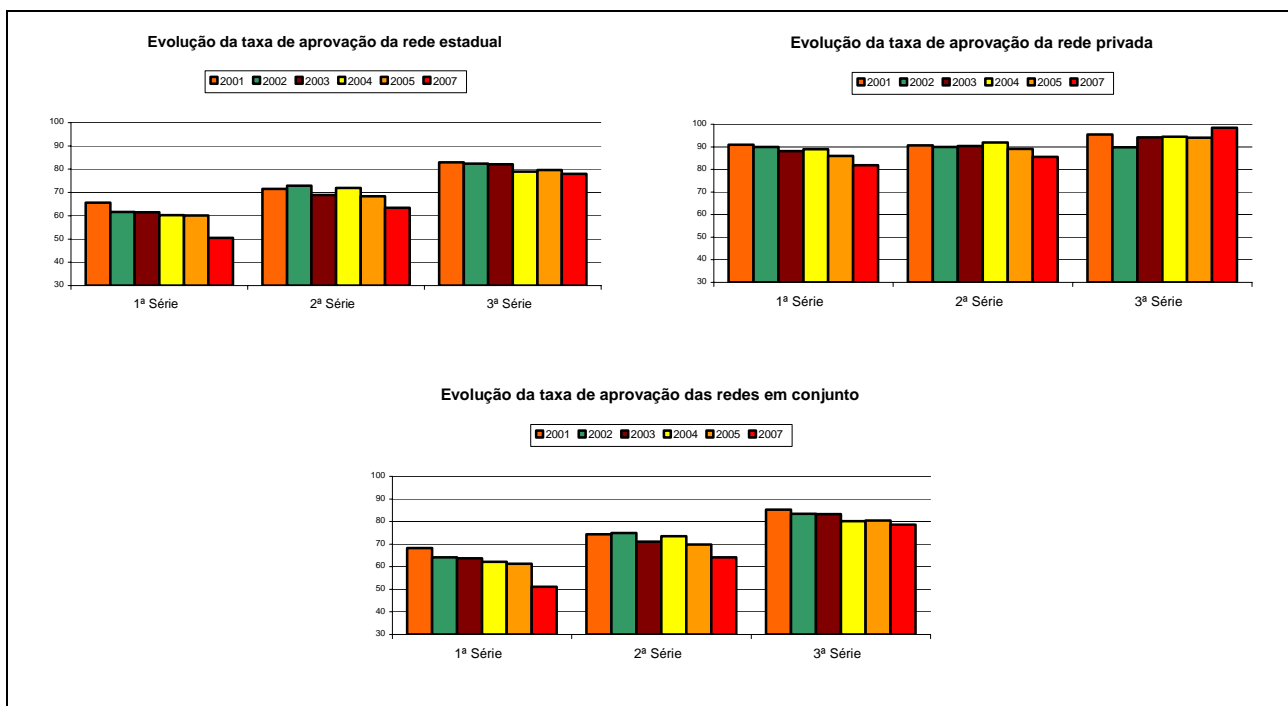
Gráfico 27: Evolução da taxa de distorção série-idade total – Ensino Médio– Redes – 2007



Uma vez que a rede estadual é a maior provedora do Ensino Médio, ela também é aquela que apresenta maiores taxas nesse indicador.

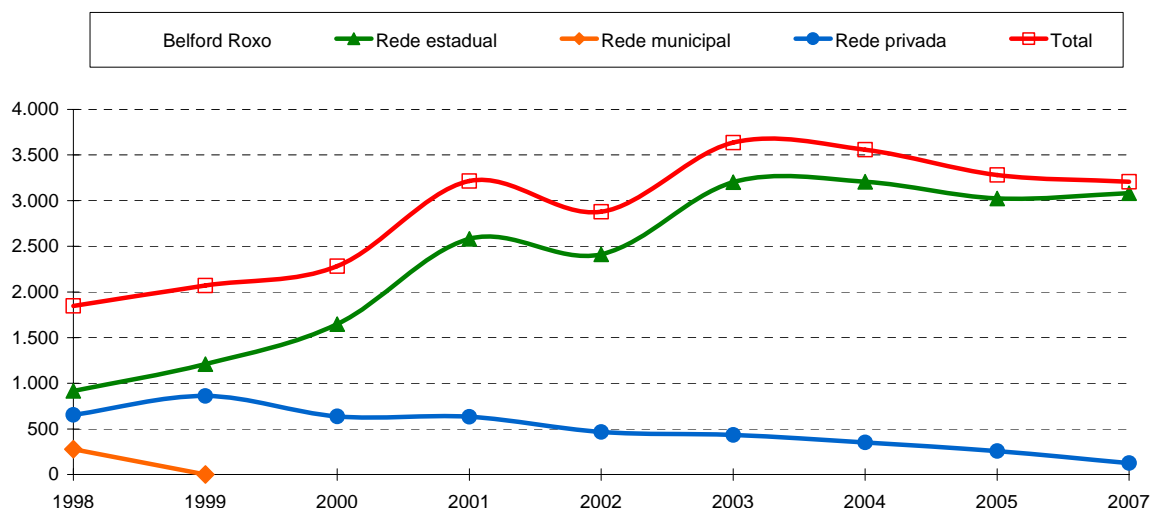
O comparativo dos indicadores de aprovação por rede de ensino, entre 2001 e 2007, é apresentado nos gráficos a seguir:

Gráfico 28: Taxa de aprovação no Ensino Médio – Redes – 2001 a 2007



O gráfico seguinte apresenta o número de alunos que concluíram o curso. Os formandos foram em número de 1.846 em 1998, passando para 3.208 em 2007, uma variação de 74% nesse período de nove anos.

Gráfico 29: Concluintes do Ensino Médio – 1998-2007

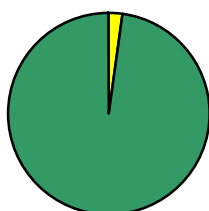


A formação específica do corpo docente da rede pública do Ensino Médio é apresentada no gráfico a seguir:

Gráfico 30: Formação dos professores – Ensino Médio – Rede pública – 2008

Rede estadual - Ensino Médio

■ 1º grau ■ 2º grau ■ 3º grau



No ensino de jovens e adultos, Belford Roxo tem um total de 5.647 alunos matriculados em 2008, sendo 3.119 para o Ensino Fundamental e 2.528 para o Ensino Médio.

O município de Belford Roxo tinha 2 instituições de ensino superior, com 2.930 alunos matriculados em 2007²⁶.

²⁶ Dados referentes a Ensino Superior têm defasagem de dois anos em sua divulgação.

BELFORD ROXO**Saúde**

O campo de batalha decisivo para a mudança de mentalidade na saúde pública está contido no que chamamos de três arcos de poder que existem no SUS: no cotidiano operacional, na definição da instância administrativa responsável pela elaboração de normas e, por último, na exata percepção de a quem pertence o poder real - enfim, quem é o “dono” - da decisão quanto ao repasse de recursos para a gestão descentralizada de saúde no Brasil.

...

No aspecto gerencial, a implantação do conceito de rede, a arma mais eficiente para enfrentar a verticalização de estruturas decisórias, enfrenta “gargalos” operacionais e financeiros que impedem os diferentes atores das diferentes organizações de falarem a mesma “linguagem”, o meio mais eficaz para gerar “vínculos” interorganizacionais. Porém, a efetiva interação de linguagens só será obtida no processo de construção de pactos de gestão.

(Trevisan e Junqueira, 2007)

As questões relativas à gestão da saúde no Estado serão o principal objeto de análise deste tópico. Pelo fato de o município em estudo estar inserido num contexto de atenção à saúde regional e estadual, com prestação de serviços interligada, será apresentado um quadro geral do sistema de saúde fluminense, seguido de análises do contexto regional e local.

A formulação de uma política de atenção à saúde voltada para a organização de um sistema equânime, integral e resolutivo requer o atendimento efetivo dos problemas de saúde da população e a realização de um conjunto de ações articuladas e complementares entre os diferentes níveis hierárquicos de atuação: atenção básica, média complexidade e alta complexidade.

A Atenção Básica caracteriza-se por um conjunto de ações, no âmbito individual e coletivo, que abrange a promoção e a proteção da saúde, a prevenção de agravos, o diagnóstico, o tratamento, a reabilitação e a manutenção da saúde. É desenvolvida por meio do exercício de práticas gerenciais e sanitárias dirigidas a populações de territórios bem delimitados, pelas quais se assume a responsabilidade sanitária, considerando a dinâmica existente no território em que vivem essas populações. É o contato preferencial dos usuários com os sistemas de saúde. Orienta-se pelos princípios da universalidade, da acessibilidade e da coordenação do cuidado, do vínculo e continuidade, da integralidade, da responsabilização, da humanização, da equidade e da participação social.

A Média complexidade é composta por ações e serviços que visam a atender aos principais problemas e agravos de saúde da população, cuja complexidade da assistência, na prática clínica, demanda a disponibilidade de profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos para o apoio diagnóstico e tratamento.

A Alta complexidade é um conjunto de procedimentos que, no contexto do Sistema Único de Saúde – SUS, envolve alta tecnologia e alto custo e objetiva propiciar à população acesso a serviços qualificados, integrando-os aos demais níveis de atenção à saúde.

Atenção básica da saúde

Um município pode estar habilitado à condição de Gestão Plena do Sistema Municipal ou de Gestão Plena da Atenção Básica.

Na primeira forma, resumidamente, o município assume a responsabilidade pela gestão e execução de todas as ações e serviços de saúde no município; gerência de todas as unidades ambulatoriais, hospitalares e de serviços de saúde estatais ou privadas; administração da oferta de procedimentos de alto custo e complexidade; execução das ações básicas, de média e de alta complexidade de vigilância sanitária, de epidemiologia e de controle de doenças; controle, avaliação e auditoria dos serviços no município; operação do Sistema de Informações Hospitalares e do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS. É uma minoria o conjunto dos municípios que se enquadram nesse modelo de gestão da saúde pública.

Na Gestão Plena da Atenção Básica, menos complexa que a anterior, o município é responsável por:

- Gestão e execução da assistência ambulatorial básica, das ações básicas de vigilância sanitária, de epidemiologia e controle de doenças;
- Gerência de todas as unidades ambulatoriais estatais (municipal/ estadual/ federal) ou privadas;
- Autorização de internações hospitalares e procedimentos ambulatoriais especializados;
- Operação do Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS;
- Controle e avaliação da assistência básica.

Com vistas à operacionalização dessa Atenção Básica, definem-se como áreas estratégicas para atuação: a eliminação da hanseníase, o controle da tuberculose, o controle da hipertensão arterial, o controle do diabetes mellitus, a eliminação da desnutrição infantil, a saúde da criança, a saúde da mulher, a saúde do idoso, a saúde bucal e a promoção da saúde. Outras áreas são definidas regionalmente de acordo com prioridades e pactuações das Comissões Intergestores Bipartite – CIBs.

O Programa Saúde da Família – PSF, aliado ao dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS e ao das Equipes de Saúde Bucal – ESB, é compreendido como a estratégia principal para mudança do antigo modelo, superando a antiga proposição de caráter exclusivamente centrado na doença para uma ação preventiva que deverá sempre se integrar a todo o contexto de reorganização do sistema de saúde.

O trabalho desenvolvido pelo PSF e pelos ACS (cidadãos da própria comunidade que são treinados para realizar visitas domiciliares e orientar as famílias) busca levar a cada domicílio o acesso ao tratamento e à prevenção das doenças. Essas equipes vão até a casa das pessoas e buscam reconhecer os principais problemas, evitando deslocamentos desnecessários às Unidades de Saúde e, juntos, procuram as melhores soluções para enfrentar os desafios locais que possam estar determinando os problemas de saúde, antes que eles se instalem de modo mais grave. Tais procedimentos têm como objetivo atuar nos momentos iniciais da transmissão de doenças, assim como sobre os

BELFORD ROXO

riscos sanitários, ambientais e individuais. Ao estabelecer esses vínculos com a comunidade, cada equipe deve elaborar um plano para enfrentar os principais problemas detectados e trabalhar para desenvolver a educação de saúde preventiva, promovendo a qualidade de vida dos habitantes daquela área.

A equipe do PSF é multiprofissional, composta por, no mínimo, um médico, um enfermeiro de saúde pública, um auxiliar de enfermagem e de 4 a 6 agentes comunitários de saúde. Cada equipe trabalha em áreas de abrangência definida, por meio do cadastramento e do acompanhamento de um número determinado de famílias. Cada equipe de Saúde da Família – ESF acompanha de 600 a 1000 famílias, com limite máximo de 4.500 pessoas por equipe. Cada agente comunitário de saúde acompanha até o máximo de 150 famílias ou 450 pessoas.

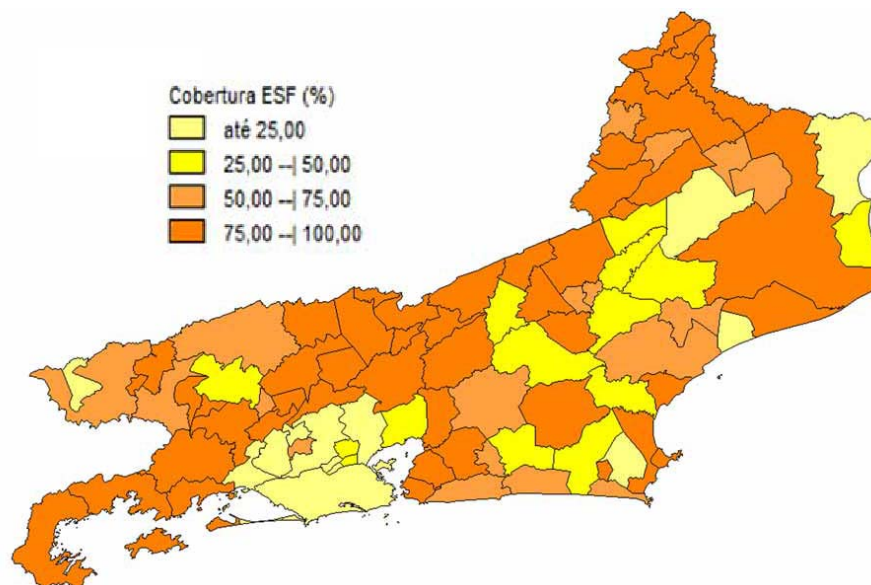
A inserção da Saúde Bucal na estratégia Saúde da Família representou uma reorientação do processo de trabalho e para a própria atuação da saúde bucal no âmbito dos serviços de saúde. Dessa forma, esse cuidado passa a exigir a conformação de outras equipes de trabalho para dar resposta às demandas da população e ampliar o acesso às ações e serviços de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal, por meio de medidas de caráter coletivo e mediante o estabelecimento de vínculo territorial. Existem dois tipos de Equipe de Saúde Bucal, quais sejam: ESB Modalidade I: composta por Cirurgião-Dentista (CD) e Auxiliar de Consultório Dentário (ACD); ESB Modalidade II: composta por CD, ACD e Técnico em Higiene Dental.

A implementação dessa estratégia preventiva no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com o Ministério da Saúde - MS, até finais de 2008, ainda não havia se consolidado: existe um município que não possui Agentes Comunitários de Saúde, três que não adotam as Equipes de Saúde da Família, e 25 que não dispõem de Equipes de Saúde Bucal. A tabela a seguir demonstra a evolução dessa política nos últimos seis anos no conjunto do Estado, seguida do mapa de cobertura populacional do PSF.

Tabela 19: Agentes Comunitários de Saúde, Equipes de Saúde da Família e Equipes de Saúde Bucal – RJ – 2003 a 2008

Ano	Agentes Comunitários de Saúde				Equipe de Saúde da Família				Equipe de Saúde Bucal				
	Nº de Municípios com ACS	Credenciados pelo Ministério da Saúde	Implantados	Proporção de cobertura populacional estimada (%)	Nº de Municípios com ESF	Credenciadas pelo Ministério da Saúde	Implantadas	Proporção de cobertura populacional estimada (%)	Nº de Municípios com ESB	Modalidade I		Modalidade II	
										Credenciadas pelo Ministério da Saúde	Implantadas	Credenciadas pelo Ministério da Saúde	Implantadas
2003	86	11.718	6.128	22,84	80	1.823	862	19,48	27	93	86	7	6
2004	87	13.042	7.300	26,99	80	2.027	1.010	22,62	32	243	168	44	24
2005	88	13.329	8.196	30,34	85	2.083	1.185	26,55	48	359	284	93	30
2006	89	14.197	9.046	32,67	86	2.198	1.328	28,83	61	493	404	108	51
2007	87	14.617	8.511	30,73	85	2.237	1.302	28,12	62	590	436	73	45
2008	91	14.790	9.922	35,18	89	2.266	1.440	30,9	67	611	510	75	54

Gráfico 31: Cobertura do Programa Saúde da Família – Estado do RJ – Dezembro 2008



Fonte: MS/DAB

O Governo Federal obteve recursos do Banco Mundial para o Programa de Expansão e Consolidação do Saúde da Família – PROESF, que prevê a conversão do modelo de atenção básica à saúde nos grandes centros urbanos para a estratégia de Saúde da Família. Esse será o eixo de estruturação da porta de entrada do sistema e de viabilização da rede de serviços de suporte. Engloba também outros níveis de complexidade, para assegurar assistência integral aos usuários. Prevê ações e recursos nas áreas de modernização institucional; adequação da rede de serviços; fortalecimento dos sistemas de avaliação e informação; capacitação de recursos humanos; estruturação e implementação de metodologias para monitoramento e avaliação de processo e desempenho²⁷.

Ainda no âmbito da Atenção Básica, o número de casos diagnosticados da doença do bacilo de Koch (*mycobacterium tuberculosis*), que ataca os pulmões, se reduziu bastante no Estado: dos 16.105 de 2003 para 10.384 em 2008. Se o tuberculoso tomar as medicações corretamente, as chances de cura são elevadas. A preocupação da Organização Mundial de Saúde – OMS, todavia, é com o abandono do tratamento, pois os sintomas desaparecem e os bacilos podem se tornar resistentes caso interrompida e, depois, retomada a medicação. A tuberculose resistente pode desencadear uma nova forma da doença, potencialmente incurável.

A doença do bacilo de Hansen (*mycobacterium leprae*), que ataca normalmente a pele, os olhos e os nervos, tem cura, e também teve redução no Estado: de 5.548 casos diagnosticados em 2003 para 3.569 em 2008. Nesse caso, o tratamento é 100% eficiente se mantido do começo ao fim.

A dengue é um dos principais problemas de saúde pública no mundo. A OMS estima que entre 50 a 100 milhões de pessoas se infectem anualmente, em mais de 100 países de todos os continentes, exceto Europa. Cerca de 550 mil doentes necessitam de

²⁷ Para mais informações, consulte <http://dtr2002.saude.gov.br/proesf/proesf.htm>. Acesso em 04.01.2009.



BELFORD ROXO

hospitalização e 20 mil morrem em consequência da dengue. De acordo com a Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil – SESDEC, o Estado do Rio de Janeiro notificou 255.818 casos de dengue em 2008, com 252 óbitos confirmados. A tabela a seguir apresenta a evolução mensal dos casos diagnosticados nos últimos 23 anos, na qual se observam os picos de ocorrência da doença em duas oportunidades: 2002 e 2008:

Tabela 20: Distribuição de casos de dengue notificados – RJ – 1986 a 2009

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
1986	-	-	-	1.603	13.258	8.594	3.611	793	246	181	426	3.795	32.507
1987	14.074	16.422	15.217	8.182	3.696	1.129	351	58	22	21	74	109	59.355
1988	302	205	297	143	116	86	31	77	48	20	67	58	1.450
1989	123	99	93	213	160	88	48	19	13	23	83	182	1.144
1990	55	44	104	1.140	2.423	2.383	2.341	779	406	399	2.798	6.813	19.685
1991	34.636	20.036	14.783	9.903	3.565	1.290	403	217	249	191	242	376	85.891
1992	437	357	244	91	90	80	47	38	39	66	91	78	1.658
1993	62	50	300	43	18	8	9	17	24	20	34	38	623
1994	28	23	77	14	20	23	34	20	16	23	6	3	287
1995	586	7.817	16.442	7.743	2.235	124	85	65	21	20	53	49	35.240
1996	499	744	3.673	6.873	2.866	738	203	82	75	53	127	292	16.225
1997	308	370	289	158	100	75	43	37	47	28	67	782	2.304
1998	1.554	1.917	8.272	11.359	2.950	528	154	85	55	57	122	5.329	32.382
1999	667	835	1.770	2.437	1.459	319	137	113	96	83	63	1.104	9.083
2000	289	318	612	923	1.003	392	199	150	102	95	96	102	4.281
2001	3.055	7.435	11.086	19.287	20.596	8.530	3.386	1.303	657	931	926	3.023	80.215
2002	49.280	93.016	99.861	31.642	7.208	1.672	985	502	272	522	1.522	1.763	288.245
2003	1.797	2.390	1.755	1.000	545	263	140	100	104	159	415	574	9.242
2004	508	341	443	211	132	76	84	112	128	159	192	308	2.694
2005	358	256	218	167	126	157	115	191	146	189	267	390	2.580
2006	1.920	4.515	8.036	7.685	4.153	1.355	626	841	326	337	423	837	31.054
2007	3.229	6.261	14.225	15.019	11.050	4.452	2.293	1.085	847	1.262	2.777	4.053	66.553
2008*	17.604	25.319	86.034	90.945	24.543	4.481	1.495	875	663	945	1.421	1.493	255.818
2009*	1.918	379	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.297

FONTE: SESDEC-RJ/SVS/SVEA/CVE/DTI/SDTVZ

*2008 e 2009: dados SINAN-RJ sujeitos a revisão e atualizados em 19/02/2009.

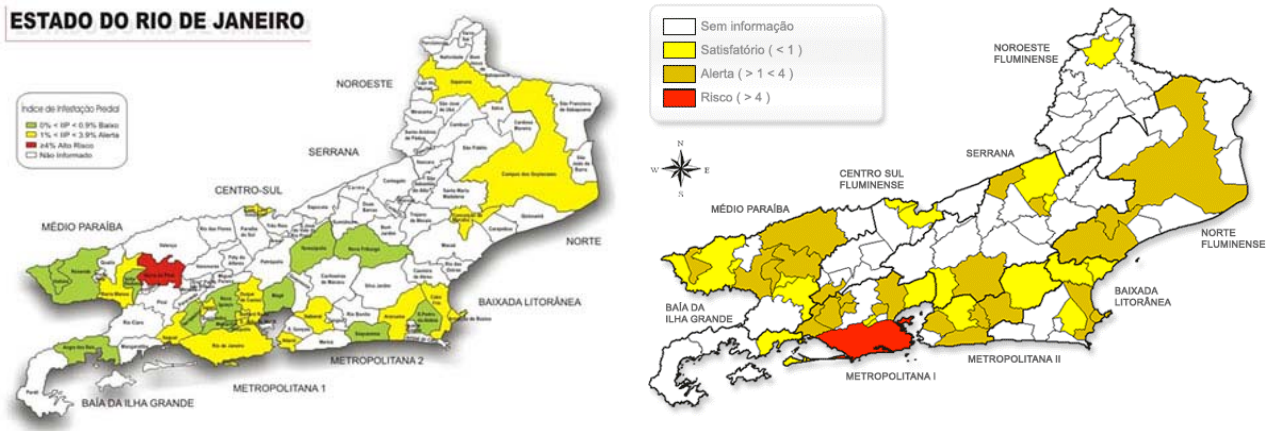
Os dez municípios que registraram os maiores números de casos em 2008 foram: Rio de Janeiro (129.737), Nova Iguaçu (18.433), Duque de Caxias (16.557), Campos dos Goytacazes (14.870), Angra dos Reis (10.972), Niterói (7.697), Belford Roxo (7.590), São João de Meriti (7.354), Magé (3.557) e Itaboraí (3.505). Esses municípios correspondem a 86% do total dos casos notificados, mais da metade no município do Rio de Janeiro.

O quadro da evolução da doença, por município e região de saúde, pode ser acessado em http://www.saude.rj.gov.br/Acoes/Dengue_estado.shtml.

Nos meses de outubro e novembro de 2008, o MS selecionou e inspecionou lugares considerados mais vulneráveis à dengue em 161 municípios do país. Desses, 22 estão localizados no Estado do Rio de Janeiro. A SESDEC treinou e está apoiando todos os municípios do Estado para a realização do Levantamento do Índice Rápido de Infestação por *Aedes aegypti* – LIRAA.

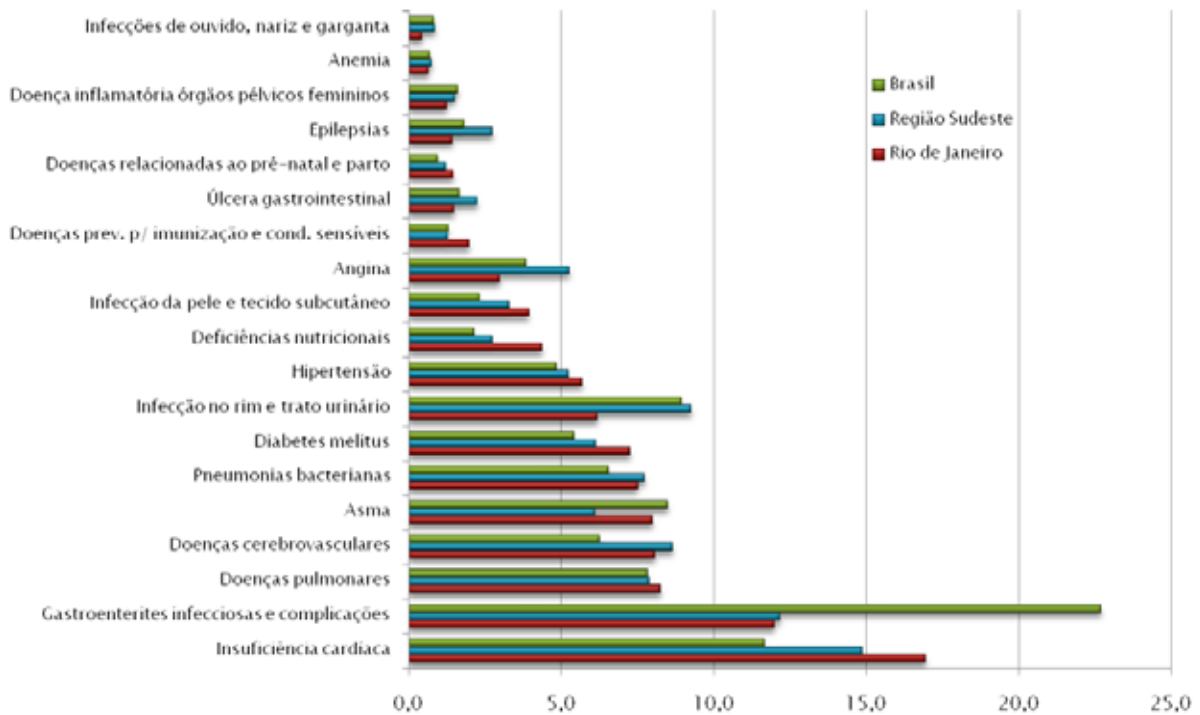
Um total de 30 municípios realizou o LIRAA em outubro de 2008. Pelo resultado, havia 13 municípios com baixo risco de infestação (em verde no primeiro mapa), 16 que deveriam ficar em alerta (em amarelo no mapa) e um com alto risco (Barra do Piraí, em vermelho no mapa). Em maio de 2009, dentre os 49 municípios do Estado que executaram o levantamento, 25 estão em alerta (em bege no segundo mapa), 23 em baixo risco (em amarelo) e somente um está com alto risco para ocorrência de epidemia de dengue: o Município do Rio de Janeiro. As figuras que seguem ilustram o quadro:

Gráfico 32: Levantamento do Índice Rápido de Infestação por *Aedes aegypti* – LIRaA – Estado do RJ – Outubro 2008 e Maio 2009



A análise da situação de saúde, a partir da Atenção Básica, pode ser avaliada por meio das Internações Sensíveis à Atenção Básica – ISAB, que representaram 24,4% do total de internações no Estado do Rio de Janeiro em 2008. Especificamente por grupo de causas de ISAB, e comparando com a Região Sudeste e o Brasil, os percentuais encontrados estão dispostos no gráfico a seguir. O Estado apresenta índices mais elevados em doenças preveníveis por imunização, infecção da pele e tecido subcutâneo, deficiências nutricionais, hipertensão, asma, diabetes e insuficiência cardíaca.

Gráfico 33: Internações Sensíveis à Atenção Básica – Brasil, Região Sudeste e Estado do RJ – 2008



Fonte: Caderno de Informações em Saúde do Estado do Rio de Janeiro

BELFORD ROXO

Pacto pela saúde

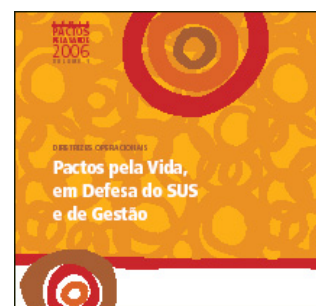
Em anos recentes, o Ministério e as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde desencadearam diversas atividades de planejamento e de adequação de seus modelos assistenciais e de gestão, ponderando criticamente os avanços e os desafios que novas diretrizes organizativas trariam para sua realidade. Em fevereiro de 2002, foi publicada a Norma Operacional da Assistência à Saúde – NOAS-SUS 01/2002, que ampliou as responsabilidades dos municípios na Atenção Básica; estabeleceu o processo de regionalização como estratégia de hierarquização dos serviços de saúde e de busca de maior equidade; criou mecanismos para o fortalecimento da capacidade de gestão do SUS, e procedeu à atualização dos critérios de habilitação de estados e municípios.

O Pacto pela Saúde é um conjunto de reformas institucionais do SUS ajustado entre as três esferas de gestão (União, Estados e Municípios), em 2006, com o objetivo de promover inovações nos processos e instrumentos de gestão, visando a alcançar maior eficiência e qualidade das respostas do SUS. Ao mesmo tempo, o Pacto pela Saúde redefine as responsabilidades de cada gestor em função das necessidades de saúde da população e na busca da equidade social.

A implementação do Pacto pela Saúde se dá pela adesão dos entes federados ao Termo de Compromisso de Gestão – TCG, que substitui os processos de habilitação das várias formas de gestão anteriormente vigentes e estabelece metas e compromissos para cada ente da federação, sendo renovado anualmente.

As formas de transferência dos recursos federais para estados e municípios também foram modificadas pelo Pacto pela Saúde, passando a ser integradas em cinco grandes blocos de financiamento (Atenção Básica, Média e Alta Complexidade da Assistência; Vigilância em Saúde; Assistência Farmacêutica e Gestão do SUS), substituindo, assim, as mais de cem rubricas que eram utilizadas para essas finalidades.

Com o Pacto, altera-se a lógica do processo de habilitação dos entes federados. Não há mais a divisão entre município/estado habilitado e não habilitado. Todos passam a ser gestores das ações de saúde, com atribuições definidas e metas a cumprir. No Pacto pela Vida, estão enumeradas prioridades básicas em saúde que os três níveis de governo devem perseguir, com metas e indicadores para avaliação anual.



A agenda de atividades prioritárias busca a atenção integral à saúde do idoso; ao controle do câncer de colo de útero e de mama; à redução da mortalidade materna e infantil; ao fortalecimento da atenção básica; à promoção da saúde, e ao reforço de ações para o controle das doenças emergências e endemias, com ênfase na dengue, hanseníase, tuberculose, malária e influenza.

Cabe aos governos estaduais e municipais construir as ações necessárias para cumprimento das metas, de acordo com a realidade local. Prioridades estaduais e municipais também poderão ser agregadas à agenda nacional. Os novos pactos avançam na efetivação do controle social ao determinar que os gestores das três esferas de governo assumam publicamente suas responsabilidades. Os TCGs, que devem ser

aprovados nos respectivos Conselhos de Saúde, implicam a qualificação dos processos de planejamento, programação e avaliação das políticas de saúde.

Desdobrado em Pacto pela Vida, que define as prioridades para o SUS; Pacto em Defesa do SUS, que propõe uma agenda de repolitização do SUS com a sociedade e busca de financiamento adequado, e Pacto de Gestão, que estabelece diretrizes e redefine responsabilidades de gestão, em função das necessidades de saúde da população e de maior equidade social, esses componentes do Pacto pela Saúde já foram apresentados em edição anterior deste Estudo Socioeconômico.

No Estado do Rio de Janeiro, em maio de 2009, somente 28 dos 92 municípios haviam aderido ao Pacto (coloridos no mapa), sendo que, desses, 25 já tiveram seus Termos de Compromisso de Gestão aprovados na Comissão Intergestores Bipartite e Tripartite²⁸, representando 30% de adesão no Estado. O mapa a seguir ilustra a situação, no qual se chama a atenção para o fato de a capital não estar nessa lista.

Gráfico 34: Estágio do Pacto pela Saúde – Estado do RJ - Maio 2009



Centrais de regulação: diagnóstico e nova regionalização em perspectiva

A rede de assistência do SUS deve ser organizada de forma regionalizada e hierarquizada, garantindo os princípios de universalidade, equidade e integralidade da assistência. No processo de regionalização, a divisão do território estadual é feita com base em características locais, situação de saúde da população, oferta e acesso aos serviços. É nesse contexto que se insere a ordenação das ações de saúde por meio de centrais de regulação. Ao compor a estratégia de gestão da regulação do SUS, no

²⁸ Estados e municípios, nas Comissões Intergestores Bipartite – CIBs, definem os modelos organizacionais a serem implantados para garantir acesso com qualidade às ações e serviços de saúde, de acordo com as necessidades e capacidade de oferta, a partir de diretrizes e normas pactuadas nas Comissões Intergestores Tripartite – CITs, que incluem a União.

BELFORD ROXO

Estado do Rio de Janeiro, foi criada a Rede de Centrais de Regulação – RCR/RJ, que tem por missão agilizar e qualificar o fluxo de acesso do cidadão aos serviços e ações de alta e média complexidade em saúde.

A RCR/RJ teve sua implementação por etapas. O primeiro ciclo (1999 a 2002) foi dedicado ao planejamento e à pactuação do desenho da rede, após estudos do fluxo dos pacientes no Estado e da capacidade instalada, com a identificação dos municípios polo, de acordo com o Plano Diretor de Regionalização do Estado. Fez parte dessa etapa a organização da infraestrutura local e de telecomunicação das Centrais de Regulação, bem como a execução de concurso público pela Secretaria de Estado de Saúde – SES. Nesse período, foi editado o Plano Diretor de Regionalização ainda vigente.

O segundo ciclo de evolução da RCR/RJ (2003-2005) caracterizou-se por concentrar esforços no fortalecimento do processo de regulação através da adoção de quatro estratégias complementares: efetivação da regionalização da rede; constituição do arcabouço jurídico-institucional; incorporação escalonada de leitos/internações por especialidade à luz dos protocolos pactuados, e constituição do Núcleo Interno de Regulação em cada unidade hospitalar pública, das três esferas de governo.

Um novo plano estadual de saúde teria vigorado entre 2005 e 2008, com a construção dos diagnósticos institucional e da situação de saúde no Estado, a definição das metodologias e das matrizes de planejamento estratégico, a mobilização e a participação dos atores implicados, a implementação de estratégias de informação e comunicação e, por fim, a elaboração da metodologia de gestão do Plano.

Uma análise realizada pelo governo estadual durante o ano de 2008, consolidada na publicação *Caderno de Informações em Saúde do Estado do Rio de Janeiro*, apresenta, por Região de Saúde, um conjunto de informações que foram selecionadas para fundamentar o processo de revisão do Plano Diretor de Regionalização – PDR e auxiliar na atualização da Programação Pactuada Integrada – PPI, da assistência à saúde.

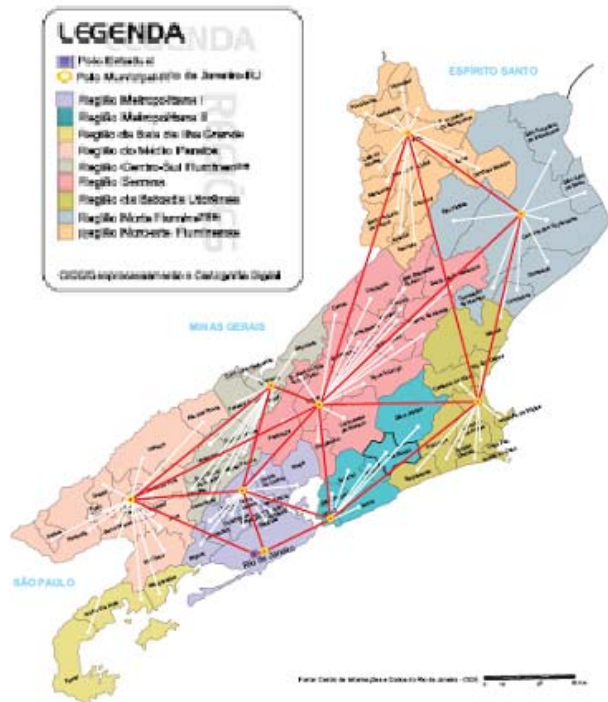
O novo PDR deverá se constituir em um dos principais instrumentos de planejamento em saúde, com a coordenação da gestão estadual e a participação dos municípios para definição dos espaços regionais de saúde, e utilizado como instrumento de ordenamento da assistência, dos fluxos de referência, bem como dos investimentos para a conformação de sistemas de saúde resolutivos.

A PPI foi recepcionada pela Norma Operacional Básica 1996 (NOB 1996), que propôs, como estratégia para a ampliação do acesso, a construção de redes regionais orientadas por programações pactuadas e integradas, nas quais são definidas e quantificadas as ações para a população residente em cada território, bem como efetuados os pactos intergestores para garantia de acesso da população aos serviços de saúde.

Para visualizar a distribuição geográfica de recursos tecnológicos e humanos, o mapa ao lado apresenta o quadro atual das centrais de regulação, que ordenam a oferta de serviços e agilizam o atendimento aos pacientes.

Sempre que um cidadão precisar de atendimento, deve procurar a unidade de saúde ambulatorial mais próxima de sua residência. Havendo necessidade de uma internação ou um exame diferenciado, a equipe de saúde consulta a Central de Regulação da região onde o município está localizado, que identifica o hospital mais próximo com leito disponível e com os recursos tecnológicos adequados à necessidade ou gravidade do caso para encaminhamento do paciente, sem necessidade de idas e vindas à procura de vaga para internação ou exame.

Gráfico 35: Regionalização da saúde – Estado do RJ - Maio 2009



As informações levantadas e discutidas em foros regionais trazem um retrato da situação da saúde no Rio de Janeiro. Uma avaliação do fluxo migratório, de pacientes internados em região fora de sua residência, demonstra que ainda há distorções na distribuição dos leitos. A figura a seguir aponta que a Região da Baixada Litorânea é aquela que mais fez uso de outras regiões para internar seus moradores no ano de 2008.

Gráfico 36: Internações de população residente e não residente nas regiões do RJ – 2008



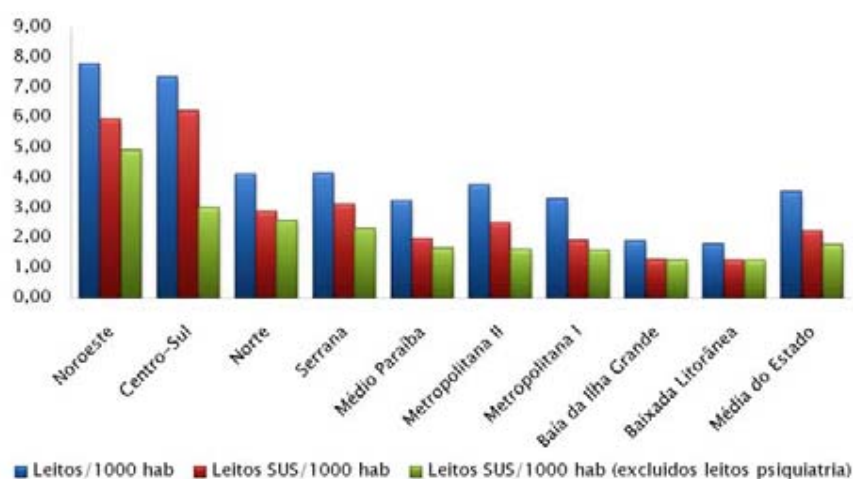
Fonte: Caderno de Informações em Saúde do Estado do Rio de Janeiro

BELFORD ROXO

A capacidade instalada no Estado totaliza 24.341 leitos gerais destinados ao SUS, excluídos os psiquiátricos, de crônicos e hospital-dia. Esse total representa uma razão de 1,5 leitos por mil habitantes, inferior à estabelecida em portaria do MS, de 2,5 a 3 leitos por 1.000 habitantes. Há um quantitativo de 875 leitos de Unidade Intermediária – UI e 578 de Unidade de Tratamento Intensivo – UTI disponíveis ao SUS. Esses últimos também estão em quantitativo inadequado, pois deveriam ser, no mínimo, 973 (a proporção recomendada pelo MS é de 4 a 10% dos leitos gerais).

Essa condição corrobora o fato de haver insuficiência de leitos e, como mencionado, sua distribuição se dar de forma desproporcional entre as Regiões de Saúde, como ilustra o gráfico a seguir:

Gráfico 37: Leitos por 1.000 habitantes – Regiões da Saúde do Estado do RJ – Dezembro 2008



Em termos de equipamentos, há carências de alguns equipamentos selecionados, como raio X, tomógrafo computadorizado, ressonância magnética e ultrassom, fundamentalmente nas duas Regiões Metropolitanas de Saúde. A nova regionalização da saúde a ser criada compreende novos recortes territoriais inseridos em um espaço geográfico contínuo com identidades culturais, econômicas e sociais; redes de comunicação e infraestrutura de transportes compartilhadas; ações e serviços de saúde organizados de acordo com os princípios do SUS, e todos esses procedimentos deverão refletir o desenho final do processo de pactuação entre os gestores. Esses deverão promover ações solidárias e cooperativas, e também fortalecer o controle social.

O Estado do Rio de Janeiro definiu os seguintes critérios como norteadores das Regiões de Saúde: todos os Municípios devem ser responsáveis pelas suas ações de Atenção Básica e pelas ações básicas de Vigilância em Saúde; todas as regiões devem oferecer suficiência em ações de Média Complexidade e também algumas ações de Alta Complexidade (a serem consideradas segundo critérios de acessibilidade e possibilidade de oferta) e que arranjos interregionais devem garantir as demais ações de Alta Complexidade. Enquanto essa suficiência proposta não for alcançada, o Plano de Regionalização e o Plano Diretor de Investimento devem propor as metas e os recursos para tal.

Entre fevereiro e abril de 2009, foram promovidas pela SESDEC oficinas que se iniciavam com a apresentação do diagnóstico da saúde nas Regiões de Saúde preexistentes e em cada município. Foram levantados e discutidos os principais problemas do sistema de saúde em cada uma das regiões, a partir da categorização clássica. Os problemas foram divididos em: Acesso, Gestão, Recursos Físicos e Financeiros, Gestão do Trabalho e Informação. Algumas questões foram apontadas em todas as regiões e são reproduzidas nas tabelas a seguir:

Tabela 21: Questões comuns relativas à Atenção Básica

Atenção Básica
Gestão: Baixa adesão aos Protocolos Clínicos
Recursos Financeiros: Financiamento tripartite insuficiente
Recursos Físicos: Inadequação física das Unidades Básicas de Saúde
Gestão do Trabalho: Dificuldade de fixação dos profissionais e precarização dos vínculos de trabalho

Tabela 22: Questões comuns relativas à Média Complexidade

Média Complexidade
Acesso: Demanda reprimida em serviços de: Ortopedia, Otorrinolaringologia, Oftalmologia, Ginecologia (tratamento de lesões de alto grau) e Cirurgias Eletivas
Gestão: Subfinanciamento; falta de redes de referência e contrarreferência; falta de fluxo para acesso a consultas e procedimentos; falta e/ ou não implantação de alguns protocolos assistenciais; alta intervenção do judiciário na Assistência Farmacêutica
Recursos Financeiros: Insuficiência de custeio para as ações de Média Complexidade
Recursos Físicos: Ausência de SAMU regional
Informação: Atualização irregular dos sistemas de cadastro e de informação ambulatorial e hospitalar

Tabela 23: Questões comuns relativas à Vigilância em Saúde

Vigilância em Saúde
Acesso: Insuficiência de saneamento básico: água, esgoto e coleta de lixo
Gestão: Ações de Vigilância em Saúde ainda centralizadas; deficiência na articulação das ações intersetoriais, com destaque na questão do combate à dengue; demora na entrega dos resultados devido à distância do laboratório de Saúde Pública de referência; falta de integração das ações entre a Vigilância em Saúde e Atenção Básica
Recursos Financeiros: Subfinanciamento
Recursos Físicos: Inadequação de estrutura física e insuficiência de equipamentos (inclusive computadores) e veículos para as vigilâncias municipais; falta de um Laboratório de Saúde Pública Regional
Gestão do Trabalho: Insuficiência de RH; falta de qualificação; falta de capacitação de pessoal para a Vigilância em Saúde
Informação: Subnotificação e desatualização das informações sobre agravos; falta de divulgação das informações - não são utilizadas como ferramenta para tomada de decisões

BELFORD ROXO

Com relação à Alta Complexidade, nenhum problema foi comum a todas as regiões.

Os encaminhamentos e pautas presentes em todas as regiões para o Colegiado de Gestão Regional foram: revisar Programação Pactuada e Integrada da Atenção à Saúde ; definir a resolubilidade desejada da Atenção Básica nos municípios; reforçar as linhas de cuidado em Atenção Básica, Média e Alta Complexidade; proporcionar maior oferta de serviços de Alta Complexidade, e implantar as Comissões de Integração Ensino-Serviço.

Esses temas comuns, e aqueles específicos de cada Região de Saúde, serão o termo de referência para efeito do planejamento em saúde para os próximos anos.

Nas páginas seguintes, são apresentadas as condições estruturais, assim como outras questões e encaminhamentos para o Colegiado de Gestão Regional afeto ao município em estudo.

Caracterização da Região Metropolitana I

A Região Metropolitana I tem doze municípios, correspondendo a 62,0% da população total do Estado. Para essa área, foram previstas cinco microrregiões. O Rio de Janeiro é o principal município de referência para a alta complexidade no Estado, sendo polo estadual para Oncologia, TRS, Hematologia, Hemoterapia, Transplante, Cirurgia Cardíaca e Neurocirurgia, entre outras. Já possui uma Central de Regulação, que deve regular os fluxos intermunicipais de toda a região.



Desses municípios, somente Nova Iguaçu assinou o Termo de Compromisso de Gestão do Pacto pela Saúde. Conforme cita o Caderno de Informações em Saúde do Estado do Rio de Janeiro, a região é espaço de pressão social em virtude de um crescimento econômico nem sempre acompanhado pelo atendimento das necessidades

básicas da população. A distribuição desigual dos serviços e equipamentos urbanos, a crescente demanda por habitações, acompanhadas do aumento de submoradias e da expansão de favelas, a intensa degradação ambiental e o esgotamento dos recursos naturais, a marginalidade, o desemprego e a exclusão social se constituem em elementos de superlotação e mau atendimento do sistema público de saúde.

Capacidade instalada

A Região Metropolitana I apresenta um quantitativo de 13.388 leitos gerais (excetuando-se os leitos de Psiquiatria, leitos de crônicos e hospital-dia) que representam 1,4 leitos por 1000 habitantes, valor inferior ao parâmetro da Portaria GM/MS 1101/2002 de 2,5 a 3 leitos por 1000 habitantes. Considerando-se esse parâmetro, seriam necessários de 24.630 a 29.656 leitos gerais.

A avaliação por município demonstra que Japeri, Magé, Nilópolis e o município do Rio de Janeiro apresentam um valor maior que a média do Estado. Entretanto, os demais estão bem abaixo.

Só há oferta de leitos de UTI no município do Rio de Janeiro, que possui cadastrados 252 leitos de UTI que representam 49% dessa modalidade de leito no Estado. Esse quantitativo é insuficiente até para a sua população residente. Se calculadas as necessidades de leitos de UTI na região em função dos leitos gerais existentes – 13.388, permanece evidente o déficit, já que seriam necessários pelo menos 535 leitos de UTI para a adequada retaguarda a esses leitos em funcionamento.

Tabela 24: Distribuição de leitos hospitalares na Região Metropolitana I

Região/Município	Leitos gerais	Leitos/ mil hab	Leitos de UTI*	Leitos de UI**
Metropolitana I	13.388	1,4	252	578
Belford Roxo	343	0,7	0	12
Duque de Caxias	675	0,8	0	23
Itaguaí	125	1,2	0	12
Japeri	245	2,4	0	0
Magé	386	1,6	0	0
Mesquita	28	0,1	0	0
Nilópolis	376	2,4	0	8
Nova Iguaçu	631	0,7	0	40
Queimados	160	1,2	0	1
São João de Meriti	380	0,8	0	0
Seropédica	49	0,6	0	2
Rio de Janeiro	9.990	1,6	252	480
Estado do Rio de Janeiro	24.341	1,5	578	885

Fonte: DATASUS

*Foram agrupados os leitos de Unidade de Tratamento Intensivo - UTI adulto, pediátrica, neonatal e queimados

**Foram agrupados os leitos de Unidade Intermediária - UI adulto e UI neonatal.

Observação: Foram excluídos os leitos de hospitais dia, psiquiatria e FPT crônicos.

BELFORD ROXO

Das 113 unidades hospitalares existentes na região, 10 possuem até 30 leitos; 11, de 31 a 50 leitos; 35, de 51 a 100 leitos; 33, de 101 a 200 leitos; 14 de 201 a 300 leitos; 8, de 301 a 500 leitos; e 2, de 501 a 1000 leitos.

Situação da gestão da saúde

Seguem abaixo os encaminhamentos propostos pelos gestores ²⁹ para a região:

- Implantar o Colegiado de Gestão Regional e sua Câmara Técnica;
- Descentralizar a Vigilância Sanitária;
- Definir o modelo de vigilância em saúde ambiental a partir do fortalecimento do componente “VIGIS”;
- Realizar concurso público específico para Vigilância;
- Fortalecer os Núcleos Descentralizados de Vigilância em Saúde;
- Definir prioridades com base no Planejamento e Programação;
- Fortalecer a criação de Núcleos de Saúde Coletiva de base territorial (micro/macroárea);
- Reforçar visão intersetorial e intermunicipal;
- Fortalecer os complexos reguladores para que garantam o acompanhamento do paciente desde sua entrada no sistema até a sua saída;
- Regular todos os níveis de assistência, principalmente toda Alta Complexidade;
- Planejar as ações das ESF orientadas para a realidade do município;
- Implantar Laboratório Regional de Saúde Pública e de Patologia e Anatomopatologia Clínica;
- Estruturar a Porta de Saída das Unidades de Pronto Hospitalar Fixo (UPAs);
- Implantar efetivamente o Cartão SUS;
- Implementar as ações de Humanização no atendimento – Programa HUMANIZASUS;
- Estabelecer parcerias com as universidades públicas para formação de profissionais na rede;
- Ampliar a oferta de serviços de Atenção Básica;
- Capacitar profissionais da Atenção Básica em sistemas informatizados;
- Adequar estruturas das unidades de Atenção Básica;
- Implantar Polo Regional de Diagnóstico para média e Alta Complexidade na Baixada Fluminense;
- Implantar Central Regional de Marcação de procedimentos de Média e Alta Complexidade;
- Implantar Centro de Imagem Regional e Laboratórios Regionais;
- Revisar a Tabela SIA-SUS e Teto Financeiro para prestadores de serviço;
- Organizar a Média Complexidade a partir do adensamento tecnológico por território;
- Ofertar serviços a partir da articulação entre as esferas de gestão;
- Implantar protocolos em todos os níveis;

²⁹ Disponível em http://www.saude.rj.gov.br/Acoes/Saude_area.shtml. Acesso em 25.05.2009.

- Organizar o processo de trabalho na Média Complexidade de forma a contemplar o Apoio Matricial;
- Valorizar a regulação como instância de pactuação e acesso aos leitos e serviços dos hospitais federais, estaduais, municipais e universitários;
- Criar mecanismos regionais de pactuação democratizada e publicizada;
- Pactuar unidades de fronteira - Modelo integrado;
- Aumentar a oferta de serviços de Alta Complexidade;
- Inserir as Unidades de Pronto Hospitalar Fixo (UPAs), nas redes locais, compondo fluxos de referência (entrada e saída) em bases territoriais definidas;
- Rediscutir o Modelo Assistencial para a Metropolitana I;
- Dispersar os serviços primários pelo território do município;
- “Desospitalizar” os serviços primários;
- Regularizar os profissionais da Vigilância Sanitária Municipal por intermédio de concurso público;
- Incluir o Controle Social no processo de Regionalização;
- Aumentar a capacidade instalada de Terapia Renal Substitutiva;
- Capacitar o profissional da ponta quanto às rotinas de atendimento e encaminhamento;
- Revisar os protocolos existentes e criar e implementar novos;
- Discutir modelo de atenção - Definir modelo de atenção para Atenção Básica tendo em vista que a ESF é o modelo privilegiado pelo MS para financiamento;
- Discutir perfil das Unidades Hospitalares da Região.

Além das questões comuns já citadas, outras levantadas pelos gestores de saúde da Região Metropolitana I a serem sanadas no futuro próximo são:

Tabela 25: Questões relativas à Atenção Básica da Região Metropolitana I

Atenção Básica
<p>Acesso: Coberturas baixas do PSF; Serviços/Unidades de cuidados primários ainda centralizados (entre esferas de gestão), ainda concentrados (entre territórios locais geográficos), ainda mal distribuídos e pouco conhecidos, ainda não acolhedoras (escuta, classificação de risco, humanização), e burocratizados (agenda rígida por programas); Dificuldade de referência aos exames e consultas de especialidades; Baixa oferta de serviços básicos; Demora na marcação e nos resultados de exames, prejudicando a resolução dos problemas; Falta de fluxo de referência e contrarreferência; Pouca informação sobre a localização e acesso para as Unidades de Atenção Básica</p>
<p>Gestão: Há contradição no modelo de gestão – Gestão técnica x Gestão administrativa; Dificuldade do gestor municipal na priorização das ações; Falta de estudos de custo – efetividade, que demonstrem evidências que subsidiem a tomada de decisão; Baixa cobertura de ações; Lei de Responsabilidade Fiscal e outros instrumentos reguladores que inibem e restringem a abertura de novas Unidades e postos de trabalho; Falta de articulação entre os Gestores e o Controle Social; Falta de acompanhamento da execução dos Planos Municipais de Saúde; Pouca compreensão do conceito de território; Indefinição do modelo de Atenção Básica (qual é o modelo de Atenção Primária ideal para a Região Metropolitana?); Excesso de interferência política; Ausência de mecanismos de contratualização (metas repactuadas)</p>
<p>Recursos Financeiros: Financiamento insuficiente para o avanço da cobertura do PSF com</p>



BELFORD ROXO

Qualidade; Pouco investimento das três esferas de Governo; Contingenciamento da verba por parte do Executivo
Recursos Físicos: Descontinuidade da oferta dos insumos e de medicamentos; Estrutura física inadequada – não protege o profissional nem usuários; Indefinição de um padrão de ambiência para as Unidades; Insuficiência de insumos para a Saúde Bucal
Gestão do Trabalho: Estratégias insuficientes de qualificação/educação permanente, segundo competências reconhecidas; Não utilização da Política Nacional de Humanização na estruturação dos serviços e Sistemas de Saúde; Falta de comprometimento dos profissionais; Falta de utilização de ferramentas para a avaliação da Atenção Básica; Falta de implementação e adequação de protocolos; Falta de utilização de indicadores; Fragilidade dos contratos trabalhistas; Dificuldade de pactuação de um piso salarial regional para os trabalhadores da área de saúde; Falta de concurso público
Informação: Falta de comunicação intersetorial (Secretaria de Saúde, Meio Ambiente, Ação Social e Educação); Deficiência de informatização; Dificuldade de acesso aos sistemas de informação; Falta de capacitação para a gestão dos Sistemas de Informação; Falta de retorno dos dados aos profissionais das ESF; Inexistência de uma rotina de atualização e utilização do CNES; Falta de utilização de ferramentas para a gestão da informação e da avaliação.

Tabela 26: Questões relativas à Média Complexidade da Região Metropolitana I

Média Complexidade
Acesso: Leitos, consultas/exames insuficientes; Insuficiência de oferta de especialidades médicas; Dificuldade em internação para cirurgias de Média Complexidade; Inadequação da rede para prestação de serviço; Regulação Municipal frágil e Regional inexistente; Falta de implementação de protocolos para referência de Média Complexidade
Gestão: Nem todos os leitos SUS estão regulados; Dificuldade de priorização das ações pelo Gestor Municipal; Ausência de mecanismos de controle dos fluxos de referência e contrarreferência entre a Média Complexidade e Atenção Básica; PPI não revisada; Falta de compreensão sobre o papel da regulação; Falta de qualidade dos prestadores de serviço; Porta de entrada ocorrendo pela Média Complexidade; Falta de política de financiamento indutora para as unidades públicas disponibilizarem seus leitos para regulação; Falta de contratualização com os prestadores de serviços; Dificuldade e lentidão na habilitação dos serviços comprometendo a totalidade da informação dos procedimentos realizados nos hospitais municipais, estaduais e federais
Recursos Financeiros: Insuficiência de custeio para as ações de Média Complexidade; Programação da Média Complexidade não contempla as necessidades levantadas pela Atenção Básica; Tabela do SUS inviabiliza a contratação de procedimentos e leitos de Média Complexidade; Dificuldades no custeio das Unidades Pré-Hospitalares
Recursos Físicos: Descontinuidade da oferta dos insumos e de medicamentos; Estrutura física inadequada – não protege profissional e usuários; Indefinição de um padrão de ambiência para as Unidades
Gestão do Trabalho: Dificuldade de fixação de profissionais especializados devido aos baixos salários; Estratégias insuficientes de qualificação/educação permanente, segundo competências reconhecidas; Não utilização da Política Nacional de Humanização na estruturação dos serviços e Sistemas de Saúde; Falta de comprometimento dos profissionais; Falta de implementação e adequação de protocolos; Fragilidade dos contratos trabalhistas; Dificuldade de pactuação de um piso salarial regional para os trabalhadores da área de saúde; Precariedade nas condições de

Média Complexidade

trabalho; Falta de concurso público; Baixa fixação de profissionais

Informação: Quantidade insuficiente de número de Autorizações de Internação Hospitalar e Autorizações de Procedimentos de Alto Custo distribuídas para para os hospitais federais, impedindo a totalidade da informação; Dificuldade e lentidão na habilitação dos serviços, comprometendo a totalidade da informação dos procedimentos realizados nos Hospitais Federais; Deficiência de informatização

Tabela 27: Questões relativas à Alta Complexidade da Região Metropolitana I

Alta Complexidade

Acesso: Falta regulação dos exames de Alta Complexidade; Baixa disponibilidade de leitos cirúrgicos; Falta de acesso aos leitos dos hospitais federais e universitários; Déficit da capacidade instalada em Terapia Renal Substitutiva; Regulação ineficaz; Dificuldade de atender a sua demanda e de outros municípios; Dificuldade de estabelecimento de porta de saída aumentando o tempo médio de permanência; Realização de atendimento médico de demanda da Atenção Básica na Alta Complexidade

Gestão: Falta de ações integradas nas áreas de fronteira; Falta de integração das Unidades Federais; Equipamentos mal-distribuídos; Parâmetros desatualizados para contratação de serviços; Falta de articulação entre a Média e Alta Complexidade; PPI inadequada; Falta de integração entre o Pré-Hospitalar Móvel e Fixo e os Hospitais; Falta de mecanismos para a integração da rede; Protocolos não utilizados e divulgados

Recursos Financeiros: Insuficiência de custeio para as ações de Alta Complexidade

Recursos Físicos: Falta de leitos de UTI e UI; Falta de leitos para Alta Complexidade hospitalar na Baixada Fluminense; Deficiência no transporte e remoção de pacientes

Gestão do Trabalho: Falta de profissionais médicos especialistas; Dificuldade de contratação de profissionais; Perda de profissionais devido a aposentadoria e baixos salários; Falta de concurso público

Informação: Falta de comunicação intersetorial (Secretaria de Saúde, Meio Ambiente, Ação Social e Educação); Dificuldade de acesso aos sistemas de informação; Falta de capacitação para a gestão dos Sistemas de Informação; Falta de informatização; Inexistência de uma rotina de atualização e utilização do CNES; Falta de utilização de ferramentas para a gestão da informação e avaliação

Tabela 28: Questões relativas à Vigilância em Saúde da Região Metropolitana I

Vigilância em Saúde

Acesso: Falta de saneamento ambiental; Falta de um Laboratório de Saúde Pública Regional; Falta de orientação das ações da Vigilância Sanitária de acordo com as prioridades de ampliação de acesso pactuadas pelos Gestores

BELFORD ROXO

Gestão: Falta de implementação do programa de Vigilância do Solo; Falta de parcerias intersetoriais; Falta de mapeamento epidemiológico; Deficiência de recursos tecnológicos na rede para a área de Vigilância; Insuficiência de Núcleos de Vigilância Epidemiológica Hospitalar; Enfraquecimento da função da autoridade sanitária; Fiscalização Sanitária deficiente; Ações desarticuladas entre Atenção Básica e Vigilância em Saúde; Lógica de programação fragmentada; Incompreensão do significado e das competências do campo da Vigilância em Saúde; Indefinição do conceito de território a ser adotado; Falta de cumprimento das competências definidas para cada esfera; Não descentralização das ações básicas de Vigilância Sanitária

Recursos Financeiros: Falta de investimentos; Baixa execução do recurso disponibilizado

Recursos Físicos: Falta de estrutura física e de equipamentos e veículos das Vigilâncias nos municípios

Gestão do Trabalho: Falta de RH qualificados; Falta de capacitação de pessoal para a Vigilância em Saúde; A Vigilância em Saúde ainda possui trabalhadores não concursados; Falta de equipes completas para atuarem nos municípios; Pouca incorporação das práticas da Vigilância no cotidiano do trabalho em Saúde; Pouca integração das três Vigilâncias (*Sanitária, Epidemiológica e Ambiental*)

Informação: Falta de divulgação das informações; Falta de fluxos de informações; Falta de tecnologia de informação; Dados inconsistentes; Subnotificação de dados; Falta de integração entre os sistemas (interface); Não utilização das informações como ferramenta para tomada de Decisão; As informações de base territoriais são desagregadas

Saúde no município

Os dados a seguir foram coletados no sistema Datasus e, quando não explicitado de outra forma, referem-se a dezembro de 2008 e também às condições apresentadas em Belford Roxo. A ênfase dada à Atenção Básica é ilustrada pela trajetória de implantação do Programa Saúde da Família no município, conforme tabela que se segue:

Tabela 29: Programa Saúde da Família – Município – 2003 a 2008

Ano	Mês	Agentes Comunitários de Saúde			Equipe de Saúde da Família			Equipe de Saúde Bucal			
		Credenciados pelo Ministério da Saúde	Implantados	Proporção de cobertura populacional estimada (%)	Credenciadas pelo Ministério da Saúde	Implantadas	Proporção de cobertura populacional estimada (%)	Modalidade I		Modalidade II	
								Credenciadas pelo Ministério da Saúde	Implantadas	Credenciadas pelo Ministério da Saúde	Implantadas
2003	12	165	165	21,1	14	11	8,4	0	0	0	0
2004	12	326	243	30,6	45	17	12,8	0	0	0	0
2005	12	326	278	35,0	45	18	13,6	0	0	0	0
2006	12	326	326	39,0	45	23	16,5	0	0	8	8
2007	12	326	326	38,3	45	27	19,1	0	0	8	8
2008	12	326	279	32,8	45	22	15,5	0	0	8	7

Fonte: MS/SAS/DAB e IBGE. Meses conforme tabela.

O município tem Gestão Plena do Sistema Municipal, podendo operar os sistemas do Datasus de Atenção Básica (SIA/SIAB), Média e Alta Complexidade (SIA/SIH - se houver), e dispõe da seguinte estrutura:

Tabela 30: Estabelecimentos com tipo de atendimento prestado – Ambulatório – Município – Dez 2008

Estabelecimentos por tipo	Quantidade
Centro de parto normal	0
Centro de saúde/unidade básica de saúde	36
Clínica especializada/ambulatório especializado	17
Consultório isolado	18
Hospital especializado	2
Hospital geral	1
Hospital-dia	0
Policlínica	10
Posto de saúde	0
Pronto-socorro especializado	0
Pronto-socorro geral	2
Unidade de serviço de apoio de diagnose e terapia	5
Unidade de vigilância em saúde	2
Unidade mista	1
Unidade móvel fluvial	0
Unidade móvel terrestre	1

O Cadastro Nacional de Equipamentos de Saúde dispõe dos dados sobre os equipamentos existentes, aqueles que se encontram em uso e os que estão disponíveis para o SUS. A tabela seguinte apresenta um resumo do quadro local:

Tabela 31: Recursos Físicos - Equipamentos – Município – Dez 2008

Descrição	Quantidade em uso	% à disposição do SUS
Mamógrafo	2	100%
Raio X	28	64%
Tomógrafo computadorizado	0	N.A.
Ressonância magnética	0	N.A.
Ultrassom	18	61%
Equipamento odontológico completo	49	55%

Os recursos humanos disponíveis para a população local são os seguintes :

BELFORD ROXO

Tabela 32: Recursos Humanos - Ocupações – Município – Dez 2008

Ocupação do profissional	Quantitativo	Ocupação do profissional	Quantitativo
Anestesista	10	Enfermeiro	118
Cirurgião Geral	19	Fisioterapeuta	42
Clínico Geral	177	Fonoaudiólogo	11
Ginecologista/Obstetra	63	Nutricionista	14
Médico de Família	29	Farmacêutico	26
Pediatra	123	Assistente social	37
Psiquiatra	8	Psicólogo	41
Radiologista	22	Auxiliar de Enfermagem	217
Cirurgião dentista	93	Técnico de Enfermagem	267

Belford Roxo não assinou o Pacto de Gestão, um dos componentes do Pacto pela Saúde. Como afirmam Trevisan e Junqueira (2007), a formulação desse pacto facilita a identificação de situações essenciais tanto para o gestor do sistema, como para os trabalhadores da saúde e, claro, para o usuário da rede. O aspecto mais relevante da arquitetura do pacto de gestão é o que permite identificar critérios de necessidades para o bom funcionamento do sistema. É só no âmbito de um “pacto” que é possível, realmente, perceber, prever e administrar o risco à saúde individual e coletiva. Os determinantes sociais e a visão positiva da saúde emergem com mais eficácia na lógica de um “pacto” e não da gestão por instância de poder, ainda que integradas. É preciso deixar bem claro que não existe o doente federal, estadual, municipal ou comunitário. Existe o cidadão que está exercendo o direito constitucional de ter acesso à saúde, que o sistema único deve oferecer.

Mercado de trabalho

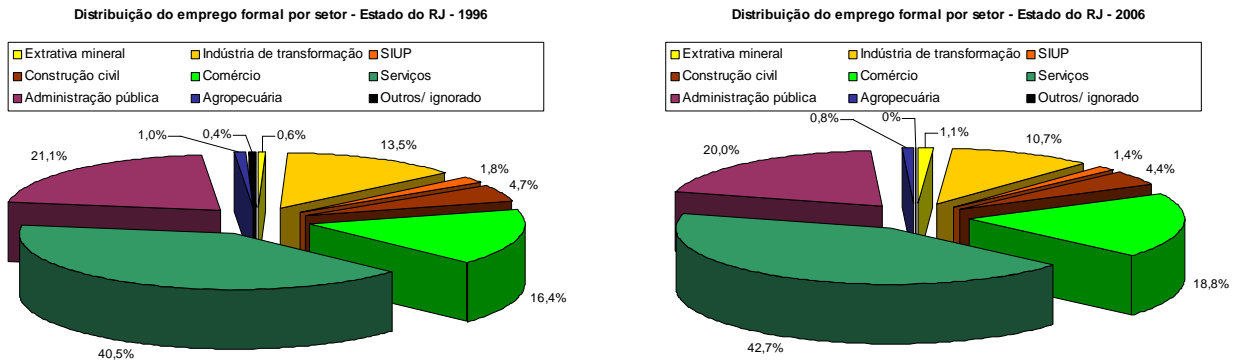
Em março de 2009, a Fundação CIDE (atual CEPERJ) publicou estudo sobre a evolução do mercado de trabalho formal entre os anos 1996 e 2006. Esse período marcou uma taxa de crescimento no nível de emprego de 47,5% no país enquanto, no Rio de Janeiro, o aumento foi quase metade da média nacional, atingindo 24,4%. O Estado tinha 2,712 milhões de postos de trabalho formal em 1996, evoluindo para 3,373 milhões em 2006, exatos 661.101 empregos formais a mais em um período de dez anos. A população residente, segundo o IBGE, teve crescimento estimado em 13,8% no mesmo intervalo.

Com base em dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE-RAIS), o estudo aponta que houve uma mudança no perfil do emprego entre os setores, com destaque para os aumentos na Indústria Extrativa Mineral, Comércio e Serviços. As figuras a seguir ilustram, ainda, a redução da participação de Indústria de Transformação, Serviços Industriais de Utilidade Pública (SIUP – produção e distribuição de energia elétrica, água e esgoto, e distribuição de gás encanado) e Agropecuária. Também cresceram menos que a média estadual os setores de Construção Civil e Administração Pública.

Os grandes blocos da economia estão migrando de um para outro. Na indústria como um todo (extrativa, de transformação, SIUP e construção), o contingente empregado representava 20,55% em 1996, enquanto o conjunto Serviços, Comércio e

Administração Pública chegava a 78,01%. Em 2006, esses números passaram para 17,64% e 81,56%, respectivamente.

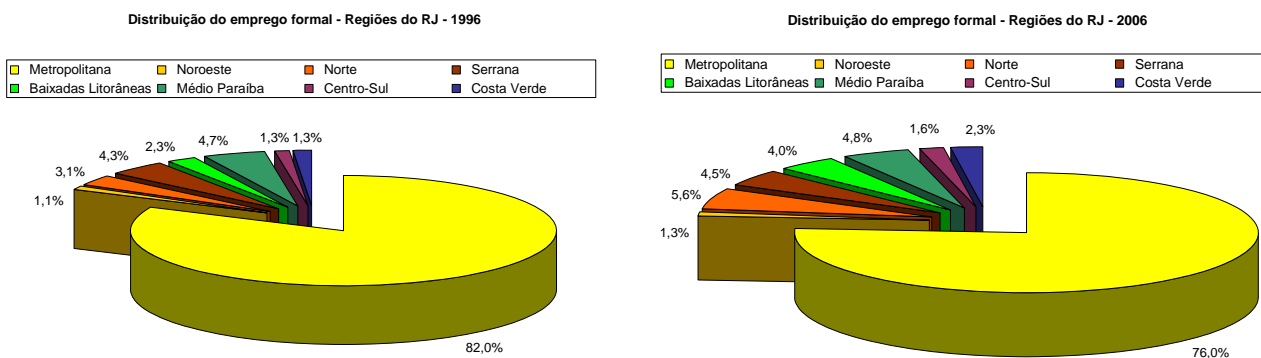
Gráficos 38 e 39: Distribuição do emprego formal por setor – RJ – 1996-2006



O estudo aponta que os setores de Indústria de Transformação e Serviços Industriais de Utilidade Pública foram os mais atingidos no nível de emprego em decorrência do processo de privatizações, da terceirização e dos avanços tecnológicos na produção. No caso particular do Rio de Janeiro, foram privatizadas, pelo Programa Nacional de Desestatização, as empresas Álcalis, Companhia Siderúrgica Nacional, Light e Companhia Vale do Rio Doce. Pelo Programa Estadual de Desestatização, estão também CERJ, Companhia Estadual de Gás, Riogás, Banerj, Cia. do Metropolitano do Rio de Janeiro, Flumitrens, Coderte e Conerj.

Quando visto sob o prisma regional, nível máximo de detalhamento do estudo citado, foram substancialmente maiores os crescimentos do emprego formal nas regiões do interior do Estado, em detrimento da Região Metropolitana. Enquanto esta teve crescimento de 15,3%, todas as demais superaram a média estadual, com destaque para as regiões Norte Fluminense, Baixadas Litorâneas e Costa Verde. A Região Serrana e o Médio Paraíba também tiveram crescimento, ainda que tímido, dada a relevância que o setor de Indústria de Transformação tem em sua economia e empregabilidade. As figuras a seguir demonstram a perda de 6,0 pontos percentuais da participação da Região Metropolitana no conjunto do Estado:

Gráficos 40 e 41: Distribuição do emprego formal por região administrativa – 1996-2006



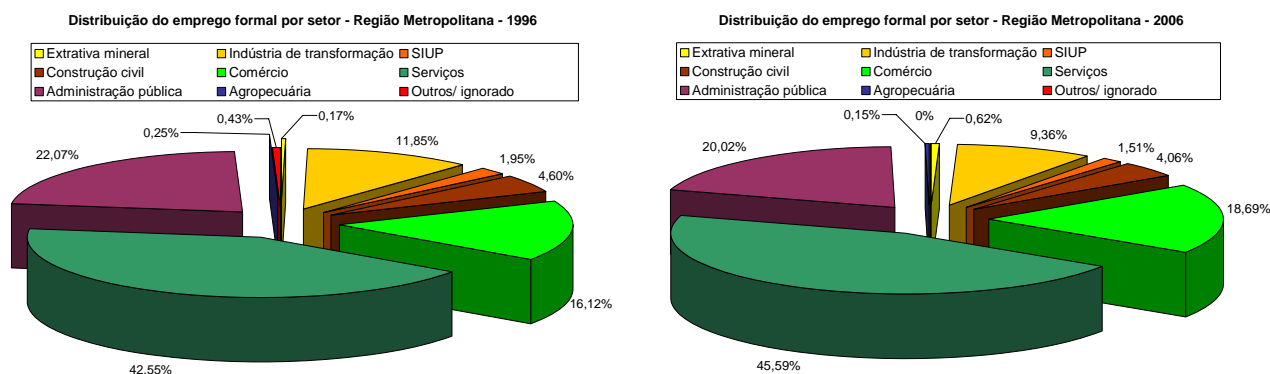
BELFORD ROXO

De acordo com o estudo, na Região Metropolitana, à qual pertence o município em análise, estão localizadas as principais indústrias, serviços especializados e órgãos da Administração Pública. Nas atividades industriais, são relevantes as indústrias de refino de petróleo, a metalurgia e a fabricação de produtos químicos e farmacêuticos. Nas atividades terciárias, destacam-se, por ordem de importância, o setor de serviços, o comércio e a Administração Pública.

Os níveis de emprego formal dos anos de 1996 e 2006 variaram de 2.223.434 para 2.563.494 pessoas. Apresentaram crescimento os setores de Indústria Extrativa Mineral (de 0,17% para 0,62%), Serviços (de 42,55% para 45,59%) e Comércio (de 16,12% para 18,69%). Em contrapartida, houve perda de participação setorial para Indústria de Transformação (de 11,85% para 9,36%), SIUP (de 1,95% para 1,51%), Construção Civil (de 4,60% para 4,06%) e Administração Pública (de 22,07% para 20,02%), além da pouco representativa Agropecuária.

Diante desses resultados aumentou, na Região Metropolitana, a participação do setor terciário, trocando especializações industriais por serviços. Os gráficos a seguir ilustram a evolução no período:

Gráficos 42 e 43: Distribuição do emprego formal por setor – Região Metropolitana – 1996-2006



A tabela a seguir apresenta um resumo das alterações ocorridas no mercado de trabalho estadual no período 1996/2006, sobre as quais serão tecidos comentários adiante. Como informação complementar, em pesquisa realizada no sítio do MTE-RAIS, em abril de 2009, foram apurados dados menos detalhados de anos mais recentes: o Estado do Rio de Janeiro tinha 3,666 milhões de empregos formais em dezembro de 2007 e, até dezembro de 2008, totalizou 154.596 novas vagas.

Tabela 33: Estoque de empregos – RJ e regiões – 1996 e 2006

Número de empregados no mercado de trabalho formal por Região de Governo	Ano	Extrativa mineral	Indústria de transformação	SIUP	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária	Outros/ ignorado	Total
Estado	1996	15.008	364.857	50.149	127.448	444.876	1.099.460	571.579	27.383	11.766	2.712.526
	2006	38.040	360.996	48.380	147.525	634.619	1.441.012	676.229	26.826	0	3.373.627
Variação 2006/1996		153%	-1%	-4%	16%	43%	31%	18%	-2%	-100%	24,4%
Região Metropolitana	1996	3.768	263.559	43.420	102.215	358.410	946.038	490.814	5.645	9.565	2.223.434
	2006	15.768	240.043	38.817	104.006	479.036	1.168.822	513.244	3.758	0	2.563.494
Variação 2006/1996		318%	-9%	-11%	2%	34%	24%	5%	-33%	-100%	15,3%
Região Noroeste Fluminense	1996	310	4.074	388	472	5.360	7.388	8.319	2.233	116	28.660
	2006	493	5.814	198	668	10.368	9.484	12.436	2.712	0	42.173
Variação 2006/1996		59%	43%	-49%	42%	93%	28%	49%	21%	-100%	47,1%
Região Norte Fluminense	1996	7.833	12.755	945	4.603	14.330	26.020	13.805	4.577	433	85.301
	2006	18.803	18.605	2.028	16.454	30.397	58.887	36.771	6.007	0	187.952
Variação 2006/1996		140%	46%	115%	257%	112%	126%	166%	31%	-100%	120,3%
Região Serrana	1996	225	30.819	2.602	3.984	22.107	39.912	13.482	3.637	252	117.020
	2006	190	36.365	2.092	5.290	31.398	51.389	22.044	4.333	0	153.101
Variação 2006/1996		-16%	18%	-20%	33%	42%	29%	64%	19%	-100%	30,8%
Região das Baixadas Litorâneas	1996	1.695	4.821	1.073	2.394	11.494	20.141	17.537	3.134	389	62.678
	2006	1.140	7.568	1.214	6.166	29.433	45.550	39.271	3.680	0	134.022
Variação 2006/1996		-33%	57%	13%	158%	156%	126%	17%	17%	-100%	113,8%
Região do Médio Paraíba	1996	393	36.380	1.309	7.237	20.848	36.537	18.048	5.980	233	126.965
	2006	219	34.749	1.886	7.679	33.292	53.863	26.634	3.426	0	161.748
Variação 2006/1996		-44%	-4%	44%	6%	60%	47%	48%	-43%	-100%	27,4%
Região Centro-Sul Fluminense	1996	226	8.202	234	1.021	7.265	9.323	6.235	1.514	74	34.094
	2006	478	7.269	314	3.667	11.150	17.367	10.041	2.272	0	52.558
Variação 2006/1996		112%	-11%	34%	259%	53%	86%	61%	50%	-100%	54,2%
Região da Costa Verde	1996	558	4.247	178	5.522	5.062	14.101	3.339	663	704	34.374
	2006	949	10.583	1.831	3.595	9.545	35.650	15.788	638	0	78.579
Variação 2006/1996		70%	149%	929%	-35%	89%	153%	373%	-4%	-100%	128,6%

O incremento mais expressivo do emprego foi no setor da indústria extrativa: 153%. Comandado pelo aumento de 318% na Região Metropolitana, esta teve maior acréscimo de contingente do que a Região Norte Fluminense, onde estão localizadas as bases para exploração e produção de petróleo e gás natural, e foram abertas cerca de 11 mil vagas.

A Indústria de Transformação, que diminuiu em 1% seu número de empregos no Estado, apresentou forte crescimento na Região da Costa Verde. Menos vigorosos, mas expressivos da interiorização do setor industrial no Estado, foram os aumentos do emprego formal nas Baixadas Litorâneas e nas regiões Norte e Noroeste Fluminense. Os maiores mercados empregadores, localizados nas regiões Metropolitana e do Médio Paraíba, apresentaram redução, esta última superada pela Região Serrana.

Serviços Industriais de Utilidade Pública foi outro setor que apresentou redução no período, comandado pela queda de 9% na Região Metropolitana, o maior mercado empregador. Na Costa Verde, entretanto, o aumento foi recorde: 929%.

A Construção Civil teve desempenho positivo de 16%. Contra crescimento quase nulo na Região Metropolitana, os destaques ficaram por conta dos empregos criados nas regiões Norte e Centro-Sul. Na Costa Verde, houve queda de 35% no período.

No Comércio, segundo maior empregador no Estado, o aumento geral de 43% foi puxado por todas as regiões, menos a Metropolitana, que cresceu apenas 34%.

Mais importante fonte de empregos no Estado, o setor de Serviços cresceu 31% no período, com destaque para as regiões Norte, Baixadas Litorâneas e Costa Verde.

A Administração Pública teve aumento de 18% por conta dos significativos crescimentos ocorridos nas regiões do Estado que não a Metropolitana, a qual obteve modestos 5% em novos postos de trabalho. Os contingentes adicionados foram mais expressivos nas regiões Norte, Baixadas Litorâneas e Costa Verde.

A Agropecuária decresceu 2% em virtude das demissões nas regiões Metropolitana, Médio Paraíba e Costa Verde. Nas demais, houve acréscimo de vagas.

BELFORD ROXO

Ao final dessa análise sobre a evolução espacial do emprego, constata-se claramente a ocorrência de uma recomposição das regiões no contingente que cada setor econômico emprega. Aqueles mais expressivos, como Indústria de Transformação, Comércio, Serviços e Administração Pública, tiveram redistribuídas as participações de cada área no Estado. Nos segmentos menos representativos de emprego, o mesmo fenômeno se repete. A tabela a seguir ilustra tais mudanças:

Tabela 34: Participação regional por setor de atividade – 1996 e 2006

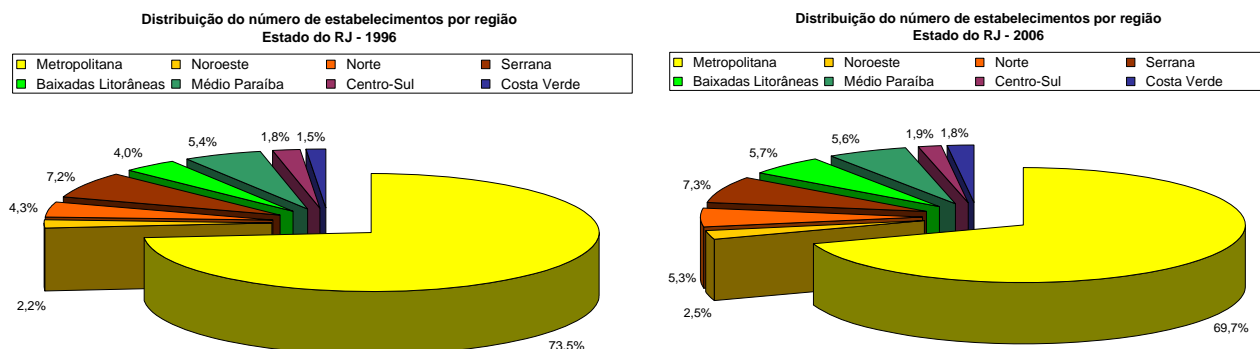
Participação da Região no mercado de trabalho formal por setor econômico	Ano	Extrativa mineral	Indústria de transformação	SIUP	Construção civil	Comércio	Serviços	Administração pública	Agropecuária
Contingente empregado total		0,6%	13,5%	1,8%	4,7%	16,4%	40,5%	21,1%	1,0%
Metropolitana	1996	25,1%	72,2%	86,6%	80,2%	80,6%	86,0%	85,9%	20,6%
Noroeste		2,1%	1,1%	0,8%	0,4%	1,2%	0,7%	1,5%	8,2%
Norte		52,2%	3,5%	1,9%	3,6%	3,2%	2,4%	2,4%	16,7%
Serrana		1,5%	8,4%	5,2%	3,1%	5,0%	3,6%	2,4%	13,3%
Baixadas Litorâneas		11,3%	1,3%	2,1%	1,9%	2,6%	1,8%	3,1%	11,4%
Médio Paraiba		2,6%	10,0%	2,6%	5,7%	4,7%	3,3%	3,2%	21,8%
Centro-Sul		1,5%	2,2%	0,5%	0,8%	1,6%	0,8%	1,1%	5,5%
Costa Verde		3,7%	1,2%	0,4%	4,3%	1,1%	1,3%	0,6%	2,4%
Contingente empregado total		1,1%	10,7%	1,4%	4,4%	18,8%	42,7%	20,0%	0,8%
Metropolitana	2006	41,5%	66,5%	80,2%	70,5%	75,5%	81,1%	75,9%	14,0%
Noroeste		1,3%	1,6%	0,4%	0,5%	1,6%	0,7%	1,8%	10,1%
Norte		49,4%	5,2%	4,2%	11,2%	4,8%	4,1%	5,4%	22,4%
Serrana		0,5%	10,1%	4,3%	3,6%	4,9%	3,6%	3,3%	16,2%
Baixadas Litorâneas		3,0%	2,1%	2,5%	4,2%	4,6%	3,2%	5,8%	13,7%
Médio Paraiba		0,6%	9,6%	3,9%	5,2%	5,2%	3,7%	3,9%	12,8%
Centro-Sul		1,3%	2,0%	0,6%	2,5%	1,8%	1,2%	1,5%	8,5%
Costa Verde		2,5%	2,9%	3,8%	2,4%	1,5%	2,5%	2,3%	2,4%

Estabelecimentos e suas características

O mesmo estudo da Fundação CIDE, ao abordar a evolução do mercado de trabalho formal, indica mudanças intrarregionais no perfil dos estabelecimentos.

Em termos quantitativos, no Estado do Rio de Janeiro, houve um aumento de 22,1% no período de 1996 a 2006, com destaque para os crescimentos das regiões das Baixadas Litorâneas, Norte Fluminense e Costa Verde. A Região Metropolitana perdeu praticamente quatro pontos percentuais em sua participação.

Gráficos 44 e 45: Distribuição de estabelecimentos por região – 1996-2006



Em termos de números de empregados por estabelecimento, continua havendo predominância absoluta das microempresas, com até nove funcionários, que representavam 82,0% do total de estabelecimentos em 1996, recuando para 80,0% ao final de 2006. Seguem os estabelecimentos de pequeno porte, com menos de 100

empregados, que ascenderam de 16,0% para 18,0%, evidenciando ligeira migração do perfil do empregador, de micro para pequena empresa. Os estabelecimentos médios e grandes tiveram redução quantitativa no período. Sua soma alcançava 2,0% do total em 1996, caindo para 1,6% no ano 2006. A tabela a seguir resume as alterações ocorridas no período:

Tabela 35: Distribuição regional dos estabelecimentos por porte – 1996 e 2006

Número de estabelecimentos por Região de Governo	Ano	Totais	Porte dos estabelecimentos por número de empregados			
			De 0 a 9	De 10 a 99	De 100 a 499	Mais de 500
Estado	1996	186.114	82,0%	16,0%	1,5%	0,5%
	2006	227.268	80,0%	18,0%	1,3%	0,3%
Variação 2006/1996		22,1%	-2,4%	12,5%	-13,3%	-40,0%
Região Metropolitana	1996	136.846	81,0%	17,0%	1,6%	0,4%
	2006	158.317	79,0%	20,0%	0,5%	0,3%
Variação 2006/1996		15,7%	-2,5%	17,6%	-68,8%	-25,0%
Região Noroeste Fluminense	1996	4177	91,0%	8,8%	0,4%	0,2%
	2006	5727	90,0%	10,0%	0,3%	0,1%
Variação 2006/1996		37,1%	-1,1%	13,6%	-25,0%	-50,0%
Região Norte Fluminense	1996	7.992	87,0%	11,5%	1,2%	0,2%
	2006	12.158	82,0%	16,0%	1,4%	0,2%
Variação 2006/1996		52,1%	-5,7%	39,1%	16,7%	0,0%
Região Serrana	1996	13.308	87,0%	12,0%	0,9%	0,2%
	2006	16.698	85,0%	14,0%	0,6%	0,1%
Variação 2006/1996		25,5%	-2,3%	16,7%	-33,3%	-50,0%
Região das Baixadas Litorâneas	1996	7.505	89,0%	10,0%	0,6%	0,4%
	2006	13.054	85,0%	14,0%	0,9%	0,2%
Variação 2006/1996		73,9%	-4,5%	40,0%	50,0%	-50,0%
Região do Médio Paraíba	1996	10.080	84,0%	14,0%	1,4%	0,3%
	2006	12.840	83,0%	15,0%	1,3%	0,2%
Variação 2006/1996		27,4%	-1,2%	7,1%	-7,1%	-33,3%
Região Centro-Sul Fluminense	1996	3.395	86,0%	12,0%	1,5%	0,2%
	2006	4.301	84,0%	14,1%	1,1%	0,3%
Variação 2006/1996		26,7%	-2,3%	17,5%	-26,7%	50,0%
Região da Costa Verde	1996	2.811	85,0%	13,0%	1,1%	0,5%
	2006	4.173	83,2%	15,2%	0,8%	0,4%
Variação 2006/1996		48,5%	-2,1%	16,9%	-27,3%	-20,0%

Fonte: CIDE - Algumas linhas não somam 100,0%

Emprego formal por faixa de escolaridade

Neste item, o estudo citado analisa a distribuição do emprego no Estado e nas Regiões de Governo por grau de instrução. Nesse caso, a mão de obra foi distribuída em cinco faixas, quais sejam: analfabeto, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Ensino Superior e Pós-graduação. A primeira e a última faixa são pouco representativas no Estado. Em termos evolutivos, houve uma grande mudança na distribuição da mão de obra, no ano de 2006, por faixas de escolaridade no Estado: o contingente com Ensino Fundamental se reduziu para 37,03% do contingente empregado, com uma queda de 18,25 pontos percentuais em comparação a 1996. Quanto aos demais níveis de escolaridade, todos incrementaram suas parcelas relativas à mão de obra fluminense: o grupo com o Ensino Médio alcançou 40,81%, exatos 12,37 pontos percentuais acima do apontado dez anos antes. Finalmente, o grupo com Ensino Superior atingiu 21,50%, mais de sete pontos percentuais em relação a 1996. Tal fenômeno ocorreu em todas as

BELFORD ROXO

regiões. Apesar disso, ainda é grande o contingente sem formação completa do Ensino Básico, como ilustra a tabela a seguir:

Tabela 36: Participação regional por faixas de escolaridade – 1996 e 2006

Percentual de empregados em 31.12 por grau de instrução	Ano	Faixas de escolaridade				
		Analfabeto	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	Ignorado (1996) Pós-graduação (2006)
Estado	1996	1,66%	55,28%	28,44%	14,43%	0,19%
	2006	0,44%	37,03%	40,81%	21,50%	0,22%
Variação 2006/1996		-73%	-33%	43%	49%	
Região Metropolitana	1996	1,45%	53,22%	29,46%	15,71%	0,16%
	2006	0,36%	35,21%	40,48%	23,72%	0,23%
Variação 2006/1996		-75%	-34%	37%	51%	
Região Noroeste Fluminense	1996	2,47%	54,00%	34,24%	8,36%	0,93%
	2006	0,73%	42,01%	45,21%	11,99%	0,06%
Variação 2006/1996		-70%	-22%	32%	43%	
Região Norte Fluminense	1996	2,94%	59,42%	27,30%	9,88%	0,46%
	2006	0,83%	32,86%	50,12%	16,01%	0,18%
Variação 2006/1996		-72%	-45%	84%	62%	
Região Serrana	1996	1,68%	69,19%	20,51%	8,26%	0,36%
	2006	0,59%	52,72%	33,20%	13,14%	0,35%
Variação 2006/1996		-65%	-24%	62%	59%	
Região das Baixadas Litorâneas	1996	5,35%	67,75%	20,44%	6,22%	0,24%
	2006	1,24%	45,88%	38,88%	13,98%	0,02%
Variação 2006/1996		-77%	-32%	90%	125%	
Região do Médio Paraíba	1996	1,97%	63,75%	23,65%	10,50%	0,13%
	2006	0,35%	39,61%	43,13%	16,69%	0,22%
Variação 2006/1996		-82%	-38%	82%	59%	
Região Centro-Sul Fluminense	1996	2,38%	64,26%	26,19%	7,09%	0,08%
	2006	0,64%	48,65%	39,67%	10,97%	0,07%
Variação 2006/1996		-73%	-24%	51%	55%	
Região da Costa Verde	1996	2,39%	69,57%	21,94%	5,95%	0,15%
	2006	0,44%	44,83%	41,09%	13,51%	0,13%
Variação 2006/1996		-82%	-36%	87%	127%	

Emprego formal por faixa de rendimentos

Os salários médios caíram 32,65% entre 1996 e 2006. A queda maior foi na Região do Médio Paraíba, -45,74%. A Região Norte Fluminense foi a menos afetada pela queda de renda, registrando -17,30% de remuneração média.

A tabela a seguir ilustra as variações, sendo que o salário mínimo em 1996 era R\$108,00 e em 2006, R\$350,00.

Tabela 37: Faixa de remuneração regional média – 1996 e 2006

Faixa de remuneração média, em salários mínimos, por região de governo	Ano	Faixa	Ano	Faixa	Variação
Estado	1996	5,82	2006	3,92	-32,65%
Metropolitana		6,15		4,19	-31,87%
Noroeste		2,63		1,96	-25,48%
Norte		5,78		4,78	-17,30%
Serrana		3,59		2,26	-37,05%
Baixas Litorâneas		3,21		2,39	-25,55%
Médio Paraíba		5,40		2,93	-45,74%
Centro-Sul		2,80		2,03	-27,50%
Costa Verde		4,70		3,24	-31,06%

De acordo com o estudo, foram divididas as remunerações em faixas de salários mínimos (SMs). No caso do Estado, em 2006, o maior contingente do emprego formal estava inserido na faixa de rendimentos de 1,5 a 3,0 SMs, correspondendo a 65,0% do emprego total. Seguia-se aquela do pessoal de 4 até 10 SMs, que representava 17,6% do emprego naquele mesmo ano. A outra faixa de rendimento que tinha participação relativa era a de 10 a 20 SMs, com 7,1%. A faixa com rendimentos superiores a 20 SMs não ultrapassava 2,4%.

Renda versus gênero, raça, idade, escolaridade, posição e setor econômico

No plano social, é importante reconhecer que as reivindicações da população relacionadas à carência de oportunidades econômicas, negligências dos serviços públicos com Educação e Saúde, e destituição cultural sistemática tiveram grande relevância no sentido de influenciar o Estado de muitos países a acolher uma concepção de justiça social atenta às dificuldades decorrentes de sexo, raça e grau de escolaridade. Esses problemas são mais agudos no Brasil. Uma redução efetiva desses obstáculos ocorreria natural e paulatinamente dentro de um processo de qualificação do ensino básico público, responsável por mais de 80% das matrículas.

A oferta de ensino de boa qualidade é pré-requisito para que se possa pensar em justiça social. A educação básica, dentre um rol de políticas públicas fundamentais para a criação de oportunidades de crescimento pessoal e coletivo, é o primeiro instrumento de transformação para abrir caminho rumo à construção de um país menos excludente.

Uma série comparativa de 1992 a 2008, reproduzida na tabela a seguir, foi elaborada pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade – IETS³⁰, com dados apurados nas Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílio – PNADs, do IBGE, que avalia o conjunto do Estado.

³⁰ Disponível em http://www.iets.org.br/rubrique.php3?id_rubrique=12. Acesso em 04.01.2010.



BELFORD ROXO

Tabela 38: Renda média real do trabalho principal por características – 1992 e 2008

Renda real média do trabalho principal por características básicas no Rio de Janeiro															
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Sexo															
Homem	1.132	1.044	1.380	1.440	1.365	1.469	1.343	1.305	1.268	1.196	1.176	1.200	1.343	1.349	1.309
Mulher	700	645	832	905	929	934	900	868	859	802	802	820	892	895	936
Raça															
Branco	1.189	1.094	1.431	1.552	1.482	1.574	1.407	1.393	1.332	1.277	1.228	1.300	1.439	1.425	1.411
Negros(preto e pardo)	634	576	734	763	725	759	751	707	724	675	718	731	792	828	840
Idade															
15-24	500	411	552	585	583	605	577	549	558	548	517	546	568	585	594
25-49	1.097	1.000	1.281	1.380	1.315	1.324	1.239	1.205	1.171	1.069	1.083	1.066	1.157	1.161	1.209
50 ou mais	1.084	1.062	1.463	1.397	1.439	1.686	1.500	1.406	1.318	1.312	1.217	1.348	1.535	1.532	1.333
Escolaridade															
1º grau incompleto	548	486	619	647	633	646	626	587	582	543	548	558	571	587	608
1º grau completo	815	715	885	889	875	933	843	808	747	688	667	712	706	774	749
2º grau incompleto	828	700	811	870	810	853	762	699	673	651	665	634	659	673	730
2º grau completo	1.212	1.057	1.362	1.434	1.339	1.344	1.283	1.211	1.112	1.050	1.002	1.011	1.041	988	1.061
Superior incompleto ou mais	2.555	2.490	3.193	3.215	3.293	3.432	3.094	2.866	2.828	2.491	2.402	2.373	2.668	2.667	2.400
Posição na ocupação															
Empregado com carteira	1.078	944	1.122	1.177	1.161	1.206	1.129	1.072	1.073	1.018	1.005	1.012	1.159	1.133	1.143
Militar	1.395	1.135	1.673	1.753	1.688	1.945	1.869	2.115	1.835	2.019	1.682	1.760	1.887	1.820	2.428
Funcionário público	1.418	1.257	1.671	1.738	1.828	1.773	1.703	1.869	1.854	1.764	1.802	1.863	2.090	2.131	2.011
Empregado sem carteira	462	437	566	624	591	671	646	661	665	590	594	590	591	674	661
Conta própria	812	809	1.116	1.331	1.172	1.208	1.100	1.034	960	875	881	955	933	991	1.051
Empregador	2.511	3.059	4.264	4.104	4.138	4.172	4.034	3.463	3.262	3.162	2.856	3.129	3.448	3.536	2.877
Setor de atividade															
Agricultura e extração	638	538	713	702	655	596	846	850	628	937	977	726	1.198	829	1.230
Administração pública	1.500	1.328	1.858	1.828	1.886	1.861	1.977	2.003	1.896	1.874	1.909	1.796	1.965	2.099	2.167
Construção civil	693	646	896	982	954	977	846	869	877	715	752	813	855	813	883
Serviços distributivos	994	923	1.198	1.264	1.179	1.274	1.213	1.088	939	862	884	931	986	1.063	966
Indústria moderna	1.354	1.246	1.652	1.614	1.613	1.677	1.360	1.349	1.524	1.388	1.273	1.456	1.403	1.641	1.454
Serviços pessoais	591	511	683	781	771	734	752	682	686	640	644	656	708	749	762
Serviços produtivos	1.573	1.597	1.861	2.033	1.966	2.164	1.786	1.824	1.686	1.604	1.491	1.505	1.688	1.649	1.688
Saúde e educação	988	958	1.299	1.346	1.272	1.472	1.313	1.331	1.360	1.252	1.224	1.275	1.425	1.324	1.337
Serviços comunitários	967	881	1.087	999	1.118	1.448	933	1.126	1.098	993	740	1.198	998	1.680	1.220
Indústria tradicional	867	714	996	1.127	975	1.152	1.026	860	860	744	807	761	1.000	816	754
Não especificado	2.142	961	1.410	1.190	1.135	1.120	1.443	1.476

Fonte: Elaborado pelo IETS a partir dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE).

Notas:

1 - A pesquisa não foi a campo em 1994 e 2000.

2 - A pesquisa reformulou os códigos de setores de atividades para o ano de 2002, assim a comparação com este ano não é a mais adequada.

3 - Valores expressos em Reais de 2008.

É notável que o ano de 2008 registrou a menor defasagem de renda média real tanto em gênero quanto em raça.

De volta ao tema justiça social, há uma correspondência significativa entre os níveis de educação e as remunerações que as pessoas podem alcançar. Para todas as faixas de escolaridade, o pico da renda real média ocorreu no triênio 1996 – 1998. À medida que aumenta o nível educacional, a renda média sobe expressivamente em todos os 15 anos retratados, havendo, entretanto, desvantagem para aqueles que têm o 2º grau incompleto quando comparados com aqueles que têm o 1º grau completo. Entretanto, a distância que havia entre os rendimentos – 61% em 1996 – reduziu-se para 42% em 2008.

Por fim, deve ser enfatizado que, em termos de renda, novos setores de atividade se tornaram mais atraentes nos anos recentes, apontando que segmentos como construção civil e indústria tradicional, ficaram para trás ao longo dos anos.

Mercado de trabalho no município

É deficiente a disponibilização de dados pelo Cadastro Geral de Emprego e Desemprego – CAGED, no sítio <http://perfildomunicipio.caged.gov.br/>. Durante todo o ano de 2009, até setembro, não foi possível apurar os estoques iniciais e finais de emprego por município, tão somente a movimentação mês a mês de emprego e reemprego, com seus detalhamentos respectivos.

A tabela a seguir apresenta como foi esse comportamento durante o ano de 2008:

Tabela 39: Variação do emprego formal – 2008

Variação do emprego formal mês a mês no ano 2008												
Movimentação	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Admissões												
1º Emprego	218	260	240	163	159	208	227	233	222	195	172	181
Reemprego	965	1.059	1.055	892	1.026	1.153	1.250	1.321	1.227	1.065	841	889
Reintegração	2	2	0	1	2	1	2	4	2	0	0	0
CTD	1	0	0	0	1	2	1	0	0	6	6	0
Transferência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1186	1321	1295	1056	1188	1364	1480	1558	1451	1266	1019	1070
Desligamentos												
Dispensados sem Justa Causa	808	779	759	740	804	806	796	736	714	799	872	901
Dispensados com Justa Causa	22	19	20	18	19	21	24	23	28	33	24	24
A Pedido	210	230	233	174	194	213	211	241	243	246	216	238
Término de Contrato	202	193	146	151	105	98	125	142	160	160	153	153
Aposentadoria	2	1	0	0	0	1	1	0	1	1	0	0
Morte	4	6	6	5	6	6	3	3	4	4	4	3
Término CTD	4	5	4	4	12	21	19	10	3	7	12	13
Transferência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total	1252	1233	1168	1092	1140	1166	1179	1155	1153	1250	1281	1332
Variação Absoluta	-66	88	127	-36	48	198	301	403	298	16	-262	-262
Variação Relativa	-0,39 %	0,52 %	0,75 %	-0,21 %	0,28 %	1,15 %	1,74 %	2,31 %	1,69 %	0,09 %	-1,45 %	-1,46 %

BELFORD ROXO

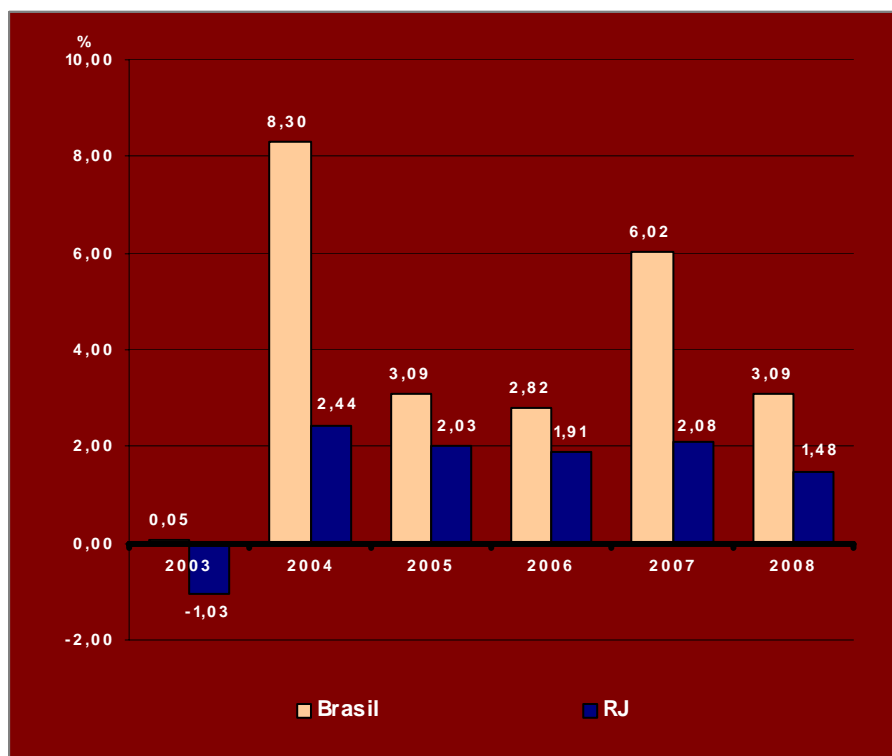
IV – INDICADORES ECONÔMICOS

Situação da economia do Estado do Rio de Janeiro

Produção industrial

A indústria fluminense cresceu 1,48% em 2008, em comparação com o ano anterior, de acordo com a Pesquisa Industrial Regional do IBGE. No mesmo ano, a indústria brasileira cresceu 3,09%.

Gráfico 46: Produção industrial do Estado do Rio de Janeiro e Brasil – 2003-2008



Fonte: IBGE
Nota: Variações percentuais em relação ao ano anterior.

Essa taxa de 1,48% em 2008, todavia, não espelha os altos e baixos ocorridos durante o ano. No primeiro trimestre, a indústria fluminense registrou expansão de 4,19% em relação ao mesmo período de 2007. Segundo a Pesquisa Industrial Regional do IBGE, desde o primeiro trimestre de 2006, quando a produção industrial estadual elevou-se 5,07%, não se verificava um desempenho trimestral tão favorável. Ao mesmo tempo, a produção nacional cresceu 6,42% no início de 2008.

O aumento da produção fluminense registrado no segundo trimestre foi de apenas 0,47%, o que significou um recuo de 3,72 pontos percentuais. A desaceleração teve magnitude semelhante à verificada no terceiro trimestre de 2007, ocasião em que a taxa de crescimento baixou 3,33 pontos percentuais. A repetição desse tipo de descontinuidade sugere que o crescimento da indústria fluminense não está suficientemente disseminado entre setores, tornando-se suscetível a paradas súbitas. Esse comportamento contrasta com a trajetória seguida pela indústria brasileira e de outros estados, como se verá adiante. No plano nacional, a atividade fabril conservou o

ritmo de expansão alcançado no primeiro trimestre, registrando taxa de crescimento de 6,19% em relação ao mesmo período do ano anterior.

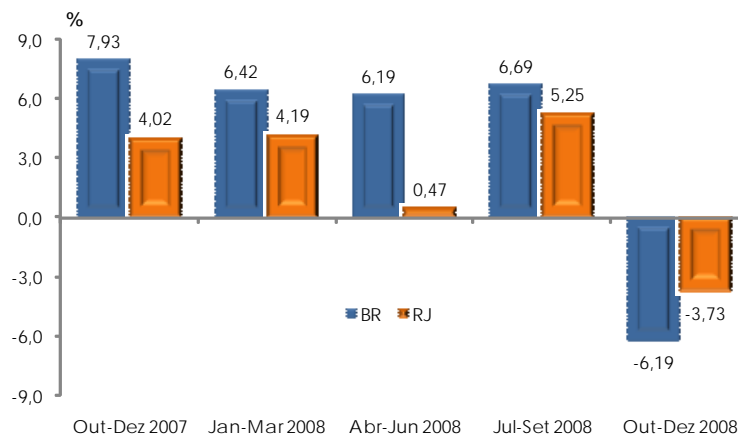
No terceiro trimestre, a indústria fluminense recuperou-se da súbita estagnação, e a taxa de crescimento da atividade saltou de 0,47% para 5,25%. O percentual de expansão registrado entre julho e setembro foi o mais elevado desde o período outubro-dezembro de 2002. Já a produção nacional, que mantém uma trajetória de expansão bem mais regular, cresceu 6,69%. O comportamento da indústria fluminense nesse trimestre, por mais expressivo que tenha sido, não assegurava que a produção do estado viesse a seguir um traçado mais sustentado, sem tantas e tão amplas alternâncias.

No quarto trimestre de 2008, a indústria fluminense sofreu retração de 3,73% no volume produzido, em comparação com igual período do ano anterior. Essa foi a maior redução registrada desde o quarto trimestre de 2001, quando houve diminuição de 4,63%. No mesmo intervalo de tempo, a produção nacional apresentou decréscimo de 6,19%, interrompendo uma trajetória de expansão que se mantinha em terreno ascendente desde o terceiro trimestre de 2003. A magnitude da queda observada na produção industrial brasileira somente encontra precedente no primeiro trimestre de 1996. Naquele momento, a indústria do País, que se encontrava em contração desde meados do ano anterior, assinalou perdas de 9,07% no volume produzido. Como a retração no Rio de Janeiro no quarto trimestre de 2008 foi menor do que a da média do País, a diferença entre as taxas estadual e nacional alcançou 2,45 pontos percentuais (p.p.), tornando-se positiva pela primeira vez desde o segundo trimestre de 2006.

A produção industrial brasileira registrou no intervalo outubro-dezembro o maior recuo em sua taxa de crescimento entre dois trimestres consecutivos desde o período abril-junho de 1992. Trata-se de uma desaceleração de 12,87 p.p., motivada pela rápida e intensa transmissão dos efeitos da crise financeira internacional para a economia brasileira. A indústria fluminense, por seu turno, desacelerou-se 8,99 p.p. no quarto trimestre. A diferença de amplitude das duas desacelerações decorre de características estruturais da indústria fluminense. Por não dispor, na mesma proporção que o conjunto dos estados brasileiros, de setores fabricantes de bens duráveis e de máquinas e equipamentos sujeitos a oscilações cíclicas mais extensas que os demais segmentos, a indústria do Rio de Janeiro nem estava entre as que se destacavam pelo crescimento durante a fase expansiva da economia, nem entre as que mais têm se ressentido na atual etapa de contração. O gráfico a seguir apresenta as taxas de crescimento industrial no Rio de Janeiro e no País nos últimos cinco trimestres.

BELFORD ROXO

Gráfico 47: Produção industrial, Brasil e Rio de Janeiro



Fonte: IBGE

Nota: Taxas de crescimento em relação a igual período do ano anterior

Comparações inter-regionais

Com o crescimento de 1,48% registrado em 2008, a indústria fluminense perdeu 0,60 p.p. em relação à taxa de 2007. Esse desempenho superou apenas o de Santa Catarina, deixando o Rio de Janeiro na décima segunda colocação entre os 13 estados participantes da pesquisa. A redução do crescimento industrial no país em 2008 foi de 2,93%.

Em 2006, a diferença que separava a taxa de aumento mais baixa da mais elevada chegou a 16,46 pontos percentuais. No ano seguinte, esse hiato contraiu-se para 8,31 pontos percentuais. Já em 2008, alcançou 9,20%. Na base da lista, o desempenho negativo da indústria catarinense, -0,65 p.p., foi causado pela retração de 7,01% na produção de máquinas e equipamentos. Deve-se mencionar também as quedas de 26,03% na produção de madeira, de 1,65% em máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e de 0,75% em vestuário e acessórios. De resto, houve expansão em todos os sete demais setores abrangidos pela pesquisa do IBGE, com destaque para borracha e plástico, com 7,21% de aumento no ano, e veículos automotores, 4,12%.

Na mesma região Sul do país ocorreu a maior taxa de crescimento da indústria: Paraná, com 8,55%. A produção automobilística foi peça chave no Paraná, crescendo 30,46% em 2007 e 23,81% em 2008, à frente dos 9,06% de máquinas e equipamentos e dos 7,20% de refino de petróleo e álcool. Mais expressivos foram os crescimentos em edição, impressão e reprodução de gravações, 32,28%; minerais não metálicos, 26,48%; celulose, papel e produtos de papel, 16,74%; e borracha e plástico, 11,22%. Por outro lado, o setor de alimentos retraiu-se em 1,68%, outros produtos químicos, 21,78%, e mobiliário, 8,16%. O Rio Grande do Sul, com 2,35% de aumento na produção industrial, teve destaque em máquinas e equipamentos, 22,12% em 2008, após 33,28% em 2007, numa retomada desse segmento. Veículos automotores, por sua vez, teve incremento de 12,14%, contra recuo de 6,37% nas atividades de refino de petróleo e álcool.

No Sudeste, os outros três estados tiveram retração de crescimento maior do que o Rio de Janeiro em 2008. Minas Gerais recuou 7,05 pontos percentuais, com crescimento de apenas 1,56%, ante 8,61% em 2007. O subsetor de veículos automotores cresceu

1,14%, enquanto marcou taxa de 22,82% no ano anterior. A extrativa decresceu 0,37%, contra 12,14% de aumento em 2007. Fatores positivos que contribuíram para um melhor resultado da indústria mineira ficou por conta dos 11,58% de aumento em refino de petróleo e álcool, dos 4,29% em alimentos, dos 10,55% em minerais não metálicos e 4,77% em máquinas e Equipamentos. O Espírito Santo teve desaceleração de 1,85 p.p. e, mesmo assim, apresentou a maior taxa regional: 5,61% de aumento, beneficiado, fundamentalmente pelo crescimento de 11,42% da indústria extrativa, que congrega a mineração e a produção petrolífera. Os demais quatro segmentos da indústria de transformação capixaba objeto da pesquisa somaram 2,91% de aumento. A indústria paulista, que antes praticamente dobrara sua taxa de crescimento, de 3,19% em 2006 para 6,23% em 2007, desacelerou um ponto percentual, marcando 5,23% em 2008. Quinze das vinte atividades pesquisadas registraram taxas de crescimento. Contribuíram para o resultado final os setores farmacêutico, 14,42%, máquinas e equipamentos, 5,31%, veículos automotores, 9,28% e máquinas, aparelhos e materiais elétricos, 16,70%. Por retração passaram os setores de alimentos, -1,56%; têxtil, -3,09%, e refino de petróleo e álcool, -1,51%.

No Amazonas, a indústria extrativa teve retração de 1,52% em contraponto ao incremento de 4,03% da indústria de transformação, resultando em 3,89% de crescimento geral. No Pará, a extrativa cresceu 6,09% e a de transformação, 5,12%, somando 5,59% no total. Destaque-se o recuo de 23,98% na indústria da madeira. No Ceará, os 2,45% de aumento tiveram forte influência de alimentos e bebidas, segmento que cresceu 11,49% em 2008. Pernambuco cresceu 4,14%, e o aumento equivalente em alimentos e bebidas, somados aos 50,83% de incremento em refino de petróleo e álcool, teve influência preponderante nesse resultado. A Bahia cresceu 2,35% no ano, beneficiada por 4,01% em alimentos e bebidas e pelos 29,23% de celulose, papel e produtos de papel, contra -10,47% de veículos automotores. A extrativa baiana aumentou somente 1,63%. Do Centro-Oeste, seu único representante – Goiás – cresceu 8,51%, beneficiado por 9,89% de incremento em alimentos e bebidas e 13,28% na extrativa.

Tabela 40: Produção industrial em estados selecionados – 2007/2008

Locais	2007	2008	Aceleração (P.P.)	Diferença RJ (P.P.)*
BRASIL	6,02	3,09	-2,93	2,33
Amazonas	4,47	3,89	-0,58	-0,02
Pará	2,67	5,59	2,92	-3,52
Ceará	0,3	2,45	2,15	-2,75
Pernambuco	4,6	4,14	-0,46	-0,14
Bahia	2,01	2,35	0,34	-0,94
Minas Gerais	8,61	1,56	-7,05	6,45
Espírito Santo	7,46	5,61	-1,85	1,25
Rio de Janeiro	2,08	1,48	-0,60	0
São Paulo	6,23	5,23	-1,00	0,40
Paraná	6,65	8,55	1,90	-2,50
Santa Catarina	5,38	-0,65	-6,03	5,43
Rio Grande do Sul	7,47	2,35	-5,12	4,52
Goiás	2,27	8,51	6,24	-6,84

Nota: Variações percentuais em relação ao ano anterior.

*Diferença entre a taxa de crescimento do Rio de Janeiro e a de cada estado.

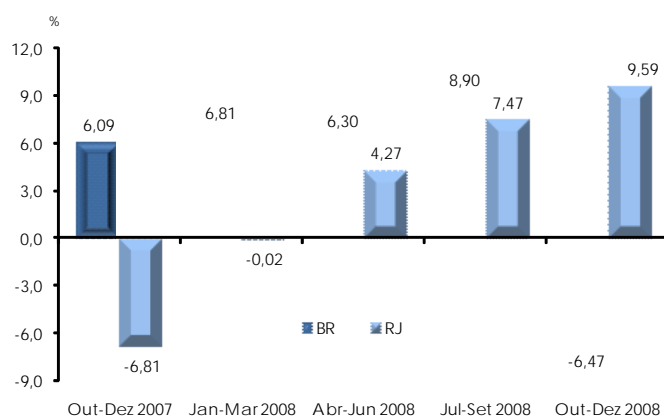
Fonte: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física

BELFORD ROXO

Indústria extrativa

No ano, a indústria extrativa fluminense cresceu 5,30%, superando a expansão nacional, de 3,78%. Vale ressaltar que, no último trimestre de 2008, consolidou-se a recuperação da indústria extrativa no Estado do Rio de Janeiro, iniciada no segundo trimestre do ano, quando a atividade inverteu a tendência de queda que se verificava desde os primeiros meses de 2007. A produção extrativa cresceu 9,59% na comparação com o quarto trimestre do ano anterior, superando as taxas registradas nos dois trimestres anteriores. O resultado, o melhor desde o primeiro trimestre de 2006, aconteceu em plena fase de desaceleração econômica do País. A indústria extrativa em nível nacional recuou 6,47%, voltando ao patamar do período outubro-dezembro de 2007. A diminuição da taxa nacional foi fortemente influenciada pela desaceleração apresentada pela atividade extrativa no Espírito Santo, que sofreu retração de 10,83% no último trimestre. O gráfico a seguir compara a evolução da indústria extrativa do Rio de Janeiro com a do País.

Gráfico 48: Indústria extrativa, Rio de Janeiro e Brasil



Fonte: IBGE Nota: Taxas de crescimento em relação a igual período do ano anterior.

A produção mineral fluminense compõe-se quase que exclusivamente da extração de petróleo, atividade que resistiu melhor ao choque econômico do que a exploração de minerais metálicos, importante em outras unidades da federação.

Tabela 41: Indústria Extrativa, principais produtos por estado - 2008

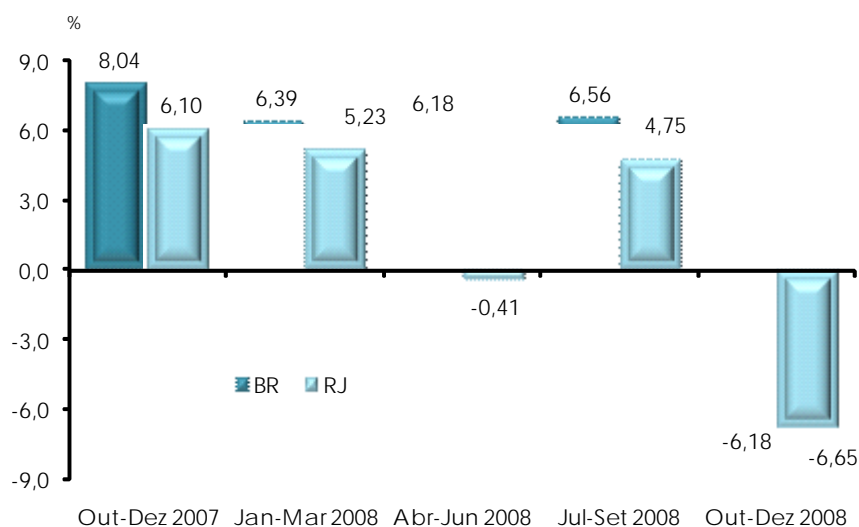
Estado	Taxa de crescimento 2008
Amazonas	-1,52%
Pará	6,09%
Bahia	1,63%
Minas Gerais	-0,37%
Espírito Santo	11,42%
Rio de Janeiro	5,30%
Goiás	13,28%

Fonte: IBGE

Indústria de transformação

A indústria de transformação do Estado do Rio de Janeiro registrou crescimento de 0,60% em 2008, cinco vezes menor que a média nacional de 3,05%. Durante todo o ano, foi menor a variação fluminense de cada trimestre em relação ao mesmo período do ano anterior. O gráfico a seguir compara as taxas trimestrais de crescimento estadual e nacional da indústria de transformação.

Gráfico 49: Indústria de transformação, Rio de Janeiro e Brasil



Fonte: IBGE Nota: Taxas de crescimento em relação a igual período do ano anterior.

A redução da indústria de transformação fluminense no segundo trimestre foi devida ao recuo de cinco setores, com destaque para a indústria de perfumaria, sabões e produtos de limpeza, a fabricação de outros produtos químicos e o setor de refino de petróleo e álcool. Posteriormente, oito setores assinalaram queda de produção no quarto trimestre.

Ao final do ano, o Estado do Rio de Janeiro teve desempenho superior ao do país em veículos automotores, 15,8% contra 8,14%, e em outros produtos químicos: 4,43 e -1,36%, respectivamente. As maiores diferenças se deram na indústria farmacêutica (21,64 p.p.) e metalurgia básica (8,55 p.p.). A tabela a seguir mostra as taxas de crescimento de cada setor, no Estado do Rio de Janeiro e em âmbito nacional.



BELFORD ROXO

Tabela 42: Produção da indústria de transformação, por setores, Brasil e Rio de Janeiro

%

SETORES	RIO DE JANEIRO	BRASIL
INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO	0,60	3,05
Alimentos	-0,18	0,53
Bebidas	-3,45	0,26
Fumo	-	-7,04
Têxtil	-1,5	-1,9
Vestuário e acessórios	-	3,18
Calçados e artigos de couro	-	-6,77
Madeira	-	-10,23
Celulose, papel e produtos de papel	-	5,23
Edição, impressão e reprodução de gravações	5,80	1,65
Refino de petróleo e álcool	-0,42	0,37
Farmacêutica	-8,97	12,67
Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	-8,20	-4,76
Outros produtos químicos	4,43	-1,36
Borracha e plástico	1,03	2,15
Minerais não metálicos	4,86	8,26
Metalurgia básica	-5,30	3,25
Produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	-	2,43
Máquinas e equipamentos	-	6,01
Máquinas para escritório e equipamentos de informática	-	-8,94
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	-	3,69
Material eletrônico, aparelhos e equip. de comunicações	-	-2,92
Equip. de instrumentação médico-hospitalar, ópticos e outros	-	15,97
Veículos automotores	15,80	8,14
Outros equipamentos de transporte	-	42,23
Mobiliário	-	-1,45
Diversos	-	-0,24

Fonte: IBGE

Nota: Variações percentuais em relação ao ano anterior. --- O setor não é pesquisado no estado.

Sondagem conjuntural da indústria de transformação

A Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação da FGV, realizada ao longo do mês de janeiro, mostrou que os industriais fluminenses estão pessimistas em relação ao momento atual dos negócios, bem como quanto ao futuro. A diferença entre a parcela de empresários que consideram boa a situação atual e a daqueles que a veem como fraca caiu para -33 p.p., diante dos 30 p.p. de um ano atrás. Considerando o empresariado nacional, o saldo das respostas caiu de 26 p.p. para -29 pontos percentuais. Com referência à situação nos seis meses seguintes à pesquisa, o saldo das respostas no Rio de Janeiro declinou de 69 p.p. em janeiro de 2008 para -19 p.p. em janeiro de 1999. No mesmo período, o indicador que reflete as expectativas do empresário nacional recuou de 48 p.p. para -55 pontos percentuais.

A tabela a seguir mostra que são comuns, no Rio de Janeiro nessa época, as ocorrências de saldos negativos referentes à situação atual. Muito mais raras são as avaliações negativas frente ao futuro dos negócios, como a que se mostra nesse momento. A proporção de empresários fluminenses que esperavam melhora ao longo dos seis meses seguintes à pesquisa caiu de 49% em 2008 para 7% em 2009, enquanto a dos que anteviam piora cresceu de 1% para 62% nesse mesmo período. Tudo somado, chega-se ao saldo de 55 p.p. apresentado na tabela.

Tabela 43: Situação dos negócios, atual e esperada, indústria de transformação, Rio de Janeiro e Brasil
Pontos percentuais

DATA	SITUAÇÃO DOS NEGÓCIOS			
	ATUAL		ESPERADA	
	RJ	BRASIL	RJ	BRASIL
Jan/04	27	7	62	69
Jan/05	25	15	50	65
Jan/06	-17	1	62	12
Jan/07	-13	13	49	66
Jan/08	30	26	69	48
Jan/09	-33	-29	-19	-55

Fonte: Sondagem Conjuntural da Indústria de Transformação/FGV.

Situação atual: percentagem de empresas que consideram boa a situação atual dos negócios menos a percentagem das que a qualificam como fraca (em pontos percentuais).

Situação esperada: percentagem de empresas que prevêem melhora na situação dos negócios ao longo dos seis meses iniciados na data da pesquisa menos a percentagem das que esperam piora (em pontos percentuais).

Comércio varejista

O comércio varejista registrou crescimento no volume de vendas de 7,58% no Estado do Rio de Janeiro. A taxa observada para a média do país foi de 9,13%. Na comparação com os resultados de 2007, a taxa média nacional recuou 0,49 pontos percentuais, enquanto a fluminense cresceu 1,47%.

No primeiro trimestre, o volume de vendas do comércio varejista fluminense cresceu 9,94% em relação a igual período do ano anterior. O resultado é o melhor da série histórica, calculada pelo IBGE desde 2000. A taxa média nacional para esse indicador também foi recorde para o período janeiro-março, atingindo 11,85%. Os indicadores com ajuste sazonal, adequados à comparação de períodos sucessivos, confirmam maior dinamismo do país em comparação com o Estado do Rio de Janeiro. A taxa fluminense foi de 2,68% no período, enquanto no plano nacional a evolução foi de 4,19%. Foi ressaltado por vários analistas que o ritmo de vendas no varejo, impulsionado pela expansão do emprego e do crédito, superava sistematicamente o da produção industrial em vários pontos percentuais. O equilíbrio entre a demanda e a oferta em alguns setores se dá através do aumento das importações, como no caso de automóveis e eletrônicos, mas em outros, como construção civil, o resultado mais frequente é a elevação de preços.

No segundo trimestre, no estado, o volume de vendas cresceu 7,73% em relação a igual período do ano anterior, enquanto nacionalmente atingiu 9,35%. Os indicadores com ajuste sazonal mostram manutenção do ritmo de expansão fluminense e ajuste no plano nacional. A taxa de crescimento desse trimestre marcou 2,26% no estado e, no país, a taxa caiu para -0,02%. A amplitude desse ajuste está associada à forte elevação do primeiro trimestre.

BELFORD ROXO

No terceiro trimestre, o volume de vendas cresceu 7,70% no estado, em relação a igual período do ano anterior, taxa praticamente igual à registrada no segundo trimestre. A taxa média nacional para esse indicador, por sua vez, atingiu 10,14%. Com ajuste sazonal, os índices foram 0,73% e 1,95%, respectivamente. Da análise simultânea desses indicadores, pode-se concluir que, até o fim de setembro, o comércio varejista não havia sofrido qualquer perturbação capaz de comprometer sua movimentação, seja no Rio de Janeiro, seja no Brasil.

As taxas médias fluminense e nacional para o volume de vendas no período outubro-dezembro atingiram, respectivamente, 5,40% e 5,98% em relação a igual período de 2007. A comparação entre as duas taxas revela que a desaceleração das vendas do comércio foi mais forte fora do Rio de Janeiro do que no Estado. O indicador com ajuste sazonal confirma essa noção ao mostrar acréscimo de 0,67% no estado e redução de 0,68% no país, o primeiro resultado negativo desde o início de 2005.

Tabela 44: Volume de vendas do comércio varejista – Rio de Janeiro e Brasil

PERÍODO	JAN-MAR 2008	ABR-JUN 2008	JUL-SET 2008	OUT-DEZ 2008
Rio de Janeiro				
Trimestre/igual trimestre do ano anterior	9,94	7,73	7,70	5,40
Trimestre/Trimestre anterior*	2,68	2,26	0,73	0,67
Brasil				
Trimestre/igual trimestre do ano anterior	11,85	9,35	10,14	5,98
Trimestre/Trimestre anterior*	4,19	-0,02	1,95	-0,68

Fonte: IBGE
* com ajuste sazonal.

Comparações setoriais

Cinco das oito atividades que compõem o indicador de volume de vendas do comércio varejista fluminense apresentaram, em 2008, crescimento em ritmo superior ao registrado em 2007. No plano nacional, foram apenas quatro as atividades em aceleração.

O resultado mais expressivo no Rio de Janeiro foi o do segmento de equipamentos para escritório, informática e comunicação, com 35,77% de aumento. Essa atividade vem apresentando taxas elevadas de crescimento desde 2005 e, em 2006, atingiu seu ponto máximo, com alta superior a 67%. Em âmbito nacional, a liderança do varejo também coube à mesma atividade, que ainda avançou sobre o ritmo acelerado de expansão obtido em 2007. A taxa de 33,47%, registrada em 2008, todavia, ficou 2,30 p.p. abaixo da fluminense.

Combustíveis e lubrificantes tiveram crescimento equivalente nos planos nacional e estadual, na faixa dos 9%, mas o ritmo de aceleração fluminense superou a brasileira. O setor de hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, apesar do aumento de 5,48% em nível Brasil no ano de 2008, apresentou recuo com relação a 2007. Em sentido inverso, o crescimento fluminense de 4,51% teve forte aceleração ante o aumento quase nulo de 2007.

Tecidos, vestuário e calçados tiveram recuo expressivo em suas taxas de aumento em 2008 em todo o país. Reduções menores ocorreram, também, em móveis e eletrodomésticos, e outros artigos de uso pessoal e doméstico.

Embora não façam parte do indicador, a comercialização material de construção e de veículos, motos, partes e peças devem ter seu desempenho destacado. As desacelerações deste último ramo foram expressivas. No Rio de Janeiro, as vendas cresceram 6,36% em 2008, ante 17,95% no ano anterior. No Brasil a taxa de crescimento passou de 22,61% em 2007 para 11,88%. Material de construção, por outro lado, teve avanço das taxas no estado, contra recuo no país.

Tabela 45: Volume de vendas do comércio varejista no Estado do Rio de Janeiro

Atividades	%			
	Rio de Janeiro		Brasil	
	2007	2008	2007	2008
Combustíveis e Lubrificantes	1,82	9,48	5,05	9,33
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	0,07	4,51	6,44	5,48
Hipermercados e Supermercados	-0,40	4,68	6,82	5,27
Tecidos, vestuário e calçados	16,57	2,57	10,60	4,84
Móveis e Eletrodomésticos	16,24	11,86	15,41	15,07
Artigos Farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	3,28	11,05	8,95	13,33
Livros, jornais, revistas e papelaria	0,86	3,76	7,10	11,10
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	23,69	35,77	29,47	33,47
Outros Artigos de uso pessoal e doméstico	15,84	13,45	22,70	15,6
Comércio Varejista	6,11	7,58	9,68	9,13
Veículos, motos, partes e peças	17,95	6,36	22,61	11,88
Material de construção	0,41	6,55	10,45	7,81

Fonte: IBGE

Nota: Variações percentuais em relação ao ano anterior.

Comparações regionais

Na comparação com as outras unidades da federação, a taxa de crescimento do volume de vendas do comércio varejista do Rio de Janeiro, de 7,58%, ocupou a 14ª colocação, avançando oito posições em relação a 2007. Na região Sudeste, o Rio de Janeiro apresentou desempenho menor que São Paulo, o primeiro colocado na região e o segundo do país, com taxa de 12,48%, e Espírito Santo, que ocupou a 9ª posição, com crescimento de 8,36%. Minas Gerais ficou uma posição atrás, com 7,56% de aumento. A tabela a seguir mostra a taxa de variação anual de 2007 e 2008 para todos os estados do Brasil. Apenas nove estados apresentaram aceleração no último período, Rio de Janeiro incluído, enquanto outros 18 recuaram em seus crescimentos, com destaque para os recuos de Amazonas, Pará e Alagoas.



BELFORD ROXO

Tabela 46: Comércio Varejista – taxas de crescimento do volume de vendas, segundo unidades da federação – 2007 e 2008

%			
	2007	2008	Aceleração
Brasil	9,68	9,13	-0,55
Rondônia	4,30	13,46	9,16
São Paulo	12,57	12,48	-0,09
Rio Grande do Norte	8,22	10,99	2,77
Mato Grosso do Sul	13,39	10,92	-2,47
Mato Grosso	12,24	10,60	-1,64
Paraíba	6,68	10,18	3,50
Maranhão	14,26	9,23	-5,03
Goiás	6,28	8,79	2,51
Espírito Santo	9,05	8,36	-0,69
Piauí	0,64	8,24	7,60
Ceará	10,61	8,03	-2,58
Roraima	0,13	7,94	7,81
Bahia	9,99	7,82	-2,17
Rio de Janeiro	6,11	7,58	1,47
Minas Gerais	7,02	7,56	0,54
Paraná	7,11	7,03	-0,08
Pernambuco	9,85	6,76	-3,09
Amapá	8,52	6,64	-1,88
Acre	5,57	6,57	1,00
Rio Grande do Sul	7,00	6,44	-0,56
Santa Catarina	10,35	6,19	-4,16
Alagoas	19,24	5,80	-13,44
Tocantins	7,70	5,06	-2,64
Sergipe	9,82	4,13	-5,69
Distrito Federal	8,32	3,93	-4,39
Pará	10,19	1,65	-8,54
Amazonas	5,98	-1,51	-7,49

Fonte: IBGE – Pesquisa Mensal do Comércio
Taxas de crescimento em relação ao ano anterior.

Petróleo e gás natural

A produção de petróleo no Estado do Rio de Janeiro apresentou aumento de 5,07% em 2008. Os resultados foram crescentes ao longo do ano, a partir do segundo trimestre. A influência exercida pela produção fluminense sobre o total nacional subiu de 81,65% em 2007 para 82,52% em 2008, num total de 547.348.250 barris. Em nível nacional, a produção evoluiu 3,96%, alcançando média diária superior a 1,8 milhão de barris.

Tabela 47: Produção de petróleo, Brasil e Rio de Janeiro

Barris

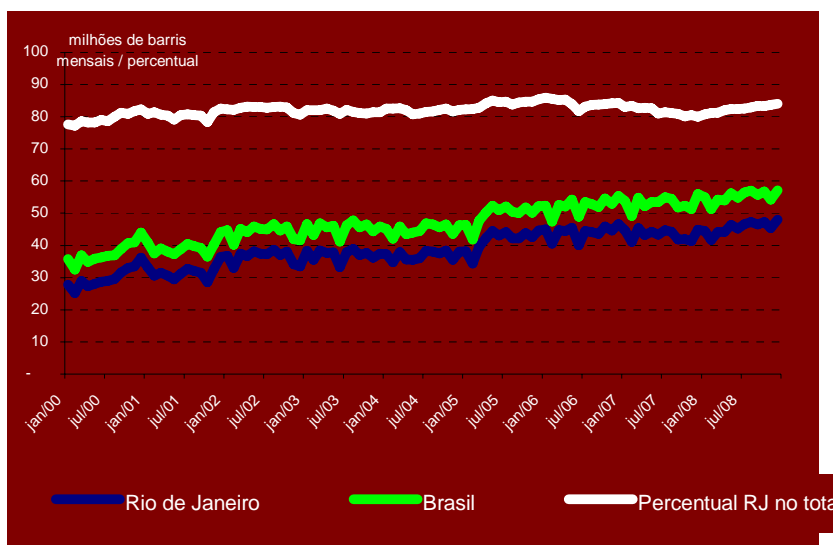
Meses	2007			2008			Variação 2008 / 2007	
	RIO DE JANEIRO	BRASIL	PARTICIPAÇÃO RJ / BR (%)	RIO DE JANEIRO	BRASIL	PARTICIPAÇÃO RJ / BR (%)	RIO DE JANEIRO	BRASIL
JANEIRO	44.736.149	53.824.903	83,11	44.490.536	55.054.823	80,81	-0,55%	2,29%
FEVEREIRO	41.095.862	49.231.493	83,47	41.706.199	51.381.602	81,17	1,49%	4,37%
MARÇO	45.325.281	54.842.223	82,65	44.097.062	54.246.637	81,29	-2,71%	-1,09%
ABRIL	43.202.673	52.171.427	82,81	44.225.005	53.924.134	82,01	2,37%	3,36%
MAIO	44.221.228	53.502.137	82,65	46.419.735	56.277.204	82,48	4,97%	5,19%
JUNHO	43.385.548	53.511.630	81,08	45.221.652	54.896.310	82,38	4,23%	2,59%
JULHO	44.770.156	54.989.042	81,42	46.688.335	56.569.301	82,53	4,28%	2,87%
AGOSTO	44.208.635	54.511.277	81,10	47.302.487	57.068.198	82,89	7,00%	4,69%
SETEMBRO	41.896.301	51.793.435	80,89	46.486.281	55.714.416	83,44	10,96%	7,57%
OUTUBRO	41.917.567	52.304.184	80,14	47.331.324	56.813.065	83,31	12,92%	8,62%
NOVEMBRO	41.327.191	51.341.435	80,49	45.367.913	54.217.999	83,68	9,78%	5,60%
DEZEMBRO	44.835.099	55.995.199	80,07	48.011.720	57.111.736	84,07	7,09%	1,99%
No ano	520.921.691	638.018.383	81,65	547.348.250	663.275.425	82,52	5,07%	3,96%

Fonte: ANP

O gráfico a seguir mostra a evolução da produção de petróleo, entre 2000 e 2007. Aparentemente, a produção evoluiu em degraus. É o que se observa entre 2002 e 2004, quando se consolida um patamar. Nos dois anos seguintes, a produção voltou a ganhar impulso mudando de patamar, mas interrompendo a trajetória de expansão em 2007. Há razões técnicas e logísticas para estas intermitências, além do fato de a operação na Bacia de Campos já ter alcançado uma escala significativa, possivelmente não mais comportando taxas de dois dígitos de maneira ininterrupta, como na maior parte da década passada. Vale lembrar que, de 1996 a 2000, as taxas de crescimento da produção de petróleo no Rio de Janeiro foram, respectivamente, de 15,36%, 10,76%, 20,15%, 17,92% e 16,14%. Em 2001, a produção subiu apenas 6,05%, seguida por aumentos de 15,20% em 2002 e 1,81% em 2003, decréscimo de 0,69% em 2004, em decorrência do acidente com a plataforma P-36, e retorno a crescimentos de 13,23% em 2005 e 5,55% em 2006.

BELFORD ROXO

Gráfico 50: Produção de petróleo, Rio de Janeiro e Brasil



Fonte: ANP

Na etapa de refino do petróleo, o Rio de Janeiro também obteve desempenho superior à média nacional crescendo 5,94%, ante -0,30% em âmbito nacional.

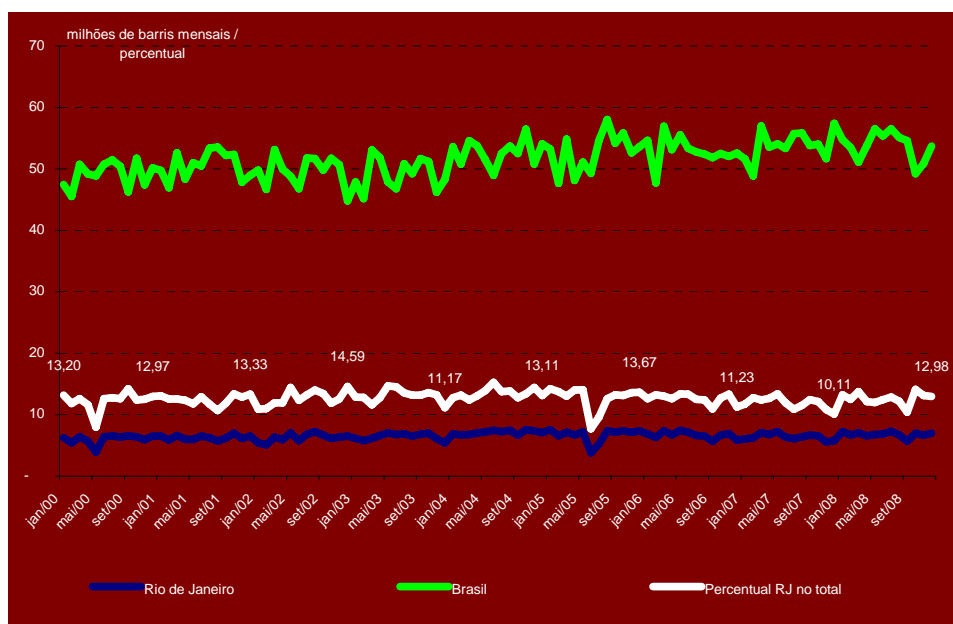
Tabela 48: Volume de Petróleo Refinado, Rio de Janeiro e Brasil

Meses	2007			2008			Variação 2008 / 2007	
	RIO DE JANEIRO	BRASIL	PARTICIPAÇÃO RJ / BR (%)	RIO DE JANEIRO	BRASIL	PARTICIPAÇÃO RJ / BR (%)	RIO DE JANEIRO	BRASIL
JANEIRO	6.051.860	51.615.208	11,72	7.241.139	54.735.052	13,23	19,65%	6,04%
FEVEREIRO	6.246.655	48.866.712	12,78	6.695.642	53.479.428	12,52	7,19%	9,44%
MARÇO	7.066.043	56.993.925	12,40	7.022.134	51.112.000	13,74	-0,62%	-10,32%
ABRIL	6.789.184	53.556.278	12,68	6.545.900	53.824.992	12,16	-3,58%	0,50%
MAIO	7.238.485	54.040.279	13,39	6.752.194	56.487.343	11,95	-6,72%	4,53%
JUNHO	6.360.545	53.315.913	11,93	6.896.463	55.343.545	12,46	8,43%	3,80%
JULHO	6.074.075	55.726.607	10,90	7.280.841	56.518.711	12,88	19,87%	1,42%
AGOSTO	6.415.713	55.850.623	11,49	6.723.720	55.088.485	12,21	4,80%	-1,36%
SETEMBRO	6.685.503	53.810.871	12,42	5.686.446	54.582.912	10,42	-14,94%	1,43%
OUTUBRO	6.551.951	54.011.415	12,13	6.954.889	49.205.560	14,13	6,15%	-8,90%
NOVEMBRO	5.595.803	51.669.118	10,83	6.668.281	50.827.624	13,12	19,17%	-1,63%
DEZEMBRO	5.801.003	57.385.017	10,11	6.972.620	53.698.140	12,98	20,20%	-6,42%
No ano	76.876.820	646.841.965	11,88	81.440.269	644.903.791	12,63	5,94%	-0,30%

Fonte: ANP

A participação fluminense no refino, todavia, é ínfima diante do volume que produz. No gráfico a seguir, estão assinalados os percentuais da contribuição fluminense no total nacional em janeiro de 2000 e em dezembro desse e dos demais anos.

Gráfico 51: Petróleo refinado nas refinarias nacionais, Rio de Janeiro e Brasil



Fonte: ANP

A produção de gás natural no Estado do Rio de Janeiro atingiu 8.763.318 metros cúbicos em 2008, com variação de 9,20% em relação a 2007. Essa foi a terceira maior taxa de crescimento anual, superada somente pelos 15,38% de 2002 e 17,53% de 2005.

O crescimento da produção nacional, por seu turno, foi de 18,96%, o maior de toda a história. Em todos os demais anos, os aumentos foram bem mais tímidos.

Tabela 49: Produção de Gás Natural, Rio de Janeiro e Brasil

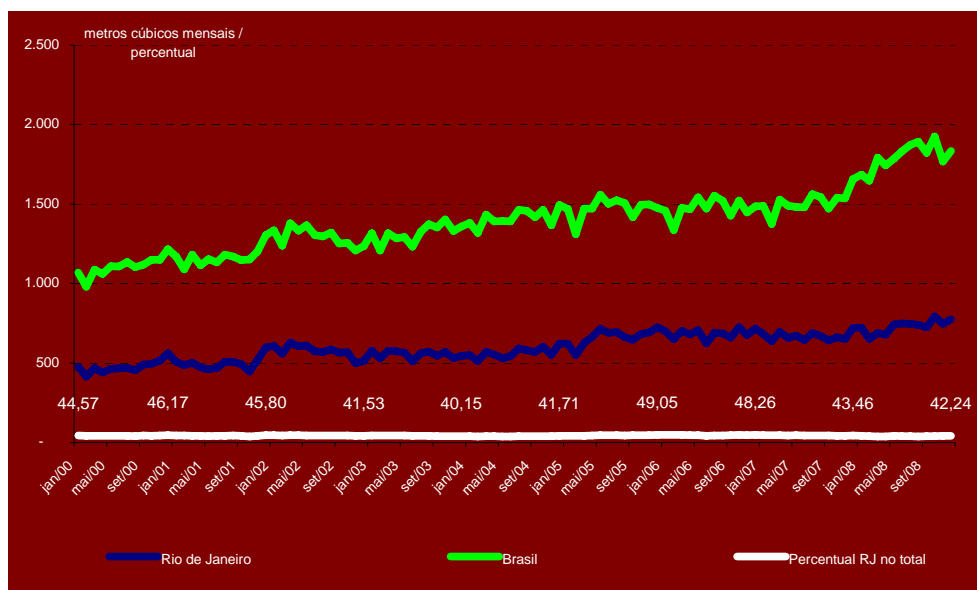
Meses	2007			2008			Variação 2008 / 2007	
	RIO DE JANEIRO	BRASIL	PARTICIPAÇÃO RJ / BR (%)	RIO DE JANEIRO	BRASIL	PARTICIPAÇÃO RJ / BR (%)	RIO DE JANEIRO	BRASIL
JANEIRO	682.522	1.487.442	45,89	723.393	1.683.977	42,96	5,99%	13,21%
FEVEREIRO	638.145	1.374.223	46,44	652.389	1.646.144	39,63	2,23%	19,79%
MARÇO	696.072	1.526.932	45,59	688.520	1.791.643	38,43	-1,08%	17,34%
ABRIL	658.948	1.488.875	44,26	679.198	1.743.011	38,97	3,07%	17,07%
MAIO	671.644	1.482.372	45,31	743.669	1.785.670	41,65	10,72%	20,46%
JUNHO	644.923	1.478.895	43,61	748.437	1.831.120	40,87	16,05%	23,82%
JULHO	688.676	1.561.767	44,10	747.244	1.872.124	39,91	8,50%	19,87%
AGOSTO	670.179	1.544.445	43,39	741.589	1.892.858	39,18	10,66%	22,56%
SETEMBRO	641.129	1.472.156	43,55	725.543	1.821.059	39,84	13,17%	23,70%
OUTUBRO	663.020	1.540.580	43,04	793.364	1.924.308	41,23	19,66%	24,91%
NOVEMBRO	649.549	1.536.633	42,27	745.841	1.767.928	42,19	14,82%	15,05%
DEZEMBRO	720.288	1.657.333	43,46	774.132	1.832.810	42,24	7,48%	10,59%
No ano	8.025.094	18.151.652	44,21	8.763.318	21.592.652	40,58	9,20%	18,96%

Fonte: ANP

BELFORD ROXO

Diferentemente da produção de petróleo, o Estado do Rio de Janeiro tem participação minoritária de gás natural. Desde os 5,721 milhões de metros cúbicos extraídos em 2000 aos 8,025 milhões em 2007, a participação máxima do gás fluminense na produção brasileira foi de 46,41% em 2006. Pode-se observar claramente na figura o descolamento da produção nacional da local a partir do ano de 2007.

Gráfico 52: Produção de gás natural, Rio de Janeiro e Brasil



Fonte: ANP

Comércio exterior

Balança comercial

A balança comercial brasileira não conseguiu manter-se a salvo dos efeitos negativos propagados pela crise financeira internacional. O total exportado pelo país subiu de US\$160.649 milhões em 2007 para US\$197.942 milhões em 2008, apontando crescimento de 23,21%. Todavia, as importações deram um salto de 43,59%, passando de US\$120.617 milhões para US\$173.196 milhões.

No Estado do Rio de Janeiro, mesmo com aumento de 50,81% nas importações, de US\$9.562 milhões em 2007 para US\$14.420 milhões em 2008, a majoração das exportações em 30,73%, de US\$14.315 para US\$18.714 milhões, fez com que o recuo do saldo comercial fluminense fosse menor que o brasileiro: -9,67% contra -38,18%, aumentando sua participação do superávit comercial nacional, de 11,87% para 17,35%. Destaque-se a contribuição fundamental de óleos brutos de petróleo ao resultado da balança comercial fluminense, não deficitária por conta do saldo positivo de US\$ 8.681 milhões entre exportações e importações deste produto.

A tabela a seguir sintetiza os valores da balança comercial do Estado do Rio de Janeiro, em comparação com o consolidado nacional.

Tabela 50: Balança Comercial, Rio de Janeiro e Brasil

Meses	2007			2008			Variação 2008 / 2007	
	RIO DE JANEIRO	BRASIL	PARTICIPAÇÃO RJ / BR (%)	RIO DE JANEIRO	BRASIL	PARTICIPAÇÃO RJ / BR (%)	RIO DE JANEIRO	BRASIL
JANEIRO	326.781	2.523.309	12,95	74.431	921.838	8,07	-77,22%	-63,47%
FEVEREIRO	151.901	2.900.615	5,24	152.998	849.417	18,01	0,72%	-70,72%
MARÇO	502.025	3.303.642	15,20	44.361	988.160	4,49	-91,16%	-70,09%
ABRIL	401.679	4.180.707	9,61	-380.274	1.737.599	-21,89	-194,67%	-58,44%
MAIO	203.357	3.853.461	5,28	890.787	4.072.812	21,87	338,04%	5,69%
JUNHO	169.970	3.822.465	4,45	614.864	2.723.380	22,58	261,75%	-28,75%
JULHO	235.299	3.344.349	7,04	202.672	3.328.345	6,09	-13,87%	-0,48%
AGOSTO	598.855	3.540.772	16,91	832.107	2.279.368	36,51	38,95%	-35,63%
SETEMBRO	773.510	3.474.701	22,26	97.748	2.726.420	3,59	-87,36%	-21,54%
OUTUBRO	389.160	3.428.682	11,35	544.525	1.205.643	45,16	39,92%	-64,84%
NOVEMBRO	132.756	2.020.593	6,57	966.197	1.612.058	59,94	627,80%	-20,22%
DEZEMBRO	867.785	3.638.329	23,85	253.049	2.300.769	11,00	-70,84%	-36,76%
No ano	4.753.078	40.031.625	11,87	4.293.465	24.745.809	17,35	-9,67%	-38,18%

Fonte: SECEX

No primeiro trimestre de 2008, o saldo comercial fluminense, de US\$ 271.790 mil, correspondeu a 9,85% do superávit brasileiro, de US\$ 2.759.415 mil. Essa proporção do resultado nacional foi inferior à referente ao primeiro trimestre de 2007, de 11,24%, bem como à média daquele ano, de 11,87%. O resultado nacional para o primeiro trimestre, ressaltou-se, foi o menor desde 2002. Essa redução do saldo comercial deveu-se, tanto para o Estado do Rio de Janeiro quanto para a média nacional, à diminuição do ritmo de crescimento das exportações associada ao aumento crescente das importações.

No segundo trimestre, o saldo estadual voltou a apresentar aumento, depois de forte redução no período anterior, totalizando US\$1.125 milhões. No mesmo período, o saldo comercial brasileiro totalizou US\$ 8.533 milhões. Em consequência dos movimentos em sentidos opostos, o saldo comercial do Rio de Janeiro como proporção do brasileiro duplicou em relação ao mesmo período de 2007, avançando para 13,19%.

Já no terceiro trimestre, o saldo comercial do Estado do Rio de Janeiro apresentou nova redução em relação ao mesmo período de 2007, US\$1.132 milhões, com ligeiro incremento em relação ao trimestre imediatamente anterior. Diante da diferença entre as taxas de variação, o saldo comercial do Rio de Janeiro como proporção do brasileiro caiu de 15,52% para 13,59% entre o terceiro trimestre de 2007 e o mesmo período de 2008.

No quarto trimestre, o saldo comercial brasileiro apresentou redução expressiva em relação ao mesmo período de 2007, situando-se em US\$ 5.118 milhões. A diferença entre as taxas de crescimento dos valores exportados e importados no quarto trimestre explica essa diminuição do saldo comercial. No Estado do Rio de Janeiro, no entanto, o quadro apresentou aumento, atingindo US\$1.763 milhões contra US\$1.389 milhões em igual período de 2007. Com esses resultados, o saldo comercial do Rio de Janeiro como proporção do brasileiro atingiu 34,46%.



BELFORD ROXO

Exportações

As exportações fluminenses totalizaram US\$18.714 milhões em 2008, contra US\$14.315 milhões em 2007. A tabela a seguir apresenta as súbitas variações mensais de 2008 com relação ao ano anterior. Sozinha, a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras contribuiu com US\$13.304 milhões em 2008, quase US\$4,2 bilhões a mais que em 2007.

Tabela 51: Exportações, Rio de Janeiro e Brasil

Meses	2007			2008			Variação 2008 / 2007	
	RIO DE JANEIRO	BRASIL	PARTICIPAÇÃO RJ / BR (%)	RIO DE JANEIRO	BRASIL	PARTICIPAÇÃO RJ / BR (%)	RIO DE JANEIRO	BRASIL
JANEIRO	982.274	10.983.868	8,94	1.163.864	13.276.884	8,77	18,49%	20,88%
FEVEREIRO	798.903	10.129.505	7,89	963.066	12.799.920	7,52	20,55%	26,36%
MARÇO	1.152.357	12.888.956	8,94	762.838	12.612.775	6,05	-33,80%	-2,14%
ABRIL	1.095.698	12.446.172	8,80	602.646	14.058.430	4,29	-45,00%	12,95%
MAIO	994.683	13.647.281	7,29	2.247.573	19.303.363	11,64	125,96%	41,44%
JUNHO	883.436	13.118.083	6,73	2.029.054	18.593.307	10,91	129,68%	41,74%
JULHO	1.198.857	14.119.548	8,49	1.749.984	20.451.410	8,56	45,97%	44,84%
AGOSTO	1.338.602	15.100.029	8,86	2.342.106	19.746.867	11,86	74,97%	30,77%
SETEMBRO	1.658.211	14.165.675	11,71	1.463.481	20.017.208	7,31	-11,74%	41,31%
OUTUBRO	1.421.543	15.767.822	9,02	1.908.271	18.512.308	10,31	34,24%	17,41%
NOVEMBRO	1.062.138	14.051.330	7,56	2.156.498	14.752.573	14,62	103,03%	4,99%
DEZEMBRO	1.728.992	14.230.803	12,15	1.325.023	13.817.398	9,59	-23,36%	-2,91%
No ano	14.315.694	160.649.072	8,91	18.714.404	197.942.443	9,45	30,73%	23,21%

Fonte: SECEX

Entre as categorias de uso dos produtos exportados pelo Estado do Rio de Janeiro, os bens de capital apresentaram redução de 8,02%. Os bens intermediários registraram queda de 9,07% no valor exportado, influenciados pelo recuo de 17,51% nas vendas de insumos industriais. Bens de consumo, pouco expressivos na pauta, tiveram aumento de 16,22%. As exportações fluminenses de combustíveis e lubrificantes tiveram o aumento mais expressivo, 46,70%. Por conta de seu valor, compensaram as demais perdas.

Tabela 52: Exportações do Estado do Rio de Janeiro segundo categorias de uso dos produtos

CATEGORIAS	2007	2008	TAXA DE CRESCIMENTO RJ (%)
	US\$ mil	US\$ mil	
TOTAL	14.315.694	18.714.401	30,73
BENS DE CAPITAL	1.577.334	1.450.779	-8,02
Bens de capital (exc. equip.de transp. uso industr.)	1.292.010	1.148.818	-11,08
Equipamentos de transporte de uso industrial	285.324	301.961	5,83
BENS INTERMEDIÁRIOS	2.344.096	2.131.387	-9,07
Alimentos e bebidas destinados à indústria	6.661	854	-87,08
Insumos industriais	1.978.367	1.631.962	-17,51
Pecas e acessórios de equip. de transporte	357.941	483.910	35,19
Bens diversos	1.175	14.659	1146,79
BENS DE CONSUMO	501.670	583.042	16,22
Bens de consumo duráveis	191.477	197.345	3,06
Bens de consumo não duráveis	310.192	385.697	24,34
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	9.277.170	13.609.474	46,70
DEMAIS OPERAÇÕES	615.422	939.717	52,69

Fonte: SECEX

A tabela a seguir relaciona os dez produtos mais importantes da pauta de exportações do Rio de Janeiro em 2008 que, somados, representaram 75,46% da receita total. No mesmo período de 2007, esse grupo somou 82,71%, embora não fossem necessariamente os dez primeiros naquele momento. O topo da pauta continua a ser ocupado pelo item Óleos Brutos de Petróleo, que teve sua participação aumentada de 58,75% para 66,88% do total. Em valor, as exportações desse item alcançaram US\$12.515.705.496, com aumento de 48,82% em relação a 2007.

As cinco posições seguintes são ocupadas por produtos relacionados ao petróleo: *fuel oil*, plataformas de petróleo, consumo de bordo de combustíveis para embarcações, outras gasolinas e consumo de bordo de combustíveis para aeronaves. Somados, esses itens correspondem a 13,05% do total.



BELFORD ROXO

Tabela 53: Principais produtos exportados – Rio de Janeiro

US\$/FOB

DESCRIÇÃO	2007			2008			TAXA DE CRESCIMENTO (%)
	US\$	PART %	Kg	US\$	PART %	Kg	
TOTAL EXPORTADO	14.315.694.020	100	26.363.243.827	18.714.401.761	100	25.698.286.665	30,73
10 principais produtos	10.802.042.760	75,46	24.112.356.879	15.478.451.002	82,71	24.208.750.273	43,29
OLEOS BRUTOS DE PETROLEO	8.409.968.372	58,75	20.737.058.695	12.515.705.496	66,88	20.698.169.491	48,82
"FUEL-OIL"	438.935.406	3,07	1.311.678.480	632.133.765	3,38	1.492.895.801	44,02
PLATAFORMAS DE PERFURACAO/EXPLORACAO, FLUTUANT	555.676.184	3,88	47.760.000	623.298.410	3,33	49.020.000	12,17
CONSUMO DE BORDO - COMBUSTIVEIS E LUBRIF.P/EM	360.874.893	2,52	957.480.363	595.813.983	3,18	1.025.364.604	65,1
OUTRAS GASOLINAS	315.363.276	2,2	473.078.686	336.494.324	1,8	476.966.680	6,7
CONSUMO DE BORDO - COMBUSTIVEIS E LUBRIF.P/AE	171.023.805	1,19	211.560.481	255.175.815	1,36	216.291.148	49,2
PNEUS NOVOS PARA AUTOMOVEIS DE PASSAGEIROS	109.542.890	0,77	9.623.860	150.366.469	0,8	12.842.268	37,27
LAMIN.FERRO/ACO,L>=6DM,ESTANHADO,E<0.5MM	198.248.507	1,38	238.143.990	139.426.244	0,75	134.361.671	-29,67
OUTROS POLIETILENOS S/CARGA,D>=0.94,EM FORMAS	126.276.213	0,88	107.307.500	123.933.561	0,66	88.267.000	-1,86
CHASSIS C/MOTOR DIESEL E CABINA,5T<CARGA<=20T	116.133.214	0,81	18.664.824	106.102.935	0,57	14.571.610	-8,64

Fonte: SECEX

Importações

As importações fluminenses totalizaram US\$14.420 milhões em 2008, contra US\$9.562 milhões em 2007. A tabela a seguir apresenta as súbitas variações mensais de 2008 com relação ao ano anterior. Sozinha, novamente a Petrobras contribuiu com US\$4.477 milhões em 2008, contra US\$2.682 milhões em 2007.

Tabela 54: Importações, Rio de Janeiro e Brasil

Meses	2007			2008			Variação 2008 / 2007	
	RIO DE JANEIRO	BRASIL	PARTICIPAÇÃO RJ / BR (%)	RIO DE JANEIRO	BRASIL	PARTICIPAÇÃO RJ / BR (%)	RIO DE JANEIRO	BRASIL
JANEIRO	655.493	8.460.559	7,75	1.089.433	12.355.046	8,82	66,20%	46,03%
FEVEREIRO	647.002	7.228.890	8,95	810.068	11.950.503	6,78	25,20%	65,32%
MARÇO	650.332	9.585.314	6,78	718.477	11.624.615	6,18	10,48%	21,28%
ABRIL	694.019	8.265.465	8,40	982.920	12.320.831	7,98	41,63%	49,06%
MAIO	791.326	9.793.820	8,08	1.356.786	15.230.551	8,91	71,46%	55,51%
JUNHO	713.466	9.295.618	7,68	1.414.190	15.869.927	8,91	98,21%	70,72%
JULHO	963.558	10.775.199	8,94	1.547.312	17.123.065	9,04	60,58%	58,91%
AGOSTO	739.747	11.559.257	6,40	1.509.999	17.467.499	8,64	104,12%	51,11%
SETEMBRO	884.701	10.690.974	8,28	1.365.733	17.290.788	7,90	54,37%	61,73%
OUTUBRO	1.032.383	12.339.140	8,37	1.363.746	17.306.665	7,88	32,10%	40,26%
NOVEMBRO	929.382	12.030.737	7,73	1.190.301	13.140.515	9,06	28,07%	9,22%
DEZEMBRO	861.207	10.592.474	8,13	1.071.974	11.516.629	9,31	24,47%	8,72%
No ano	9.562.616	120.617.447	7,93	14.420.939	173.196.634	8,33	50,81%	43,59%

Fonte: SECEX

Entre as categorias de uso dos produtos importados pelo Estado do Rio de Janeiro, os bens de capital apresentaram aumento de 55,20%. Os bens intermediários registraram crescimento de 38,34% no valor exportado, influenciados pelo aumento de 46,09% nas compras de insumos industriais. Bens de consumo, mais expressivos na pauta de importações do que na de exportações, tiveram aumento de 37,69%. As importações fluminenses de combustíveis e lubrificantes também tiveram o aumento mais expressivo, 69,23%.

Tabela 55: Importações do Estado do Rio de Janeiro segundo categorias de uso dos produtos

CATEGORIAS	2007	2008	TAXA DE CRESCIMENTO RJ (%)
	US\$ mil	US\$ mil	
TOTAL	9.562.615	14.420.938	52,69
BENS DE CAPITAL	1.577.334	1.450.779	-8,02
Bens de capital (exc. equip.de transp. uso industr.)	1.292.010	1.148.818	-11,08
Equipamentos de transporte de uso industrial	285.324	301.961	5,83
BENS INTERMEDIÁRIOS	2.344.096	2.131.387	-9,07
Alimentos e bebidas destinados à indústria	6.661	854	-87,08
Insumos industriais	1.978.367	1.631.962	-17,51
Pecas e acessórios de equip. de transporte	357.941	483.910	35,19
Bens diversos	1.175	14.659	1146,79
BENS DE CONSUMO	501.670	583.042	16,22
Bens de consumo duráveis	191.477	197.345	3,06
Bens de consumo não duráveis	310.192	385.697	24,34
COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES	9.277.170	13.609.474	46,70
DEMAIS OPERAÇÕES	615.422	939.717	52,69

Fonte: SECEX

A tabela a seguir relaciona os dez produtos mais importantes da pauta de importações fluminense em 2008 que, somados, representaram 44,95% da receita total. No mesmo período de 2007, esse grupo somou 42,35%, embora não fossem necessariamente os dez primeiros naquele momento. O topo da pauta continua a ser ocupado pelo item óleos brutos de petróleo, que teve sua participação aumentada de 23,68% para 26,59% do total. Em valor, as importações desse item alcançaram US\$3.834.439, com aumento de 69,34% em relação a 2007.

Entre os nove produtos seguintes, apenas um registrou redução com relação ao ano anterior: outras partes para aviões e helicópteros, com queda de 25,76%. Os automóveis continuam com taxa elevada de crescimento da importação, 25,57%, registrando-se que, em 2007, atingiu 60,24%, após superar 100% em 2006.



BELFORD ROXO

Tabela 56: Principais produtos importados – Estado do Rio de Janeiro

DESCRIÇÃO	2007			2008			TAXA DE CRESCIMENTO (%)
	US\$	PART%	Kg	US\$	PART%	Kg	
TOTAL DA ÁREA	14.420.938.629	100,00	11.346.193.479	9.562.615.351	100,00	11.001.110.631	50,81
10 Principais Produtos	4.049.841.716	42,35%	8.965.908.703	6.481.689.745	44,95%	8.796.507.181	60,05
OLEOS BRUTOS DE PETROLEO	2.264.316.716	23,68	4.540.214.000	3.834.439.146	26,59	4.866.740.797	69,34
PARTES DE TURBORREADORES OU DE TURBOPROPULSOR	549.633.986	5,75	132.734	690.190.614	4,79	151.572	25,57
AUTOMOVEIS C/MOTOR EXPLOSAO,1500<CM3<=3000,AT	368.129.197	3,85	41.200.270	557.286.549	3,86	60.868.626	51,38
OUTRAS HULHAS,MESMO EM PO,MAS NAO AGLOMERADAS	317.069.489	3,32	3.265.530.912	481.670.399	3,34	2.849.244.104	51,91
OLEOS LUBRIFICANTES SEM ADITIVOS	167.643.821	1,75	198.415.591	301.322.874	2,09	229.889.456	79,74
TRIGO (EXC.TRIGO DURO OU P/SEMEADURA),E TRIGO	153.185.125	1,6	687.341.541	158.147.470	1,1	499.446.667	3,24
COQUES DE HULHA,DE LINHITA OU DE TURFA	39.643.129	0,41	230.841.668	148.638.080	1,03	286.440.421	274,94
URANIO ENRIQUECIDO EM U235,PLUTONIO,SEUS COMP	25.404.548	0,27	19.851	121.070.810	0,84	73.955	376,57
OUTRAS MAQUINAS E APARELHOS MECANICOS C/FUNCA	46.375.778	0,48	1.582.814	100.994.153	0,7	3.407.400	117,77
OUTRAS PARTES P/AVIOES OU HELICOPTEROS	118.439.927	1,24	629.322	87.929.650	0,61	244.183	-25,76

Fonte: SECEX

Principais investimentos para os próximos anos no Estado

De acordo com a FIRJAN, dos R\$126,3 bilhões em investimentos previstos para o Estado do Rio de Janeiro no período 2010-2012, R\$97,4 bilhões correspondem aos investimentos industriais – que compreendem os investimentos da indústria de transformação: R\$20,3 bilhões, e os da Petrobras: R\$77,1 bilhões.

O Estado do Rio de Janeiro receberá um grande volume de recursos para infraestrutura entre 2010 e 2012, da ordem de R\$28 bilhões, dos quais R\$10,5 bilhões serão destinados à logística (portos, aeroportos, ferrovias e rodovias).

O setor portuário fluminense será o maior beneficiário. Sobressaem os projetos na região da Baía de Sepetiba, em Itaguaí, entre os quais o Porto do Sudeste, do Grupo EBX; o investimento da CSN, destinado à expansão dos terminais de contêineres e de cargas, à implantação de um porto privativo (Lago da Pedra) e de um Centro de Apoio Logístico, e o porto da Gerdau. Naquela mesma baía, já se encontra em fase de testes operacionais o píer da Companhia Siderúrgica do Atlântico, no bairro carioca de Santa Cruz, bem ao lado do porto público de Itaguaí. No norte do Estado, o destaque fica por conta do Complexo Portuário do Açú, que está em construção em São João da Barra, cujos impactos para a região serão muito positivos no que diz respeito à geração de emprego e renda, especialmente por novos investimentos para sua retroárea, que terá

BELFORD ROXO

A indústria naval também receberá recursos significativos. Além da construção de navios para a Transpetro pelos estaleiros Mauá e Eisa, há encomendas nas carteiras dos estaleiros Aliança, STX Europe e Renave. Melhorias estão sendo realizadas em sua expansão e modernização, para que possam absorver a demanda crescente por construção e reparo de embarcações.

No setor siderúrgico, estão sendo finalizados grandes investimentos: a CSA Siderúrgica do Atlântico, nas proximidades do Porto de Itaguaí, e a instalação da planta do Grupo Votorantim em Resende. Setores como bebidas, alimentos, químico e farmacêutico, entre outros, também possuem aportes previstos para o período.

Os investimentos totais da Petrobras para o Estado do Rio de Janeiro somam R\$77,1 bilhões no período de 2010 a 2012. Esses recursos dizem respeito a projetos da Petrobras e seus parceiros no desenvolvimento da produção de petróleo e gás natural nas Bacias de Campos, Santos e no Pré-Sal, e outros em abastecimento e distribuição, não detalhados pela FIRJAN. Investimentos como o Comperj, o Aeroporto Farol de São Tomé em Campos, para atender às plataformas em alto-mar, e a ampliação da Refinaria Duque de Caxias não estão contabilizados no valor acima.

No setor de turismo, os investimentos para o período 2010-2012 somam R\$0,5 bilhão. Além dos empreendimentos turísticos da região da Costa do Sol, em especial no município de Cabo Frio, e do complexo residencial e hoteleiro da praia do Frade, em Angra dos Reis, devem ser citados os investimentos projetados na infraestrutura e saneamento básico a serem realizados no âmbito do Programa de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur em diversos municípios: Petrópolis, Niterói, Cabo Frio, Nova Friburgo, municípios da Região Turística do Vale do Café, e a capital. Todos os municípios serão contemplados com investimentos em sinalização turística e qualificação de profissionais do setor.

A tabela a seguir apresenta um resumo dos principais investimentos previstos para o triênio, conforme apresentado pela FIRJAN, excluídos os previstos na capital, em rodovias, e os da Petrobras citados anteriormente.

Tabela 57: Principais investimentos – Estado do Rio de Janeiro – 2010-2012

INVESTIMENTO	SETOR	MUNICÍPIO	OBJETIVO	VALOR NO PERÍODO (R\$ bilhões)
Usina Termelétrica de Angra 3	Energia	Angra dos Reis	Implantação	4,0
Chevron	Energia	Bacia de Campos	Implantação	4,4
OGX	Energia	Bacia de Campos	Implantação	1,5
Club Med – Reserva do Perú	Turismo	Cabo Frio	Implantação	0,1
CSN – Plataforma Logística	Transporte/ Logística	Itaguaí	Expansão/ Modernização	3,7
LLX – Porto do Sudeste	Transporte/ Logística	Itaguaí	Implantação	1,1
Gerdau – Terminal Portuário	Transporte/ Logística	Itaguaí	Implantação	0,6
LightS/A – UHE Itaocara	Energia	Itaocara e Aperibé	Implantação	0,6
Michelin	Borracha	Itatiaia	Implantação	0,3
Estaleiro Mauá	Indústria Naval	Niterói	Construção de Embarcação	0,3
Estaleiro STX Europe	Indústria Naval	Niterói	Construção de Embarcação	0,4
Grupo Fisher	Indústria Naval	Niterói, São Gonçalo e Macaé	Expansão/ Modernização	1,3
Light – PCH Paracambi	Energia	Paracambi	Implantação	0,2
MRS– Oficina de locomotivas	Transporte/ Logística	Paraíba do Sul	Implantação	0,1
Light – PCH Lajes	Energia	Piraí, Barra do Piraí e Rio Claro	Expansão/ Modernização	0,6
Centro Logístico de Barra do Furado	Indústria Naval	Quissamã	Implantação	0,1
Man AG – Volkswagen	Caminhões e ônibus	Resende	Expansão	1,0
Gargaú Energética	Energia eólica	São Francisco de Itabapoana	Implantação	0,1
Usina Termelétrica do Açú	Energia	S. João da Barra	Implantação	4,3
Complexo Portuário do Açú	Transporte/ Logística	S. João da Barra	Implantação	2,0
Energisa Geração Rio Grande	Energia	São Sebastião do Alto	Implantação	0,1
Complexo Hidrelétrico de Simplício	Energia	Sapucaia	Implantação	0,2
Coquepar – Cia. de Coque Calcinado de Petróleo	Petroquímica	Seropédica	Implantação	0,3
Latapack Ball	Siderurgia	Três Rios	Implantação	0,1
AES - Complexo Piabanha	Energia	Vários	Implantação	0,3
Governo Federal	Desenvolvimento Urbano	Vários	Expansão/ Modernização	1,1
MRS Logística	Transporte/ Logística	Vários	Expansão/ Modernização	0,4
CSN – Aços Longos	Metalurgia/ Siderurgia	Volta Redonda	Implantação	0,2

BELFORD ROXO
Produto Interno Bruto – PIB do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil de 1995 a 2008

Os resultados do PIB do Estado do Rio de Janeiro e de seus municípios, divulgados pela Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro – CEPERJ, uma das fontes consultadas para este tópico, agora seguem a nova metodologia implantada pelo IBGE, a outra fonte. Dessa forma, os dados dos PIB's estadual e dos municípios foram recalculados e abrangem a série histórica desde 1995 para o PIB estadual e desde 2002 para o PIB regional e municipal.

Os valores apresentados nas edições anteriores, com metodologia desenvolvida pela extinta Fundação CIDE, tinham como base a Matriz Insumo Produto do Rio de Janeiro de 1996. Tal metodologia sofreu um processo de reavaliação interna e, em consequência, foram interrompidas todas as atividades a ela relacionadas.

De acordo com a CEPERJ, o PIB do Estado do Rio de Janeiro atingiu R\$332,1 bilhões em 2008, com crescimento de 0,60% em relação a 2007. O IBGE estimou que o PIB nacional de 2008, a preços de mercado, teria registrado expansão de 5,1%. A tabela que se segue apresenta a evolução do PIB estadual em relação ao Brasil.

Tabela 58: PIB, PIB per capita, população residente e relação PIB Rio de Janeiro/PIB Brasil – 1995-2008

Ano	Rio de Janeiro				Brasil		Relação PIB RJ/ PIB Brasil (%)
	Produto Interno Bruto			População residente (habitantes)	PIB per capita (R\$)	Produto Interno Bruto (R\$1.000.000)	
	Em R\$1.000.000	Índice 1995=100	Varição anual (%)				
1995	78.944,95	100,00	-	13.642.758	5.786,58	705.640,89	11,19
1996	94.684,07	100,99	0,99	13.795.558	6.863,37	843.965,63	11,22
1997	104.424,11	101,95	0,95	13.947.862	7.486,75	939.146,62	11,12
1998	114.177,72	102,75	0,78	14.107.866	8.093,20	979.275,75	11,66
1999	127.218,91	103,20	0,44	14.319.537	8.884,29	1.064.999,71	11,95
2000	139.754,79	105,86	2,57	14.493.715	9.642,44	1.179.482,00	11,85
2001	152.098,91	106,78	0,87	14.668.977	10.368,75	1.302.135,03	11,68
2002	171.371,99	110,87	3,82	14.846.102	11.543,23	1.477.821,77	11,60
2003	188.014,96	109,64	(1,11)	15.024.965	12.513,50	1.699.947,69	11,06
2004	222.945,04	113,17	3,22	15.203.750	14.663,82	1.941.498,36	11,48
2005	247.017,53	116,51	2,95	15.383.407	16.057,40	2.147.239,29	11,50
2006	275.327,13	121,15	3,99	15.561.720	17.692,59	2.369.483,55	11,62
2007	296.767,78	125,53	3,62	15.420.450	19.245,08	2.661.344,53	11,15
2008 (1)	332.077,60	126,28	0,60	15.962.550	20.803,54	não divulgados pela fonte consultada	

Fonte: Fundação CEPERJ. Nota 1: Estimativa preliminar.

Dados referentes ao ano de 2008 somente serão disponibilizados ao final de 2010. Assim, serão feitas considerações sobre o desempenho da economia fluminense até o ano de 2007. O PIB do Estado do Rio de Janeiro daquele ano alcançou o montante de R\$296,8 bilhões, com taxa de crescimento de 3,62% em relação a 2006, sendo o segundo PIB do país, com participação de 11,15%. Essa taxa foi bem menor que o

crescimento do PIB nacional, que atingiu 6,1%, e teve como principal razão o fraco desempenho da indústria extrativa mineral, que apresentou queda de 2,29% em volume e de 13,74% na variação anual do preço do valor adicionado a preço básico. Em 2007, o Rio de Janeiro apresentou PIB per capita de R\$ 19.245,08, contra R\$17.692,59 em 2006, sendo superado apenas pelo Distrito Federal (R\$ 40.696,08) e São Paulo (R\$ 22.667,25).

Dados do IBGE apontam a Administração Pública como a atividade que mais contribuiu para o PIB estadual, seguida de longe pela indústria extrativa, segunda colocada. A tabela a seguir apresenta o desempenho dos subsetores de atividade no ano de 2007, onde observamos que a agropecuária é incipiente, a indústria fica bem próxima dos 30% e os serviços alcançam quase 70% do valor adicionado bruto.

Tabela 59: Participação no valor adicionado bruto a preço básico – RJ – 2007

Atividades	Participação (%)
Agricultura, silvicultura e exploração florestal	0,2
Pecuária e pesca	0,2
Indústria extrativa	12,3
Indústria de transformação	10,0
Construção civil	4,8
SIUP - Produção e distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana	2,8
Comércio e serviços de manutenção e reparação	9,9
Serviços de alojamento e alimentação	2,2
Transportes, armazenagem e correio	4,5
Serviços de informação	5,2
Intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados	6,3
Serviços prestados às famílias e associativas	2,8
Serviços prestados às empresas	5,8
Atividades imobiliárias e aluguéis	10,1
Administração, saúde e educação públicas e seguridade social	18,1
Saúde e educação mercantis	3,5
Serviços domésticos	1,4

Fonte: IBGE - Contas Regionais do Brasil. Nota: Total alcança 100,1 por conta dos arredondamentos.

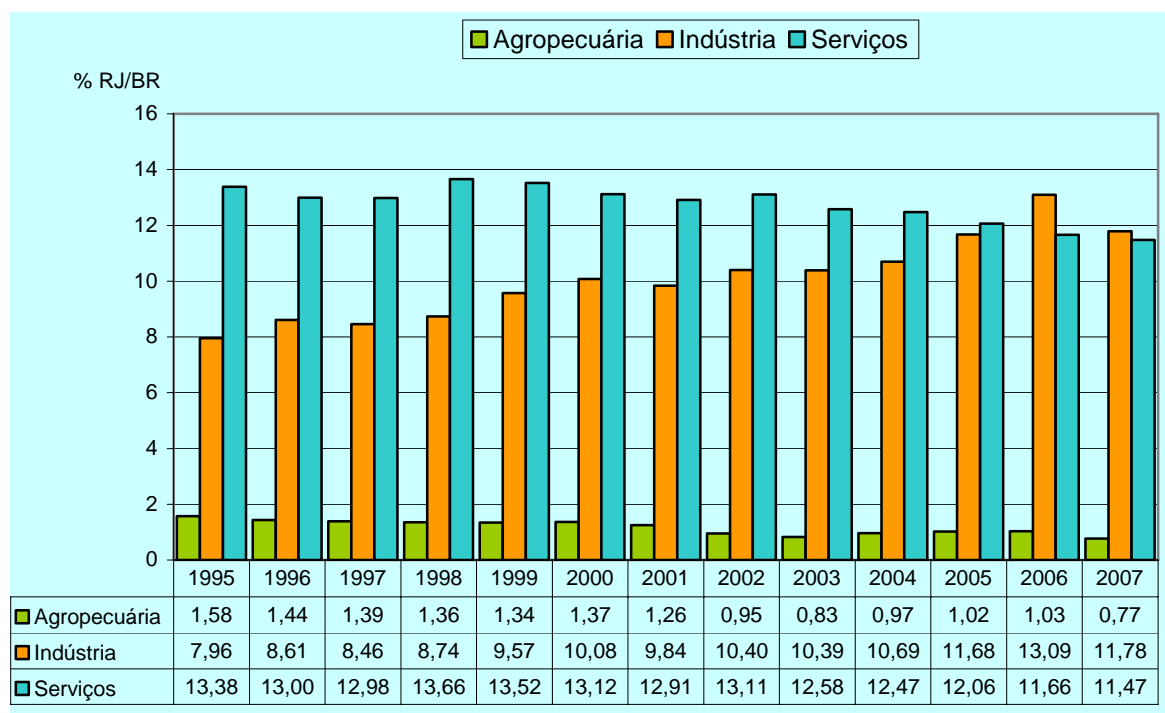
O gráfico a seguir apresenta a evolução da participação dos três setores de atividades econômicas fluminenses no país. Nos treze anos retratados, a agropecuária recuou 51% em sua participação nacional e os serviços, 14%. A indústria foi o que beneficiou o Estado do Rio de Janeiro, com crescimento de 48% de sua participação.

De acordo com a CEPERJ, dentre os componentes do setor industrial, enquanto a extração de petróleo e outros minerais aumentou sua participação nacional em 235% no período, a indústria de transformação cresceu pouco menos de 10%. Os serviços industriais de utilidade pública (energia elétrica, água/esgoto, limpeza urbana e gás) – SIUP e a construção civil registraram estabilidade e queda, respectivamente.

Aquela Fundação afirma que todos os componentes do setor de serviços fluminense tiveram redução em sua participação no Brasil: comércio (-20,0%); intermediação financeira, seguros e previdência complementar e serviços relacionados (-23,2%); administração, saúde e educação públicas e seguridade social (-12,1%), e outros serviços (-12,4%).

BELFORD ROXO

Gráfico 54: Participação do Rio de Janeiro no valor adicionado bruto do Brasil, segundo as atividades econômicas – 1995-2007

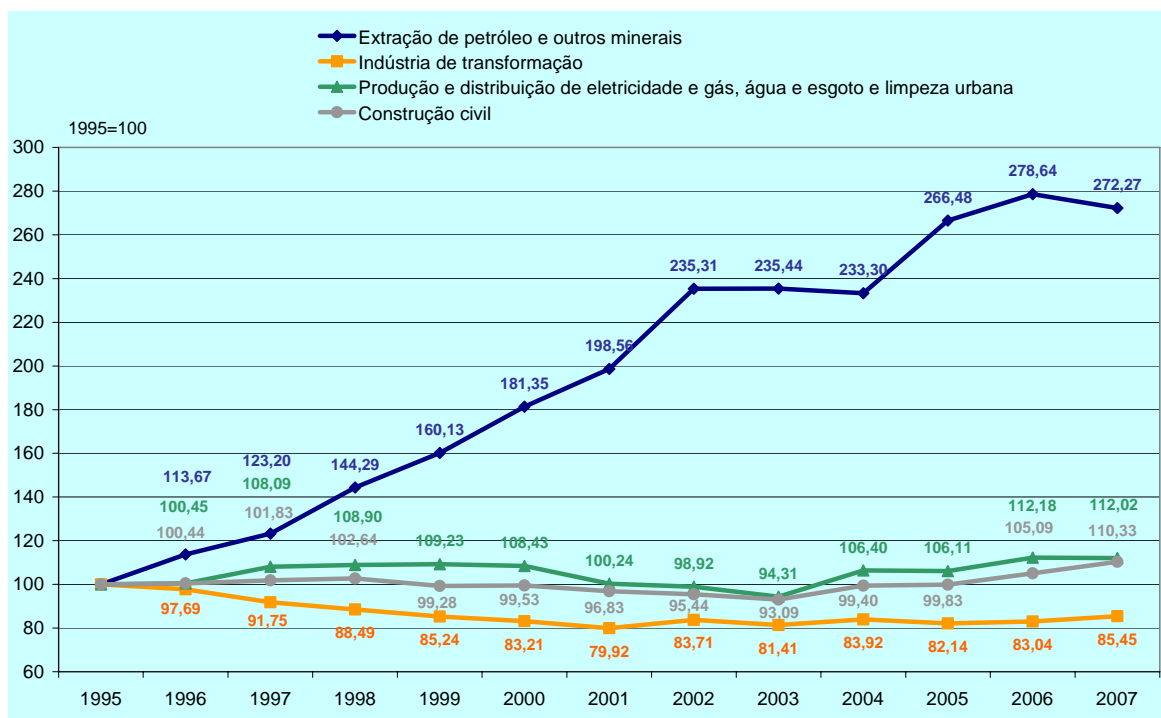


Fonte: Fundação CEPERJ.

No setor industrial fluminense, com exceção da extração de petróleo e outros minerais, as demais atividades tiveram crescimento menor que a variação populacional de 13,0% entre 1995 e 2007. Em 2007, entretanto, como descrito em edição anterior deste Estudo, houve fraco desempenho da indústria extrativa mineral, causado pela paralisação da produção para manutenção das plataformas de petróleo e pela desvalorização cambial ocorrida naquele ano. Por sua vez, a indústria de transformação cresceu no último ano, fruto do desempenho positivo de oito dos doze ramos industriais investigados. Os SIUP registraram queda e a construção civil, crescimento.

O gráfico a seguir ilustra a pujança da indústria extrativa, o recuo e posterior recuperação dos SIUP e da construção civil e a performance negativa da indústria de transformação. Ao tomar o ano de 1995 como índice 100, os avanços e recuos são facilmente identificáveis.

Gráfico 55: Evolução do volume acumulado do valor adicionado a preço básico, segundo atividades da indústria – 1995-2007



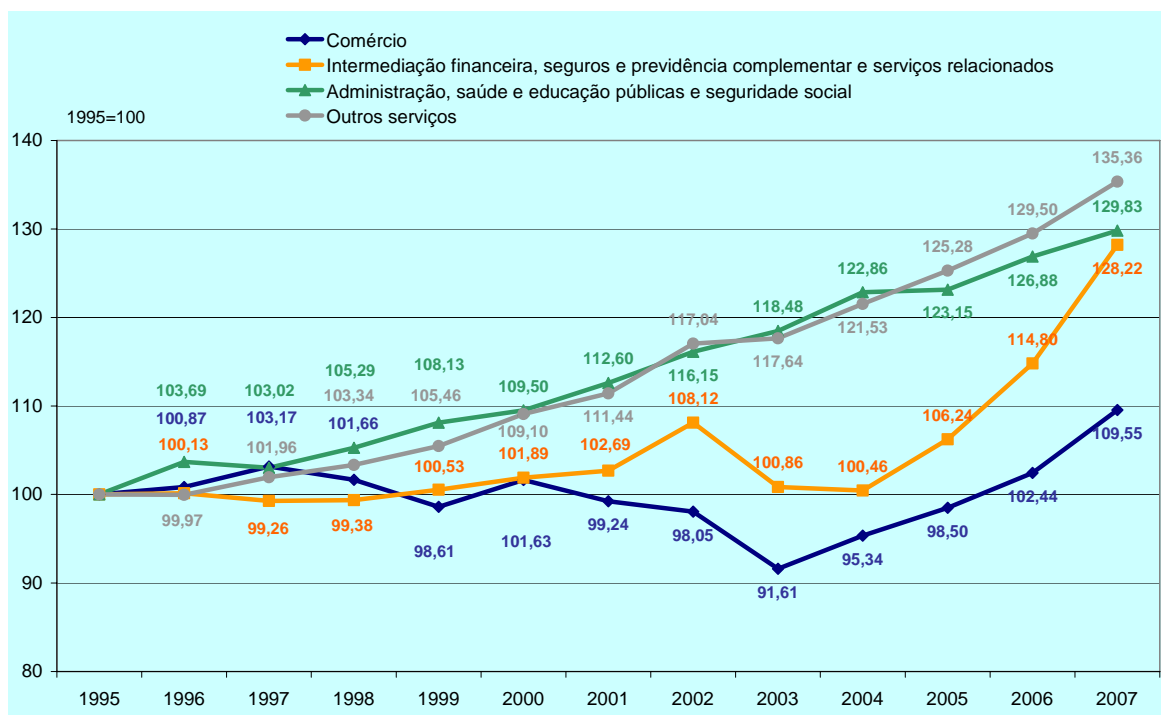
Fonte: Fundação CEPERJ.

No setor de serviços, a situação é bem distinta, onde a administração pública e os outros serviços apresentaram crescimentos consistentes e superiores à variação populacional, como também marcou, após a crise macroeconômica de 2003, a forte recuperação da intermediação financeira. O comércio, entretanto, passou anos em situação pior que a registrada em 1995, somente reagindo positivamente a partir de 2006.

O crescimento de 4,9%, na comparação de 2007 com 2006, teve destaques na intermediação financeira e seguros; comércio e manutenção; serviços prestados às famílias e serviços de informação, seguidos por alojamento e alimentação; transporte, armazenagem e correio, e serviços prestados às empresas. Os outros subsetores (atividades imobiliárias e administração pública), tiveram os menores desempenhos. O gráfico a seguir aponta a boa recuperação do setor nos últimos anos:

BELFORD ROXO

Gráfico 56: Evolução do volume acumulado do valor adicionado a preço básico, segundo atividades de serviços – 1995-2007



Fonte: Fundação CEPERJ.

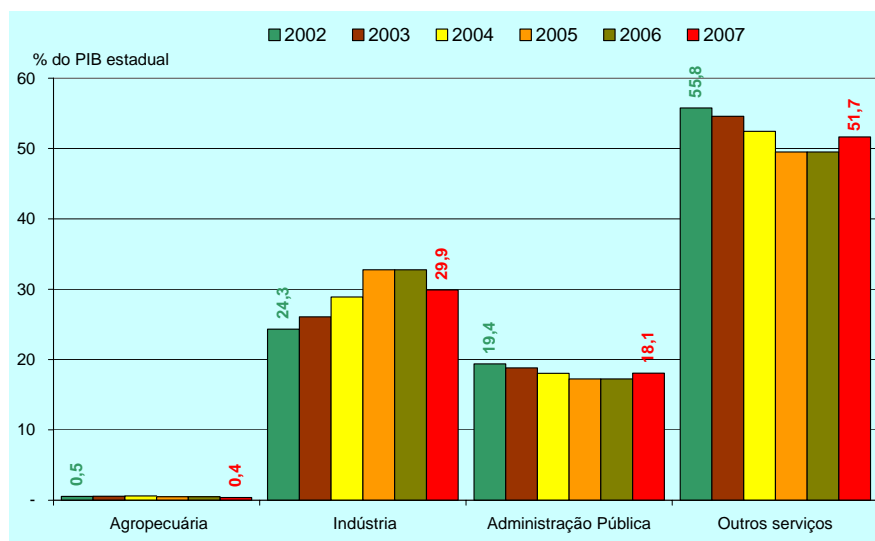
PIB regional e dos municípios de 2002 a 2007

No contexto regional ou municipal, como mencionado, as revisões de PIB efetuadas pela Fundação CEPERJ retroagiram somente até 2002 e tiveram como consequência a sintetização excessiva dos indicadores de produção, resumidos à descrição dos três setores de atividade econômica, abrindo detalhamento somente ao subsetor de administração pública. A mudança metodológica também excluiu a antiga separação da produção de petróleo e gás natural na Bacia de Campos, passando a integrar as produções industriais de municípios que não tinham o setor industrial expressivo, notadamente aqueles das regiões Norte Fluminense e das Baixadas Litorâneas.

Em virtude dessas restrições, o presente tópico analisará a evolução dessas quatro atividades: agropecuária, indústria, serviços e administração pública nos níveis estadual e regional, apresentando, ao final, os comportamentos dos municípios frente à sua região e ao próprio conjunto do Estado do Rio de Janeiro.

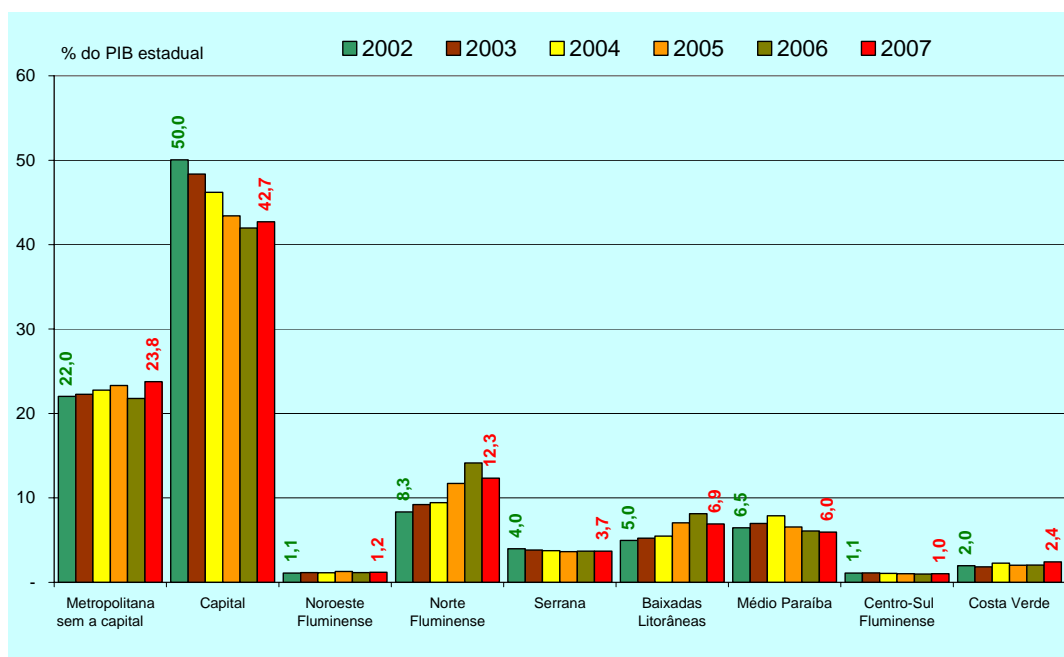
A evolução por setor de atividade demonstra como o desempenho da indústria fica mascarado pela impossibilidade de separação de seu subsetor extração de petróleo e gás, como demonstra o gráfico a seguir:

Gráfico 57: Evolução da contribuição dos setores de atividades ao PIB estadual – 2002-2007



O gráfico seguinte traz a evolução da participação de cada região ao valor adicionado bruto do Estado. Nessa nova configuração da indústria extrativa, a Capital perde mais expressão frente às demais regiões: somente no período de 2002 a 2007, foram mais de 7 pontos percentuais. São notáveis os avanços das regiões Norte Fluminense, das Baixadas Litorâneas e da Metropolitana sem a capital. Registraram avanços mais modestos as regiões Noroeste Fluminense e da Costa Verde, contra recuos, também pequenos, verificados nas regiões Serrana, do Médio Paraíba e Centro-Sul Fluminense.

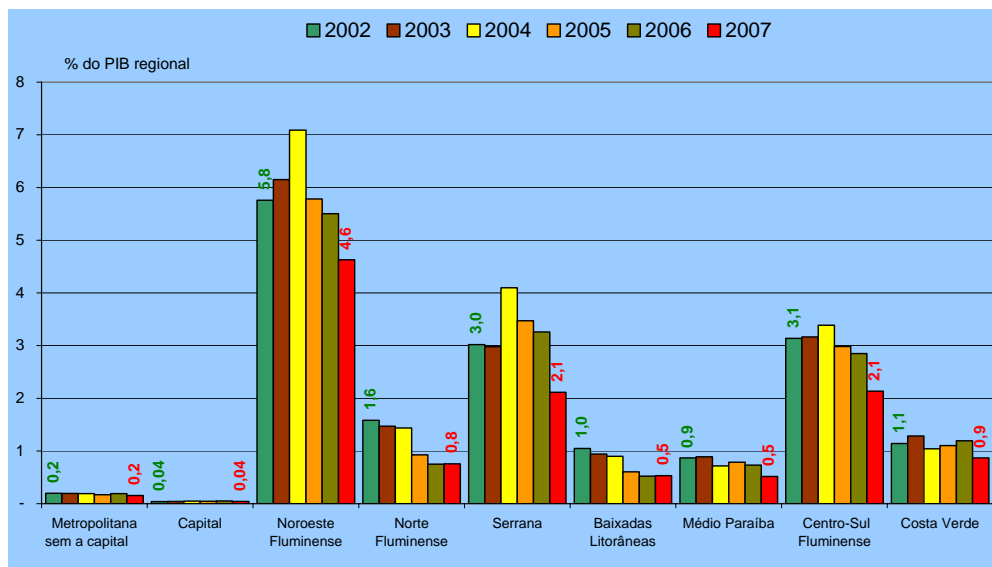
Gráfico 58: Evolução da contribuição das regiões administrativas ao PIB estadual – 2002-2007



BELFORD ROXO

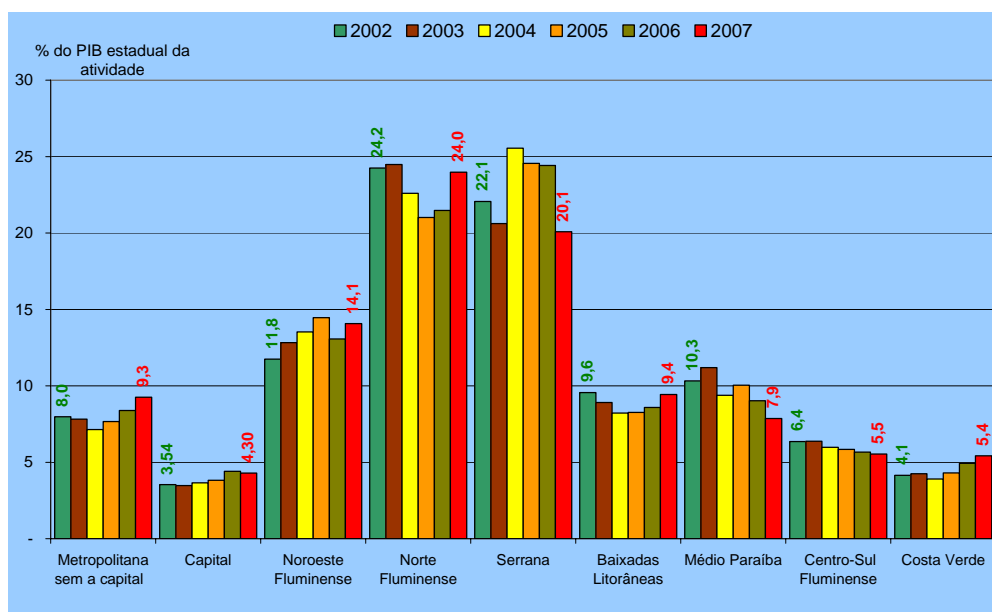
Quanto ao setor agropecuário, esse sofreu variações importantes nesse período de seis anos. No próximo gráfico, observa-se que o setor perdeu peso no PIB total de cada uma das regiões, exceto a Metropolitana, onde não tem nenhuma relevância.

Gráfico 59: Evolução da contribuição da agropecuária na economia regional – 2002-2007



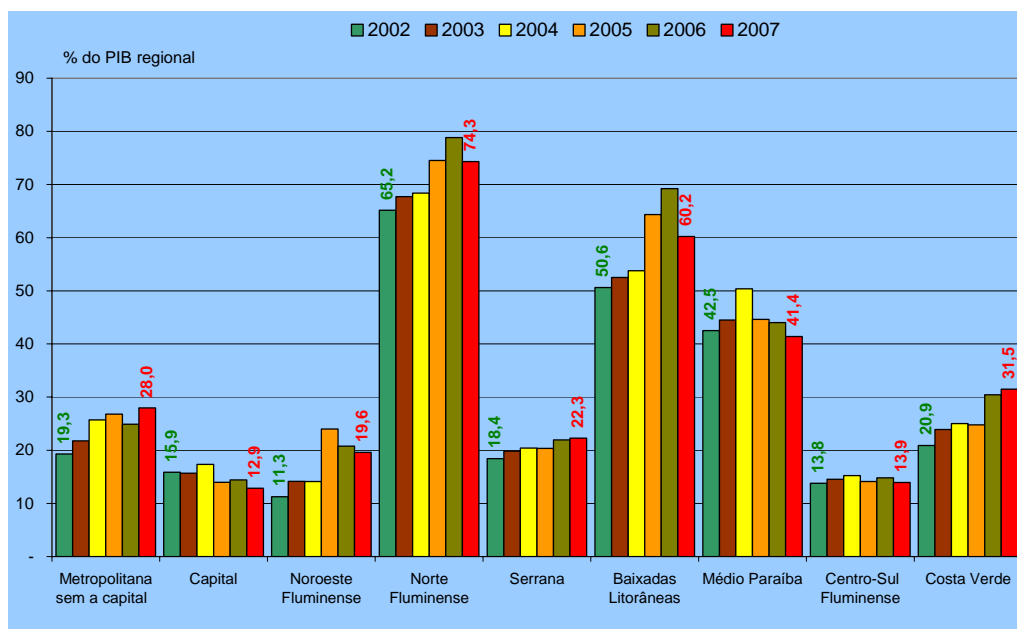
As regiões Norte Fluminense e Serrana seguem sendo o celeiro estadual. Ganharam espaço, no PIB estadual do setor, as regiões Metropolitana, Noroeste Fluminense e da Costa Verde. O gráfico ilustra a evolução no período:

Gráfico 60: Evolução da contribuição das regiões administrativas ao PIB da agropecuária estadual – 2002-2007



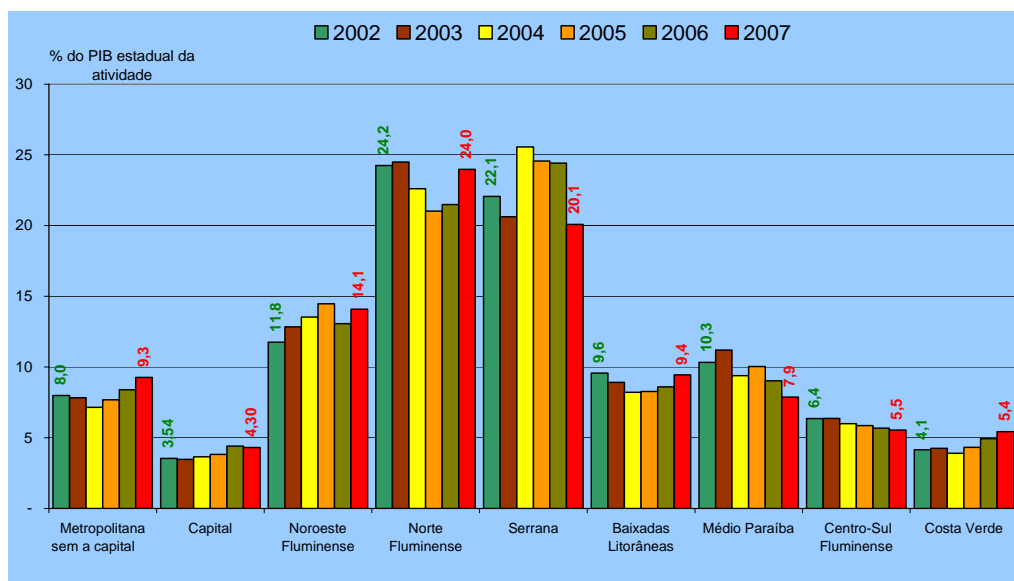
O setor industrial passou a ser predominante no conjunto dos municípios confrontantes à Bacia de Campos, crescendo em relevância na economia de todas as regiões, exceto no Médio Paraíba e na capital.

Gráfico 61: Evolução da contribuição da indústria na economia regional – 2002-2007



Ganharam espaço, no PIB estadual do setor industrial, as regiões Metropolitana, Noroeste Fluminense e da Costa Verde. O gráfico ilustra a evolução no período:

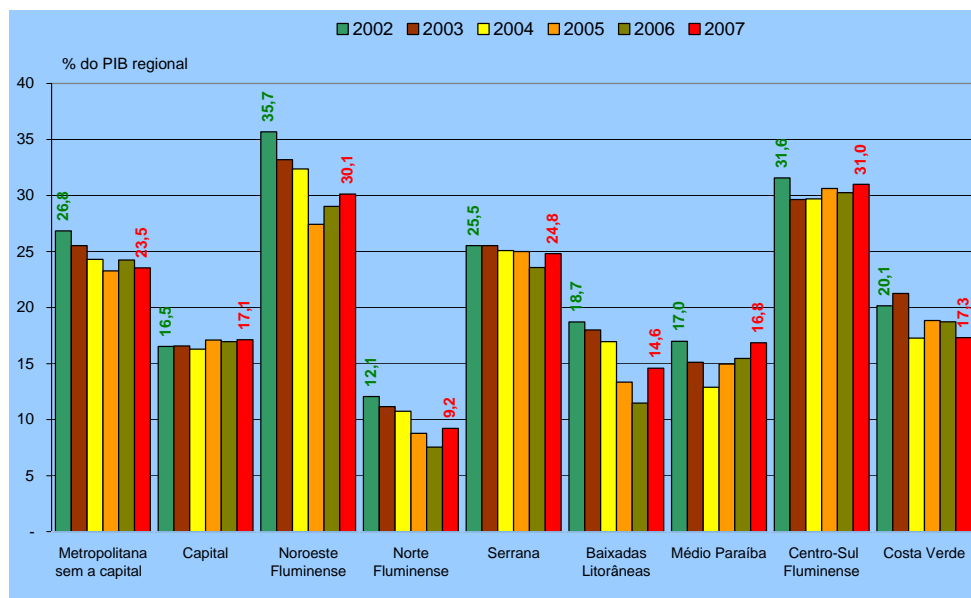
Gráfico 62: Evolução da contribuição das regiões administrativas ao PIB da indústria estadual – 2002-2007



BELFORD ROXO

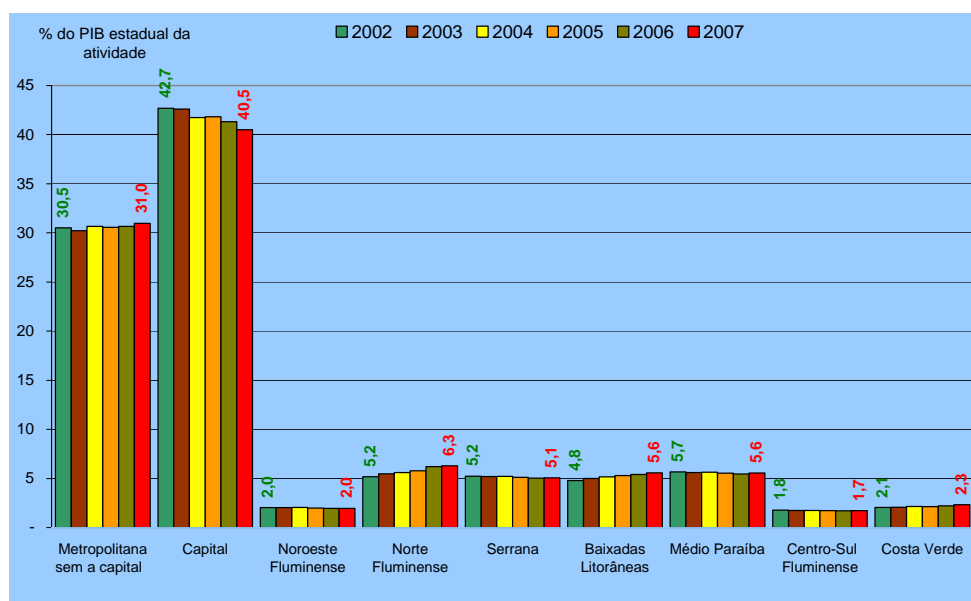
A administração pública é bastante presente no PIB das regiões menos desenvolvidas do Estado, sendo pouco representativas no Norte e nas Baixadas Litorâneas em decorrência da pujança da indústria petrolífera.

Gráfico 63: Evolução da contribuição da administração pública na economia regional – 2002-2007



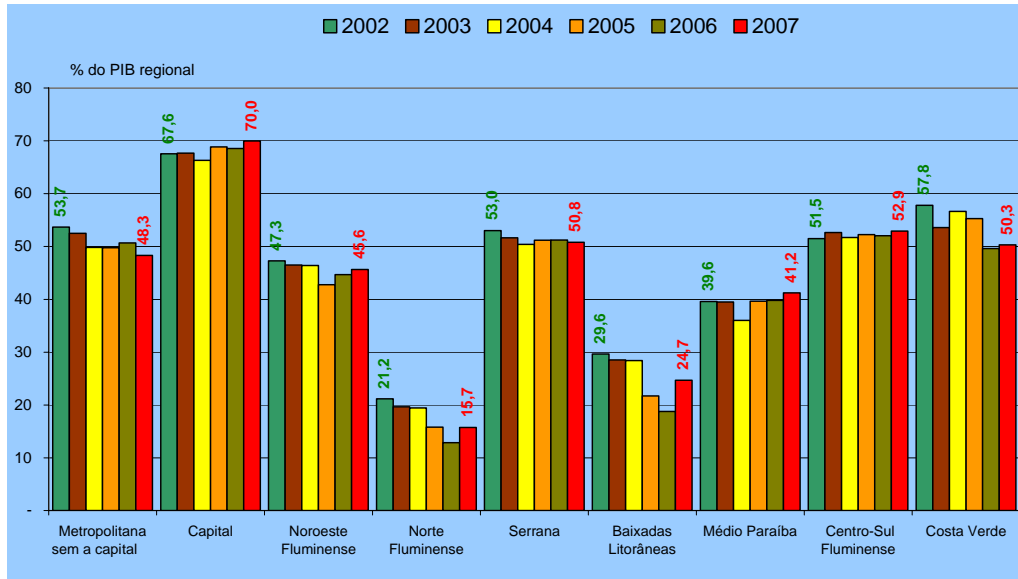
É na capital e na Região Metropolitana, contudo, onde estão concentradas as maiores contribuições para o PIB estadual desse subsetor. Aqui pode ser observado o aumento da participação das regiões Norte e das Baixadas Litorâneas, onde tal atividade cresceu muito.

Gráfico 64: Evolução da contribuição das regiões administrativas ao PIB da administração pública estadual – 2002-2007



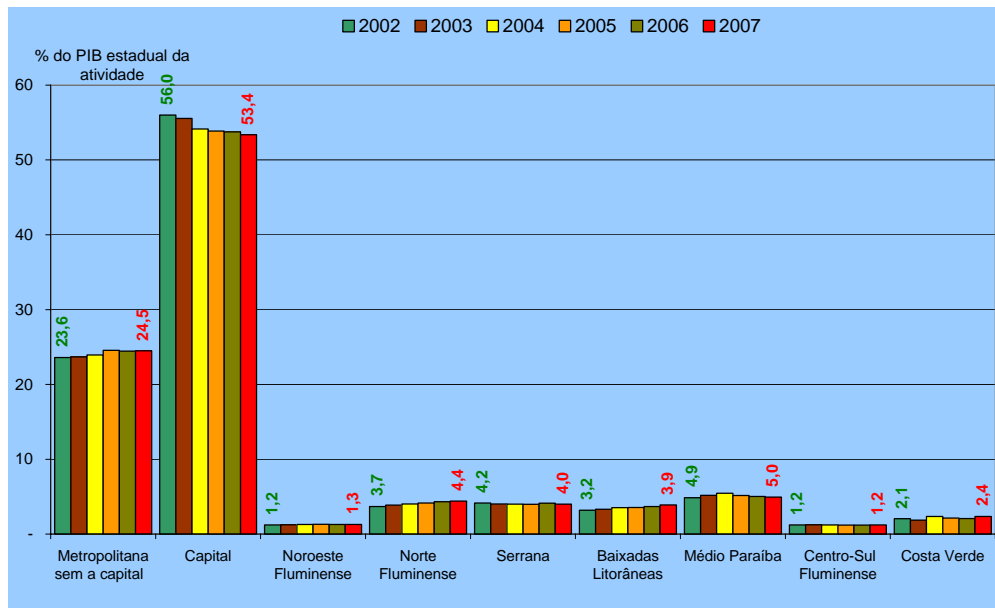
Todas as demais atividades do setor de serviços são preponderantes nas economias regionais, com reduzida ênfase no PIB das regiões petrolíferas pelo motivo já citado.

Gráfico 65: Evolução da contribuição de outros serviços na economia regional – 2002-2007



O setor de serviços está fortemente concentrado na Região Metropolitana. O gráfico aponta crescimento generalizado, em detrimento da participação da Capital e da Região Serrana:

Gráfico 66: Evolução da contribuição das regiões administrativas ao PIB de outros serviços estadual – 2002-2007





BELFORD ROXO

Os municípios da Região Metropolitana, excluída a capital, apresentaram o seguinte comportamento:

Gráfico 67: Evolução do PIB a preços de mercado – Região Metropolitana – R\$ milhões – 2002-2007

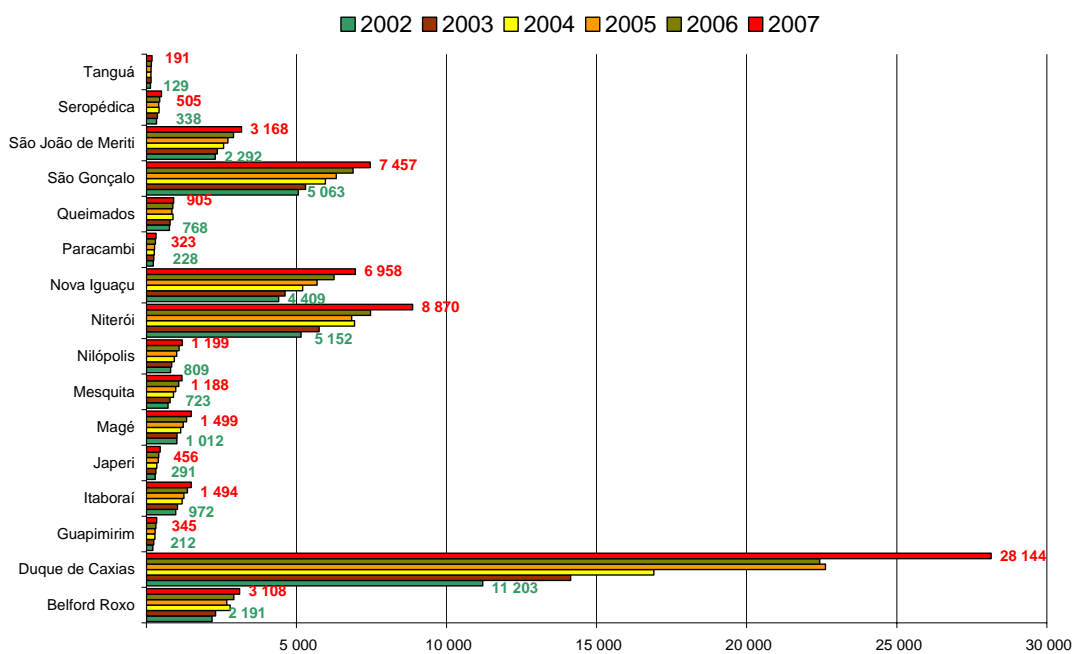


Gráfico 68: Evolução do PIB per capita – Região Metropolitana – R\$ – 2002-2007

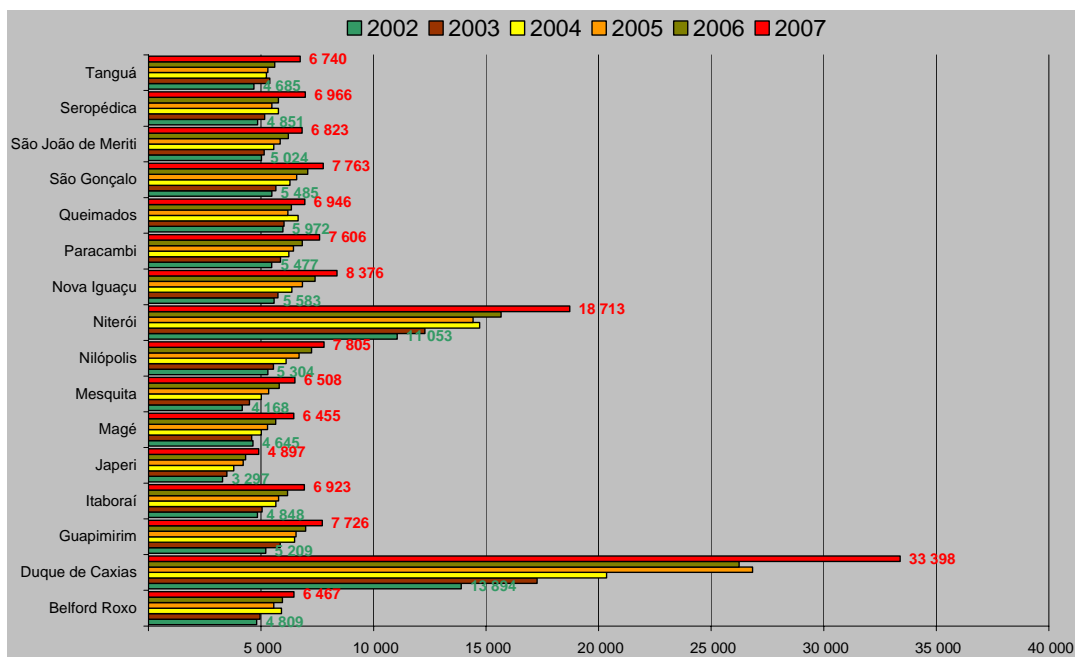


Gráfico 69: Evolução do valor adicionado da agropecuária – Região Metropolitana – R\$ milhões – 2002-2007

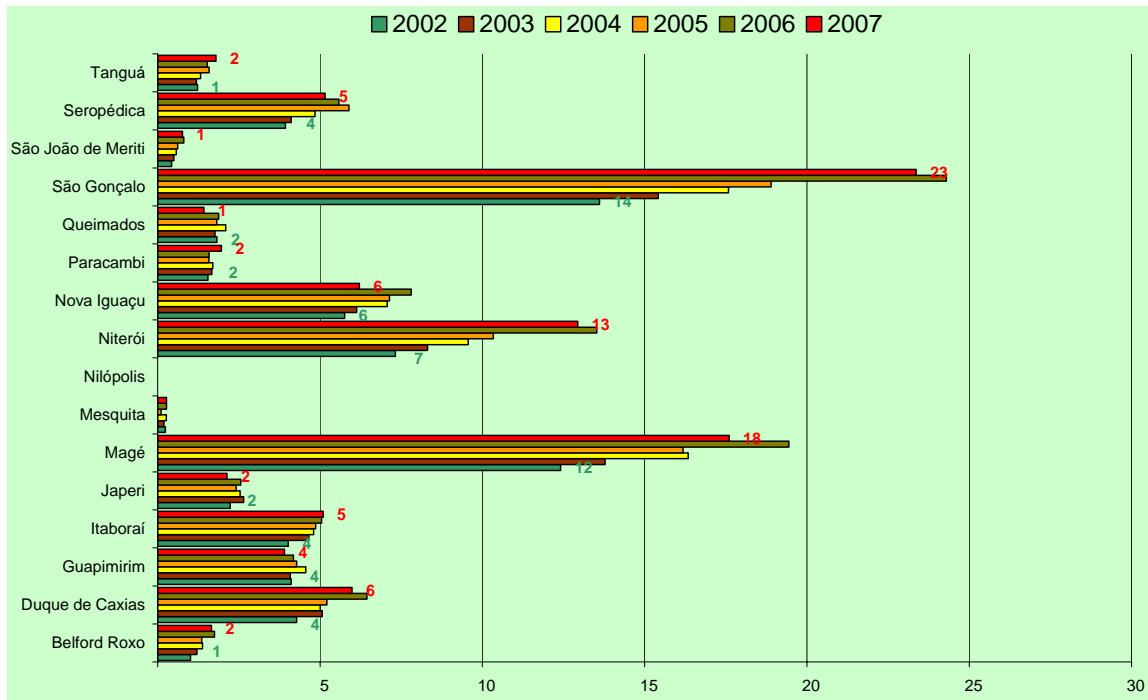
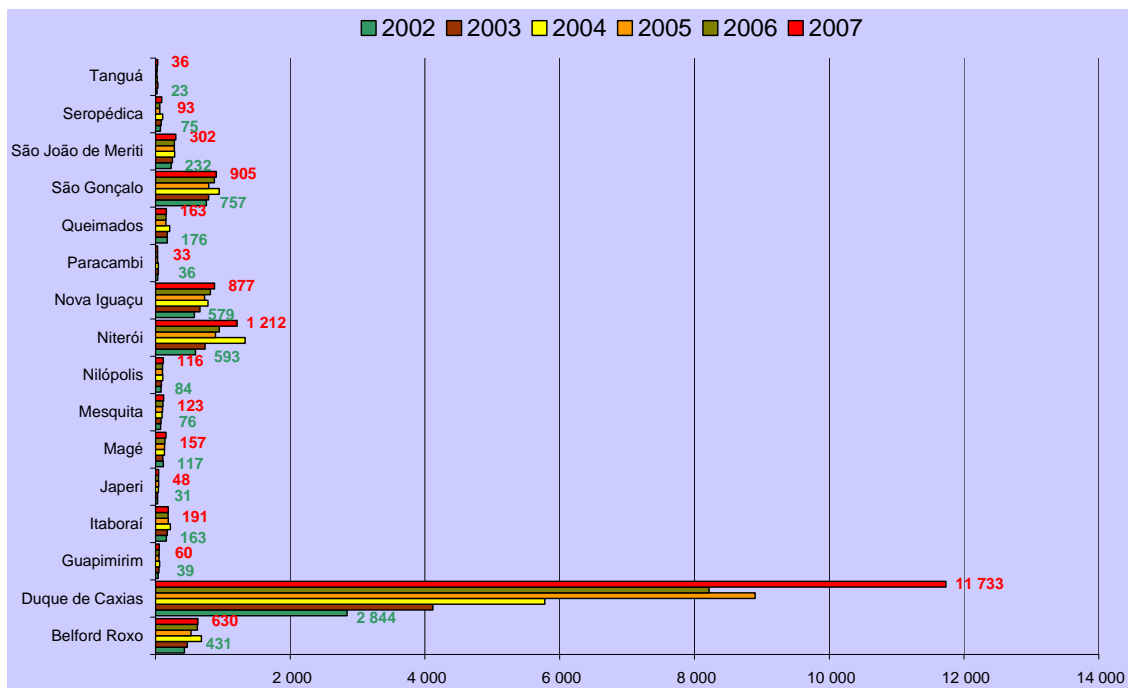


Gráfico 70: Evolução do valor adicionado da indústria – Região Metropolitana – R\$ milhões – 2002-2007





BELFORD ROXO

Gráfico 71: Evolução do valor adicionado da administração pública – Região Metropolitana – R\$ milhões – 2002-2007

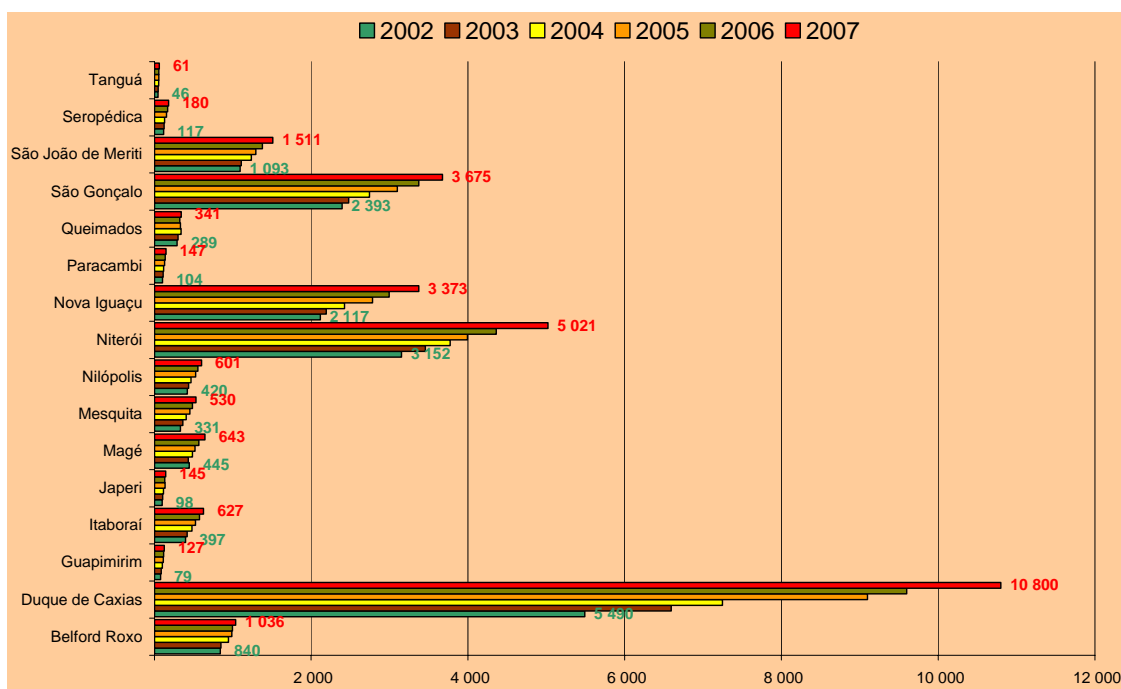


Gráfico 72: Evolução do valor adicionado dos demais serviços – Região Metropolitana – R\$ milhões – 2002-2007



A tabela abaixo apresenta o comparativo das taxas de crescimento no período entre 2002 e 2007, inclusive em que posição Belford Roxo ficou no *ranking* de crescimento da região à qual pertence, como também do conjunto estadual:

Tabela 60: Taxas de crescimento da economia estadual, da capital, da região e do município – 2002-2007

Setor econômico	Discriminação					
	Estado do RJ	Capital	Região Metropolitana sem a capital	Belford Roxo	Crescimento na região	Crescimento no Estado
Agropecuária	21,7%	47,7%	41,1%	64,1%	4º entre 16	16º entre 92
Indústria	109,4%	17,6%	166,6%	46,2%	8º	54º
Administração Pública	58,8%	50,7%	61,3%	64,2%	7º	33º
Demais serviços	57,7%	50,6%	65,5%	23,4%	15º	89º
Total dos setores	70,3%	45,4%	83,8%	43,5%	13º	76º
Impostos sobre produtos	90,6%	86,8%	84,0%	21,4%	14º	86º
PIB a preços de mercado	73,2%	53,3%	83,8%	41,8%	13º	82º
População	3,9%	2,1%	4,2%	5,5%	5º	30º
PIB <i>per capita</i>	66,7%	50,1%	76,5%	34,5%	15º entre 16	86º entre 92

Em resumo, a tabela que se segue apresenta a evolução desses aspectos econômicos de Belford Roxo frente aos demais municípios fluminenses, tais como *ranking* anual dos setores econômicos, distribuição setorial do valor adicionado bruto, PIB a preços de mercado, *ranking* populacional e PIB *per capita*:

Tabela 61: Aspectos da economia do Município – 2002-2007

Setor econômico	Ranking no ano						Valor adicionado bruto da atividade econômica em 2007 (em % e em R\$ mil)	
	2002	2003	2004	2005	2006	2007		
Agropecuária	83	83	83	82	79	80	0,1%	1.657
Indústria	17	17	16	19	20	18	21,6%	630.010
Administração Pública	8	8	7	7	7	7	42,7%	1.242.202
Demais serviços	12	12	12	12	13	13	35,6%	1.036.283
Total dos setores							100,0%	2.910.152
Impostos sobre produtos								197.749
PIB a preços de mercado	11	12	13	15	14	15		3.107.901
População	7	6	5	5	5	5		480.555 hab em 2007
PIB <i>per capita</i>	77	85	73	86	86	90		R\$6.467,00 em 2007

BELFORD ROXO**V – O TURISMO COMO FATOR DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

O turismo proporciona diversos benefícios para a comunidade, tais como geração de empregos, produção de bens e serviços e melhoria da qualidade de vida da população. Traz desenvolvimento nos sistemas de transporte, nas comunicações e em outros aspectos infraestruturais e ajuda, ainda, a custear a preservação dos sítios arqueológicos, dos bairros e edifícios históricos, melhorando a autoestima da comunidade local e trazendo uma maior compreensão dos visitantes de diversas origens.

Como propulsor de desenvolvimento econômico, o setor de turismo é fundamental na geração de renda e riqueza na economia moderna e precisa estar atento para enfrentar a concorrência doméstica e internacional. O país está se preparando para sediar a Copa do Mundo de 2014, e a cidade do Rio de Janeiro deverá ser escolhida como palco das principais cerimônias e dos jogos mais importantes do torneio. Tal perspectiva, aliada à escolha do país como sede das Olimpíadas de 2016, também na capital, propicia oportunidade única ao Estado de multiplicar e consolidar seus destinos turísticos, condicionando de forma adequada o ordenamento dos territórios dos municípios para melhor qualidade estética, funcional e, sobretudo, social da paisagem local.

A Organização Mundial do Turismo – OMT conceitua o turismo como sustentável quando este é ecologicamente suportável a longo prazo, economicamente viável e equitativo ética e socialmente para as comunidades. Exige integração ao ambiente natural, cultural e humano, respeitando a frágil balança que caracteriza muitas destinações turísticas, em particular pequenas ilhas e áreas ambientalmente sensíveis.

O termo **desenvolvimento sustentável** foi consagrado em 1987, pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas, em relatório intitulado *Nosso Futuro Comum*: é um processo de transformação no qual a exploração dos recursos, a direção dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, sendo aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias.

Os princípios do desenvolvimento sustentável estão na base da Agenda 21, documento aprovado durante a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992 (RIO-92) com vistas ao século XXI. Essa agenda traz uma nova visão sobre o desenvolvimento, por muito tempo visto apenas como progresso econômico, integrando a dimensão social, a ambiental e a institucional. A Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo para o Desenvolvimento Sustentável, publicada em 1996, aponta áreas prioritárias para programas e procedimentos com vistas à implementação do turismo sustentável. Oito áreas são dirigidas a governos e representações das organizações da indústria turística, indicando:

1. capacidade do quadro regulatório, econômico e voluntário para apoiar o desenvolvimento de políticas que viabilizem a implementação do turismo sustentável;

2. implicações econômicas, sociais, culturais e ambientais das operações da organização/instituição, no sentido de examinar sua própria capacidade para atuar na direção da perspectiva de desenvolvimento sustentável;
3. treinamento, educação e formação da consciência pública, no sentido do desenvolvimento de formas mais sustentáveis de turismo e com o objetivo de viabilizar a capacidade necessária para execução de tarefas nessa direção;
4. direcionamento para o turismo sustentável a partir do estabelecimento e implementação de medidas que assegurem o planejamento efetivo do uso do solo, maximizem benefícios ambientais e sociais e minimizem danos potenciais à cultura e ao meio ambiente;
5. promoção de intercâmbio de informações, conhecimento e tecnologias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento que viabilizem o turismo sustentável;
6. fomento à participação de todos os setores da sociedade;
7. monitoramento para avaliação dos progressos alcançados frente às metas de turismo sustentável por meio de indicadores confiáveis, aplicáveis em nível local e nacional, e
8. estabelecimento de parcerias que facilitem iniciativas responsáveis.

Como se pode observar, há mais de uma década os governos da maioria dos países vêm fazendo uso continuado do turismo como instrumento de desenvolvimento regional, com ênfase em parcerias para o setor com vistas à sustentabilidade da atividade.

Alguns números sobre turismo no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro

Para se ter uma noção da dimensão da atividade turística, de acordo com dados da OMT divulgados pelo Ministério do Turismo – MTur, houve 903,3 milhões de chegadas de turistas no mundo em 2007, gerando uma receita cambial de US\$856 bilhões aos países receptores. Naquele mesmo ano, o Brasil obteve 5,0 milhões de chegadas e 0,6% da receita global. Os maiores emissores para o país foram: Argentina e Estados Unidos (18,3% e 13,9% do total de turistas, respectivamente); Portugal, Itália, Chile, Alemanha, França e Uruguai (na faixa dos 5% cada); Espanha, Paraguai e Inglaterra (entre 4% e 3%). Seguem-se outros países das Américas, Holanda, Suíça, Canadá e Japão.

Estudo da demanda realizado pelo MTur apontou a cidade do Rio de Janeiro como principal destino dos turistas que vieram ao Brasil para lazer em 2007: 30,2% do total. São Paulo ficou em primeiro lugar para aqueles que vieram a negócios, eventos ou convenções, com 52,5% dos turistas, enquanto o Rio recebeu 24,7%.

Dados do MTur inferem que, em 2005 (informação mais recente disponível), houve 138,7 milhões de viagens realizadas no mercado interno, metade das quais com destino à Região Sudeste do país, sendo 8,4% para o Estado do Rio de Janeiro, terceiro colocado no *ranking* regional. São Paulo teria recebido 27,7% dos turistas e Minas Gerais, 10,8%. Os visitantes mais assíduos são dos próprios estados de origem. Excluídos os visitantes locais, no mesmo ano de 2005, os estados mais visitados por brasileiros foram, pela ordem, SP, MG, BA e SC empatados, e RJ.

BELFORD ROXO

De fora do território fluminense, o Rio de Janeiro recebe mais paulistas e mineiros. Outros estados emissores de relevância são, pela ordem, ES, BA, PR, RS, SC, CE, PE, DF, GO e MS.

Em 2003, a Pesquisa Anual de Serviços do IBGE estimou 352 mil empresas operando no Brasil com atividade principal nos segmentos definidos como característicos do turismo (serviços de alimentação, alojamento e transporte de passageiros, atividades recreativas e culturais, agências de turismo e similares). Essas empresas apresentaram um valor bruto de produção de R\$ 76,0 bilhões, ocupando cerca de 2,1 milhões de pessoas, cujos salários e outras remunerações foram da ordem dos R\$ 15,3 bilhões. As atividades características do setor de turismo são desenvolvidas, predominantemente, por micro e pequenas empresas em todo o país. De acordo com a pesquisa, naquele ano de 2003, as empresas de pequeno porte (com menos de 20 empregados) respondiam por 97% do segmento, correspondendo a 61% do pessoal ocupado, apesar de terem apenas 26% de participação nas receitas operacionais líquidas totais e 36% nos salários e outras remunerações. Nesse aspecto, para a política pública de estímulo à atividade, é fundamental a facilitação do crédito à micro e à pequena empresa, bem como de sua formalização, somada a outras políticas de capacitação e treinamento.

Políticas públicas para o setor de turismo no Brasil

Historicamente, é curta a trajetória de políticas públicas para o turismo no país. No Estado Novo, é criada uma Divisão de Turismo no Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP no ano de 1939. Em 1958, foi criada a Comissão Brasileira de Turismo – Combratur, que tinha como atribuição realizar o planejamento turístico nacional.

Em 1966, são desenvolvidos instrumentos para regulamentação da atividade, quando o Governo Federal instala o Conselho Nacional de Turismo - CNTur, de caráter normativo, e a Empresa Brasileira de Turismo – Embratur, órgão proponente e executor de medidas e regras em quase todos os setores do turismo. O período da ditadura militar contribui para a venda da imagem de um país multirracial e hospitaleiro, com ênfase no exótico: carnaval, futebol e mulheres bonitas; a criação de uma infraestrutura hoteleira beneficiada por incentivos fiscais, e a implantação de padrões globalizados de hospedagem, em detrimento das características próprias da brasilidade.

Após 1986, durante alguns anos a atividade esteve regulada pelo próprio mercado. Em 1991, a Embratur é reformulada, transformando-se em Instituto Brasileiro de Turismo, e transferida do Rio de Janeiro para Brasília com o intuito de iniciar o processo de um plano nacional de turismo – o Plantur, que prevê o desenvolvimento de polos de turismo integrados em novas áreas, fora do eixo sul-sudeste. Seu principal resultado foi o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste Brasileiro – Prodetur-Nordeste.

Em 1993, foram lançadas as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo, com o objetivo de valorizar o potencial de áreas ainda preservadas, e igualmente lançado o Programa Nacional de Municipalização do Turismo – PNMT. A partir de 1995, com a criação do Ministério dos Esportes e do Turismo, o país passa a adotar o PNMT em toda a sua extensão. Mediante a adoção da metodologia da OMT adaptada à realidade

brasileira, o programa busca implementar um novo modelo de gestão da atividade turística, descentralizado e uniformizado para estados e municípios. Algumas das dificuldades encontradas para sua implementação advêm da falta de planejamento e de recursos municipais para geração de projetos em prol do turismo local, bem como da não articulação e formação dos conselhos municipais de turismo dentro dos princípios preconizados pelo PNMT: paritários entre o poder público e a sociedade, e instituídos por lei municipal específica. Em vista disso, começam a ser debatidas propostas para incentivo ao turismo em escala regional.

Em 2003, é criado o Ministério do Turismo e instituído o Plano Nacional de Turismo – PNT para o período 2003-2007, que inclui o Programa Nacional de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil. Este consolidou, em 2006, 149 regiões turísticas no país e centenas de roteiros turísticos em 1.207 municípios de todos os estados.

Um estudo do CNTur de 2006, intitulado Turismo no Brasil 2007/2010, foi elaborado com representantes de todos os segmentos do setor, 24 de instituições públicas e 39 do setor privado e da sociedade civil organizada, apontando que ainda há muito a aprimorar.

Novo PNT é editado para o período 2007-2010 com o subtítulo *Uma Viagem de Inclusão*, com metas ambiciosas de promover a realização de 217 milhões de viagens no mercado interno, criar condições para gerar 1,7 milhão de postos de trabalho e ocupações, e gerar US\$7,7 bilhões em divisas.

Outra meta do PNT tem início quando fóruns representativos de segmentos do turismo brasileiro selecionam 65 destinos para obtenção de padrão de qualidade internacional, incluindo todas as capitais e, no máximo, cinco destinos por unidade da federação. Esses foram priorizados para alcançar tal padrão de qualidade até 2010 e, assim, induzir o desenvolvimento turístico em suas respectivas regiões. Paulatinamente, serão incluídos outros locais até chegar à meta de 116 deles em 2010.

A fragilidade institucional para a gestão e o planejamento do turismo, apesar das sucessivas tentativas dos programas anteriores, de acordo com o CNTur, permanece. A ênfase do novo plano é, novamente, estimular a parceria e a gestão descentralizada para consolidação de uma rede de entidades e instituições. Além da regionalização do turismo, outros macroprogramas do PNT versam sobre as lacunas apontadas pelo CNTur, quais sejam: em planejamento e gestão, com destaque para a articulação entre os diversos atores; na qualificação profissional, na qualidade e quantidade de informação; na estruturação e diversificação da oferta, assim como no fomento à atividade; em infraestrutura; em promoção, marketing e apoio à comercialização, e em logística de transportes. Salienta, ainda, que atividade de tamanha relevância deve necessariamente atender ao princípio de sustentabilidade econômica, social e ambiental. Ao propor a inclusão de novos destinos, o plano visa, ainda, a desconcentrar a oferta turística localizada predominantemente no litoral.

Por fim, o documento exorta a sistematização das instâncias de representação regionais, de modo a constituir interlocução, articulação e integração eficazes para estruturação das cadeias produtivas.

O ano de 2008 é muito importante para o segmento turístico nacional, com a promulgação da Lei nº 11.771, de 17 de setembro, que estabelece normas sobre a

BELFORD ROXO

Política Nacional de Turismo. Marco institucional relevante para consolidação das políticas públicas para o setor, institui o Sistema Nacional de Turismo, obrigando a renovação, a cada quatro anos, do PNT; cria o Comitê Interministerial de Facilitação Turística com vistas a compatibilizar as demais ações da União com as do PNT, e estabelece as políticas de fomento à atividade turística. Além disso, define direitos, deveres e requisitos mínimos para prestadores de serviço de hospedagem, agências de turismo, transportadoras turísticas, organizadores de eventos, parques temáticos e acampamentos turísticos, obrigando-os a se cadastrarem no sistema *on line* do Ministério do Turismo, e renová-los a cada dois anos.

Essa Lei Geral do Turismo, como é conhecida, pode tirar da informalidade milhares de operadores e qualificá-los para atingir os padrões exigidos, viabilizando a profissionalização da cadeia produtiva do setor, uma vez que impõe penalidades aos maus prestadores de serviços e veta o funcionamento daqueles que não cumprirem a norma ou desrespeitarem a legislação ambiental. Dentre os direitos, está o acesso a programas de apoio, financiamentos e outros benefícios. Para o turista, a atividade passa a ser regida também pelo Código de Defesa do Consumidor, trazendo garantias em qualidade e confiabilidade do produto ou serviço turístico.

Como instrumentos de *marketing*, há dois planos em execução: Aquarela, para o mercado internacional, e Cores do Brasil, para o nacional. Lançado em 2005, o Plano Aquarela é resultado de pesquisas com mais de seis mil pessoas em 18 mercados emissores prioritários e estabeleceu as bases para todas as ações de *marketing* no exterior. Os objetivos são os “seis vezes mais”: atrair cada vez mais turistas que gastem mais, em mais destinos brasileiros, viajando pelos mais diferentes motivos, permanecendo por mais tempo e voltando mais vezes ao Brasil. O MTur vem oferecendo treinamentos e pesquisas continuadas e promovendo campanhas publicitárias em nível nacional e em mercados emissores do exterior. O país está presente em feiras de Turismo Internacional com estande remodelado e implementa o Salão do Turismo, evento de relevância no cenário nacional e internacional, com três concorridas edições em 2005, 2006 e 2008, sempre em São Paulo, o maior mercado emissor do país.

O 3º Salão do Turismo tem 87 mil visitantes e conta com a exposição de diversos roteiros de viagem, apresentando um total de 165 regiões turísticas no país, englobando 916 municípios. Há espaço para palestras, shows culturais, rodadas de negócios, venda de artesanato, jóias, pratos típicos da gastronomia e produtos da agricultura familiar brasileira.

O Salão também se torna palco de apresentação e divulgação de projetos desenvolvidos pelo MTur, como o Cadastro dos Prestadores de Serviços Turísticos; o Inventário da Oferta Turística, o Sistema de Gerenciamento de Informações do Programa de Regionalização, a Rede Nacional de Regionalização; e programas em consonância com o Plano Cores do Brasil, como o Viaja Mais Melhor Idade; o Viaja Mais Jovem; o Turismo Sustentável & Infância; o Programa de Financiamento e Promoção de Investimentos no Turismo; o Caravana Brasil e o Aventura Segura, entre outros.



Em parceria com a Associação Brasileira das Operadoras de Turismo – BRAZTOA e a Associação Brasileira das Agências de Viagem – ABAV, o projeto Vai Brasil tem o intuito de fomentar a comercialização de pacotes turísticos em períodos de baixa ocupação nos diversos destinos do Brasil. Os serviços turísticos são disponibilizados ao público, com condições especiais de preços, por meio do sítio <http://www.vaibrasil.com.br>. Em consultas realizadas durante o mês de fevereiro de 2009, apenas alguns destinos fluminenses possuem descrições de seus atrativos e poucos dispõem de pacotes oferecidos *on line*.

Políticas públicas para o setor de turismo no Estado do Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, entre 1996 e 1998, o órgão de turismo do Estado, Turisrio, desenvolveu um projeto próprio de municipalização denominado Programa de Apoio ao Desenvolvimento Turístico Municipal e, entre 1999 e 2002, passou a adotar o formato do PNMT. Ao final de 2001, é editado o Plano Diretor de Turismo, contendo os programas norteadores da política pública estadual do turismo. São instituídas as áreas de desenvolvimento estratégico do setor, reformulado o Conselho Estadual de Turismo e criada a Secretaria de Estado de Turismo (2003).

Na última década, foram estabelecidos três ordenamentos das regiões turísticas. Estas foram identificadas de modo a guardarem, internamente, um sentido de homogeneidade e complementaridade traduzidas pela identidade geográfica, paisagística, territorial e da oferta de infraestrutura e serviços. O processo de regionalização é dinâmico e vem sendo ajustado de tempos em tempos para atender a novos cenários.

O Plano Plurianual 2008-2011 do Governo do Estado do Rio de Janeiro – PPA, vigora sob a forma da Lei nº 5.181, de 2 de janeiro de 2008, e estabelece algumas estratégias relevantes para o turismo: a reconquista da segurança pública e da cidadania, a articulação e a promoção de investimentos (também para fortalecer o setor), e a sustentabilidade ambiental. Um projeto estratégico a cargo da Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Lazer – SETE, é o *Rio de Braços Abertos*, que tem por objetivos melhorar a qualidade da infraestrutura ao turista e aumentar o número de turistas, sua permanência média e seus gastos no Estado. Ele estabelece como metas aumentar em 35% o número de visitantes que aqui chegam até 2010 e, em 10%, o tempo de permanência média do turista nos hotéis. Também objetiva crescer o número de unidades habitacionais em meios de hospedagem e de pessoas empregadas no setor.

Um programa coordenado pela SETE vem a ser o desenvolvimento e divulgação do turismo, que se dá por três distintas ações. A primeira é o fomento à atividade por meio da representação institucional prevista em 12 eventos internacionais para divulgar o Estado e pelas 60 rodadas de negócios previstas no Brasil e no exterior, objeto do movimento "O Rio é de Vocês"³¹. Iniciativa das principais empresas de turismo locais, que há duas décadas vêm promovendo o Estado, seu objetivo principal é o de aproximar o *trade* turístico do Rio de Janeiro (órgãos oficiais, entidades de classes, hotéis, bares temáticos, parques temáticos e operadoras) dos agentes de viagens de mercados considerados estratégicos. Por meio da realização de *workshops* comerciais, reúnem-se,

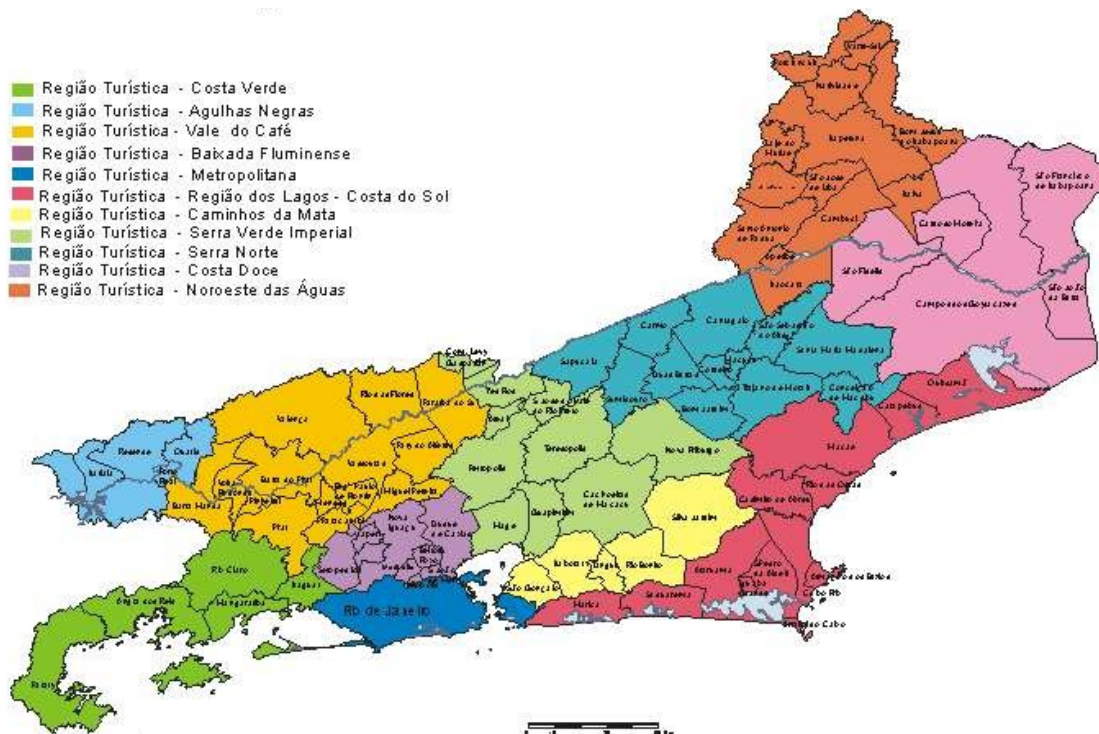
³¹ Para maiores informações, consulte <http://www.orioedevoce.com.br>. Acesso em 29/01/2009.

BELFORD ROXO

de um lado, expositores do Rio de Janeiro e, do outro, compradores do mercado onde se realizam tais encontros. Para esses promotores, são considerados estratégicos os mercados dos estados das regiões sul e sudeste do Brasil; Distrito Federal e Goiás no centro-oeste; Alagoas, Pernambuco e Bahia no nordeste. Da América do Sul, constam Argentina, Chile, Peru e Uruguai; da Europa, Portugal (Lisboa e Porto) e Espanha (Madri e Barcelona).



A segunda ação prevista no PPA é qualificar e ordenar a atividade turística para estruturar e consolidar os destinos turísticos fluminenses, aumentando sua competitividade e qualidade. Aí se prevê a regionalização e a priorização turística do PNT 2007-2010 já citadas. Atualmente, o Estado do Rio de Janeiro apresenta a seguinte configuração regional:



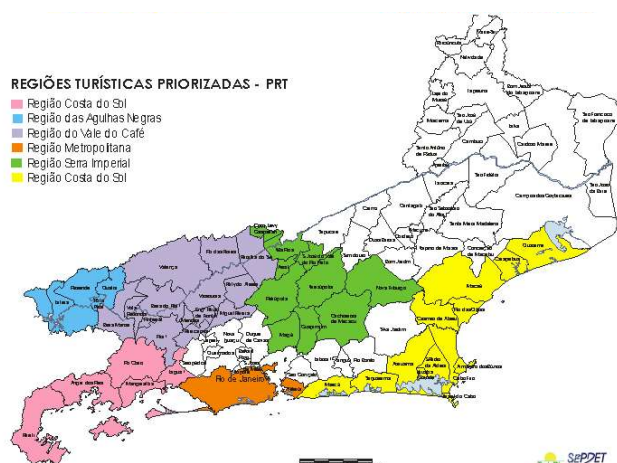
A última ação prevista no plano estadual consiste na promoção, participação e apoio a centenas de eventos em todas as regiões, implantação de postos de informação turística e capacitação de seis mil profissionais.

Os destinos estratégicos definidos para o Rio de Janeiro, no bojo do Programa Nacional de Regionalização do Turismo, são a capital, Paraty, Angra dos Reis, Petrópolis e Armação dos Búzios. Para a escolha desses municípios, foram consideradas avaliações e valorações de diversos estudos, debates e pesquisas.

Tais destinos estão inseridos em três roteiros com foco para o mercado internacional e outros seis, para o mercado nacional. São eles:

- Maravilhas do Rio e Niterói;
- Floresta e Mar, incluindo Paraty, Angra dos Reis, Itatiaia, Resende, Barra do Piraí, Valença, Vassouras e Rio das Flores;
- Serra e Mar, contemplando Petrópolis, Teresópolis, Cachoeiras de Macacu, Nova Friburgo, Macaé, Armação dos Búzios, Cabo Frio e Arraial do Cabo;
- Serras Cariocas, restrito a Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo;
- Costa Verde, perfazendo o circuito Mangaratiba, Rio Claro, Angra dos Reis e Paraty;
- Calçada de Pedra, diferente percurso nos mesmos municípios;
- Vale Encantado, um roteiro com Rio das Flores, Barra do Piraí, Mangaratiba e Paraty;
- Floresta Mar, compreendendo Valença, Itatiaia, Resende e Angra dos Reis;
- Paraíso Ecológico, somente com Itatiaia, Resende e Angra dos Reis.

Nesses itinerários, há produtos já consagrados ou com potencial de rápida consolidação nas regiões Metropolitana, Costa do Sol, Costa Verde, Serra Verde Imperial, Agulhas Negras e Vale do Café. As demais regiões turísticas continuam a merecer a atenção do setor público sob a perspectiva de desenvolvimento em médio prazo, levando-se em conta todo seu potencial e diversidade. O mapa ilustra o conjunto das regiões priorizadas.



Os roteiros citados perfazem uma grande faixa de oeste a leste, desde Resende até Macaé; dois grupos nos extremos Paraty e Armação dos Búzios, e o núcleo da capital e Niterói. Os segmentos presentes são, primordialmente, sol e praia, ecoturismo, aventura e cultura e entretenimento, abrangendo, também, turismo rural e de negócios e eventos.

Na Internet, os sítios da SETE e da Turisrio, em janeiro de 2009, passaram a disponibilizar algumas informações sobre turismo no Estado, mas pouco exploram as prioridades governamentais para o setor: a Turisrio apresenta genericamente o produto turístico estadual nas regiões onde há destinos indutores, todavia mostrando duas

BELFORD ROXO

distintas ordenações regionais em vídeos institucionais, não divulgando em detalhes os destinos e roteiros consagrados pelos Salões de Turismo e tampouco fornecendo informações locais, deixando ao navegador da *web* os *links* para os municípios fluminenses.

Pode-se concluir que a descentralização é prioridade tanto para a administração federal quanto para a estadual. O portal da Turisrio disponibilizava, até 2006, uma expressiva quantidade de atrações e serviços turísticos dos municípios, já apresentados em edições anteriores deste Estudo, e não mais o faz. Agora cabe às gestões municipais e aos agentes privados promover suas realidades locais e regionais para divulgação turística via Internet.

Os investimentos federais e estaduais em benefício do turismo

O Ministério do Turismo, em 2008, anunciou a ampliação de seus investimentos para uma cifra de R\$2,7 bilhões. O Estado do Rio de Janeiro, em abril do mesmo ano, apresenta carta-consulta ao Programa de Desenvolvimento do Turismo – Prodetur, no valor de US\$187 milhões, para programas diversos de melhoria de infraestrutura, preparação de mão de obra e promoção do turismo fluminense. Desse total, US\$112 milhões serão financiados diretamente pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, e o restante, pelo Governo Estadual. Em junho de 2008, foi assinado um primeiro convênio no valor de R\$40,7 milhões, sendo a maior parte destinada à construção de estradas em Itatiaia e Resende, e na estrada-parque Paraty/Cunha, como parte do Planejamento Integrado do Turismo Sustentável do Estado do Rio de Janeiro – PDITS.

Para efeito de aplicação dos recursos do BID para o PDITS do Rio de Janeiro, o Estado está agrupado em dois polos turísticos:

- Polo Litoral, onde a prioridade é o segmento turístico sol e praia. O segmento intermediário é o cultural e, como potenciais, são destacados o náutico, ecoturismo, aventura e negócios e eventos. Responsável por cerca de 53% do fluxo turístico que se destina ao Estado do Rio de Janeiro, esse polo apresenta um dinâmico fluxo turístico estimulado pela similaridade encontrada entre os segmentos dos seus principais destinos e uma diversidade significativa de seus atrativos. Reúne os municípios da capital, Niterói, Angra dos Reis, Paraty, Mangaratiba e Rio Claro; Saquarema, Araruama, São Pedro da Aldeia, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Armação dos Búzios e Casimiro de Abreu.
- Polo Serra, onde o segmento prioritário é o cultural. O ecoturismo é o segmento intermediário, e os potenciais são o rural, negócios e eventos e aventura. Tem como principais emissores os demais estados brasileiros, além da própria população fluminense, agrupando os municípios de Petrópolis, Teresópolis, Nova Friburgo e Cachoeiras de Macacu; Vassouras, Valença e Rio das Flores, e Resende e Itatiaia.

Algumas das ações prioritárias estruturantes do PPA 2008-2011 do Governo do Estado, que contribuem para qualificação turística, envolvem saneamento básico, redução do déficit habitacional e recuperação de passivos ambientais e de bacias hidrográficas. Ainda dentre as ações previstas, em conjunto com o Governo Federal no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, constam a urbanização de favelas e

bairros da região metropolitana, assim como o desenvolvimento urbano de outras cidades, como Volta Redonda, Barra Mansa e Nova Friburgo.

No setor de infraestrutura, o Estado segue com o aperfeiçoamento da malha ferroviária metropolitana e melhoramentos de rodovias estaduais. Estão previstos o início da Linha 3 entre Niterói e Itaboraí, bem como a ligação hidroviária para São Gonçalo. Obra importante para consolidação do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Comperj, o Arco Rodoviário, com 145 quilômetros de extensão, deve fazer a ligação do município de Itaboraí ao Porto de Sepetiba. A concessão da BR-393, trecho entre Volta Redonda e Carmo, propicia a duplicação da rodovia, da mesma forma que aquela da BR-101 Norte entre Niterói e a fronteira com o Estado do Espírito Santo, no município de Campos.

A implantação do aeroporto de Cabo Frio pelo Estado e a recuperação e a revitalização do Terminal 1 de passageiros, do terminal de cargas, dos sistemas de pátios e pistas do Aeroporto Internacional Tom Jobim pela União também estão previstas. Espera-se a consolidação de uma parceria público-privada das três esferas de governo e diversas entidades particulares para recuperação e revitalização do Porto do Rio de Janeiro, envolvendo os acessos rodoviários, ferroviários e marítimos; a construção de novo terminal de passageiros e centro comercial, e a integração porto-cidade para harmonização do mesmo com os espaços urbanos que o circundam. O trem de alta velocidade entre Rio e São Paulo está em fase de análise pelo BNDES e de adaptações no projeto de concessão.

O SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, por sua vez, apoia alguns projetos de turismo regionais no Estado. Constam ações nas regiões turísticas Vale do Café, Costa Verde, Caminhos da Mata, Costa do Sol e outras com conjuntos de municípios específicos. Destas, destacam-se Petrópolis e região, Nova Friburgo e região, e Turismo da Rota 040 – Caminho Novo da Estrada Real (envolvendo nove municípios entre Engenheiro Paulo de Frontin e Miguel Pereira rumo nordeste até Sapucaia).

Políticas públicas municipais para o setor de turismo

De acordo com a Turisrio ³², Belford Roxo pertence à Região Turística da Baixada Fluminense, constituída basicamente pelos municípios periféricos ao norte da cidade do Rio de Janeiro, com uma extensão total de 1.599,4 km².

Não obstante suas limitações como polo turístico, a região registra, nas áreas de altitude mais elevada, a presença de remanescentes de cobertura vegetal de Mata Atlântica de grande expressão. Essas áreas representam grande potencialidade para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao excursionismo, objetivando principalmente atender ao grande contingente de demanda reprimida localizada nas áreas urbanas de grande densidade populacional da região metropolitana. O segmento excursionista merece ser incentivado por meio da implantação de áreas de lazer junto aos locais de paisagem natural, onde a presença abundante de rios constitui um fator fundamental de sucesso.

³² Disponível em <http://www.turisrio.rj.gov.br/projetos.asp>. Acesso em 04.02.2009.

BELFORD ROXO

Por sua localização geográfica, a região teve importante papel no processo de interiorização da ocupação do país, o que propiciou a existência de importante patrimônio cultural, representado por elementos de arquitetura civil, religiosa e rural, testemunhos dos diversos ciclos da economia nas vizinhanças da capital.

Desde 1977, com o advento da Lei Federal nº 6.513, há regulamentação legal sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico, trechos contínuos do território nacional, inclusive suas águas territoriais, a serem preservados e valorizados no sentido cultural e natural, e destinados à realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico. É atribuição da União e, complementarmente, dos estados e municípios legislar sobre o tema. Desde essa época, são promulgadas centenas de leis municipais, estaduais e federais sobre os bens de valor histórico, artístico, arqueológico ou pré-histórico; as reservas e estações ecológicas; as áreas destinadas à proteção dos recursos naturais renováveis; as manifestações culturais ou etnológicas e os locais onde ocorram; as paisagens notáveis; as localidades e os acidentes naturais adequados ao repouso e à prática de atividades recreativas, desportivas ou de lazer; as fontes hidrominerais aproveitáveis, e as localidades que apresentem condições climáticas especiais, entre outros.

O conceito de desenvolvimento autossustentado é constantemente atrelado ao de desenvolvimento endógeno ou local, entendido como processo de mobilização das energias sociais em espaços de pequena escala (municípios, localidades, microrregiões) que implementam mudanças capazes de elevar as oportunidades sociais, a viabilidade econômica e as condições de vida da população. Para que o desenvolvimento sustentado se conecte ao local, a gestão pública deve ser democratizada e descentralizada, buscando a participação dos atores sociais para a construção de um processo de planejamento que possibilite atuar numa perspectiva de longo prazo.

Nesse sentido, um passo importante é verificar se existe um Conselho Municipal de Turismo. A última pesquisa do IBGE sobre o tema é de 2001, na qual se verifica que apenas 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro tinham seu Conselho de Turismo, 17 destes paritários, e somente seis com fundo especial na área.

Na qualidade de instrumentos de gestão municipal de longo prazo, boa parte deles teve que elaborar ou revisar recentemente seus Planos Diretores Municipais. A Lei Federal nº 10.257, de 10 de junho de 2001, denominada Estatuto da Cidade, estabelece diretrizes gerais para cidades com mais de vinte mil habitantes que estejam situadas em regiões metropolitanas, assim como aglomerações urbanas que se encontrem em áreas de especial interesse turístico, localizadas em áreas de influência de empreendimento ou atividade com impacto regional. Ao Plano Diretor cabe ditar essa política urbana para criar a base sobre a qual se construirá a infraestrutura e a distribuição espacial da cidade e das áreas rurais. As consequências e reflexos dessa organização ditam o destino do município.

O Plano Diretor – PD deve trazer orientações para planos setoriais específicos, inclusive para o turismo e a preservação do patrimônio cultural e natural. Na edição anterior deste Estudo, é apontado que apenas 19 dos 91 municípios analisados disponibilizam seus PD em páginas oficiais da Internet. Em alguns desses casos, apresentam tão somente um resumo ou um projeto da lei. Pesquisa do IBGE de 2008 informa, por outro lado, que 60 dos 92 municípios fluminenses têm seu Plano Diretor, e

outros 16 encontravam-se elaborando sua primeira versão à época. Em termos de representação popular, prossegue a pesquisa do IBGE, apenas 38 desses municípios têm Conselho Municipal de Política Urbana, Desenvolvimento Urbano, da Cidade ou similar.

Pesquisa anterior do IBGE, de 2005, aponta que somente 49 municípios dispunham de legislação sobre zona e/ou área de interesse especial. Desse total, 21 dispunham de áreas de interesse social, na maioria das vezes destinadas à oferta de moradia e regularização fundiária. No mesmo ano de 2005, 41 municípios tinham arcabouço legal para as áreas rurais e urbanas de preservação ambiental, sendo sete delas também para preservação arqueológica. Outros 15 tinham leis sobre áreas de interesse paisagístico; 26, de preservação histórica; 23, de interesse cultural, e 20, de patrimônio arquitetônico.

Competitividade no turismo

Um dos projetos desenvolvidos pelo MTur, juntamente com o SEBRAE e a Fundação Getúlio Vargas, foi sobre a Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional. De acordo com o documento, competitividade é a capacidade crescente de gerar negócios nas atividades econômicas relacionadas com o setor de forma sustentável, proporcionando ao turista uma experiência positiva.

Para operacionalização desse conceito, foram definidas cinco macrodimensões, subdivididas em treze dimensões. Cada dimensão tem suas variáveis. São elas:

- ✓ Infraestrutura:
 - Infraestrutura geral – saúde pública; energia e comunicação (correios e telefones públicos); facilidades financeiras; segurança pública; urbanização.
 - Acesso – transporte aéreo; acesso rodoviário; outros tipos de acesso (aquaviário e ferroviário); sistema de transporte no destino; proximidade de grandes centros emissores de turistas.
- ✓ Turismo:
 - Serviços e equipamentos turísticos – sinalização turística; centro de atendimento ao turista; espaço para eventos; capacidade dos meios de hospedagem; capacidade do turismo receptivo; qualificação profissional; restaurantes.
 - Atrativos turísticos – atrativos naturais; atrativos culturais; eventos programados; realizações técnicas, científicas e artísticas.
 - *Marketing* – planejamento de *marketing*; participação em feiras e eventos; material promocional; sítio do destino na Internet (*website*).
- ✓ Políticas Públicas:
 - Política pública – estrutura municipal para apoio ao turismo; grau de cooperação com o governo estadual; grau de cooperação com o governo federal; existência de planejamento, e existência de cooperação público-privada.

BELFORD ROXO

- Cooperação regional – governança; projetos de cooperação regional; planejamento; roteirização; promoção e apoio à comercialização.
- Monitoramento – pesquisas de demanda; pesquisas de oferta; sistema de estatísticas do turismo; medição dos impactos da atividade turística; setor específico de estudos e pesquisas no destino.

✓ Economia:

- Economia local – participação relativa do setor privado na economia local; infraestrutura de comunicação; infraestrutura de negócios; empreendimentos ou eventos alavancadores.
- Capacidade empresarial – qualificação profissional para o trabalho; presença de grupos nacionais e internacionais do setor de turismo; concorrência e barreiras de entrada; número de empresas de grande porte, filiais e/ou subsidiárias.

✓ Sustentabilidade:

- Aspectos sociais – educação; empregos gerados pelo turismo; política de enfrentamento e prevenção à exploração sexual infanto-juvenil; uso de atrativos e equipamentos turísticos pela população; cidadania.
- Aspectos ambientais – código ambiental municipal; atividades em curso potencialmente poluidoras; rede pública de distribuição de água; rede pública de coleta e tratamento de esgoto; destinação pública de resíduos; unidades de conservação no território municipal.
- Aspectos culturais – produção cultural associada ao turismo; patrimônio histórico e cultural; estrutura municipal de apoio à cultura.

Para o conjunto das variáveis são consideradas centenas de características. O que se pretende neste tópico é demonstrar quão vasto é o espectro do turismo e o quanto deve ser considerado no planejamento e execução de políticas voltadas para o sucesso da atividade, entrelaçada que está com todo um conjunto coeso da gestão pública. Os destinos turísticos devem ter competitividade, ou seja, a capacidade de oferecer cada vez mais produtos de qualidade, sem competirem entre si. Ao contrário, devem unir esforços para produzir roteiros integrados que beneficiem todos os parceiros.

Como bem menciona o estudo,

“o desenvolvimento do turismo não atingirá seu ponto de excelência caso seja deixado inteiramente nas mãos do setor público ou do privado, já que o primeiro teoricamente voltará seus objetivos para maximizar os benefícios sociais, e o segundo maximizará os lucros.

A essência do desenvolvimento do turismo bem-sucedido é uma parceria entre os diversos interessados nesse setor, como governos, órgãos estatais ou semiestatais, organizações voluntárias e sem fins lucrativos, setor privado, comunidade anfitriã e visitantes.

De uma perspectiva ampla, o que se requer é um desenvolvimento equilibrado das muitas facilidades necessárias para satisfazer as exigências dos visitantes e atender às necessidades da população local. Cabe destacar que não é mais considerado aceitável que esses objetivos sejam à custa do meio ambiente, ou que afetem adversamente a comunidade anfitriã. A implementação da política torna-se, portanto, um processo de se manter o equilíbrio entre os vários objetivos, e não o de tentar maximizar qualquer um deles, isoladamente”.

A pesquisa divulgada tem a preocupação de não estabelecer ranking entre as cidades, distinguindo apenas o conjunto das capitais do conjunto dos demais destinos. Sua estrutura de análise, com certeza, pode servir como um guia ao gestor local e regional.

No âmbito das políticas municipais para o fomento ao turismo, o ano de 2009 é o de edição de novos planos plurianuais que, certamente, deverão abordar o setor com a assertividade que se faz necessária.

A tecnologia da informação como veículo de estímulo ao turismo regional e local

A Síntese Brasil do perfil da demanda turística internacional do MTur aponta que, em 2007, a organização da viagem de 24,4% dos visitantes estrangeiros teve como fonte de informação a Internet, atrás somente dos 38,4% dos turistas que ouviram os conselhos de amigos e parentes. Viagens corporativas (17,9%), agentes de viagens (8,6%) e guias turísticos impressos (5,8%) foram outras referências mais utilizadas. O perfil informa, ainda, que 28,5% daqueles turistas que vieram para a cidade do Rio de Janeiro utilizaram a Internet como fonte de informação e, para Armação dos Búzios, único destino distinto da capital citado, 40,1%.

Pesquisa mais recente (junho e julho de 2009) sobre hábitos de consumo do turismo do brasileiro, também do Mtur, indica que 39,1% dos turistas que viajaram nos últimos dois anos têm na Internet sua fonte de informação e que quase 80% viajam por conta própria, sem pacotes turísticos.

Os serviços turísticos eram intangíveis e dependiam quase exclusivamente de descrições disponibilizadas por amigos ou agentes de viagem. Nos dias atuais, a Internet ostenta colocação destacada entre as ferramentas de *marketing* da indústria do turismo. Os turistas a acessam em busca de informações sobre o possível lugar de destino, para conhecer as atrações turísticas e contratar serviços. Resta evidente a relevância que a rede mundial de computadores trouxe para a atividade. A revolução causada pela tecnologia da informação causou grande impacto sobre a competitividade das empresas de turismo e sobre os destinos em todo o mundo.

O potencial turístico de um município na *web* deve ser oferecido de maneira eficiente, com informações confiáveis e atualizadas. Para que isso ocorra, é indispensável que o sítio ofereça subsídios aos internautas para escolha de seus próprios roteiros de férias ou negócios. Ao desenhar e desenvolver seus *websites*, o operador privado ou o órgão do setor público deve motivar e tornar possível que seus potenciais turistas passem do processo de planejamento para a etapa de decisão e efetivação da viagem. Assim, não se faz necessário apresentar grandes quantidades de informação,

BELFORD ROXO

mas mostrar sua oferta turística num formato atrativo, destacando seus pontos fortes e obedecendo a determinados preceitos de navegação pela Internet.

A pesquisa que se segue foi realizada durante o segundo semestre de 2009³³ e tem por objetivo analisar e avaliar o conteúdo dos sítios oficiais, fazendo um comparativo de seu desempenho ante os demais de sua região turística. Inicialmente, compara-se o desempenho do conjunto do Estado e das diversas regiões. A metodologia obedece a padrões preconizados pela Organização Mundial de Turismo – OMT, com as adaptações que se fizeram necessárias.

Os critérios da pesquisa dizem respeito a três categorias: Usabilidade e Recursos Disponíveis no sítio, Informações e Serviços. A primeira categoria consiste na avaliação das facilidades de uso e nível de evolução dos sítios municipais, com 13 variáveis; a segunda analisa tanto a quantidade quanto a qualidade das informações turísticas oferecidas, englobando nove variáveis com dezenove características; a terceira avalia o caráter informativo e interativo pois, ao permitir que o usuário acesse determinados serviços através do sítio oficial do Município, incorpora uma dinâmica otimizada de consultas. Essa categoria verifica sete variáveis com treze características.

Para efeito dos resultados da pesquisa, não foram considerados os sítios que não existiam, se encontravam em construção ou manutenção, com mensagem de erro ou pedido de senha de acesso, além da capital³⁴.

Da mesma forma como observado no tópico sobre Governo Eletrônico, capítulo II deste Estudo, os principais problemas encontrados foram: sítios desatualizados, navegação deficiente, *links* inativos ou com mensagem de erro, ícones inoperantes³⁵, dificuldade em localizar informações e pouca ou nenhuma informação turística. A bem da verdade, com raras exceções, o desempenho foi sofrível em Usabilidade/Recursos e Informações, respectivamente com 39% de aproveitamento no primeiro e 34% no segundo; e insuficiente na categoria de Serviços, com performance de apenas 20%, resultando numa média geral de 31%. A tabela a seguir apresenta um primeiro retrato do conjunto das regiões em suas diversas categorias.

Tabela 62: Desempenhos médios dos sítios municipais por Região Turística do RJ – 2009

Quesitos / Região	Percentual médio de pontuação atingido no conjunto das regiões	Metropolitana	Agulhas Negras	Baixada Fluminense	Caminhos da Mata	Costa do Sol	Costa Doce	Costa Verde	Noroeste das Águas	Serra Norte	Serra Verde Imperial	Vale do Café
		PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DOS QUESITOS										
Usabilidade / Recursos	39	77	49	37	29	46	31	43	37	35	38	38
Informações	34	74	51	22	28	45	23	32	28	32	40	31
Serviços	20	85	36	5	6	35	9	38	6	17	25	17
PERCENTUAL GERAL	31	78	46	22	22	42	21	37	24	28	35	29

³³ De julho a novembro. Consta das tabelas a data da última consulta a cada sítio municipal.

³⁴ Um total de 77 dos 92 municípios formam o objeto da pesquisa. Estão excluídos, pelos motivos citados: Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Bom Jardim, Cambuci, Cardoso Moreira, Carmo, Engenheiro Paulo de Frontin, Italva, Itaocara, Itaperuna, Magé, Quatis, Queimados, Rio de Janeiro e Seropédica.

³⁵ É possível que muitas das falhas detectadas venham sendo solucionadas pelos sítios municipais avaliados.

A pesquisa demonstra baixa *performance* nas três categorias de todas as Regiões Turísticas, com exceção da Metropolitana, composta pela capital e por Niterói. Esse último município tem um sítio dedicado para a área de turismo e obteve boa pontuação geral. As demais regiões podem ser subdivididas em dois grupos: o primeiro com aquelas nas quais um ou outro município tem bom desempenho e puxa a média regional para cima e o segundo, daquelas em que o resultado de todos é sofrível ou insuficiente.

Enquadram-se no primeiro grupo as regiões Agulhas Negras, Costa do Sol, Costa Verde e Serra Verde Imperial. O segundo e maior grupo contém as regiões Baixada Fluminense, Caminhos da Mata, Costa Doce, Noroeste das Águas, Serra Norte e Vale do Café.

Na categoria Usabilidade/Recursos, foram verificadas as variáveis constantes da tabela que segue:

Tabela 63: Desempenhos médios dos sítios municipais por Região Turística do RJ – Categoria Usabilidade / Recursos - 2009

Quesitos / Região		Percentual médio de pontuação atingido no conjunto das regiões	Metropolitana	Agulhas Negras	Baixada Fluminense	Caminhos da Mata	Costa do Sol	Costa Doce	Costa Verde	Noroeste das Águas	Serra Norte	Serra Verde Imperial	Vale do Café
			PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DOS QUESITOS										
Usabilidade / Recursos		39	77	49	37	29	46	31	43	37	35	38	38
13 variáveis	Informação turística no sítio oficial (1 ponto)	65	100	100	43	20	91	40	60	67	50	78	69
	Ícone de acesso a informações turísticas no sítio oficial (1 ponto)	53	100	67	29	20	55	0	60	89	40	78	54
	Sítio oficial exclusivo para turismo (1 ponto)	4	100	0	0	0	9	0	20	0	0	0	0
	Idiomas diferentes (1 ponto)	8	100	0	0	0	9	0	40	0	10	11	0
	Lista do conteúdo do sítio em cada página (1 ponto)	90	100	100	100	100	91	80	80	89	90	89	77
	Busca por palavra chave (1 ponto)	51	100	100	57	40	73	60	20	44	40	22	54
	Animação de imagem (1 ponto)	40	100	67	14	20	64	40	20	22	40	56	38
	Link para a página principal em cada página (1 ponto)	82	100	100	100	100	73	80	80	89	70	78	69
	Links para outros portais informativos de turismo (1 ponto)	6	0	0	0	0	18	0	40	0	10	0	0
	Mapa do sítio (1 ponto)	14	0	0	43	0	18	0	20	0	10	11	23
	Contato (1 ponto)	82	100	100	86	60	82	80	80	67	80	67	100
	Preenchimento de cadastro para receber informações/mala direta (1 ponto)	12	100	0	14	0	18	20	20	11	0	11	8
	Informe da última data de atualização do sítio (1 ponto)	4	0	0	0	20	0	0	20	0	10	0	0

Além de aspectos puramente técnicos, o que mais chamou a atenção, no decorrer da pesquisa dessa categoria, foi a falta de um simples ícone dedicado ao turismo na página principal em quase metade dos municípios avaliados. A falta de *links* para sítios consagrados em suas regiões turísticas, instituições como o próprio Ministério do Turismo, a SETE, ou até mesmo sítios privados exclusivamente dedicados ao turismo no local ou regional, é outra característica decisiva contra o estímulo ao turismo receptivo. Trata-se de solução simples que permitiria multiplicar as possibilidades de concretização de viagens para esses destinos.

Na categoria Informações, nove variáveis são analisadas, mas 19 características pontuam o nível de detalhamento oferecido nos sítios das prefeituras. Sob esse aspecto, um sítio pode apresentar a descrição de uma atração, mas não a ilustrar com fotografias ou informar a maneira de chegar ao local, perdendo no somatório de pontos possíveis nessas variáveis. Foi observado que poucos municípios têm roteiros sugeridos de visitação, menos ainda para a Região Turística a que pertence, o que resulta na falta

BELFORD ROXO

quase absoluta de informação de roteiros integrados, como preconizados no PNT em vigor.

A tabela a seguir apresenta as variáveis avaliadas e suas características.

Tabela 64: Desempenhos médios dos sítios municipais por Região Turística do RJ – Categoria Informações – 2009

Quesitos / Região		Percentual médio de pontuação atingido no conjunto das regiões	Metropolitana	Agulhas Negras	Baixada Fluminense	Caminhos da Mata	Costa do Sol	Costa Doce	Costa Verde	Noroeste das Águas	Serra Norte	Serra Verde Imperial	Vale do Café
			PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DOS QUESITOS										
Informações		34	74	51	22	28	45	23	32	28	32	40	31
Nove variáveis com 19 características	Introdução à cidade - apresentação/história/geografia (1/2/3 pontos)	66	100	100	67	67	67	40	47	67	57	74	67
	Notícias e atualidades (1 ponto)	86	100	100	86	80	100	60	60	89	90	89	77
	Atrações naturais - descrição/fotos/referência de acesso (1/2/3 pontos)	30	67	44	5	20	58	20	27	30	33	37	13
	Atrações culturais - descrição/fotos/referência de acesso/links ativos (1/2/3/4 pontos)	27	75	33	11	15	43	15	25	22	28	28	29
	Eventos - descrição/agenda (1 ponto)	78	100	100	57	60	91	40	80	67	80	89	85
	Mapas - como chegar/da cidade/turístico (1/2/3 pontos)	19	33	22	5	27	30	27	20	0	17	26	21
	Roteiros sugeridos - locais/integrados à Região Turística (1/2 pontos)	7	50	50	0	0	5	10	20	0	0	17	0
	Plano de turismo - projetos, investimentos (1 ponto)	4	100	0	0	0	0	0	20	0	0	11	0
	Centro de Informação Turística (1 ponto)	9	100	33	0	0	18	0	20	0	0	11	8

Na categoria Serviços, como citado, está o pior resultado: na média, apenas 20% dos sítios apresentam os operadores turísticos locais e, menos ainda, têm links ativos para acessá-los. Apenas 21% deles informam como chegar utilizando transporte público. Ocorre, nessa categoria, o mesmo caso de falta de detalhamento das variáveis que poderiam somar pontos. Os resultados seguem na tabela abaixo:

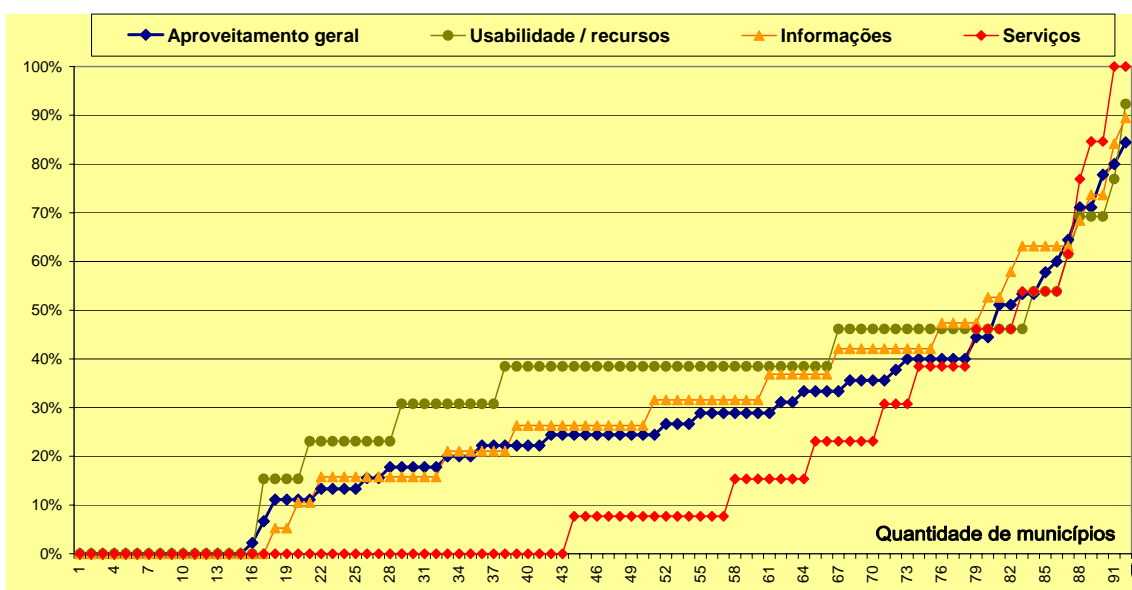
Tabela 65: Desempenhos médios dos sítios municipais por Região Turística do RJ – Categoria Serviços – 2009

Quesitos / Região		Percentual médio de pontuação atingido no conjunto das regiões	Metropolitana	Agulhas Negras	Baixada Fluminense	Caminhos da Mata	Costa do Sol	Costa Doce	Costa Verde	Noroeste das Águas	Serra Norte	Serra Verde Imperial	Vale do Café
			PERCENTUAL DE ATENDIMENTO DOS QUESITOS										
Serviços		20	85	36	5	6	35	9	38	6	17	25	17
Sete variáveis com 13 características	Gastronomia por localidade/por tipo de comida/links ativos (1/2/3 pontos)	19	100	11	0	7	33	0	33	11	20	30	15
	Hospedagem por localidade/por categoria/links ativos/fotos (1/2/3/4 pontos)	21	75	50	0	5	36	20	35	8	15	25	21
	Guias de compras - comércio, artesanato (1 ponto)	13	100	0	0	0	18	0	40	0	10	22	15
	Equipamentos culturais - cinema, teatro, clube (1 ponto)	17	100	0	14	0	27	0	40	0	10	33	15
	Prestadores de serviços turísticos - lista/links ativos (1/2 pontos)	9	100	33	0	0	18	0	40	0	0	11	0
	Serviços de utilidade pública - telefones úteis, informações sobre hospitais, bancos, rodoviária, linhas de ônibus (1 ponto)	49	100	100	43	40	64	40	60	11	60	44	46
	Acesso ao município por transporte público (1 ponto)	21	0	67	14	0	64	0	40	0	20	11	8

Em uma síntese dos resultados obtidos da pesquisa, o gráfico que segue ilustra que apenas um grupo de cinco municípios atende a mais de 70% dos quesitos, pela ordem: Petrópolis, Cabo Frio, Niterói, Angra dos Reis e Mangaratiba.

Doze municipalidades apresentam sítios que atendem acima de 50% dos quesitos. Para a categoria Usabilidade / Recursos, 25 entes tiveram desempenho superior à metade das demandas recomendadas, evidenciando despreparo na própria ferramenta do sítio oficial. No tocante às Informações turísticas, foram treze municípios com atendimento acima de 50% e, quanto a Serviços oferecidos no sítio oficial, apenas dez.

Gráfico 73: Quantitativos dos sítios municipais por categoria da pesquisa – 2009



Para efeito de qualificação das categorias, foram considerados bons os desempenhos dos sítios que obtiveram aproveitamento superior a 70% dos quesitos; regular, na faixa descendente até 50%; sofrível, até 30%, e insuficiente, quando abaixo desse último.

Belford Roxo, como já mencionado, pertence à Região Turística da Baixada Fluminense, que congrega 9 municípios, dos quais 2 não foram avaliados. A região obteve aproveitamento geral de 22%, tendo atingido resultado de 37% na categoria Usabilidade / Recursos; 22% em Informações e 5% em Serviços.

O Município em estudo atingiu o 2º lugar (empatado) na região, com índice de aproveitamento geral de 20%, ficando, no ranking dos 77 municípios analisados, em 20º lugar (empatado com outros dois municípios). Quanto à categoria Usabilidade / Recursos, o índice de aproveitamento específico foi de 38%; em Informações, 16%, e em Serviços, 8%; respectivamente 7º, 34º e 42º lugares no ranking geral ³⁶.

Dos municípios avaliados na região, quanto à categoria Usabilidade/Recursos, Mesquita foi o que obteve melhor desempenho, pontuando em 7 das 13 variáveis. Nova

³⁶ Devido aos numerosos empates entre os 77 municípios, na avaliação geral, o último lugar ficou sendo a 26ª posição; na categoria Usabilidade / Recursos, a 11ª; em Informações, a 42ª; em Serviços, a 43ª.



BELFORD ROXO

Iguaçu obteve 6 pontos, ficando com a 2ª colocação. Belford Roxo, Duque de Caxias e Nilópolis ficaram com a 3ª posição, com 5 pontos cada, e o pior desempenho coube aos municípios de Japeri e São João de Meriti, ambos com apenas 3 pontos. Nenhum dos municípios da região pontuou nos seguintes quesitos: sítio oficial exclusivo para turismo, idiomas diferentes, links para outros portais informativos de turismo e informe da última data de atualização do sítio.

Quanto à categoria Informações, Nova Iguaçu, mesmo com baixo desempenho, atingiu a melhor colocação, pontuando em 5 das 9 variáveis, Duque de Caxias ficou em 2º lugar, com 6 pontos em 3 variáveis, Mesquita obteve 5 pontos em 4 variáveis. Belford Roxo, Nilópolis e São João de Meriti tiveram baixo desempenho, com apenas 3 pontos em 2 variáveis, e Japeri obteve 2 pontos em 2 variáveis, ficando com a última colocação. Nenhum dos municípios da região pontuou nos seguintes quesitos: roteiros sugeridos, plano de turismo e centro de informação turística.

Em Serviços, Japeri, Nova Iguaçu e São João de Meriti não pontuaram, os outros municípios avaliados na região pontuaram somente em 3 das 7 variáveis, com desempenho insuficiente. Os quesitos gastronomia, hospedagem, guia de compras e prestadores de serviços turísticos não receberam pontuação.

Tabela 66: Desempenhos dos municípios da Região Turística Baixada Fluminense – 2009

Quesitos / Município		Pontuação máxima possível	Belford Roxo	Duque de Caxias	Japeri	Mesquita	Nilópolis	Nova Iguaçu	Queimados	São João de Meriti	Seropédica	Percentual médio e pontuação média obtidos na região
Sitio oficial			www.belfordroxo.rj.gov.br	www.duquedecaxias.rj.gov.br	www.japeri.rj.gov.br	www.mesquita.rj.gov.br	www.nilopolis.rj.gov.br	www.novaiguaçu.rj.gov.br	www.queimados.rj.gov.br	www.meriti.rj.gov.br	www.seropedica.rj.gov.br	
Data de acesso			9/11/09	7/8/09	9/11/09	10/8/09	10/8/09	10/8/09	10/8/09	10/8/09	9/11/09	
PONTUAÇÃO												
Usabilidade / Recursos		100%	38%	38%	23%	54%	38%	46%	0%	23%	0%	37%
13 variáveis	Informação turística no sitio oficial (1 ponto)	1	N	N	N	1	N	1	em manutenção até 9/11/2009	1	inexistente até 9/11/2009	43%
	Ícone de acesso a informações turísticas no sitio oficial (1 ponto)	1	N	N	N	1	N	1		N		29%
	Sítio oficial exclusivo para turismo (1 ponto)	1	N	N	N	N	N	N		N		0%
	Idiomas diferentes (1 ponto)	1	N	N	N	N	N	N		N		0%
	Lista do conteúdo do sitio em cada página (1 ponto)	1	1	1	1	1	1	1		1		100%
	Busca por palavra chave (1 ponto)	1	1	1	N	1	N	1		N		57%
	Animação de imagem (1 ponto)	1	N	N	N	1	N	N		N		14%
	Link para a página principal em cada página (1 ponto)	1	1	1	1	1	1	1		1		100%
	Links para outros portais informativos de turismo (1 ponto)	1	N	N	N	N	N	N		N		0%
	Mapa do sitio (1 ponto)	1	1	1	N	N	1	N		N		43%
	Contato (1 ponto)	1	1	1	1	1	1	1		1		86%
	Preenchimento de cadastro para receber informações/mala direta (1 ponto)	1	N	N	N	N	1	N		N		14%
	Informe da última data de atualização do sitio (1 ponto)	1	N	N	N	N	N	N		N		0%
Informações		100%	16%	32%	11%	26%	16%	37%	0%	16%	0%	22%
Nove variáveis com 19 características	Introdução à cidade - apresentação/história/geografia (1/2/3 pontos)	3	2	3	1	2	2	3	em manutenção	1	inexistente	67%
	Notícias e atualidades (1 ponto)	1	1	1	1	1	1	1		N		86%
	Atrações naturais - descrição/fotos/referência de acesso (1/2/3 pontos)	3	N	N	N	N	N	1		N		5%
	Atrações culturais - descrição/fotos/referência de acesso/links ativos (1/2/3/4 pontos)	4	N	N	N	N	N	1		2		11%
	Eventos - descrição/agenda (1 ponto)	1	N	2	N	1	N	1		N		57%
	Mapas - como chegar/da cidade/turístico (1/2/3 pontos)	3	N	N	N	1	N	N		N		5%
	Roteiros sugeridos - locais/integrados à Região Turística (1/2 pontos)	2	N	N	N	N	N	N		N		0%
	Plano de turismo - projetos, investimentos (1 ponto)	1	N	N	N	N	N	N		N		0%
	Centro de Informação Turística (1 ponto)	1	N	N	N	N	N	N		N		0%
Serviços		100%	8%	15%	0%	8%	8%	0%	0%	0%	0%	5%
Sete variáveis com 13 características	Gastronomia por localidade/por tipo de comida/links ativos (1/2/3 pontos)	3	N	N	N	N	N	N	em manutenção	N	inexistente	0%
	Hospedagem por localidade/por categoria/links ativos/fotos (1/2/3/4 pontos)	4	N	N	N	N	N	N		N		0%
	Guias de compras - comércio, artesanato (1 ponto)	1	N	N	N	N	N	N		N		0%
	Equipamentos culturais - cinema, teatro, clube (1 ponto)	1	N	1	N	N	N	N		N		14%
	Prestadores de serviços turísticos - lista/links ativos (1/2 pontos)	2	N	N	N	N	N	N		N		0%
	Serviços de utilidade pública - telefones úteis, informações sobre hospitais, bancos, rodoviária, linhas de ônibus (1 ponto)	1	1	1	N	N	1	N		N		43%
Acesso ao município por transporte público (1 ponto)	1	N	N	N	1	N	N	N	N	14%		
PERCENTUAL GERAL/MÉDIO		100%	20%	29%	11%	29%	20%	29%	0%	13%	0%	22%
PONTUAÇÃO												
Usabilidade / Recursos		13	5	5	3	7	5	6	0	3	0	4,9
Informações		19	3	6	2	5	3	7	0	3	0	4,1
Serviços		13	1	2	0	1	1	0	0	0	0	0,7
PONTUAÇÃO GERAL/MÉDIA		45	9	13	5	13	9	13	0	6	0	9,7

Cabe ao poder público nas três instâncias, à iniciativa privada e ao terceiro setor somar esforços para aprimorar as condições dos destinos turísticos, visando a que possam ampliar sua competitividade; promover a estruturação e o planejamento do desenvolvimento do turismo em regiões vocacionadas; formar parcerias; mobilizar e integrar atores locais com foco na atividade turística e nos resultados em benefício da população local, e assim oferecer um atendimento de qualidade a turistas brasileiros e estrangeiros.

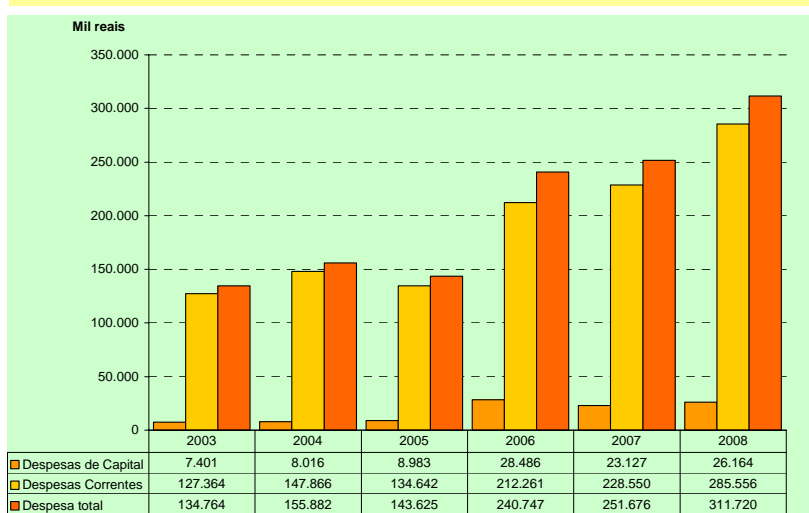
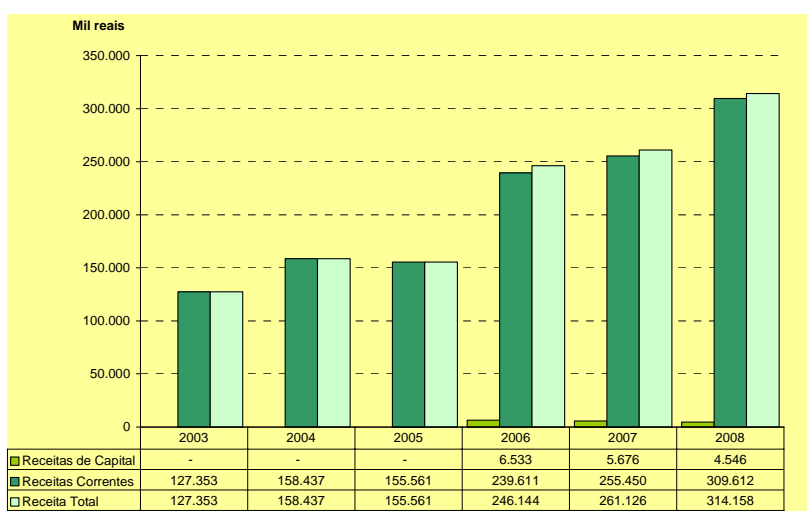
BELFORD ROXO

VI – INDICADORES FINANCEIROS ³⁷

O presente capítulo atém-se tão somente à análise do desempenho econômico financeiro da administração direta ³⁸ do município, com base em números fornecidos pelo próprio nas prestações de contas de administração financeira encaminhada ao Tribunal de Contas para emissão de parecer prévio, não abordando questões de legalidade, legitimidade e economicidade, objeto de avaliação pelo Corpo Deliberativo do TCE-RJ.

A evolução e a composição das receitas e despesas no período de 2003 a 2008 são demonstradas nos gráficos abaixo, lembrando que as cifras apresentadas neste capítulo são em valores correntes.

Gráficos 74 e 75: Receitas e Despesas totais – 2003-2008



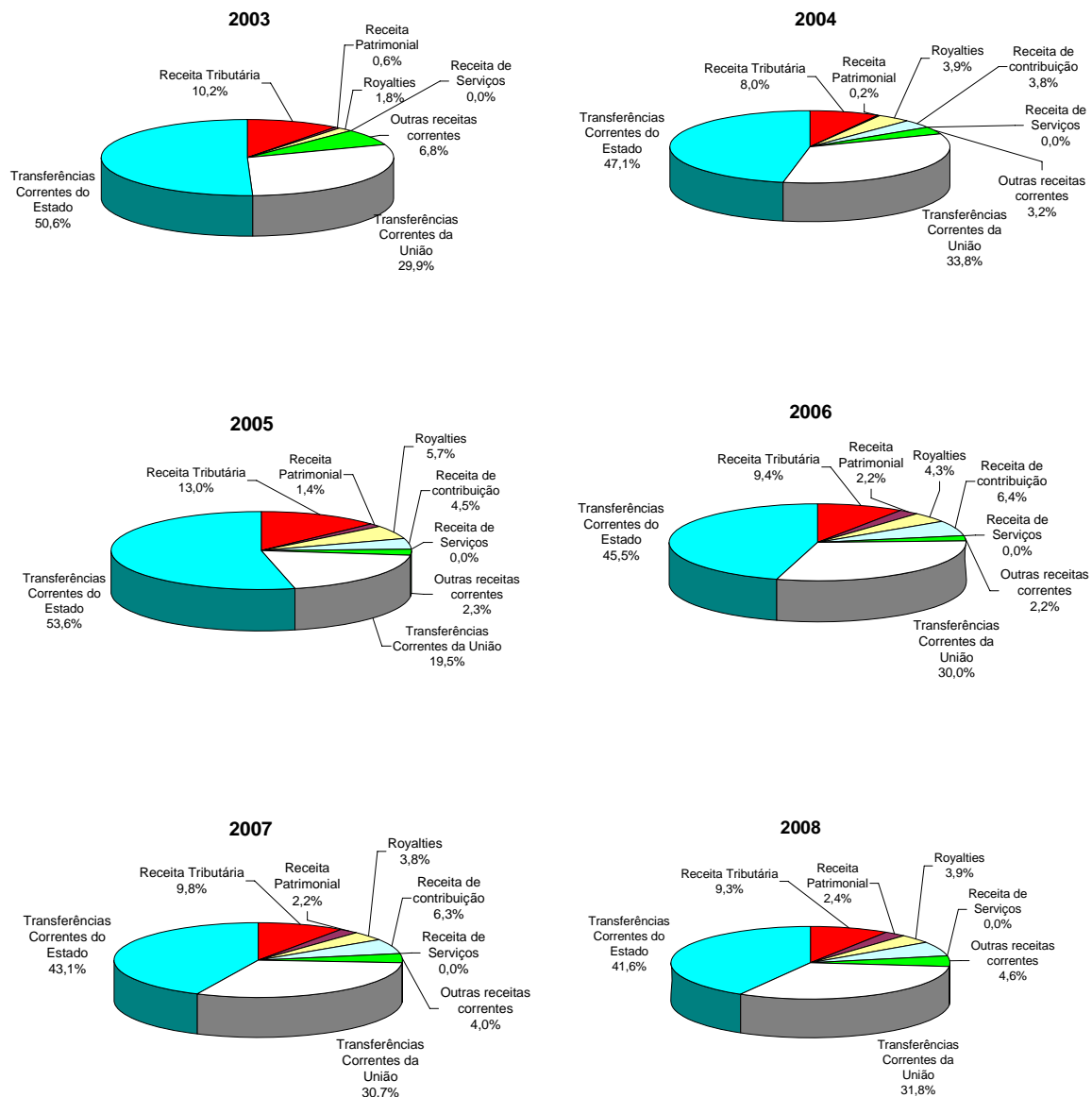
A receita realizada aumentou 147% entre 2003 e 2008, enquanto que a despesa cresceu 131%.

³⁷ Fontes: Prestações de Contas 2003 a 2008 – dados revisados em relação à edição anterior; Fundação CIDE/CEPERJ: ICMS arrecadado; IBGE: projeção de população 2003 a 2008.

³⁸ A administração direta pode não contemplar todas as receitas recebidas por órgãos municipais diretamente fundo a fundo ou via receita própria de entidades da administração indireta. Exercícios de 2006 a 2008, todavia, estão com os dados consolidados.

Com relação à composição das receitas correntes, os gráficos a seguir apresentam sua evolução no período de seis anos em análise:

Gráficos 76, 77, 78, 79, 80, e 81: Composição das receitas correntes – 2003-2008

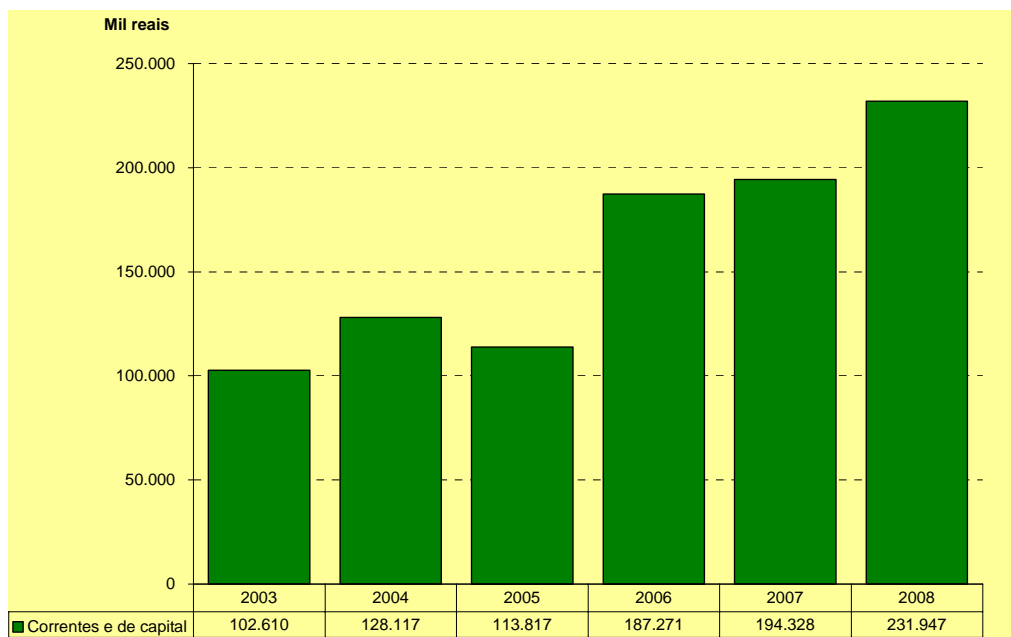


Pode-se observar predominância das transferências correntes e dos *royalties*, já que a receita tributária representa 9,3% do total no ano 2008.

BELFORD ROXO

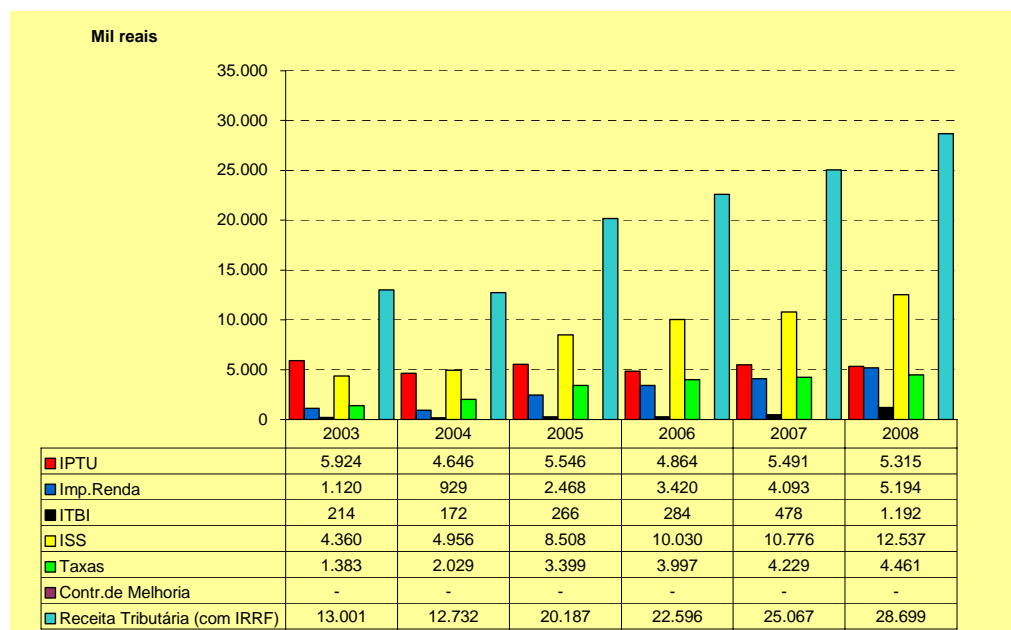
O montante total transferido pela União e pelo Estado ao município (excluídos os repasses de participações governamentais ligadas a petróleo e gás) teve um aumento de 126% entre 2003 e 2008:

Gráfico 82: Transferências totais para o município – 2003-2008



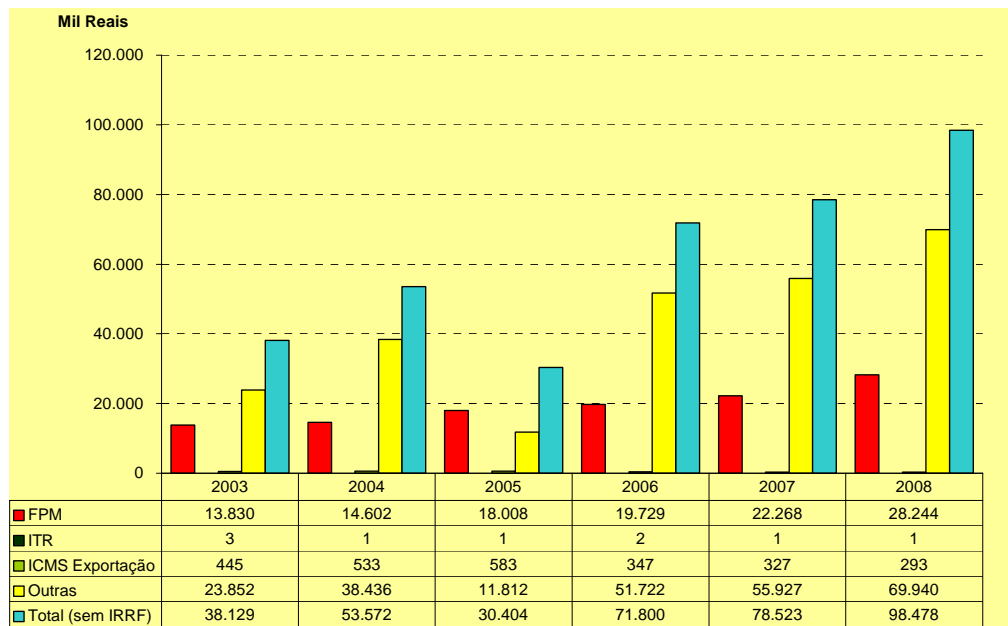
A receita tributária, por sua vez, teve um crescimento de 121% no mesmo período. A evolução dessa rubrica foi beneficiada pelo aumento de 188% na arrecadação de ISS e de 364% no Imposto de Renda retido na fonte. Também houve acréscimo de 457% na receita de ITBI e de 223% nas taxas, contra queda de 10% no IPTU.

Gráfico 83: Receitas tributárias – 2003-2008



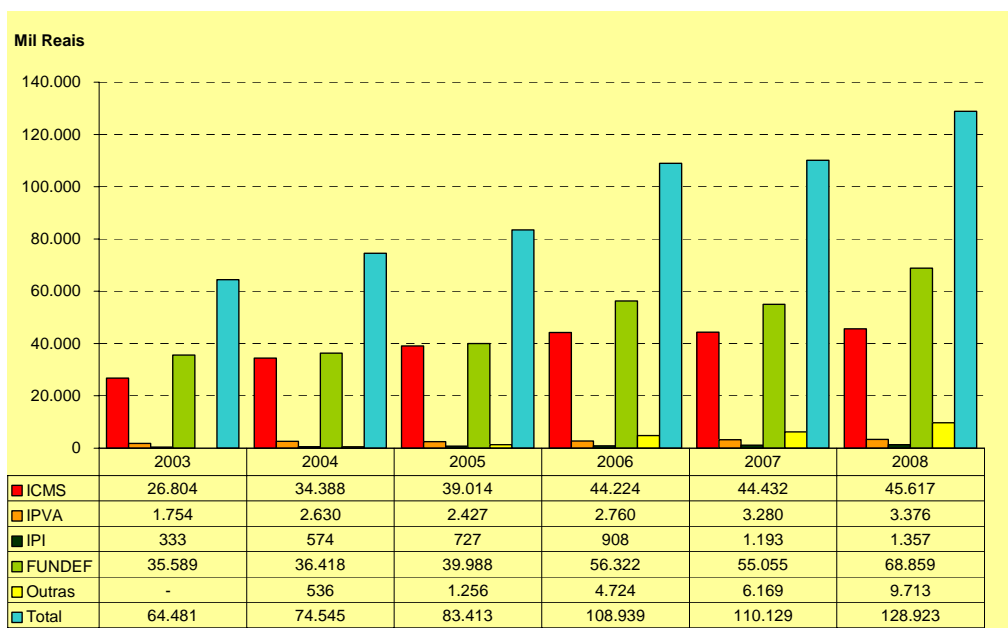
As transferências correntes da União cresceram 158% no período, com aumento de 104% no repasse do Fundo de Participação dos Municípios e ingressos de ICMS Exportação e Outras Transferências.

Gráfico 84: Transferências correntes da União – 2003-2008



A evolução das transferências correntes do Estado foi de 100% no período, tendo contribuído para tanto um aumento de 70% no repasse do ICMS e o crescimento de 93% do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério – FUNDEF, ora FUNDEB, e significativo acréscimo de Outras Transferências.

Gráfico 85: Transferências correntes do Estado – 2003-2008



BELFORD ROXO

Os indicadores a seguir são úteis para melhor interpretação das finanças públicas municipais:

1. Indicador de equilíbrio orçamentário em 2008:

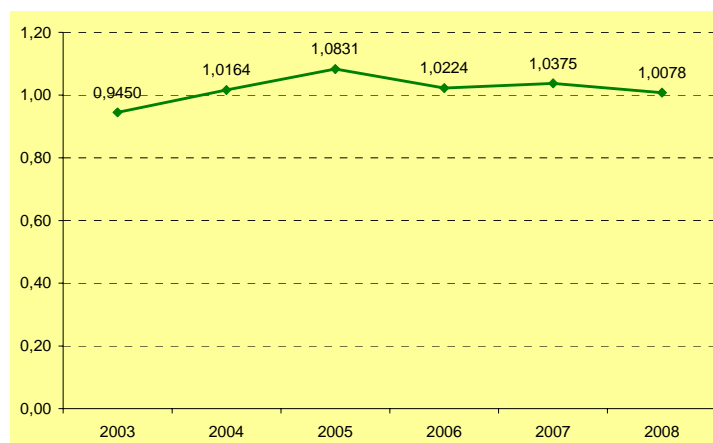
$$\frac{\text{receita realizada}}{\text{despesa executada}} = \frac{\text{R\$314.157.609}}{\text{R\$311.720.181}} = 1,0078$$

Esse quociente demonstra o quanto da receita realizada serve de cobertura para a despesa executada.

A interpretação objetiva desse quociente nos leva a considerar que há R\$100,78 para cada R\$100,00 de despesa executada, apresentando superávit de execução.

Para os exercícios anteriores, o gráfico a seguir apresenta sua evolução, demonstrando equilíbrio orçamentário em cinco dos seis anos em análise.

Gráfico 86: Indicador de equilíbrio orçamentário – 2003-2008



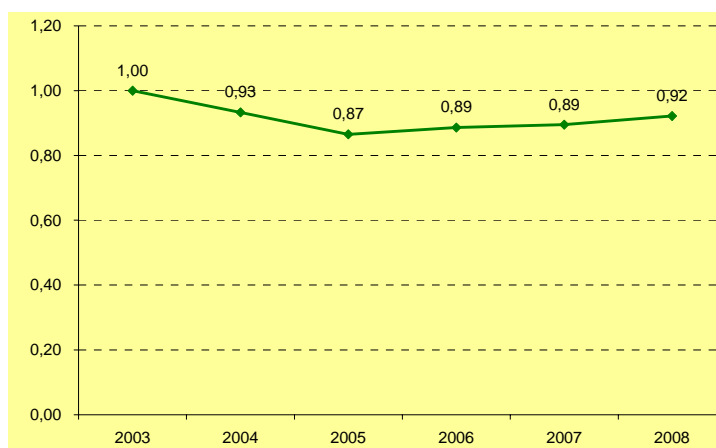
2. Indicador do comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa em 2008:

$$\frac{\text{despesas de custeio}}{\text{receitas correntes}} = \frac{\text{R\$286.485.151}}{\text{R\$309.611.784}} = 0,92$$

Esse indicador mede o nível de comprometimento do município com o funcionamento da máquina administrativa, utilizando-se recursos provenientes das receitas correntes.

Do total da receita corrente, 92% são comprometidos com despesas de custeio. O gráfico a seguir apresenta a evolução desse indicador desde 2003.

Gráfico 87: Indicador do comprometimento da receita corrente com o custeio – 2003-2008



As despesas de custeio destinam-se à manutenção dos serviços prestados à população, inclusive despesas de pessoal, mais aquelas destinadas a atender a obras de conservação e adaptação de bens móveis, necessárias à operacionalização dos órgãos públicos.

Tais despesas tiveram um crescimento de 124% entre 2003 e 2008, enquanto que as receitas correntes cresceram 143% no mesmo período.

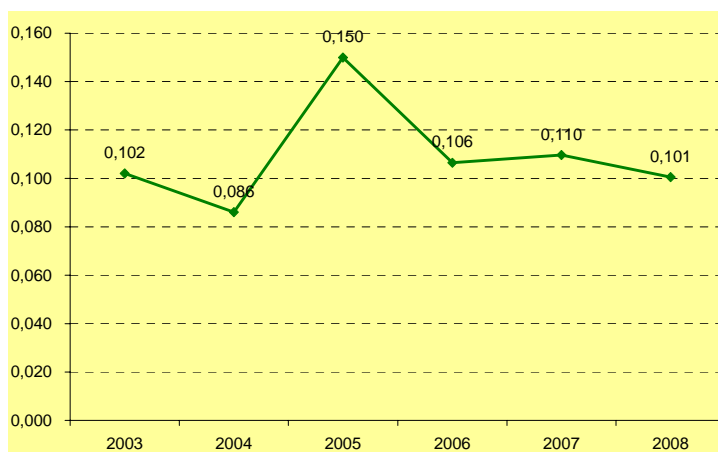
3. Indicador de autonomia financeira em 2008:

$$\frac{\text{receita tributária própria}}{\text{despesas de custeio}} = \frac{\text{R\$ 28.699.331}}{\text{R\$285.484,151}} = 0,101$$

Esse indicador mede a contribuição da receita tributária própria do Município no atendimento às despesas com a manutenção dos serviços da máquina administrativa.

Como se pode constatar, o município apresentou uma autonomia de 10,1% no exercício de 2008. A evolução desse indicador está demonstrada no gráfico a seguir.

Gráfico 88: Indicador de autonomia financeira – 2003-2008



BELFORD ROXO

Houve redução da autonomia municipal, uma vez que a Receita Tributária cresceu 121% no período, contra 124% de aumento das despesas de custeio.

No período analisado, houve queda na capacidade do ente em manter as atividades e serviços próprios da administração com recursos oriundos de sua competência tributária, o que o torna mais dependente de transferências de recursos financeiros dos demais entes governamentais.

4. Indicador do esforço tributário próprio em 2008:

$$\frac{\text{receita tributária própria} + \text{inscrição líquida na dívida ativa}}{\text{receita arrecadada}} =$$

$$\frac{R\$28.699.331 + 10.310.242}{R\$314.157.609} = 0,124$$

Esse indicador tem como objetivo comparar o esforço tributário próprio que o município realiza no sentido de arrecadar os seus próprios tributos, em relação às receitas arrecadadas.

Os recursos financeiros gerados em decorrência da atividade tributária própria do município correspondem a 12,4% da receita total, enquanto, nos anos anteriores, sua performance está demonstrada no gráfico a seguir.

Gráfico 89: Indicador do esforço tributário próprio – 2003-2008



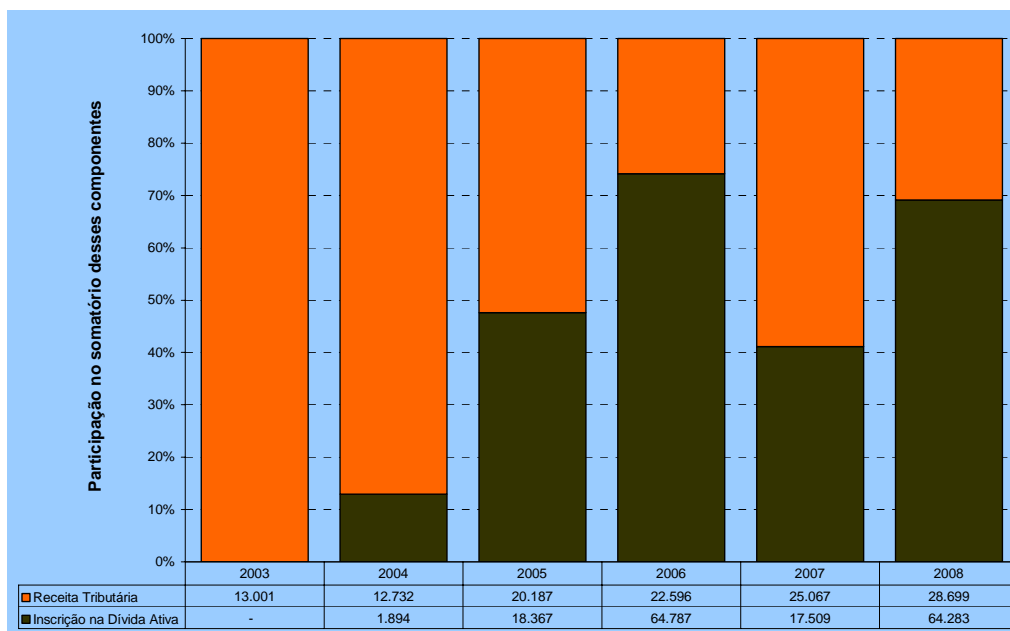
Ocorreu aumento de 22% nesse indicador nos últimos seis anos, por conta, também, dos volumes líquidos inscritos na dívida ativa.

Não resta dúvida de que a maior parte da capacidade de investimento do Município está atrelada ao comportamento da arrecadação de outros governos, Federal e Estadual, em função das transferências de recursos.

Há de se ressaltar, também, dentro desta análise, os valores que vêm sendo inscritos em dívida ativa, se comparados com o total da receita tributária arrecadada nos respectivos exercícios (gráficos seguintes com valores em milhares de reais correntes).

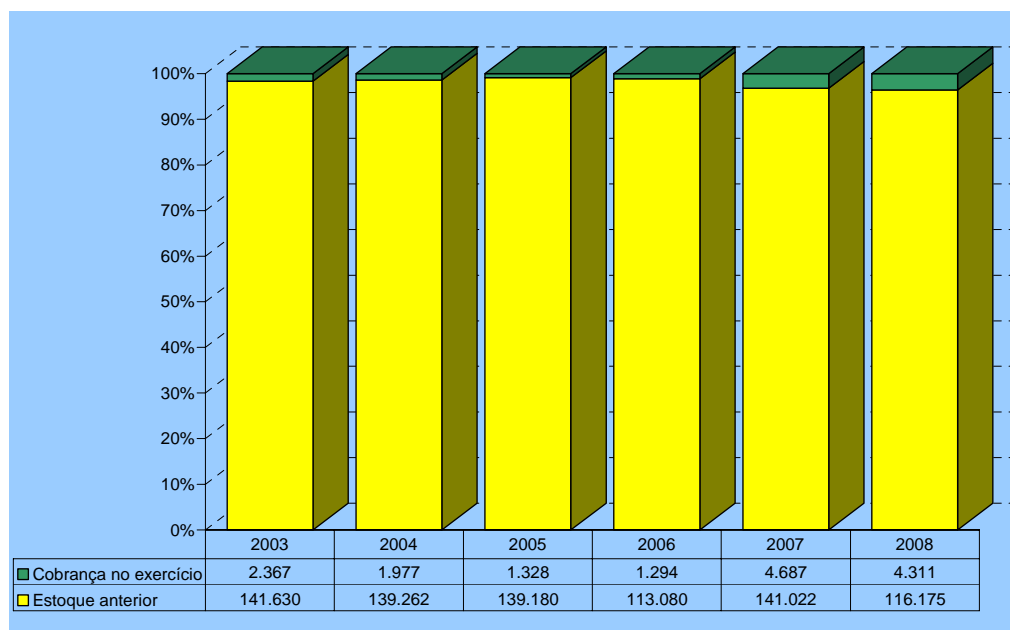
Dentro dos demonstrativos contábeis, não foi possível segregar a dívida ativa em tributária e não tributária.

Gráfico 90: Comparativo da receita tributária própria e inscrição na dívida ativa – 2003-2008



O gráfico abaixo apresenta a performance da cobrança da dívida ativa sobre o estoque pré-existente, já que não é possível apurar a idade das cobranças recebidas no exercício.

Gráfico 91: Eficácia da cobrança da dívida ativa – 2003-2008



Cabe, ainda, comparar os valores cancelados com o desempenho da cobrança, como demonstram os gráficos a seguir.

BELFORD ROXO

Gráfico 92: Evolução da cobrança versus cancelamento da dívida ativa – 2003-2008

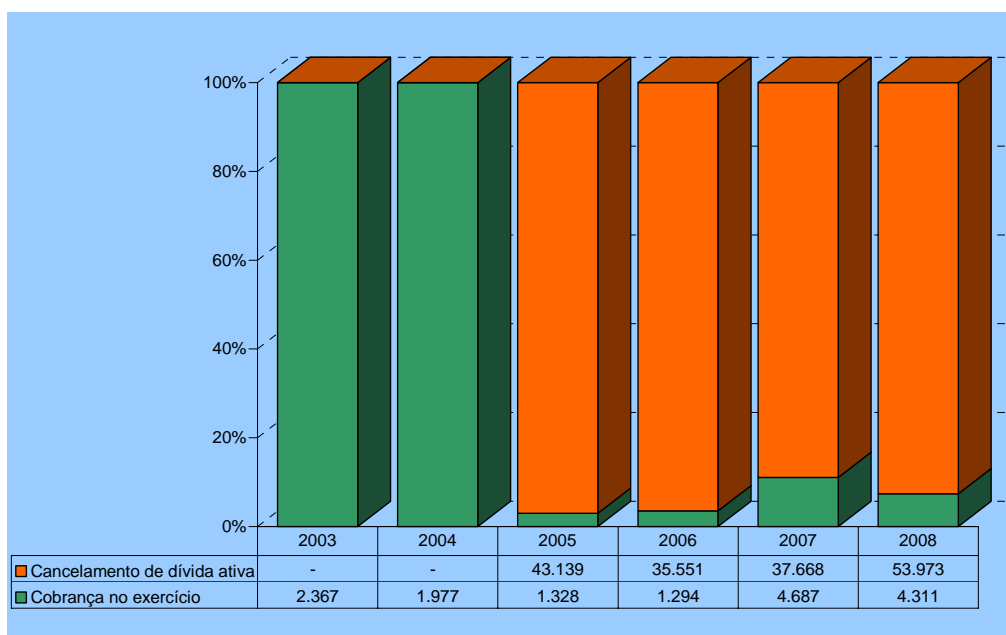
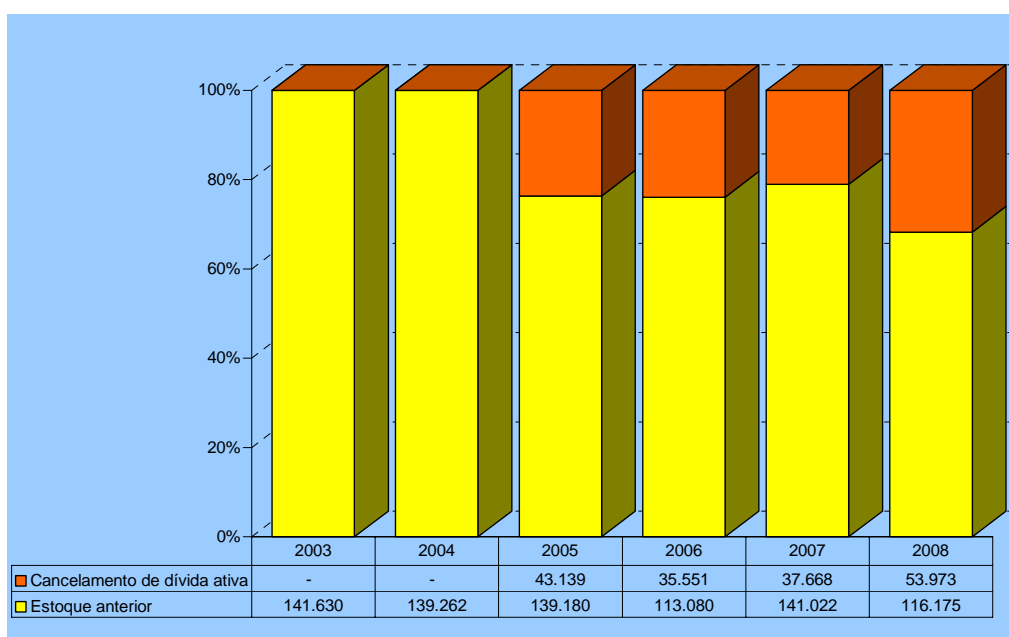


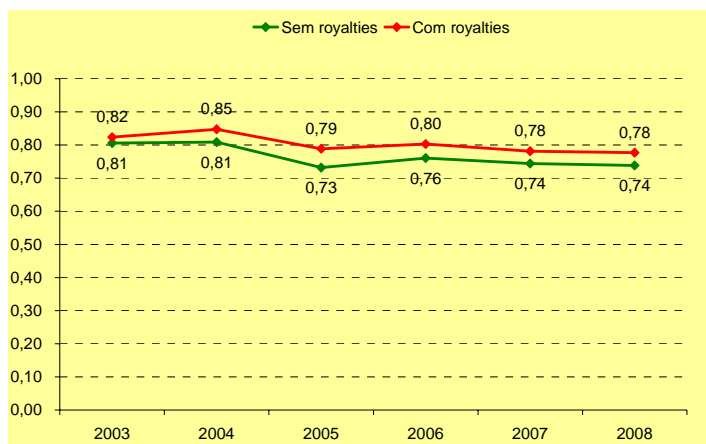
Gráfico 93: Evolução do estoque versus cancelamento da dívida ativa – 2003-2008


5. Indicador da dependência de transferências de recursos em 2008:

$$\frac{\text{transferências correntes e de capital}}{\text{receita realizada}} = \frac{\text{R\$231.946.533}}{\text{R\$314.157.609}} = 0,74$$

A receita de transferências representa 74% do total da receita do município em 2008. O gráfico a seguir apresenta os valores desse indicador para os anos anteriores, demonstrando uma redução da dependência do repasse de outros entes da federação.

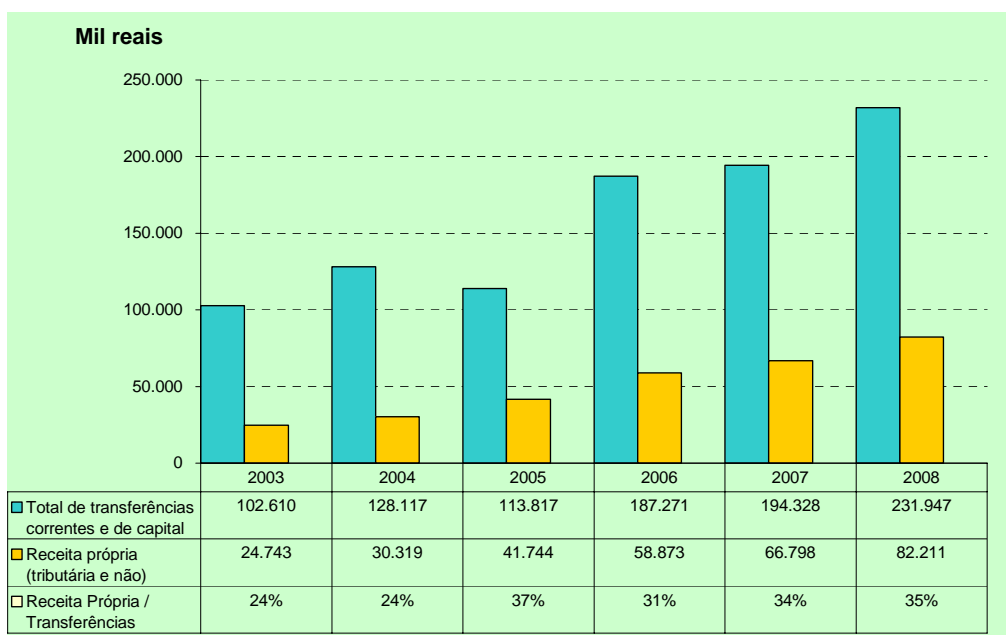
Gráfico 94: Indicador da dependência de transferência de recursos – 2003-2008



Caso somássemos as receitas de *royalties* ao numerador acima, a dependência de recursos transferidos, para o exercício de 2008, subiria para 78%.

Esse indicador reforça os prognósticos, já comentados, a respeito da autonomia financeira do Município em face de sua dependência das transferências e, mais recentemente, de *royalties* e demais participações governamentais que, no gráfico abaixo, estão incluídos na receita própria e representaram R\$12,1 milhões em 2008.

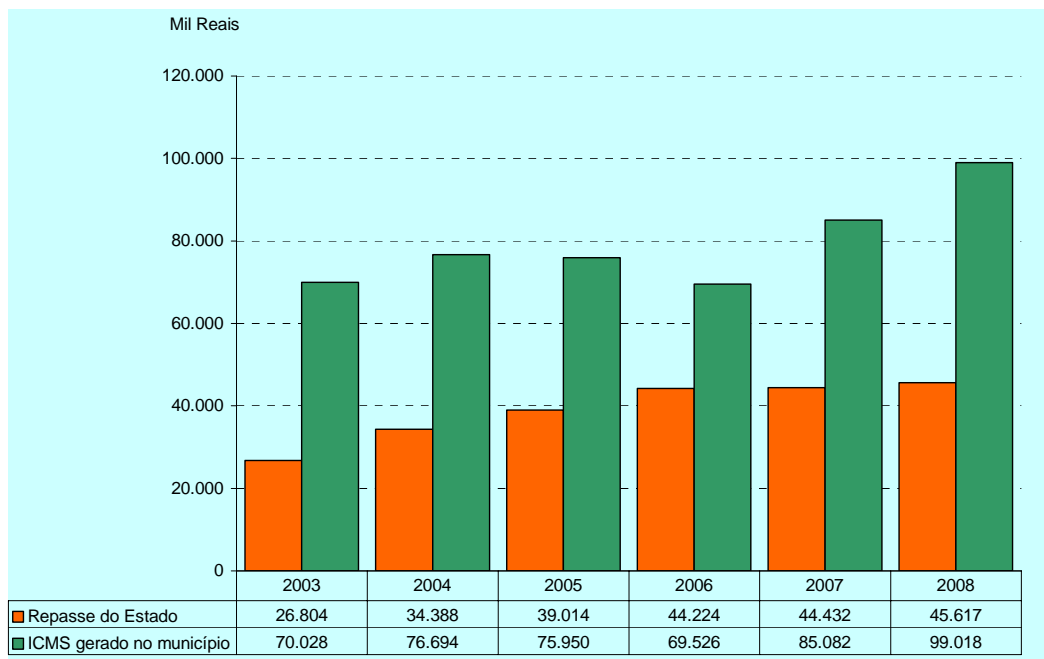
Gráfico 95: Comparativo entre transferências correntes de outros entes e receita própria – 2003-2008



BELFORD ROXO

Outra maneira de verificar a autonomia municipal é a comparação do valor do ICMS arrecadado no município com o repasse feito pelo Estado (excluída a parcela do FUNDEF/FUNDEB), apresentada no gráfico que segue.

Gráfico 96: Comparativo entre ICMS arrecadado e redistribuído – 2003-2008



6. Indicador da carga tributária *per capita* em 2008:

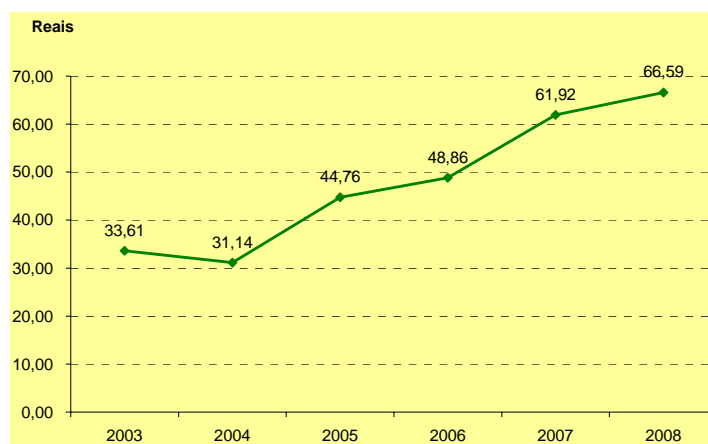
$$\frac{\text{receita tributária própria} + \text{cobrança da dívida ativa}}{\text{população do município}} =$$

$$\frac{R\$28.699.331 + 4.311.022}{495.694} = R\$66,59/\text{habitante}$$

Esse indicador reflete a carga tributária que cada habitante do município tem em decorrência da sua contribuição em impostos, taxas e contribuições de melhoria para os cofres municipais.

Ao longo do exercício de 2008, cada habitante contribuiu para com o fisco municipal em aproximadamente 67 reais. Nos exercícios anteriores, tais contribuições estão expressas em valores correntes no gráfico a seguir, havendo aumento de 98% no período.

Gráfico 97: Indicador da carga tributária per capita – 2003-2008



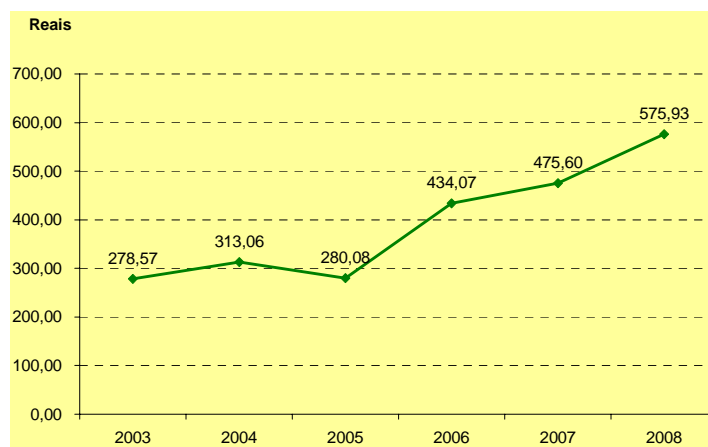
7. Indicador do custeio *per capita* em 2008:

$$\frac{\text{Despesas de custeio}}{\text{população do município}} = \frac{\text{R\$285.485.151}}{495.694} = \text{R\$575,93/hab}$$

Esse indicador objetiva demonstrar, em tese, o *quantum* com que cada cidadão arcaria para manter a operacionalização dos órgãos públicos municipais.

Caberia a cada cidadão, caso o Município não dispusesse de outra fonte de geração de recursos contribuir com 576 reais em 2008. Nos exercícios anteriores, os valores estão expressos no próximo gráfico, havendo um aumento de 107% no período de 2003 a 2008.

Gráfico 98: Indicador do custeio per capita – 2003-2008



8. Indicador dos investimentos *per capita* em 2008:

$$\frac{\text{investimentos}}{\text{população do município}} = \frac{\text{R\$17.138.789}}{495.694} = \text{R\$34,58/hab}$$

BELFORD ROXO

Esse indicador objetiva demonstrar, em relação aos investimentos públicos aplicados, o quanto representariam em benefícios para cada cidadão.

Em 2008, cada habitante recebeu da administração pública, na forma de investimentos, o equivalente a 35 reais em benefícios diretos e indiretos. O investimento *per capita* dos anos anteriores está expresso no gráfico que segue.

Se considerarmos que cada cidadão contribuiu para os cofres municipais com R\$66,59 (Indicador nº 6 – carga tributária *per capita*), a quantia de R\$34,58 representaria praticamente que 52% dos tributos pagos pelos cidadãos a eles retornaram como investimentos públicos.

Gráfico 99: Indicador dos investimentos per capita – 2003-2008



9. Indicador do grau de investimento em 2008:

$$\frac{\text{Investimentos}}{\text{receita total}} = \frac{\text{R\$ } 17.138.789}{\text{R\$}314.147.609} = 0,0546$$

Esse indicador reflete a contribuição da receita total na execução dos investimentos.

Os investimentos públicos correspondem, aproximadamente, a 5,5% da receita total do município. A restrição de investimentos ocorre de forma a não comprometer a liquidez com utilização de recursos de terceiros ou com a própria manutenção da máquina administrativa, uma vez que, somente com despesas de custeio (*Indicador nº 2 - comprometimento da receita corrente com a máquina administrativa*) já se compromete 92% das receitas correntes.

Esse quociente, com exceção de 2006, vem se mantendo em níveis baixos, evidenciando uma parcela pequena dos recursos públicos direcionados ao desenvolvimento do município.

Gráfico 100: Indicador do grau de investimento – 2003-2008



10. Indicador da liquidez corrente em 2008:

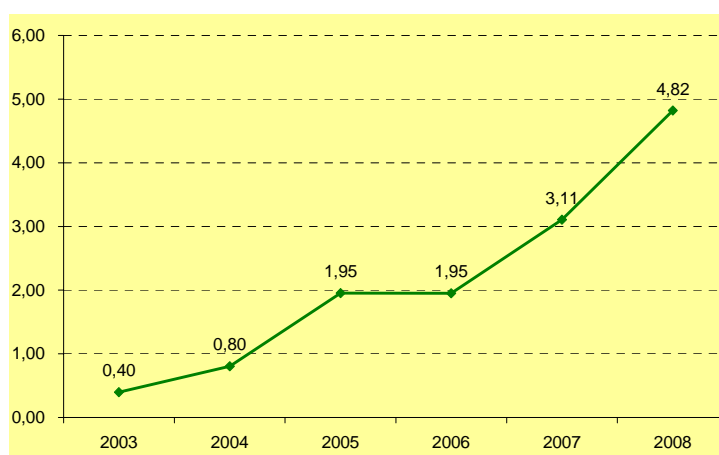
$$\frac{\text{Ativo financeiro}}{\text{passivo financeiro}} = \frac{\text{R\$74.425.529}}{\text{R\$15.432.122}} = 4,82$$

Esse quociente mede a capacidade da entidade de pagar as suas obrigações com as suas disponibilidades monetárias.

O quociente acima revela perspectivas favoráveis à solvência imediata dos compromissos de curto prazo assumidos pela Prefeitura.

O gráfico a seguir aponta que a situação de liquidez do município esteve equilibrada nos quatro últimos exercícios.

Gráfico 101: Indicador de liquidez corrente – 2003-2008



Deve ser considerado que, para os municípios com as contas anuais consolidadas, o ativo financeiro inclui as aplicações de seus regimes próprios de previdência social.

BELFORD ROXO**VII – CONCLUSÃO**

O município de Belford Roxo teve sua população estimada em 495.694 habitantes em 2008, apresentando densidade demográfica de 6.275 pessoas por km², a 3ª maior do Estado. O total de 293.346 eleitores representou 2,61% dos 11,2 milhões de eleitores do Rio de Janeiro, configurando-se o 8º colégio eleitoral fluminense.

O município está integrado ao sistema viário e ferroviário da capital do Estado, dada sua vizinhança à cidade do Rio de Janeiro. Belford Roxo tem uma área total de 79,0 km², correspondentes a 0,18% do território estadual.

De acordo com pesquisa do IBGE, no ano 2008 a estrutura administrativa municipal dispunha de 8.117 servidores, o que resulta em uma média de 16 funcionários por mil habitantes, a 85ª maior no Estado.

O governo eletrônico é uma importante ferramenta que visa a otimizar os processos administrativos e eliminar formalidades e exigências burocráticas que oneram o cidadão e os próprios cofres públicos. Apesar da relevância que hoje se reveste a tecnologia da informação e da comunicação, a pesquisa continuada deste TCE aponta que o sítio oficial de Belford Roxo na Internet oferece 7 de 20 tipos de serviços informativos pesquisados e 1 de 19 aspectos interativos selecionados. O município ainda não atingiu o estágio de transações online por meio da rede mundial de computadores.

Quanto à educação, Belford Roxo teve 106.586 alunos matriculados em 2008, uma variação de 0,4% em relação ao ano anterior. Foram 1.213 estudantes na creche, 58% na rede municipal, e 3.683 na pré-escola, 35% deles em 22 estabelecimentos da Prefeitura. O ensino fundamental foi ofertado a 83.701 alunos, 54% deles em 48 unidades municipais e 29% em 45 estabelecimentos da rede estadual.

Para o conjunto do Estado do Rio, os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB, dos anos iniciais do ensino fundamental devem subir de 3,8 em 2005 para 6,0 em 2021, e de 2,9 para 4,9 nos anos finais (6ª a 9ª séries). As metas abrangem as dependências administrativas de cada ente, com desafios para todos.

A rede municipal teve nota média de 3,6 para os anos iniciais do ensino fundamental, ficando Belford Roxo posicionado em 84º entre 91 avaliados, alcançando a meta estabelecida para 2007. Quanto aos anos finais, obteve grau médio 2,7, configurando-se o 80º entre 83 avaliados, atendendo a meta estabelecida para 2007. Já a rede estadual pontuou 3,2 no primeiro segmento, 74º entre 77 avaliados, não tendo cumprido o objetivo para 2007. O segundo segmento atingiu nota média 2,8, ficando o município em 67º entre 90 avaliados, não tendo atingido a meta estabelecida para 2007 pelo MEC de 3,3.

O ensino médio, por sua vez, teve 17.989 alunos matriculados, 95% na rede estadual e 0% na municipal, disponibilizado em 41 unidades escolares. Sua proficiência no Enem de 2008 foi de 44,95, a 85ª no Estado do Rio de Janeiro.

Quanto à saúde, Belford Roxo não assinou o Pacto de Gestão. Há 279 Agentes Comunitários de Saúde, propiciando uma cobertura populacional estimada em 32,8%, e 22 Equipes de Saúde da Família, cobrindo aproximadamente 15,5% da população.

O PIB a preços de mercado de 2007 alcançou R\$3.108 milhões, 15ª posição entre os 92 municípios fluminenses, resultando em um PIB *per capita* de R\$6.467,32, o 90º do Estado. Naquele mesmo ano, o PIB local teve as seguintes contribuições, por setor da economia: agropecuária (0,1%), indústria (21,6%), administração pública (35,6%) e demais serviços (42,7%).

Belford Roxo teve uma receita total de R\$314,2 milhões em 2008, a 12ª do Estado, apresentando equilíbrio orçamentário. Suas receitas correntes estão comprometidas em 92% com o custeio da máquina administrativa. Sua autonomia financeira é de 8,2% e seu esforço tributário alcançou 10,8% da receita total.

A carga tributária *per capita* de R\$47,42 é a 76ª do Estado (no comparativo que exclui a capital), sendo R\$10,72 em IPTU (73ª posição) e R\$25,29 em ISS (63º lugar).

O custeio *per capita* de R\$575,93 é o 88º do Estado, contra um investimento *per capita* de R\$34,58, posição de número 88 dentre os 91 demais.

A dependência de transferências da União, do Estado e das participações governamentais alcançou 79% das receitas totais. Especificamente com relação às últimas receitas, vinculadas ao petróleo, o município de Belford Roxo teve nelas 4% de sua receita total, um montante de R\$24,46 por habitante no ano 2008, 87ª colocação no Estado.

Esta edição apresentou um capítulo especial sobre turismo e a relevância que os sítios oficiais de turismo podem ter no estímulo à atividade. Belford Roxo obteve aproveitamento de 38% em facilidades de uso e nível de evolução do portal municipal, 16% no quesito Informações e 8% em serviços, com aproveitamento geral de 20%.

Nem todas as relevantes questões da administração pública se esgotam nos temas abordados neste Estudo, ou nas análises sobre cada assunto apresentado. É preciso que haja um aumento significativo da oferta de informação confiável e representativa dos inúmeros aspectos socioeconômicos do Rio de Janeiro. Essa contribuição à transparência das gestões propiciaria um melhor entendimento das qualidades e das mazelas da realidade fluminense, fazendo com que a sociedade contribuísse ainda mais para a resolução dos problemas a serem enfrentados.

BELFORD ROXO**GLOSSÁRIO DE SIGLAS**

- ABAV – Associação Brasileira das Agências de Viagem
- ACS – Agente Comunitário de Saúde
- AIH – Autorização de Internação Hospitalar
- BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- BRAZTOA – Associação Brasileira das Operadoras de Turismo
- CAGED – Cadastro Geral de Emprego e Desemprego
- CEPERJ – Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro
- CGR – Colegiado de Gestão Regional
- CIB – Comissão Intergestores Bipartite
- CIDE – Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro
- CIES – Comissão de Integração Ensino-Serviço
- CIT – Comissão Intergestores Tripartite
- CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
- CNES – Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde
- CNS – Conselho Nacional de Saúde
- CNTur – Conselho Nacional de Turismo
- CONARES – Conselho Nacional de Representantes Estaduais de Saúde
- CONASEMS – Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde
- COSEMS – Conselho de Secretarias Municipais de Saúde
- Embratur – Instituto Brasileiro de Turismo
- Enem – Exame Nacional do Ensino Médio
- ESB – Equipe de Saúde Bucal
- ESF – Equipe de Saúde da Família
- IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- IES – Instituições de Ensino Superior
- IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
- Inep – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
- ISAB – Internações Sensíveis à Atenção Básica
- LIRAA – Levantamento do Índice Rápido de Infestação por *Aedes aegypti*

MEC – Ministério da Educação
MS – Ministério da Saúde
MTur – Ministério do Turismo
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OMS – Organização Mundial de Saúde
OMT – Organização Mundial do Turismo
PAC – Programa de Aceleração do Crescimento
PACS – Programa Agentes Comunitários de Saúde
PAR – Planos de Ações Articuladas
PD – Plano Diretor
PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação
PDI – Plano Diretor de Investimento
PDITS – Planejamento Integrado do Turismo Sustentável do Estado do Rio de Janeiro
PDR – Plano Diretor de Regionalização
Pisa – *Programme for International Student Assessment*
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT – Plano Nacional de Turismo
PPA – Plano Plurianual
PPI – Programação Pactuada e Integrada da Atenção à Saúde
Prodetur-Nordeste – Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste Brasileiro
PROESF – Programa de Expansão e Consolidação do Saúde da Família
PRT – Programa Nacional de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil
PSF – Programa Saúde da Família
RH – Recursos Humanos
Saeb – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SAMU – Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESDEC – Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil
SETE – Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Lazer
SIA – Sistema de Informação Ambulatorial
SIAB – Sistema de Informação da Atenção Básica



BELFORD ROXO

SIH – Sistema de Informação Hospitalar

SIUP – Serviços Industriais de Utilidade Pública

SUS – Sistema Único de Saúde

TCG – Termo de Compromisso de Gestão

TCGE – Termo de Compromisso de Gestão Estadual

TCGM – Termo de Compromisso de Gestão Municipal

Turisrio – Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro

UNCED – Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento

Unesco – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Carlos Henrique. Avaliação da Educação Básica : em busca da qualidade e equidade no Brasil / Carlos Henrique Araújo, Nildo Luzio. Brasília : Inep, 2005.

AUSTRALIAN COUNCIL FOR EDUCATIONAL RESEARCH. Facing the future : a focus on mathematical literacy among Australian 15-year-old students in PISA 2003. Victoria: ACER, 2004. Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/59/36/34624327.pdf>. Acesso em 27.04.2009.

BARBOSA, Karen Campos. Turismo em Armação dos Búzios (RJ, Brasil): percepções locais sobre os problemas da cidade e diretrizes prioritárias de apoio à gestão ambiental. Tese de Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) – Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2003.

BARROS, Márcio *et al.* Plano diretor, alguns pressupostos para sua efetiva implementação. Revista Síntese. Rio de Janeiro: TCE/RJ, 2007.

BECKER, Berta K. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. Caderno Virtual de Turismo. Vol. 1, Nº 1 :2001. Disponível em www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/include/getdoc.php?id=1016&article=3&mode=pdf. Acesso em 04.03.2009.

BOGADO, Claudia. Análisis de los Websites turísticos oficiales de los principales destinos brasileños. Rio de Janeiro: Observatório de Inovação do Turismo, 2003. Disponível em http://200.189.169.141/site/br/dados_fatos/conteudo/ver.php?in_secao=311&idConteudo=27. Acesso em 09.02.2009.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Pactos pela Vida, em Defesa do SUS e de Gestão. Brasília : Ministério da Saúde, 2006. Disponível em <http://conselho.saude.gov.br/webpacto/index.htm>. Acesso em 27.05.2009.

_____. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília : Ministério da Saúde, 2007. Disponível em <http://dtr2004.saude.gov.br/dab/cgab/>. Acesso em 04.06.2009.

BURSZTYN, Ivan. A influência do ideário neoliberal na formulação de políticas públicas de turismo no Brasil. Caderno Virtual de Turismo. Vol. 3, Nº 4 :2003. Disponível em www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/include/getdoc.php?id=980&article=42&mode=pdf. Acesso em 04.03.2009.

CASTRO, Cláudio de Moura. A penosa evolução do ensino e seu encontro com o Pisa. In Pisa 2000: Relatório Nacional. Brasília, dezembro de 2001. Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/30/19/33683964.pdf>. Acesso em 27.04.2009.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. A competitividade nos setores de comércio, de serviços e do turismo no Brasil: Perspectivas até 2015. Brasília: CNC; Sebrae, 2008.

ESTADO DE MINAS GERAIS. Diretrizes para estruturação, elaboração, manutenção e administração de sítios de informação de serviços públicos, na Internet dos órgãos e entidades do Poder Executivo da Administração Pública Estadual Direta, Autárquica e

BELFORD ROXO

Fundacional. Resolução SEPLAG nº 40/2008, de 18.07.2008. Disponível em <http://www.egov.mg.gov.br>. Acesso em 27.02.2009.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Caderno de informações em saúde - Saúde na área – Regionalização. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil – SESDEC, 2009. Disponível em http://www.saude.rj.gov.br/Acoes/Saude_area.shtml. Acesso em 25.05.2009.

_____. Plano Diretor de Regionalização. Rio de Janeiro: Secretaria de Estado de Saúde/ Subsecretaria de Planejamento e Desenvolvimento, 2001.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS do ESTADO do RIO DE JANEIRO – FIRJAN, Decisão Rio 2010-2012, Rio de Janeiro, FIRJAN: 2009. Disponível em

FRAGA ROCHA, Margarida Maria. Turismo e Desenvolvimento Sustentável: referências e reflexões. Rio de Janeiro: Observatório de Inovação do Turismo, 2003. Disponível em http://200.189.169.141/site/br/dados_fatos/conteudo/ver.php?in_secao=311&idConteudo=31. Acesso em 09.02.2009.

FRATUCCI, Aguinaldo César. Gestão pública do turismo no Estado do Rio de Janeiro a partir de 1990. Revista de Estudos Turísticos, ed. 22, Outubro de 2006. Disponível em <http://www.etur.com.br>. Acesso em 15.01.2009.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS e TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Perfil Socioeconômico do Estado do Rio de Janeiro - 1º Trimestre de 2008. Rio de Janeiro: TCE-RJ, 2008. Disponível em www.tce.rj.gov.br.

_____. Perfil da Economia Brasileira no Contexto Mundial - 2º Trimestre de 2008. Rio de Janeiro: TCE-RJ, 2008. Disponível em www.tce.rj.gov.br.

_____. Perfil da Economia Brasileira no Contexto Mundial - 3º Trimestre de 2008. Rio de Janeiro: TCE-RJ, 2008. Disponível em www.tce.rj.gov.br.

_____. Perfil da Economia Brasileira no Contexto Mundial - 4º Trimestre de 2008. Rio de Janeiro: TCE-RJ, 2009. Disponível em www.tce.rj.gov.br.

_____. Perfil da Economia Fluminense - 2º Trimestre de 2008. Rio de Janeiro: TCE-RJ, 2008. Disponível em www.tce.rj.gov.br.

_____. Perfil da Economia Fluminense - 3º Trimestre de 2008. Rio de Janeiro: TCE-RJ, 2008. Disponível em www.tce.rj.gov.br.

_____. Perfil da Economia Fluminense - 4º Trimestre de 2008. Rio de Janeiro: TCE-RJ, 2009. Disponível em www.tce.rj.gov.br.

FUNDAÇÃO PREFEITO FARIA LIMA – CEPAM; UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS – UNICAMP, Instituto de Economia. Construindo o diagnóstico municipal: uma metodologia. Anselmo Luís dos Santos e Fátima Fernandes de Araújo (Coords.). São Paulo, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

_____. Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2005. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

_____. Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

_____. Economia do Turismo – Análise das atividades características do turismo. 2003. Estudos e Pesquisas - Informação Econômica número 5. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Qualidade da educação: uma nova leitura do desempenho dos estudantes da quarta série do Ensino Fundamental. Brasília: Inep, 2003.

_____. Resultados do Enem 2005 : análise do perfil socioeconômico e do desempenho dos participantes. Brasília: Inep, 2006.

_____. O que explica o crescimento do Ideb entre 2005 e 2007: aumento nas notas ou na aprovação dos alunos? *In Na Medida – Boletim de Estudos Educacionais do Inep*. Brasília: Inep, 2009. Ano 1, número 1.

INSTITUTO VASCO DE EVALUACIÓN E INVESTIGACIÓN EDUCATIVA. Primer Informe Evaluación PISA 2006. Bilbao: ISEI-IVEI, 2007. Disponível em <http://www.oecd.org/dataoecd/55/10/39830282.pdf>. Acesso em 27.04.2009.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. Características do Emprego Formal segundo a Relação Anual de Informações Sociais – 2007 – RAIS 2007 – Principais Resultados. Disponível em http://www.mte.gov.br/pdet/arquivos_download/rais/resultado_2007.pdf. Acesso em 07.04.2009.

_____. Evolução do emprego por setor de atividade econômica – Estado: Rio de Janeiro. Disponível em <http://estatistica.caged.gov.br/consulta.aspx?mesCPT=12&anoCPT=2008>. Acesso em 07.04.2009.

MINISTÉRIO DO TURISMO - MTur. Anuário estatístico Embratur. Brasília: MTur, Volume 35, 2008. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/>. Acesso em 09.02.2009.

_____. Caracterização e dimensionamento do turismo doméstico no Brasil – 2002 a 2006 – Relatório executivo sintético. São Paulo: MTur e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Março 2007.

_____. Estatísticas básicas do turismo - Brasil 2003 a 2007. Brasília: MTur e Embratur, Dezembro 2008.

_____. Estudo da demanda turística internacional 2005 – 2007. Brasília: MTur, Setembro 2008.

_____. Hábitos de Consumo do Turismo do Brasileiro. Brasília, MTur, 2009. Disponível em <http://www.sebrae.com.br/setor/turismo>. Acesso em 12.11.2009.

_____. Plano nacional do turismo – 2003 – 2007. Diretrizes, metas e programas. Brasília, MTur, 2003.

_____. Plano nacional do turismo – 2007/2010. Uma viagem de inclusão. Brasília, MTur, 2007. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/regionalizacao>. Acesso em 13.01.2009.

_____. Programa de regionalização do turismo. Roteiros do Brasil. Diretrizes Políticas. Brasília, MTur, 2004.

BELFORD ROXO

_____. Relatório de Atividades – 3º Salão Nacional do Turismo – Roteiro do Brasil. São Paulo, MTur, 2008. Disponível em <http://www.salao.turismo.gov.br>. Acesso em 28.01.2009.

MINISTÉRIO DO TURISMO - MTur e CONSELHO NACIONAL DE TURISMO - CNTur. Turismo no Brasil – 2007/2010. MTur, 2006. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/regionalizacao>. Acesso em 14.01.2009.

MINISTÉRIO DO TURISMO – MTur, SEBRAE e FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS/EBAPE. Estudo de competitividade dos 65 destinos indutores do desenvolvimento turístico regional. Relatório Brasil. MTur, SEBRAE, FGV/EBAPE, 2008. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/regionalizacao>. Acesso em 12.01.2009.

_____. Hábitos de Consumo do Turismo do Brasileiro.

MURTA, Claudio Martinelli. Avaliação de Planos Diretores Municipais. Trabalho de Conclusão do Curso Intensivo de Pós-Graduação em Administração Pública – CIPAD – Turma 01 - TCE/RJ, 2007.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ARAÚJO, Gilda Cardoso de. Qualidade do ensino: uma nova dimensão da luta pelo direito à educação. Revista Brasileira de Educação, Anped, Rio de Janeiro, n. 28, 2005.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT. Introdução ao Turismo, São Paulo: Roca, 2001. 4.

_____. Contribuição à Conferência Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, Johannesburgo, 2002. Relatório do Secretário Geral. Madri: maio, 2001. Disponível em <http://www.unwto.org>. Acesso em 09.02.2009.

_____. Código Mundial de Ética do Turismo. Disponível em <http://www.unwto.org>. Acesso em 09.02.2009.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO – OMT e EMBRATUR. Desenvolvimento de turismo sustentável: manual para organizadores locais. Brasília: EMBRATUR, 1994.

PARANKEDAR, Suhas D.; OLIVEIRA, Isabel de Assis Ribeiro e AMORIM, Érica P. (Orgs.). Desempenho dos alunos na Prova Brasil : diversos caminhos para o sucesso educacional nas redes municipais de ensino . Brasília: Inep, 2008.

RABELLO, Julio Lambertson. Relatório das Contas de Gestão – Estado do Rio de Janeiro - Exercício 2008, TCE-RJ, 2009. Disponível em www.tce.rj.gov.br.

RIO DE JANEIRO. _____. Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. Plano Plurianual 2008 / 2011. Rio de Janeiro: SEPLAG, 2008.

_____. Plano Estratégico do Governo do Rio de Janeiro 2007-2010. Rio de Janeiro: SEPLAG, 2007.

SALVATI, Sérgio Salazar (org.). Turismo responsável – Manual para políticas públicas. Brasília, DF: WWF Brasil, 2004.

SANTOS FILHO, João. O turismo brasileiro: equívocos, retrocessos e perspectivas – o balanço que nunca foi feito. Revista Espaço Acadêmico nº 25: junho 2003. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/025/25jsf.htm>. Acesso em 04.03.2009.

_____. Embratur omite a verdade, sobre a história do turismo: faz leitura "politicista" dos fatos. Revista Espaço Acadêmico nº 68: janeiro 2007. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/068/68jsf.htm>. Acesso em 03.03.2009.

_____. Política nacional de turismo: descaso e desrespeito para com o povo brasileiro. Revista Espaço Acadêmico nº 86: julho 2008. Disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/086/86jsf.htm>. Acesso em 04.03.2009.

SCHWARTZMAN, Simon. *Educação: a nova geração de reformas*. In: Giambiagi, Fábio; Reis, José Guilherme e Urani, André (organizadores), Reformas no Brasil: Balanço e Agenda. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004, pp. 481-504.

_____. As avaliações de nova geração nas sociedades contemporâneas. In: SOUZA, Alberto de Mello e Souza (Org.). Dimensões da avaliação educacional. Petrópolis: Vozes, 2002.

SEPDET, Secretaria de Estado de Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Turismo do Rio de Janeiro. PLANTUR: Plano diretor de turismo do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2001. CD rom.

SOUZA FILHO, Armando de. Estrutura, especificação e evolução das atividades econômicas no Estado do Rio de Janeiro – um estudo a partir do mercado de trabalho formal nos anos 1996 e 2006. Rio de Janeiro: CIDE, 2008. Disponível em http://www.cide.rj.gov.br/cide/artigos.php?pagina=1&cod_artigo=66. Acesso em 16.03.2009.

TREVISAN, Leonardo Nelmi and JUNQUEIRA, Luciano Antonio Prates. Construindo o "pacto de gestão" no SUS: da descentralização tutelada à gestão em rede. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2007, vol.12, n.4, pp. 893-902. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v12n4/08.pdf>. Acesso em 24.06.2009.

UNCED – Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Agenda 21. Brasília: Senado Federal, 1997.

UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Education For All – EFA Global Monitoring Report 2009 - Overcoming inequality: why governance matters. Oxford: Oxford University Press, 2009. Disponível em <http://www.unesco.org/en/efareport>. Acesso em 08.05.2009.

VICENTIN, Ivan Carlos. A Internet no negócio de turismo no Brasil. I Prêmio Embratur-FGV. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/>. Acesso em 09.02.2009.

WORLD ECONOMIC FORUM. The Travel & Tourism Competitiveness Report 2009. Geneva: WEF, 2009. Disponível em <http://www.weforum.org>. Acesso em 12.11.2009.

WORLD TOURISM ORGANIZATION - WTO. Agenda 21 for the travel & tourism industry: towards environmentally sustainable development. London: WTO, World Travel & Tourism Council e Earth Council, 1996.

_____. E-business for tourism: Practical guidelines for destinations and businesses. Madrid: WTO, 2001.

_____. Marketing tourism destinations on line: strategies for the information age. Madrid: World Tourism Organization Business Council (WTOBC), 1999.



BELFORD ROXO

Órgão responsável pelos Estudos Socioeconômicos

Coordenadoria de Auditoria de Qualidade

Marisa de Lima Gomes

Equipe Técnica

Marcelo Franca de Faria Mello

Vânia Brandão Lázaro

Colaboradores

Claudio Eduardo Aranha

Luana Figueiredo Ferreira Lós

Arte

Maria Inês Blanchart

Virgilio Meneghetti

Agradecimentos

Ronaldo Redó Lanzillotti

Sérgio Ricardo do Sacramento e Equipe
da Inspeção de Exame das Administrações Financeiras
da Subsecretaria de Controle Municipal